

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC- SP**

Irene de Lima Freitas

**A construção discursiva do sistema de cotas na revista
“*Caros Amigos*”**

Irene de Lima Freitas

**DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA
LINGUAGEM**

**SÃO PAULO
2011**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Irene de Lima Freitas

**A construção discursiva do sistema de cotas na revista
“*Caros Amigos*”**

**DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA
LINGUAGEM**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, sob a orientação da Prof^a Dr^a Elisabeth Brait.

**SÃO PAULO
2011**

BANCA EXAMINADORA

Aos meus filhos,
Mateus, Gabriela e Letícia
e à minha mãe.

*O homem é capaz
de partir e de chegar.
Mas, o que o define mesmo é a estrada.
Mais do que ser de chegada e de partida,
o homem é um ser da estrada.
É um eterno caminhante.
É um peregrino obstinado.
É um estradeiro infatigável.
Não resiste ao apelo do horizonte
misterioso que lhe pede novos passos.*

Juvenal Arduini

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me iluminou e me protegeu em cada passo dessa trajetória;

À CAPES, pelo apoio financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa;

À minha orientadora, Profa. Dra. Beth Brait, por acreditar em mim desde o primeiro momento, por me conduzir com sabedoria e carinho na elaboração deste trabalho e pelas portas que abriu em minha caminhada...

À minha co-orientadora, Profa. Dra. Marília Amorim, pelas contribuições tão valiosas;

Às Profas. Dra. Maria Inês Batista Campos, Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo e Dra. Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, pelas enriquecedoras contribuições e sugestões a esta pesquisa nos exames de qualificação;

Ao Prof. Dr. Anselmo Pereira de Lima, pela solicitude, pelo apoio e pelo incentivo em várias etapas do curso de doutorado;

À Profa. Dra. Fernanda Coelho Liberali, pela disposição em participar da banca de defesa.

Aos meus filhos, Mateus, Gabriela e Letícia, pelo carinho, pelo afeto, pelo incentivo, e pela participação amorosa na construção deste trabalho...

À minha mãe, pelo exemplo, pelo apoio e pela presença constante em todos os instantes de minha caminhada;

Ao meu pai (*in memoriam*), pelo incentivo e pelo compartilhamento das buscas incessantes;

Aos meus irmãos e familiares, pela amizade e pela compreensão de minha ausência;

À Toninha, terapeuta amiga, pela presença e apoio nos momentos mais difíceis;

Às amigas Teresa, Vera e Zaina, pelas interlocuções de amizade, pelo compartilhamento de alegrias e tristezas, pela compreensão de minha ausência;

À Celeste, pelo auxílio nas manobras do computador em dias de grande sufoco;

Ao colega Giovanni, pela leitura atenta e pela ajuda na organização deste trabalho;

Às colegas Maria Inês Otranto, Adriana Pucci, Denísia e Regina, pela amizade e pelo compartilhamento de ideias;

Aos colegas do LAEL, pela convivência solidária durante o curso de doutorado.

A construção discursiva do sistema de cotas na revista “*Caros Amigos*”

Irene de Lima Freitas

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo discutir como se dá, na mídia, a construção do discurso sobre o sistema de cotas no Brasil e como ele se insere no debate sobre a exclusão/inclusão dos negros na sociedade brasileira. Dada à amplitude da questão, o objeto de estudo foi escolhido tendo em vista, primeiramente, o ano de 2002, período de efervescência, na mídia, do embate discursivo da exclusão, tendo como pano de fundo o tema das cotas. Nesse ano, um periódico que sistematicamente se ocupou do assunto foi a revista *Caros Amigos*. Assim, considerando que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro instituiu cotas de até 40% para as populações negras e pardas no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, com base na Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001, a revista foi a escolhida para ser analisada a partir dos números veiculados nos meses de junho a novembro de 2002. Antes da análise propriamente dita, e para poder fundamentá-la historicamente, buscamos informações sobre os antecedentes dessa política denominada *ação afirmativa*, com o objetivo de entender que elementos colaboraram para que medidas nessa direção fossem sendo adotadas no Brasil. Em seguida, escolhemos, no universo dos números selecionados, 5 artigos, 6 cartas de leitores e 6 capas, conjunto voltado para a questão das cotas, e consideramos cada um deles como enunciados verbais e/ou verbo-visuais. Entendemos *enunciados* como *práticas discursivas* que possibilitam o estudo e a compreensão de seu funcionamento a partir do entrecruzar da materialidade da língua neles presente e das condições de produção, circulação e recepção que os abrigam. A perspectiva teórica e metodológica de base é a teoria/análise dialógica do discurso, conforme depreendida dos trabalhos de M. Bakhtin e do Círculo, especialmente no que se refere às noções de *interação verbal*, *enunciado* e *formas de presença do discurso de outrem*. A relevância social dessa pesquisa deve-se à importância que a política de cotas assumiu na sociedade brasileira e, também, ao fato de explorar o tema em perspectiva dialógica, ou seja, concebendo a interação como o princípio fundador da linguagem que se articula em contextos históricos, sociais e culturais específicos. É relevante, ainda, investigar textos/discursos verbais e verbo-visuais, considerando uma revista de cultura, no caso, *Caros Amigos*. Como resultado do trabalho, podemos afirmar que: as múltiplas vozes e sentidos presentes nesses textos que compõem o corpus – capas, artigos, cartas de leitores - demonstram que a revista constroi seu posicionamento editorial diante do objeto do discurso, a partir do valor que os interlocutores atribuem à sua construção; a polêmica é constitutiva da linha editorial da revista; os embates entre os interlocutores determinam a construção dos enunciados; ao abrir espaço para discussões de diferentes visões de mundo, contribui para as transformações sociais; a análise dialógica de enunciados da mídia contribui para uma melhor compreensão da natureza social do discurso e dos temas relevantes para a sociedade, no caso das cotas.

Palavras-chave: cotas; discurso jornalístico; interação verbal; enunciado; discurso de outrem; polêmica aberta e velada

Discursive construction concerning the system of quotas in the magazine “Caros Amigos” (Dear Friends)

Irene de Lima Freitas

ABSTRACT

This research aims at discussing how the construction of the discourse concerning quotas in Brazil happens in the media, and how it fits into the debate about exclusion/inclusion of the Negroes in the Brazilian society. Due to the vastness of the issue, the object of the study was chosen, taking into consideration, firstly, the year 2002, the period of most commotion in the media, relating to the discursive impact of exclusion, having as the background the issue of the quotas. During this year, a publication that systematically wrote about the subject was the magazine *Caros Amigos*. Thus, considering that the Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro instituted quotas of up to 40% for the access of the Negro and dark population to the Federal University of the State of Rio de Janeiro, based on Law number 3,708, dated 9th November 2011, the magazine was the one chosen to be analyzed, as from the editions published in the months of June to November 2002. Before the analysis in itself, and in order to fundament it historically, we searched for information about the antecedents of this policy called *affirmative action* aiming at understanding which elements helped to bring about the fact of such measures being taken up in Brazil. Secondly, we chose, in the total of editions selected, 5 articles, 6 letters from readers and 6 magazine covers, all dealing with the matter of quotas and we considered each one of them as verbal and/or verbo-visual utterances. We understand *utterances* as *discursive practices* that enable the study and understanding of their functioning as from the crisscrossing of the materiality of the language present in them, as well as the conditions of production, circulation and reception that serve as background. The basic theoretical and methodological perspective is the dialogical theory/analysis of discourse, as put forward in the works of M. Bakhtin and his Circle, especially in that it refers to the notions of *verbal interaction*, *utterance and forms of presence in the discourse of the other*. The social relevance of this research is due to the importance that the policy concerning quotas took on in the Brazilian society and also due to the fact that it explores the issue in a dialogic perspective, in other words, understanding interaction as the founding principle of language which articulates in specific historical, social and cultural contexts. It is also relevant to investigate verbal and verbo-visual texts/discourses considering a culture magazine, in this case, *Caros Amigos*. As a result of the study, it may be stated that the multiple voices and senses present in the texts that make up the corpus – magazine covers, articles, letters from readers – show that the magazine builds up its editorial positioning before the object of discourse, as from the value that interlocutors attribute to its construction; the polemic is part of the magazine editorial line of thought; the opposition between interlocutors determines the construction of the statements; while opening up space for discussions concerning different visions of the world, it contributes to social transformation; the dialogic analysis of the statements in the media contribute to a better understanding of the social nature of discourse as well as the subjects which are relevant to society, like the quota issue.

Key Words: quotas; journalistic discourse; verbal interaction; utterance; discourse of the other; open and veiled polemics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa Caros Amigos Nº 1 – abril 1997.....	136
Figura 2 - Editorial Caros Amigos Nº 1 – abril 1997, p. 3.....	139
Figura 3 - Autores 1ª Edição - Caros Amigos Nº 1 – abril 1997, p. 4.....	141
Figura 4 - Capa 4 C4 – Caros Amigos- setembro, 2002.....	158
Figura 5 - Capa1- C1 Caros Amigos – junho, 2002.....	163
Figura 6 - Capa 3 C3 – Caros Amigos- agosto, 2002.....	168
Figura 7 - Capa2- C2 Caros Amigos - julho, 2002.....	172
Figura 8 - Capa 5 C5 – Caros Amigos- outubro, 2002.....	175
Figura 9 - Capa 6 C6 – Caros Amigos- novembro, 2002.....	178
Figura 10 - Texto1- T1 Caros Amigos - junho, 2002, p.13.....	183
Figura 11 - Texto 2- T2 Caros Amigos – julho 2002, p. 30.....	197
Figura 12 - Texto 3 T3 – Caros Amigos- setembro, 2002, p.18 - 19.....	206
Figura 13 - Texto 4 T4 – Caros Amigos- setembro, 2002, p.20.....	214
Figura 14 - Texto 5 T5 – Caros Amigos- setembro, 2002, p.21-22.....	219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Textos que compõem o corpus de estudo: conjunto de Capas, Textos e Cartas de Leitores da Revista Caros Amigos.....	128
Quadro 2 - Vozes reportadas em T1.....	195
Quadro 3 - Vozes reportadas em T2.....	203
Quadro 4 - Vozes reportadas em T3.....	213
Quadro 5 - Vozes reportadas em T4.....	218
Quadro 6 - Vozes reportadas em T5.....	225

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	19
CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	19
1.1 Retrospectiva histórica.....	19
CAPÍTULO 2	80
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	80
2.1 Teoria dialógica do discurso.....	81
2.2 O discurso de Outrem	99
2.3 Discurso, história e memória.....	114
2.4 A perspectiva do verbo-visual	120
CAPÍTULO 3	125
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	125
3.1 Caracterização da pesquisa	126
3.2 Procedimentos para coleta dos dados e seleção do <i>corpus</i>	126
3.3 Descrição do contexto de pesquisa.....	131
3.3.1 A revista <i>Caros Amigos</i>	131
3.3.2 Descrição histórica da revista <i>Caros Amigos</i>	134
3.3.3 Os cinco Textos/artigos (T) e seus autores- criadores	144
3.3.4 As seis Cartas de Leitores (CL).....	148
3.3.5 As seis Capas da revista - C.....	149
3.4 Coleta de dados e método de análise	150
CAPÍTULO 4	153
A PRESENÇA DO(S) OUTRO(S) NO DISCURSO DE UM(NS).....	153
4.1 A construção discursiva do sistema de cotas.....	155
4.1.1 As capas.....	155
4.1.2 Os artigos.....	180
4.1.3 As Cartas de Leitores	226
4.3 Discurso, história e memória	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	242
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249
ANEXOS	259

INTRODUÇÃO

Neste novo milênio, em que o homem vive um tempo de perplexidade e de impactos profundos nas percepções e expectativas, emerge, mais do que nunca, uma série de paradoxos, ambiguidades, antagonismos sociais, culturais e econômicos que, materializados pelas criações midiáticas, parecem configurar novos contornos, novas reflexões e novas ações para antigas lutas, diante de um insistente cenário global de dominação, de controle, de desigualdades e de exclusão social.

Em vista da heterogeneidade do discurso da mídia - nele falam o jornalista, o fotógrafo, o chargista, o sociólogo, o historiador, o intelectual, dentre outros -, torna-se inegável seu papel na construção, circulação e reprodução de sistemas de conhecimentos, valores e crenças, bem como na construção de identidades, constituição dos sujeitos, relacionamentos e transformações sociais e culturais.

A mídia tem colocado de forma tensa e conflituosa, nos últimos anos, o que se tornou uma grande polêmica a respeito das políticas públicas referentes aos processos de inclusão social por meio do sistema de cotas: *Cota para negro volta polêmica e indefinida; Lei de cotas esbarra na mistura de raças; As cotas e a história nacional; Cotas para negros não resolvem a desigualdade, diz ministro da Educação; Advogados entram com ação contra lei de cotas para negros; Critério de cotas leva maioria das vagas da Uerj; Cota para negro embala polêmica; Para Uerj, cotas podem ser 'desastrosas'; ONG vai conferir cor de aluno na matrícula; UFBA revela perfil racial do ensino superior; Uerj quer cortar pela metade cotas no vestibular; Preconceito às avessas; Estudante diz temer discriminação; Justiça do Rio concede segunda liminar contra vestibular com cotas da Uerj.* São manchetes que ilustram a entrada do tema, pela porta da frente, no universo da imprensa que investiga e polemiza os novos rumos dados às chamadas políticas de ação afirmativa, o que reflete e refrata a estrutura social, os sujeitos, as identidades e os discursos que circulam no cotidiano social e nas pesquisas científicas de diferentes esferas do conhecimento - Antropologia, Comunicação Social, Direito, Educação, Linguística - que tomam as questões referentes ao sistema de cotas como objeto de estudo.

O processo histórico por que passou o negro no Brasil, durante a escravidão, é fator determinante da situação de “excluído” ainda enfrentada por ele na sociedade atual, tida por alguns como que ofuscada por um amplo processo de mestiçagem. No Brasil pós-escravista, aparecem estatísticas que colocam em destaque a vulnerabilidade social da maior parte da população negra.

Num cenário de mudanças político-sociais em que, na defesa de direitos individuais e coletivos, o Estado propõe políticas reparatórias, visando ao direito de igualdade, à inclusão social e à inclusão escolar previstos na Constituição Federal do Brasil de 1998 – Artigo 3º que prega: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; Artigo 5º que defende o direito à igualdade “todos são iguais perante a Lei sem distinção de qualquer natureza”; e o Artigo 206, do Capítulo da Educação que prescreve um ensino ministrado com base no “princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; ou de legislações específicas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, instaurou-se, na sociedade brasileira, um intenso debate motivado pela aprovação, em novembro de 2001, da Lei Estadual nº 3.708 de 09/11/2001 - sancionada pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho.

A Lei institui a cota mínima de até 40% para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, e estabelece que nessa cota mínima estão incluídos também os negros e pardos beneficiados pela Lei nº 3524/2000.¹

Emolduram esse debate alguns indicadores sociais que revelam a assimetria existente entre a situação dos brancos e dos não brancos na sociedade brasileira, tais como: O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)², que, num *ranking* entre

¹ Essa Lei nº 3524, de 28 de dezembro de 2000, é a que dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais do Estado do Rio de Janeiro. No Art. 1º prevê que os órgãos e instituições de ensino médio oficiais em articulação com as universidades públicas estaduais, instituirão sistemas de acompanhamento do desempenho de seus estudantes, atendidas as normas gerais da educação nacional. E no Art. 2º, que as vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das universidades públicas estaduais serão preenchidas observado o critérios de 50% (cinquenta por cento), no mínimo por curso e turno, por estudantes que tenham cursado integralmente os ensinamentos fundamental e médio em instituições da rede pública dos Municípios e/ou do Estado. Disponível em: alerj.in1.alerj.rj.gov.br/contlei.../92c5d19ef1cac546032569c40069afa7?... Último Acesso em 05 de janeiro de 2011.

² O IDH surge no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Estes foram criados e lançados pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq em 1990 e teve um objetivo explícito: "desviar o foco

174 países, levando em conta três variáveis: renda *per capita*, longevidade e alfabetização - combinada com a taxa de escolaridade -, classificou o Brasil em 74º lugar, o que o caracteriza como um país de médio índice de desenvolvimento humano.

Os dados obtidos em Censo Demográfico de 2000 (IBGE), segundo os quais negros e pardos no Brasil são cerca de 45% da população, perfazendo algo em torno de 70 milhões de pessoas. Esses dados evidenciam que o Brasil possui a maior população negra fora da África e a segunda maior população negra do mundo - só inferior numericamente à população da Nigéria, que é o país africano mais populoso.

Em trabalho intitulado “Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho”, o “Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial” (INSPIR - 1999), concluiu que existe reiterada desigualdade para negros, de ambos os sexos, no mercado de trabalho. A população branca que trabalha tem rendimento médio de cinco salários mínimos, enquanto os negros e pardos alcançam valores em torno de dois salários mínimos.

No mesmo sentido, a “Inter-American Commission on Human Rights” (IACHR), no relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, observa que “a expressão principal das disparidades raciais é a distribuição desigual da riqueza e de oportunidades”.

Além disso, recentes censos étnicos realizados em universidades revelam um perfil racial no ensino superior, uma vez que há uma sub-representação de negros, se comparados, os resultados, com o perfil da população em geral (Turra e Venturi, 1995). Outros dados estatísticos evidenciam que os negros são maioria entre os desempregados, têm menos acesso à renda, à educação e à moradia (INSPIR,1999); apresentam baixa mobilidade social (Hasenbalg, 1980); são

do desenvolvimento da economia e da contabilidade de renda nacional para políticas centradas em pessoas.” Para produzir os RDHs, Mahbub ul Haq reuniu um grupo de economistas, mas foi o trabalho de Amartya Sen sobre capacidades e funcionamentos que forneceu dados relevantes para o empreendimento. Haq acreditava que uma medida simples, composta pelo desenvolvimento humano, seria necessária para convencer a opinião pública, os acadêmicos e as autoridades políticas de que podem e devem avaliar o desenvolvimento não só pelos avanços econômicos, mas também pelas melhorias no bem-estar humano. Sen, inicialmente, se opôs a essa ideia, pois considerava que seria difícil capturar toda a complexidade das capacidades humanas em um único índice. Porém, Haq o convenceu de que apenas um número único chamaria a atenção das autoridades para a concentração econômica do bem-estar humano. Assim, Sen ajudou Haq a desenvolver o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que até 2009 usava três índices como critério de avaliação: Índice de educação, Longevidade e Renda. A partir do relatório de 2010, o IDH combina três dimensões: *uma vida longa e saudável*: expectativa de vida ao nascer; *o acesso ao conhecimento*: anos médios de estudo e anos esperados de escolaridade; e *um padrão de vida decente*: Disponível em: PIB (PPC) per capita. www.pnud.org.br/hdr/hdr2001/Brasil-IDH.pdf Último acesso em 17 de fevereiro de 2011

discriminados na maneira como são retratados em livros didáticos (Silva, 2001) e também no acesso à justiça penal (Adorno, 1996).

Diante desses indicadores, que desenham um quadro de permanência das desigualdades sociais e de participação mínima do negro no cenário sociocultural, a discussão sobre as políticas de inclusão ganhou espaço na mídia impressa, principalmente no ano de 2002, época em que a primeira universidade pública – Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ - passou a adotar o sistema de cotas previsto na já mencionada Lei Estadual nº 3.708, causando polêmicas, críticas, questionamentos e sugestões, tanto no que se refere aos princípios gerais como aos aspectos pontuais.

Nesse cenário discursivo, autores, legitimados pelo *status* que possuem dentro de determinada esfera de comunicação – autoridade, intelectual, conhecedor do assunto, jornalista, representante de órgão oficial, representante de entidades classistas –, enunciam posições conflitantes, motivando embates que foram amplamente divulgados pelos principais órgãos de comunicação impressa, tais como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Veja*, *Exame*, *IstoÉ*.

Em fevereiro de 2003, assim que o resultado do vestibular da UERJ evidenciou a aprovação de candidatos - com notas aquém da linha de corte dos diferentes cursos - e reprovação de estudantes que, sem pertencer a nenhuma cota, obtiveram notas altas, o assunto foi recolocado em pauta. Uma avalanche de artigos, reportagens e entrevistas, contendo depoimentos e/ou fotos de alguns candidatos beneficiados e de outros prejudicados pelo novo sistema étnico de ingresso à universidade, começam a pulular na imprensa nacional. O tom apreciativo de denúncia dado a essas matérias incitou mais ainda a polêmica, motivando os leitores a enviarem cartas aos jornais e às revistas, tecendo manifestações de diferentes natureza e ordem discursiva.

Para melhor entendermos esse debate, debruçamo-nos em leituras de diversas fontes de informação midiática o que nos levou a perceber, com mais nitidez, a maneira como os diferentes discursos, provindos de diferentes lugares sociais, eram materializados nos textos de jornais e de revistas informativas. Diante dessa percepção, novas perguntas passaram a fazer parte de nossas reflexões. Podemos dizer que o objeto de estudo foi se delineando com mais nitidez diante de nossos olhos.

Como tivemos uma longa trajetória no exercício do magistério de ensino básico - fundamental e médio - em diferentes escolas públicas e privadas de diferentes cidades, e, acostumados que fomos a “preparar” os alunos do terceiro ano do ensino médio para o temido concurso vestibular, chamou-nos a atenção a promulgação dessa nova lei. Nas turmas em que ministráramos aulas, sempre encontrávamos jovens de diferentes situações econômicas e de diferentes etnias que eram ávidos por uma passagem de acesso ao mundo acadêmico universitário.

Da mesma forma, nos últimos anos, já ministrando aulas na universidade, e, habituados a conviver com a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais como os deficientes auditivos, os deficientes visuais e os deficientes físicos, causou-nos certo estranhamento uma política pública de inclusão baseada na cor da pele.

Além disso, fazendo parte da equipe de elaboração e de correção de provas dos processos seletivos da universidade em que trabalhamos, e familiarizada com a aprovação dos candidatos baseada no mérito de cada um, víamos avolumar os questionamentos que pairavam em nossas elucubrações a respeito das cotas.

Como nosso interesse pela questão das cotas tornou-se mais intenso, passamos a arquivar vários textos que tratavam desse tema. De início, reunimos um total de vinte e seis, dentre os quais onze eram artigos, entrevistas e reportagens, e os outros quinze eram cartas de leitores. Todos foram publicados no período de junho de 2002 a março de 2003, nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* e nas revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Caros Amigos*.

Como leitora da revista *Caros Amigos*, havíamos guardado as edições de junho a novembro de 2002, período em que foram veiculados artigos sobre a questão das cotas, em uma série polêmica, com discussões em réplica e tréplica. Chamou-nos especial atenção, nessa série de textos da *Caros Amigos*, a forma como são engendradas as interações dialógicas entre os participantes do evento discursivo: a forma como o autor dialoga com o objeto do discurso e com o destinatário, a forma como apreende e cita o discurso do outro. Percebemos que são interrelações tensas e dissonantes que fazem descortinar vozes representantes de diferentes lugares institucionais e que, portanto, deixam entrever posicionamentos socioideológicos. Decidimos, então, desenvolver uma investigação mais detalhada desses textos e deixar de lado os outros que compunham o conjunto.

Ingressamos no PEPG em LAEL/PUC, tendo como orientadora a Professora Doutora Beth Brait. Nosso projeto foi inserido na linha de pesquisa Linguagem e Trabalho e vinculado ao Grupo de Pesquisa *Linguagem, Identidade e Memória/CNPQ*, por ela liderado, articulando abordagens bakhtinianas em estudos de enunciados verbais e verbo-visuais.

Para cumprir as exigências do programa, no que diz respeito à obtenção de créditos, começamos a frequentar as aulas de nossa orientadora e, entre uma aula e outra, uma leitura e outra, um seminário e outro, uma orientação e outra, um semestre e outro, fomos nos familiarizando e nos entusiasmando cada vez mais com as abordagens da teoria dialógica desenvolvida por Bakhtin e seu Círculo.

A partir dos estudos da teoria bakhtiniana – novas lentes nos fizeram enxergar mais longe – pudemos perceber a revista *Caros Amigos* como um grande enunciado, motivo pelo qual não poderíamos deixar de incluir os aspectos não-verbais que se relacionavam com os enunciados verbais selecionados, pois, certamente, teriam importante papel na construção dos sentidos.

Nosso entusiasmo pela nova perspectiva teórico-metodológica bakhtiniana intensificou-se, também, quando tivemos a oportunidade de desenvolver um estágio/doutorado/sanduíche, de quatro meses, junto à *Equipe de Recherche Paideia de Philosophie de L'Education*, no *Département de Sciences de L'education* da *Université Paris VIII*, participando do seminário de pesquisa *Sémiologie et recherche – Langage e Societé*, dirigido pela Professora Doutora Marília Amorim, cujas abordagens dialogam com a teoria do Círculo.

No processo de delimitação do *corpus*, optamos por 6 capas, 5 artigos e 6 cartas de leitores da revista *Caros Amigos*, editados no período de junho a novembro de 2002, justamente porque esses textos estão inseridos em uma cadeia discursiva de conflitos e embates que polemizam o sistema de cotas. As especificidades do objeto de estudo apontaram para a teoria dialógica, desenvolvida por Bakhtin e seu Círculo, como fundamentação teórico-metodológica pertinente para dar suporte à nossa pesquisa.

A decisão de escolhermos a revista *Caros Amigos* se deve ao fato de ela ser considerada um importante campo discursivo, com renovado paradigma cultural e com abertura de espaço para discussões a respeito de diferentes facetas da identidade nacional. Além disso, a escolha foi motivada pelo fato de que a revista, considerada de cultura, procura informar de modo a não apenas manter as pessoas

a par dos acontecimentos, mas, principalmente, proporcionar a interpretação de fatos relevantes que ocorrem no cotidiano das cidades e países e que são colocados em pauta pela mídia, em geral.

O peso e a importância desse veículo de comunicação –*Caros Amigos* - resume-se bem nas palavras de Muniz Sodré em depoimento a Pereira Filho (2004, p. 29): “o jornalismo feito pela revista garante a sobrevivência de um estilo de publicismo no interior de uma mídia que está por demais comprometida com a tecnologia, o espetáculo e o mercado; *Caros Amigos* tem compromisso com o pensamento crítico humanista, é um jornalismo de ideias e debates, sem ser panfletário. Ela se dirige a cidadãos e não a consumidores.”

Partimos, então, da hipótese de que a questão do sistema de cotas na mídia, de forma especial na revista *Caros Amigos*, é entretecida por vozes que se articulam em interações discursivas tensas e conflitantes o que, além de refletir e refratar a polêmica da identidade brasileira, possibilita reflexões de como se dá a formação dos discursos e da opinião dos interlocutores a respeito da inclusão/exclusão do negro na sociedade brasileira.

Para trabalhar essa hipótese, diante do *corpus* estabelecido, tomamos uma questão geral como norteadora da pesquisa e algumas específicas para respondê-la.

Questão geral:

De que maneira se dá a construção dos discursos sobre as cotas nos processos enunciativo/discursivos da mídia impressa e mais especificamente em *Caros Amigos*?

Questões específicas:

1) Quais são as vozes presentes nos enunciados que constituem o *corpus* (artigos, capas, cartas) e que contribuem para a construção desses discursos sobre as cotas?

2) Quais são as marcas verbo-visuais (linguísticas, enunciativas e discursivas) que evidenciam essas vozes e o que elas revelam a respeito do sistema de cotas?

A pergunta geral tem o objetivo de ampliar o foco sobre a importância da ação da mídia nas práticas discursivas da sociedade brasileira, extrapolando a simples investigação do papel social da mídia. A primeira pergunta específica tem o objetivo de identificar como as diferentes vozes se manifestam nos discursos sobre as cotas, a fim de evidenciar que os conflitos são constitutivos dos discursos e dos sentidos

que aí se estabelecem. A segunda pergunta específica tem como objetivo ressaltar os principais mecanismos linguísticos, enunciativos e discursivos que expressam o confronto de vozes e de discursos na construção do discurso sobre as cotas.

Assim, o objetivo desta pesquisa é verificar como se dá na mídia a construção do sistema de cotas no Brasil e como ele se insere no debate sobre a exclusão/inclusão do negro na sociedade brasileira.

Para nosso intento, selecionamos enunciados que se inserem em um processo de interação verbal entre textos, autores, editores e ilustradores e que se organizam em uma sequência discursiva polêmica procurando descrever, analisar e interpretar as diferentes formas de presença do outro - a multiplicidade de vozes - que entram na construção do discurso sobre as cotas, na revista *Caros Amigos*. Abordamos os aspectos verbais e verbo-visuais, utilizando os conceitos da teoria dialógica desenvolvidos por Bakhtin e seu Círculo.

Organizamos nosso estudo em quatro capítulos. No primeiro, examinamos as bases sócio-históricas do sistema de cotas – que se insere na política denominada *ação afirmativa* – e sua influência nos movimentos sociais e na adoção da medida no Brasil. Buscamos uma bibliografia a partir de artigos acadêmicos, livros, dissertações e teses que abordam o tema das cotas raciais.

No segundo capítulo, discorreremos, em linhas gerais, sobre a teoria dialógica do discurso de M. Bakhtin e seu Círculo, procurando compreender os conceitos fundamentais que dão suporte às nossas análises, especialmente as noções de: interação verbal, enunciado, formas de presença do discurso de outrem, polêmica velada e polêmica aberta.

No terceiro capítulo, descrevemos a metodologia usada em nossa pesquisa, ressaltando o processo de coleta e seleção, a natureza e descrição dos dados, os procedimentos para a análise, bem como as características do contexto em que se insere o *corpus* de estudo.

No quarto capítulo, para responder de modo efetivo às questões levantadas, apresentamos a análise e a discussão dos dados, recuperando as diversas vozes que se confrontam em tensão e embates discursivos e demonstrando de que forma esses embates constroem o discurso sobre as cotas no *corpus* estudado com base na teoria mencionada.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

*O domínio cultural
está inteiramente situado sobre
fronteiras que passam por todo lugar,
através de cada momento seu,
e a unidade sistemática da cultura
se estende aos átomos da vida
cultural, como o sol se reflete em
cada gota.[...] como uma mônada que
reflete tudo em si e que
está refletida em tudo.*

Bakhtin

O objetivo deste capítulo é fazer uma retrospectiva histórica, a fim de contextualizar a questão do sistema de cotas - que nos propusemos estudar por meio de um veículo de comunicação - buscando suas bases e investigando fatos e antecedentes que possam ter sido determinantes para sua origem e/ou que tiveram influência na divulgação do tema, e/ou que colaboraram para que medidas fossem tomadas e movimentos sociais fossem criados. Ao delinear essas condições sócio-históricas dessa política de ação afirmativa e o significado que ela adquire em determinadas esferas de circulação, ocorreram-nos algumas perguntas, para compor este capítulo, que podem ser assim formuladas: (i) o que são as cotas? (ii) quando e onde surgiram? (iii) em que fundamentos legais e éticos se apoiam? (iv) qual é o papel primordial de sua implementação no Brasil? (v) como a imprensa se insere nesse debate?

A partir da abordagem dessas questões, chegaremos, no final deste capítulo, à justificativa e às perguntas de pesquisa.

1.1 Retrospectiva histórica

A partir da Segunda Guerra Mundial, 1945, em que, com o fortalecimento do Estado de Bem Estar Social, criaram-se diferentes organismos internacionais como a ONU – Organização das Nações Unidas - e da UNESCO³ (16-11-45) –

³ UNESCO (The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura que funciona como um laboratório de ideias e como uma agência de padronização para

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a qual torna-se referência em Direitos Humanos com a premissa de sua Constituição : “se a guerra nasce na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”, ganha força a noção de remediar as desigualdades e sofrimentos deflagrados pela Guerra. Assim, a cada dois anos, os 191 Estados, membros da UNESCO, reúnem-se para deliberar propostas e ações para os principais problemas que afligem as sociedades, visando à melhoria das condições sociais.⁴

Na década de 60, a esses primeiros movimentos seguiram outros, com cunho reivindicatório de igualdade de direitos e oportunidades (negros, mulheres e homossexuais), dando lugar a uma reflexão acerca do caráter etnocêntrico e hierarquizante das categorizações étnicas, identitárias, literárias, artísticas, religiosas, linguísticas, etc. (FRANCO, 2006)

No mesmo período, os norte-americanos viviam um movimento de reivindicações democráticas internas, e, então, surge nos EUA a “positive action” – bandeira de luta pela igualdade social e resposta ao problema da segregação. Dessa forma, o país pioneiro na adoção das políticas sociais denominadas “ações afirmativas” foram os Estados Unidos. Tais políticas foram concebidas inicialmente com mecanismos tendentes a solucionar aquilo que um célebre autor escandinavo qualificou de “dilema americano”: a marginalização social e econômica do negro.

Posteriormente, as reivindicações foram estendidas às mulheres e a outras minorias étnicas e nacionais, índios e deficientes físicos. Segundo Gomes (2001), as *ações afirmativas* se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de

formar acordos universais nos assuntos éticos e serve como uma agência do conhecimento – para disseminar e compartilhar informação e conhecimento e promover a cooperação internacional entre seus 192 Estados Membros nas áreas de educação, ciências, cultura e comunicação.(http://www.unesco.org.br/unesco/sobreaUNESCO/index_html/mostra_documento. Acesso em 22 de janeiro de 2010).

⁴Consideramos importante ressaltar as observações de Franco (2006, p. 12) ao destacar que, embora a ONU e UNESCO sejam apontados como referência em Direitos Humanos, em outros momentos - em episódios históricos e em conflitos internacionais - foram rechaçadas. “ Não se consideram os aspectos constitutivos de sua fundação: a manipulação dos países membros nem o montante de orçamento disponibilizado anualmente por parte dos países integrantes para sustentar uma estrutura bem mais burocrática do que efetivamente destinada a ações concretas na intervenção e melhoria das condições de vida das populações e segmentos necessitados”. Além disso, não se leva em consideração o cunho assistencialista desses organismos e tampouco o fato de que suas criações coincidem com as de instâncias econômicas de caráter regulatório como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que em outras análises são responsabilizadas pela fome e pela desigualdade social no mundo. A importância de se ressaltar o papel da ONU deve-se ao fato de ela ser o principal organismo internacional de proposição e controle de políticas de direitos humanos em que se vinculam variadas políticas de ação afirmativa tais como a política de cotas.

compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade⁵.

Nesse contexto, o conceito de “minorias” ganha força. Aqui, vale fazer uma breve retrospectiva histórica ressaltando que, segundo Remillard (1986), a proteção internacional dos direitos das minorias teve início nos séculos XVI e XVII, tendo como foco as minorias religiosas, quando em 1648 o Tratado de Westphalia⁶ declarou o princípio de igualdade entre católicos e protestantes. Nos anos posteriores, surgiram outros tratados que tinham a preocupação de garantir a liberdade religiosa e a celebração da paz, embora não se possa dizer que nessa época já houvesse um amparo específico a determinada minoria.

Pode-se considerar que uma primeira preocupação mais direta de proteção aos grupos minoritários tenha sido a Conferência da Paz, em Paris, no ano de 1919, quando houve a declaração da igualdade de todas as pessoas perante a lei, a igualdade dos direitos civis e políticos, a igualdade de tratamento e de segurança.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, não mencionava de forma expressa o direito das minorias, embora em 1947 a Comissão de Direitos Humanos tenha criado uma Subcomissão para Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias das Nações Unidas⁷. Só quase vinte anos depois, em 16 de

⁵Ellis Cashmore, em seu *Dicionário de relações étnicas e raciais*, no verbete “ação afirmativa” diz que esta “visa ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação, e tem como beneficiários os membros de grupos que enfrentam preconceitos”. (CASHMORE, 2000, p. 31).

⁶ Firmado entre os dias de 15 de maio a 24 de outubro de 1648, nas cidades alemãs de Munster e Osnabruck esse grande tratado de paz fez história: a Paz de Westfália. Com ela puseram fim à Guerra dos Trinta anos, tida como a primeira guerra civil generalizada da Europa, acordaram a igualdade das três confissões religiosas dominantes no Sacro Império, o catolicismo, o luteranismo e o calvinismo, e abriram caminho para a concepção de tolerância religiosa que, no século seguinte, tornou-se bandeira dos iluministas, como John Locke e Voltaire a Paz de Westfália marcou, em sentido mais amplo, o início do sistema laico de Relações Internacionais. Disponível em: www.educatererra.terra.com.br/vizentini/.../artigo_75.htm. Acesso em 14 outubro de 2010.

⁷ A Subcomissão para Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias das Nações Unidas é o principal órgão subsidiário da Comissão para os Direitos Humanos e foi criada em 1947, sob a autorização do ECOSOC (Conselho Económico e Social das Nações Unidas). Em 1999, o ECOSOC alterou-lhe o nome para Subcomissão para a Promoção e Protecção dos Direitos Humanos. Sua principal função elaborar estudos e recomendações à Comissão relativas à prevenção da discriminação no âmbito dos direitos humanos e liberdades fundamentais e protecção das minorias raciais, nacionais, religiosas e linguísticas. A Subcomissão congrega 26 peritos - escolhidos de acordo com um critério de distribuição geográfica equilibrada - que se reúnem em Genebra anualmente por três semanas e conta com a presença de representantes de estados observadores, de órgãos da ONU e agências especializadas e de outros organismos intergovernamentais e organizações não-governamentais. Atualmente, a Subcomissão é assistida por seis grupos de trabalho: Grupo de trabalho para comunicações (que lida com queixas consistentes sobre violações de direitos humanos); Grupo de trabalho sobre formas contemporâneas de escravidão; Grupos de trabalho sobre povos indígenas; Grupo de trabalho sobre minorias; Grupo de trabalho sobre administração da justiça, e Grupo de trabalho sobre empresas multinacionais.

Disponível em www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/subcomissao.htm. Acesso em 18 de novembro, 2010.

Disponível em www.missionofportugal.org/.../index.php?....Acesso em 18 de novembro de 2010.

dezembro de 1966, é que foi dado um grande salto com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos adotado pela Resolução n.º 2.200 - A da Assembléia Geral das Nações Unidas. O artigo 27 desse Pacto estabelece que, nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter sua própria vida cultural, conjuntamente com outros membros de seu grupo, de professar e praticar sua própria religião e de usar a sua própria língua.

Todavia, a não regulamentação desses direitos deveu-se à falta de consenso sobre os elementos centrais do conceito de *minoría*, o que dificultou a elaboração de uma definição universalmente aceita, conforme expressa Rémillard (1986, p. 14) “il n'est pas facile de trouver tant sur le plan national qu'international le consensus qui puisse garantir les droits de ceux qui ne font pas partie de la majorité. Une des difficultés premières est de définir ce qu'est une minorité”

Francesco Capotorti⁸(1979), membro da Subcomissão para Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias da ONU, propõe dois tipos de critérios para definir as minorias. Primeiramente, os critérios objetivos que compreendem três aspectos: 1º) a existência de um grupo de pessoas com características étnicas, religiosas ou linguísticas, distintas do resto da população em um determinado Estado; 2º) esse grupo minoritário deve ser numericamente inferior ao resto da população; 3º) esse grupo minoritário deve ocupar uma posição de não dominação. O critério subjetivo é definido como sendo o desejo manifesto pelos membros das minorias de preservar suas especificidades, ou seja, a solidariedade dos membros do grupo e sua vontade de contribuir para preservar seus traços distintivos.

Em um trabalho divulgado em 1979, Capotorti, fundamentando-se nesses critérios, define minoria como

[...]un groupe numériquement inférieur au resto de La population d'un Etat, en position non dominante, dont les membres – ressortissants de l'Etat – possèdent du point de vue ethnique, religieux ou linguistique, des caractéristiques qui diffèrent de celles du reste de la population et

⁸ Francesco CAPOTORTI Professeur de droit international à l'Université de Rome, Francesco Capotorti a participé à plusieurs conférences internationales. Il a d'ailleurs été membre élu de la Sous-commission de la lutte contre les mesures discriminatoires et de la protection des minorités (ONU) de 1963 à 1976. En 1971, il a été nommé rapporteur spécial de cette même Sous-commission. C'est à lui que l'on doit le « Rapport Capotorti » sur les droits des personnes appartenant aux minorités ethniques, religieuses et linguistiques.(REMILLARD, 1986, p. 13). Disponível em : <http://id.erudit.org/iderudit/042740ar>. Acesso em 22 de janeiro de 2010.

manifestent même de façon implicite un sentiment de solidarité, á l'effect de préserver leur culture, leurs traditions, leur religion ou leur langue.

Jules Deschênes⁹, especialista da ONU, e igualmente membro da Subcomissão para Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias das Nações Unidas, propõe à Subcomissão, em 1985, uma definição de minoria fundada em critérios de cidadania, de solidariedade, de vontade coletiva de sobreviver, tal como expressa em suas palavras

[une minorité] c'est un groupe de citoyens d'un État, en minorité numérique et en position non dominante dans cet État, dotés de caractéristiques ethniques, religieuses ou linguistiques, différentes de celles de la majorité de la population, solidaires lês uns des autres, animés, fût-ce implicitement, d'une volonté collective de survie et visant à l'égalité en fait et en droit avec la majorité.

Nesse sentido, os conceitos trabalhados pelos especialistas da ONU, Capotorti e Deschênes assemelham-se aos conceitos desenvolvidos pelos antropólogos Wagley (1952) e Harris (1952) os quais estabelecem cinco características para as minorias: 1) são segmentos subordinados de sociedades estatais complexas; 2) as minorias têm traços físicos ou culturais especiais que são pouco considerados pelo segmento dominante da sociedade; 3) as minorias são unidades auto-conscientes ligadas pelos traços especiais que seus membros partilham e pelas restrições que os mesmos produzem; 4) a qualidade de membro de uma minoria é transmitida pela regra de descendência, a qual é capaz de afiliar gerações sucessivas, mesmo na ausência de aparentes traços físicos ou culturais; 5) os povos minoritários tendem a casar dentro do grupo.

De modo geral, nas concepções antropológicas, o conceito de minoria não é tratado apenas quanto aos aspectos puramente quantitativos, mas também quanto aos qualitativos. A ênfase é dada aos aspectos qualitativos porque consideram que a diferença está no tratamento recebido, no relacionamento - ou fricção - entre os vários grupos, levando-se em conta a existência de uma relação de

⁹ Jules DESCHÊNES Juge et ancien Juge en chef de la Cour supérieure du Québec, l'honorable Jules Deschênes s'intéresse depuis longtemps à la cause des droits fondamentaux. Membre élu depuis 1984 de la Sous-commission des Nations unies de la lutte contre les mesures discriminatoires et de La protection des minorités (ONU), l'honorable Jules Deschênes a été à plusieurs reprises conférencier invité lors d'événements internationaux reliés (REMILLARD, 1986, p. 13) <http://id.erudit.org/iderudit/042740ar>. Acesso em 22 de janeiro de 2010.

dominação/subordinação em que a maioria é quem domina - não importa seu número - e a minoria é dominada.

Segundo abordagens de Muniz Sodré (2005, p. 11), no texto denominado *Por um conceito de minoria*, se se pensar na palavra minoria, tomada como o contrário de maioria, tem-se como ponto de partida um sentido de inferioridade quantitativa. Sodré considera que essa noção é importante para a clássica democracia representativa porque “na democracia, diz-se, predomina a vontade da maioria”. Considera, também, que este é um argumento quantitativo porque, qualitativamente, democracia é um regime das minorias, já que só a minoria pode-se fazer ouvir.

A noção atual de minoria, desenvolvida por Sodré (idem) é a que perpassa esta nossa pesquisa. Esse autor alega que minoria refere-se à possibilidade de os setores ou fração de classes, comprometidos com as diferentes maneiras de luta pela questão social, terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder. Assim sendo, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberais, entre outros.

O autor cita o conceito de “devir minoritário”, desenvolvido por Deleuze e Guattari, para os quais a minoria é tomada como um impulso de transformação que atravessa um grupo e não como um sujeito coletivo absolutamente idêntico a si mesmo e numericamente definido. Sodré ressalta que minoria é um fluxo de mudança, um “lugar” de transformação e passagem, polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social. Lugar que, diferentemente de espaço abstrato ou de uma localização concreta, é a localização de um corpo ou de um objeto e, portanto, um espaço ocupado. Não é, necessariamente, uma localização topográfica, mas sim topológica: “um espaço afetado pela ação humana, um campo de fluxos que polariza as diferenças e orienta as identificações”. (SODRÉ, 2005. p.12).

Dessa forma, o conceito de minoria implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual em que “lugar” é tomado como uma configuração de forças. Por isso o autor argumenta que o negro no Brasil é mais um lugar do que o indivíduo definido pura e simplesmente pela cor da pele. Argumenta, ainda, que minoria não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa, a multidão ou um grupo, mas é, principalmente, um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica. Nesse sentido, Muniz Sodré ressalta que um sindicato, um partido político não podem ser

denominados de minorias, mesmo que sejam de oposição ao regime dominante, porque ocupam um lugar na ordem jurídico-social instituída.

Para esse autor, existem quatro características básicas do conceito de “minoria”. A primeira é a *vulnerabilidade jurídico-social*, já que o grupo minoritário não é institucionalizado pelas regras jurídico-sociais vigentes e, portanto, torna-se vulnerável diante das políticas públicas ou da legitimidade institucional. Por esse motivo, as minorias lutam por uma voz, ou seja, pelo reconhecimento societário de seu discurso.

Quanto à segunda característica das minorias, denominada *identidade em status nascendi*, o autor esclarece que, do ponto de vista da identificação social, a minoria apresenta-se sempre em *status nascendi*, ou seja, na condição de uma entidade em formação que se alimenta da força e do ânimo dos estados em formação. “Mesmo quando já existe há muito tempo, a minoria vive de um eterno recomeço” (SODRÉ, 2005, p.12).

A terceira característica é a *luta contra-hegemônica*: a minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas, em princípio, não há nessa luta o objetivo de tomada do poder pelas armas. Aqui, Muniz Sodré reconhece a mídia como um dos mais relevantes territórios dessa luta, principalmente nas tecnodemocracias ocidentais. Nesse sentido, ressalta um aspecto importante que diz respeito a este nosso trabalho, já que elegemos o discurso da mídia para nossos estudos. Porém, o autor chama a atenção para o fato de que há o risco de que as ações minoritárias possam ser empreendidas apenas em virtude de sua repercussão midiática, o que, de certa forma, esvaziaria a possível ação no nível das instituições da sociedade global.

E a quarta característica - *estratégias discursivas* – como o próprio nome indica, configura-se como uma intensa utilização das estratégias discursivas e dos principais recursos de luta permanente, tais como passeatas, programas de televisão, manifestos, revistas, jornais, campanhas por meio da Internet, invasões episódicas, gestos simbólicos (fazendo da mídia - conforme dito na característica anterior - um dos principais territórios de luta) (SODRÉ, 2005, p.13).

Tendo feito algumas considerações sobre o conceito de “minoria” e retomando nossas abordagens a respeito do pioneirismo na adoção das políticas sociais de “ações afirmativas”, ressaltamos que, nesse contexto, os Estados Unidos passam a ser vistos como referência, por terem vivenciado mais de quatro décadas

de experiências com essas políticas, por meio das quais as “minorias” ganham cada vez mais espaço.¹⁰

O movimento “positive action” atinge grandes proporções, após pressão de grupos organizados da sociedade civil, principalmente os chamados “movimentos negros” idealizados por lideranças como Martin Luther King e Malcom X.

Nascido em Atlanta, em 1929, Martin McLuther King Jr. foi um pastor protestante que tornou-se um dos mais importantes líderes políticos do ativismo pelos direitos civis nos Estados Unidos e no mundo, por meio de uma campanha de não-violência e de amor para com o próximo. Considerado a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz (1964), foi assassinado em Memphis, em 4 de abril de 1968. O seu discurso mais famoso e lembrado é "Eu Tenho Um Sonho".

Malcolm X (El Hajj Malik El Shabazz, mais conhecido como Malcolm X ou Malcolm Little), nasceu em 1925, em Omaha, Nebraska, e foi assassinado em 1965, em Nova Iorque. Foi um dos maiores defensores dos direitos dos negros nos Estados Unidos. Fundou a Organização para a Unidade Afro-Americana, de inspiração socialista. Além desses dois líderes, é necessário citar um importante grupo pela luta dos direitos civis dos afro-americanos, “Panteras Negras”, partido negro revolucionário estadunidense, fundado em 1966 em Oakland, Califórnia, por Huey Newton e Bobby Seale, originalmente chamado *Partido Pantera Negra para Auto-defesa* (“Black Panther Party for Self-Defense”), depois, mais conhecido como “Black Panther Party” - *Panteras Negras*.

Em vários países da Europa Ocidental ocorreram experiências semelhantes, sendo que a noção que congrega todas essas experiências é o conceito geral de inclusão¹¹. Em princípio, timidamente, as ações afirmativas chegam ao Brasil, na

¹⁰ Nesse sentido, o filme *Um dia sem Mexicanos* - de Sérgio Abreu - mostra o episódio em que a população latina da Califórnia - 14 milhões de imigrantes, um terço da população ativa do Estado - desaparece da noite para o dia. Os desaparecidos têm em comum as raízes hispânicas: são policiais, médicos, operários e babás que garantiam o bem-estar da população californiana . Enquanto autoridades procuram explicações para o caso, os nativos começam a perceber a importância dos chicanos que antes eram desvalorizados. A ideia foi não só de “fazer falta” e protestar contra a polêmica decisão do Tribunal Norte Americano de considerar crime a condição de imigrante ilegal no país, mas também de firmar-se como grupo minoritário e com poder” (Plural Entertainment Espana & Eye on the Ball Film, 1998). Disponível em www.filmesdecinema.com.br > Acesso em 26 de julho de 2008)

¹¹ Etimologicamente, a palavra inclusão vem do latim *includere* – in + cluder, que significa enclausurar ou fechar por dentro. O dicionário *Heritage Illustrated Dictionary of English Language* define o termo inclusão como “ter como membro, conter como elemento secundário ou menor”. De outro modo, incluir pode significar “fechar num grupo o que dele não fazia parte, tomar como membro elementos secundários e enclausurar as diferenças. (SOUZA, 1998, p. 19).

década de 80, momento em que o país vivia o processo de redemocratização. A chamada “Inclusão Escolar” faz parte desse contexto e já está expressa na Constituição de 1988.

Em diversas partes do mundo, a partir da década de sessenta, os deficientes - organizados de forma semelhante a outros segmentos minoritários - iniciaram um movimento de reivindicações de direitos. No Brasil, juntamente com as APAES (Associação de Parentes e Amigos dos Excepcionais), o movimento reivindica o acesso dos chamados “deficientes” a um sistema educacional público e de qualidade. Da mesma forma, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024/61) já dava indícios, ainda que timidamente, de amparo à educação desse segmento, porém colocava ênfase no financiamento, por parte do Estado, de instituições educacionais privadas, assistencialistas, para incluir a representação dos “deficientes” como “excepcionais”.

Por outro lado, a Constituição Brasileira de 1988 procura mudar esse cenário e avançar na proposta da chamada “Inclusão”, atendendo a diferentes decisões de Organismos Internacionais expressas em diversas Declarações de Direitos, tais como a Declaração de Educação para Todos, na Tailândia, em 1990, e a Declaração de Salamanca, na Espanha, em 1994.

Nesse sentido, o artigo 208 da Constituição Brasileira de 1988, inciso III, estabelece o atendimento educacional dos “portadores de necessidades educativas especiais” preferencialmente na rede regular de ensino, tendo o sistema de ensino não só a obrigatoriedade da matrícula (Lei 7.853/1989)¹², como também de atender e se adequar às diferentes necessidades educacionais deste grupo. Avançando nessa direção, corroborando essas deliberações, a nova LDB 9394/96, em seu artigo 58, transforma a chamada “educação especial” numa modalidade de ensino. Em meio a esse cenário “inclusivo”, a escola passa a ser vista, cada vez mais, como um espaço de afirmação da “tolerância”¹³, em vez de ser uma arena de conflitos e

¹² A Lei 7.853/1989 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, em sua integração social, e institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do ministério público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislacao.planalto.gov.br/.../lei%207.853-1989?...> Acesso em 19 de dezembro, 2010.

¹³ O Segundo o dicionário Aurélio (1994, p. 1385), tolerância é: qualidade de tolerante; ato ou efeito de tolerar; tendência a admitir modos de pensar, de agir, e de sentir que diferem dos de um indivíduo ou de grupos determinados, políticos ou religiosos; margem especificada como admissível para o erro em uma medida ou para discrepância em relação a um padrão. E o dicionário Michaelis de Língua portuguesa traz as seguintes acepções para o termo tolerância: **1** Qualidade de tolerante. **2** Ato ou efeito de tolerar, de admitir, de aquiescer. **3** Direito que se reconhece aos outros de terem opiniões diferentes ou até diametralmente opostas às nossas. **4**

lutas pela afirmação ou pela resistência aos sistemas dominantes ou hegemônicos. A UNESCO elegeu a década de 90 do Século XX como a Década da Tolerância entre os povos e os indivíduos, deflagrando uma série de ações e tratados mundiais em torno do conceito. A *Declaração de Princípios sobre a Tolerância* foi aprovada em 16 de novembro de 1995, pelos Estados Membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua 28ª reunião da Conferência Geral, em Paris, explicitando, em seu artigo primeiro, o que é e o que não é tolerância, nos seguintes termos:

Artigo 1º - Significado da tolerância

1.1 A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade da cultura de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.

1.2 A tolerância não é concessão, condescendência, indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro. Em nenhum caso a tolerância poderia ser invocada para justificar lesões a esses valores fundamentais. A tolerância deve ser praticada pelos indivíduos, pelos grupos e pelo Estado¹⁴.

A respeito do termo “tolerância” e os significados que ele adquire em diferentes contextos, vale ressaltar as abordagens de Skliar (2004) para quem tolerância é uma palavra elaborada e pronunciada diariamente pelos tecnocratas de turno das democracias ocidentais atuais; palavra que impõe; palavra que desde a sua primeira sílaba obriga uma positividade, uma trajetória auto-referencial, no sentido de que ela parece indicar unicamente uma qualidade e/ou uma virtude de

Boa disposição dos que ouvem com paciência opiniões opostas às suas. **5** Disfarce ou dissimulação a respeito de uma coisa proibida. **6** Permissão concedida ao estudante militar para frequentar a cadeira ou disciplina em que foi reprovado. **7** Pequenas diferenças para mais ou para menos, legalmente permitidas no peso ou no título das moedas. **8** *Sociol* Atitude social de quem reconhece aos outros o direito de manifestar diferenças de conduta e de opinião, mesmo sem aprová-las. *T. civil*: permissão concedida pelo governo para uso de cultos que não são do Estado. *T. eclesiástica*: o mesmo que *tolerância teológica*. *T. medicamentosa*: aptidão para suportar doses exageradas de uma substância, ou suportá-la por muito tempo. *T. política*: atitude do governo ou partido político que admite a existência de outros partidos que não concordem com seus princípios. *T. religiosa*: atitude governamental em que se concede plena liberdade de culto. *T. teológica*: condescendência em consentir todas as opiniões que não são abertamente contrárias à doutrina da Igreja. Disponível em: michaelis.uol.com.br/ - Acesso em 15 de dezembro 2010.

¹⁴ A Declaração de Princípios sobre a Tolerância é encontrada, na íntegra, em unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf. Acesso em 16 de dezembro, 2010.

nós mesmos, da nossa bondade, na medida em que nos define como sujeitos, sociedades e/ou culturas que se reconhecem “tolerantes”. Uma palavra que se mistura rápido demais com aqueles discursos que consistem em disseminar a ideia de “termos que, inevitavelmente, tolerar o outro”, “tolerar os outros”, e que marca, de forma categórica e definitiva, a distância entre o “eu” e o “outro”, entre o “nós” e o “eles”. Skliar chama a atenção para o uso indiscriminado do que denomina “verbos democráticos” – do eu para o outro, do nós para eles – tais como respeitar, aceitar, reconhecer etc., que predominam nesses contextos” (SKLIAR, 2004, p.82-83).

No Brasil, em 20 de novembro de 1995, o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (Ministério da Justiça) participa da marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e pela vida, coincidindo com a comemoração de trezentos anos da morte de Zumbi. Era o primeiro ano de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República.

Nessa época, intensificam-se slogans e apelos midiáticos: “Escola para Todos”; “Escola Inclusiva”, que de forma reducionista passam a indicar um ganho político na luta pelos direitos humanos e sociais. Segundo abordagens de Franco (2006), as Escolas Especiais passam a ser representadas como locais segregadores, paternalistas, assistencialistas que favorecem a exclusão e a guetificação de certos segmentos e não um espaço de possibilidade de uma educação especializada, pautada em diferentes aspectos cognitivos, culturais e identitários. A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 - os portadores de necessidades educativas especiais, ou “deficientes”, deveriam ser preferencialmente matriculados na rede regular de ensino, com objetivo de acabar com a suposta segregação à qual estariam submetidos nas Escolas ou classes Especiais. Para esse intento, o destaque é dado ao ideário da igualdade e do respeito às diferenças.

A respeito dessas normatizações, Franco (2006) questiona se a chamada “Inclusão”, além de ser uma política que desonera o estado – porque o ensino especial é caro - não estaria promovendo uma “exclusão velada” e a normatização dos “deficientes”, naturalizando e desrespeitando as características identitárias que os constitui como grupo minoritário.

Em meio a essa diversidade de ações, nesse contexto de luta pela “inclusão”, o que se percebe é que os movimentos negros vão ganhando força: em setembro de 2001, acontece em Durban, África do Sul, a Conferência Mundial

Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (ONU).

A mídia, em consonância com o debate social, passa a dar destaque às políticas de ação afirmativa¹⁵, evidenciando seu papel na construção do discurso inclusivista e normatizador: televisão, jornais, revistas abordavam de forma persuasiva o discurso da inclusão. O destaque para políticas de ação afirmativa era cada vez maior nos espaços discursivos midiáticos, destacando-se entre essas ações, a política de cotas na universidade pública, que passara a fazer parte das promessas e campanhas de candidatos às novas eleições presidenciais, no ano de 2000.

Surgem, então, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, projetos de lei que dão amparo ao sistema de cotas. Primeiramente, a já referida *Lei nº 3.708 de 09 de novembro de 2001*, por meio da qual a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro institui cota de até 40% para as populações negras e pardas, no que se refere ao acesso à Universidade (UERJ e UENF). Em seguida, o *Projeto de Lei Nº 135/2003* altera a *Lei 3.708* e a *Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro* estabelece a cota mínima de até 10% (dez por cento) para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF.

Silva (2004, p.4) observa que, mesmo não sendo denominadas de cotas ou ações afirmativas, “o legislador pátrio já editou diversas leis e outros tipos normativos que reconhecem o direito à diferença de tratamento legal para diversos grupos vulneráveis”. Esse autor destaca os seguintes princípios normativos:

Decreto-Lei 5.452/43(CLT), que prevê, em seu artigo 345, cota de dois terços de brasileiros para empregados de empresas individuais ou coletivas.

¹⁵ Os discursos que amparam as políticas de *ação afirmativa* geralmente são semelhantes às questões inclusivas. Fundamentam-se na retórica do respeito às diferenças ou, de forma contrária, na afirmação da igualdade. Pouco se investiga a mudança de historicidade dos conceitos *igualdade* e *diferença* – que na atualidade são considerados diferentes. De um lado, evidencia-se a discriminação “a favor” no sentido de diferenciar, segregar, com a finalidade de compensar, reparar. Alia-se ao reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira; tem a ver com reconhecer-se afro-descendente. De outro lado, a discriminação “contra” no sentido de diferenciar, segregar, separar, a fim de reproduzir relações de um grupo sobre outro. Alia-se “aos comportamentos preconceituosos e racistas que perpetuam as desigualdades sociais e também ao reconhecimento do povo brasileiro como miscigenado e por isso impossibilitado de tomar o conceito de raça para determinar quem é branco e quem é negro”(FRANCO, 2006, p. 20).

Decreto-Lei 5.452/43(CLT), que estabelece, em seu artigo 373-A, a adoção de políticas destinadas a corrigir as distorções responsáveis pela desigualdade de direitos entre homens e mulheres.

Lei 8.112/90, que prescreve, em seu artigo 5º § 2º, cota de até 20% para os portadores de deficiências, no serviço público civil da união.

Lei 8.213/91, que fixou em seu artigo 93, cotas para os portadores de deficiência, no setor privado.

Lei 8.666/93, que preceitua, em seu artigo 24, inciso XX, a inexigibilidade de licitação para contratação de associações filantrópica de portadores de deficiência.

Lei 9.504/97, que preconiza, em seu artigo 10, § 2º, cotas para mulheres nas candidaturas partidárias.

A amplitude que a política de cotas assumiu, a partir da aprovação - pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - da Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001, que instituiu cotas de até 40% para as populações negras e pardas no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, provocou, na mídia, uma efervescência do embate discursivo da exclusão dos negros na sociedade brasileira.

Os discursos sobre o sistema de cotas, advindos de diferentes fontes midiáticas e de diferentes esferas de pesquisas científicas, evidenciam uma multiplicidade de vozes e de sentidos deixando transparecer as intrincadas tramas sociais, políticas e ideológicas que produzem efeitos de sentido sobre a constituição da linguagem, dos parceiros discursivos e das identidades sociais, nesse processo de construção e transformação de valores sociais e culturais diversos.

Dentre o vários discursos que se entrelaçaram no cotidiano brasileiro, no período de aprovação da citada Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001, e das primeiras adesões ao sistema de cotas por algumas universidades já mencionadas, apresentamos, a seguir, alguns desses discursos da esfera jornalística e da esfera acadêmica. A pertinência de trazer para nossas reflexões, também os textos midiáticos e não apenas os de natureza científica, justifica-se pelo fato de que nosso objetivo é discutir como se dá na mídia, a construção do discurso sobre as cotas e como ele se insere no debate sobre a exclusão/inclusão dos negros na sociedade brasileira.

Conforme a teoria do Círculo bakhtiniano ressalta, as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações

sociais em todos os domínios. Assim, na ininterrupta cadeia da comunicação discursiva, a mídia, em contato direto com a ideologia do cotidiano, dela se alimenta, tece novos fios e os estende ao universo científico que, por sua vez, também os faz repercutir na própria imprensa e em diferentes esferas das diversas instituições ideológicas. A palavra é capaz de registrar as diferentes fases que se operam em quaisquer transformações sociais.

O enunciado - produto ideológico da interação - precisa ser submetido à avaliação dos agentes de uma dada esfera. Só assim ele conserva o vínculo orgânico necessário à sua existência e se mantém vivo nessa esfera. “É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um tal vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma determinada época, que ela é capaz de viver nesta época [...] Rompido esse vínculo, ela cessa de existir, pois deixa de ser apreendida como ideologicamente significante. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1975, p. 119).

Nesse sentido, apresentamos primeiramente os textos midiáticos (artigos, reportagens, entrevistas) de acordo com a ordem cronológica em que foram veiculados e, em seguida, os textos científicos (artigos, dissertações e teses).

Os sujeitos envolvidos no discurso da mídia são agentes sociais considerados intelectuais, reconhecidos por sua participação na vida social, política e cultural brasileira, e, portanto, autorizados a falar. São eles:

Cota para negros embala polêmica, reportagem de Noéli Nobre, publicada no jornal *Correio Braziliense*, em abril de 2002, destaca que a proposta de criação de cotas para negros, defendida por professores do Departamento de Antropologia da UnB, gera polêmica entre os próprios alunos, muitos dos quais consideram que o problema mais grave está centrado no ensino básico e fundamental a que os negros têm acesso. A jornalista menciona que tal proposta, de autoria dos professores José Jorge de Carvalho e Rita Sagato, estava sendo discutida na UnB por professores, alunos e “curiosos”, desde 2001, mas que só seria votada em agosto de 2002, por um Conselho de professores e “notáveis” da UnB, que teriam autonomia para dar a palavra final, independente de outras decisões, sobre o tema, tomadas no Congresso Nacional”. Esclarece a articulista que, se aprovado pela comissão, o sistema de cotas seria implantado no primeiro vestibular de 2003.

Noéli Nobre cita o depoimento de uma aluna negra que conseguiu ingressar na UnB, ao prestar vestibular pela primeira vez - época em que ainda não existia o

sistema de cotas. A estudante considera que “as cotas não resolvem um problema que está na educação básica: as vagas deveriam ser reservadas para alunos pobres”.

No final do texto, a autora enumera “pontos polêmicos do projeto”: falta de objetividade na definição de quem é negro no Brasil; as cotas seriam racismo às avessas: o ingressante conseguiria a vaga pela sua cor da pele e não por mérito pessoal; o benefício seria apenas para a classe média, já que os pobres continuariam excluídos.

Cotas para negros não resolvem desigualdades, é o título de um texto publicado no Jornal *O Estado do S.Paulo*, em fevereiro de 2003, em que a jornalista Sandra Sato expõe argumentos do então ministro da Educação, Cristovam Buarque, o qual afirma que “cotas ajudam apenas a mudar a cor na universidade, não a classe social”.

O ministro considera “uma vergonha” a elite brasileira ser composta apenas por brancos e não ter afrodescendentes entre embaixadores e turistas brasileiros no exterior. Defende que as cotas não deveriam ser impostas à sociedade de uma vez: primeiramente, deveriam ser testadas e, só depois, adotadas de forma geral. Entretanto, enfatiza que a desigualdade entre as classes só será resolvida quando houver investimento em uma escola pública, gratuita e de qualidade para todas as crianças. Considera que, se assim fosse feito, em quinze anos o problema estaria sanado e a discussão sobre as cotas perderia o sentido. O ministro relata que, por ocasião da instalação do Fórum Brasil de Educação - do Conselho Nacional de Educação - ele lançou um desafio aos participantes para que pensassem uma forma de reduzir a desigualdade no Brasil, mas advertiu para o perigo de as entidades representarem mais os interesses dos seus segmentos do que os da coletividade. Solicitou que lembrassem da criança, do jovem e do analfabeto e buscassem medidas que reduzissem a desigualdade entre homens e mulheres, pobres e ricos, negros, índios e brancos, e entre o Nordeste e o Norte, e o Sul e o Sudeste.

A jornalista comenta, também, a opinião do então representante da UNESCO no Brasil, Jorge Werthein, para quem, mesmo com a ausência de critérios para se definir quem é negro, pardo e branco, num país de elevado grau de miscigenação, as cotas podem reduzir as diferenças e que, enquanto se busca o equilíbrio e o fim das desigualdades, pode-se buscar, também, uma melhoria substancial do ensino público brasileiro.

Não deu certo – reportagem da autoria de Ronaldo França, publicada em fevereiro de 2003, na seção *Educação* da revista *Veja* - procura mostrar, já no subtítulo, que “*sistema de cotas para negros, pardos e alunos de escolas públicas desmoraliza o vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*”.

O repórter traz dados estatísticos, opiniões e fotos de ingressantes do vestibular de 2003, além de análises sobre os dados colhidos. França chama a atenção para o fato de que nos Estados Unidos - primeiro país que colocou em prática políticas compensatórias para amenizar as desigualdades entre brancos e negros - o sistema de cotas foi julgado inconstitucional pela Suprema Corte desde 1978. O autor esclarece que o que existe, em muitas instituições universitárias americanas, não são cotas ou “vagas cativas”, mas sim pontuações que no processo de admissão (lá não há vestibular) visam a bonificar candidatos que fazem parte de minorias.

O texto mostra que acabaram entrando na UERJ candidatos com notas aquém da linha de corte dos diferentes cursos, e, conseqüentemente, foram reprovados estudantes que, sem pertencer a nenhuma cota, obtiveram uma elevada pontuação, como o caso de uma vestibulanda que teria sido aprovada com 54 pontos - beneficiada pelas cotas - , e outro candidato que, sem benefício de cotas, mesmo obtendo 81,5 pontos, fora reprovado.

Com base em dados apresentados, o articulista argumenta que o resultado do sistema de cotas “será, a médio prazo, a erosão na qualidade de ensino das instituições que o adotarem” e que decorrem daí dois danos: ao próprio estudante, que não terá uma formação à altura para praticar a profissão que escolheu, e à sociedade, que terá de se haver com profissionais menos gabaritados. O autor considera que tudo isso acarretará mais discriminação, já que se corre o risco do surgimento de expressões como “médico de cota” ou “advogado de cota” “para designar profissionais de formação supostamente pouco confiável” (p. 71).

O autor encerra o texto afirmando que os especialistas em educação, realmente sérios, são unânimes em afirmar que a única política compensatória efetiva “é o investimento pesado na escola pública”, pois é em uma escola pública preocupada com uma formação sólida que negros, pardos e pobres poderão encontrar a base necessária para ascender profissional e socialmente. Chama a atenção para o fato de que o descaso para com escolas públicas de base perpetua a

discriminação e dá margem a iniciativas demagógicas como a que colocou a Universidade do Rio de Janeiro nos noticiários.

Escolas particulares vão à Justiça contra cotas e Advogados entram com ação contra lei de cotas, dois artigos do jornalista Felipe Werneck, publicados em *estadão.com.br*, em fevereiro de 2003, trazem questões relacionadas a processos judiciais contra a lei de cotas. No primeiro, o jornalista comenta que a Confederação Nacional das Escolas Particulares aprovou em assembleia, por unanimidade, a decisão de entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a reserva de vagas para negros, pardos e alunos de escolas públicas.

Werneck informa, também, que o Tribunal de Justiça do Estado concedeu a segunda liminar contra a reserva de vagas na UERJ. O Juiz determinou que a universidade aceitasse a inscrição e garantisse a vaga de um candidato que fez 85,5 pontos no vestibular para medicina, mas não se classificou por causa da reserva de cotas para os negros. A argumentação utilizada pelo Magistrado foi a de que a lei que estabelece o sistema de cotas para negros e pardos, além de violar o artigo da Constituição Federal que diz “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, possibilita a fraude, já que basta a simples declaração firmada pelo candidato o que impossibilita à universidade aferir, de antemão, a veracidade desse conteúdo.

No segundo artigo, o autor alega que, até aquela data – 25 de fevereiro de 2003 – a Justiça já havia concedido 12 liminares a estudantes não pertencentes ao sistema de cotas, que teriam sido aprovados no vestibular da UERJ, caso não houvesse o benefício da reserva de vagas para negros e pardos. A esse respeito, o jornalista informa que a UERJ divulgou nota em que dizia reconhecer o direito de qualquer cidadão ou instituição da sociedade civil organizada de recorrer à Justiça, mas que iria contestar as liminares. A Universidade ressalta, na referida nota, que não é autora da legislação sobre as cotas, porém é obrigada a acatá-la.

Essa mesma notícia - sobre a liminar concedida ao candidato que fez 85,5 pontos no vestibular, mas não havia conseguido uma vaga - foi publicada, também, na *Folha de S. Paulo*, em 20 de fevereiro de 2003, com o título *Justiça do Rio concede segunda liminar contra o vestibular com cotas da UERJ*.

As cotas e a história nacional é o título de um artigo publicado em março de 2003, na revista *Veja*, em que o autor, Luiz Felipe de Alencastro, historiador e

professor titular da Universidade de Paris – Sorbonne, faz um paralelo entre a história americana e a história brasileira, no que diz respeito à estrutura do Estado em relação ao sistema escravista, lembrando as marcas deixadas por esse sistema, nos povos a ele submetidos. O autor alega que nos Estados Unidos, onde há cinquenta anos o estatuto dos negros americanos era, em muitos aspectos, pior que o dos negros do Brasil, as decisões anti-racistas da Corte Suprema, as campanhas dos direitos civis e as políticas afirmativas, fixaram cotas universitárias e dispositivos legais em favor da minoria negra. Já no Brasil permaneceu tudo como era, até que vieram os sustos das estatísticas que desenhavam um quadro de desigualdade racial: “a USP havia realizado, pela primeira vez em sua história, em março de 2003, um censo étnico constatando que, entre seus 39 mil estudantes de graduação, havia apenas 1,3% de negros”.

O autor considera que, guardadas as devidas proporções, a situação atual dos negros brasileiros é pior que a dos negros americanos e que a questão das cotas deve ser amplamente debatida, já que trata de duas questões capitais para o país: a organização do ensino público e a redução das desigualdades raciais e sociais.

Alencastro termina o artigo dizendo que o Brasil não pode continuar com a política grotesca do “deixar como está para ver como é que fica”. E, então, sugere ao Brasil “guardar em mente” o exemplo dos Estados Unidos, onde o critério foi posto em prática e ainda perdura sob formas atenuadas.

O negro é invisível, entrevista concedida à revista *IstoÉ*, pelo educador Mário Sérgio Cortella, publicada em março de 2003, expõe o pensamento do entrevistado o qual argumenta que as cotas não resolvem a questão social dos afrodescendentes, mas abrem espaço para fazê-los aparecer. Cortella reconhece que existe convivência entre negros e brancos, em nosso país, porém considera que, como existe a suposição de submissão do negro, torna-se impossível a disputa de espaço.

Considera, ainda, que a medida (cotas) é necessária porque enseja a formação de grupos afrodescendentes dentro da sociedade, já que existe, no país, uma presença diminuta de negros nas elites econômicas, sociais e políticas. Além disso, argumenta que as cotas têm três grandes importâncias: fomentam a discussão sobre a cidadania coletiva; qualificam as políticas afirmativas e refinam os

critérios para implantá-las; e obrigam o debate sobre as vagas nas universidades públicas. Porém, reconhece que “as cotas apenas minimizam os problemas”.

Questionado pelo entrevistador se não seriam os pobres - brancos e negros - os excluídos, o entrevistado responde que pobre é excluído, mas que o pobre negro é diferente porque “tem mais dificuldades: tem um agravante à sua pobreza que é a cor da pele”. Argumenta que as cotas servem para reparar, em parte, injustiças históricas, sem, contudo, resolver a questão de discriminação social e racial que advém da herança escravocrata.

Questionado, ainda, se a questão da disparidade entre as notas de corte dos classificados pelas cotas e dos classificados no vestibular não geraria problemas em sala de aula, o educador responde que cabe à universidade lidar com isso, já que a democratização do acesso e da permanência tem que ser sempre pensada e sempre debatida independente da temática social.

As cotas nas universidades públicas é o título do artigo publicado em abril de 2004, na seção *Tendências e Debates* da *Folha de S. Paulo*, em que José Goldemberg - na época professor da USP, Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e que já ocupara cargos de Reitor da USP, Ministro da Educação e Secretário da Ciência e Tecnologia da Presidência da República - tece argumentos mostrando-se contrário ao sistema de cotas. Considera que uma das características mais perversas do subdesenvolvimento é copiar “modismos” que ocorrem em países desenvolvidos, sem entendê-los completamente e sem nenhum espírito crítico, como está sendo o caso do Brasil ao adotar o sistema de cotas para negros nas universidades públicas.

Goldemberg lembra que os critérios de admissão utilizados, há décadas, nas universidades americanas, nada têm a ver com as cotas brasileiras. Ressalta que nos Estados Unidos analisa-se o currículo do candidato e as notas obtidas no ensino básico e fundamental, enquanto que no Brasil tenta-se forçar a abertura de cotas, “medida já com adesão de algumas instituições e em vias de se estender por todo o país, com apoio de reitores desavisados ou até de ministros da Educação e de certos políticos sensíveis ao apelo demagógico da medida”.

O autor defende que o sistema de cotas é um remédio errado, utilizado em nome da Justiça Social para sanar a discriminação que os descendentes de africanos sofreram no passado, mas que o problema maior não é este e sim a

pobreza que atinge amplos setores da sociedade brasileira e de modo especial os negros.

Goldemberg termina o artigo alegando que copiar modismo americano e estabelecer cotas para negros não resolverá séculos de discriminação econômica e racial. O que se faz necessário é uma escola básica de qualidade que dê oportunidade ao negro de competir em igualdade de condições com os outros candidatos ao vestibular.

Cotas, um erro já testado”, artigo de Ali Kamel, publicado em junho de 2004 no jornal *O Globo*, faz comentários a respeito do livro de Thomas Sowell *Ação afirmativa ao redor do mundo, um estudo empírico*, que, na época, estava sendo lançado nos Estados Unidos.

Tal livro traz uma abordagem sobre pesquisas que apontam os efeitos das ações afirmativas em: Índia, Malásia, Sri Lanka, Nigéria, China, Estados Unidos e outros países. O objetivo de Kamel, nesse artigo, é mostrar os efeitos negativos das cotas evidenciados na pesquisa de Sowell. Para isso, narra fatos, exemplifica e apresenta porcentagens e outros dados colhidos do livro. Recomenda a leitura da obra, como obrigatoriedade, a todos os brasileiros “e, principalmente, aos congressistas e ministros”. Garante que todos sairão da leitura com uma angústia no peito.

O jornalista posiciona-se contrário ao sistema de cotas, pois considera que tal medida representaria um rompimento com a tradição de tratar os brasileiros com igualdade, sem distinção de raça, ou cor. Encerra o artigo afirmando que “errar por ter boas intenções é uma coisa, mas errar ignorando toda a experiência internacional sobre o assunto é caminhar conscientemente para o desastre”. Defende que os negros brasileiros não precisam de favor. Precisam apenas de ter acesso a um ensino básico de qualidade que lhes permita “disputar de igual para igual com gente de toda cor”.

Uma pesquisa realizada na Internet e nas bibliotecas da PUCSP, da USP e da UNICAMP, mostrou livros, artigos, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, referentes ao tema, dentre os quais apresentamos primeiramente alguns artigos acadêmicos e livros e, em seguida, algumas dissertações e teses

Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas é um artigo em que Munanga (2001), Professor de Antropologia da Universidade de São Paulo, argumenta favoravelmente à adoção

das políticas de ação afirmativa no Brasil. Inicialmente, faz um breve histórico alegando que nos países onde já foram implantadas as políticas afirmativas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens de vítima do racismo e de outras formas de discriminação. O autor explica que por isso essas ações são chamadas de “equal opportunity policies”, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva ou políticas compensatórias.

O antropólogo enumera efeitos positivos da implantação das ações afirmativas nos Estados Unidos e sugere que o Brasil analise as experiências positivas e negativas dos outros países para que possa optar e criar por um modelo que se baseie nas peculiaridades culturais e históricas nacionais. Ressalta dados estatísticos de pesquisa como do IBGE e do Ipea, que evidenciam a exclusão dos negros e não brancos e o privilégio dos brancos. Ressalta, ainda, que os alunos brancos pobres e negros pobres não são iguais, pois os brancos são discriminados somente uma vez pela condição socioeconômica; já os negros são discriminados duas vezes: uma pela condição racial e outra pela condição socioeconômica.

Para Munanga, as políticas ditas universais – defendidas sobretudo pelos intelectuais de esquerda - não trariam as mudanças substanciais esperadas para a população negra. Investir apenas no ingresso em escola básica de qualidade, para essa população desprivilegiada, não resolveria o problema. O autor indaga se a população negra deverá ainda esperar, por muito tempo, essa igualdade de oportunidade de acesso e permanência a um curso superior ou universitário gratuito e de boa qualidade.

Lembra, então, o filósofo e sociólogo Habermas, quando este diz que o modernismo político nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais, em vez de tratá-los de modo desigual. A esse respeito, Munanga alega que não vê como tratar igualmente os negros pobres e os brancos pobres, numa cultura e sociedade racista, em se tratando de políticas públicas, quando uns são duplamente discriminados e outros discriminados uma única vez. Julga que o imaginário coletivo brasileiro está ainda encoberto pelo mito da democracia racial por causa do alto grau de mestiçagem

O autor explicita que o que mais o espanta não é tanto a reação popular, facilmente explicável. O que o surpreende é que as mesmas reações e os mesmos

lugares-comuns se encontram na USP, “uma das mais importantes do Hemisfério Sul em termos de produção de conhecimento científico e de reflexão crítica sobre as sociedades humanas”. Explica que nessa universidade brotou a chamada Escola Sociológica de São Paulo, da qual participaram eminentes estudiosos como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e tantos outros que iniciaram os estudos sobre o negro na ótica das relações raciais e interétnicas, rompendo com a visão apenas raciologista e culturalista.

Além disso, rebate os cinco argumentos mais comuns levantados contra a adoção das ações afirmativas no Brasil, a saber: a) não se sabe quem são os negros no Brasil; b) as políticas de ação afirmativa estão sendo abandonadas nos Estados Unidos; c) as cotas não são destinadas aos índios; 4) as cotas poderiam prejudicar a imagem profissional dos negros que foram beneficiados; 5) as cotas levariam a uma degradação da qualidade de ensino.

O autor refuta o primeiro argumento, dizendo que a identificação é uma simples questão de autodefinição, combinando os critérios de ascendência politicamente assumida com os critérios de classe social, já que é o mesmo critério ultimamente utilizado pelos pesquisadores e técnicos do recenseamento do IBGE. Tal critério vale tanto para os brancos quanto para os negros e para os chamados amarelos. O autor alega que não vê necessidade em recorrer, seja ao exame da árvore genealógica dos autodeclarados negros, seja ao exame científico por meio do teste de DNA. Propõe que se se constatar, depois de algum tempo de experiência, que a maioria de alunos pobres - falsificados pela política de cotas - é composta de alunos brancos pobres - falsificados em negros -, será necessário reavaliar os critérios até então adotados.

Para o segundo argumento, o autor ressalta que, nos Estados Unidos, a mobilidade social realizada pelos afro-americanos, nos últimos quarenta anos, não teria sido possível sem a implantação da política de cotas. Informa que a maioria das universidades públicas americanas, até as mais conceituadas como Princeton, Havard e Stanford, continuam a cultivar as ações afirmativas em termos de metas, sem recorrer necessariamente às cotas ou estatísticas definidas. Assim, julga que, deixar de discutir cotas em nossas universidades porque essa política não deu certo nos Estados Unidos, como dizem os argumentos contrários, é uma estratégia fácil para manter o *status quo*.

Para rebater o terceiro argumento, o autor alega que os movimentos negros que reivindicam as cotas nunca foram contra as propostas que beneficiariam as populações indígenas, as mulheres, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais e até as classes sociais pobres independentemente da pigmentação da pele. Além disso, informa que os afro-descendentes constituem um pouco mais de 70 milhões de brasileiros, em relação às populações indígenas, estimados em menos de 500 mil. Cita benefícios que já foram tomados em favor dos povos indígenas, dentre elas “o estabelecimento de políticas educacionais que possibilitem a permanência de estudantes indígenas nas universidades”.

Refutando o quarto argumento, Munanga diz que ninguém perde seu orgulho e sua dignidade ao reivindicar uma política compensatória numa sociedade que, por mais de quatrocentos anos, atrasou seu desenvolvimento e prejudicou o exercício de sua plena cidadania. E pergunta: “desde quando a reparação dos danos causados por séculos de discriminação prejudica a dignidade e o orgulho de uma população? Os judeus têm vergonha em reivindicar a indenização das vítimas do Holocausto?”

Contra o quinto argumento o autor alega que, apesar dos preconceitos que persistirão ainda por muito tempo, os negros beneficiados pelas cotas “serão capazes de se defender melhor no momento das grandes concorrências e nos concursos públicos, exibindo um certo conhecimento que não dominavam antes”. E conseguirão fazer com que algumas portas se abram graças a esse conhecimento adquirido. Considera que a questão fundamental que se coloca não é a cota, mas sim o ingresso e a permanência dos negros nas universidades públicas.

O autor termina o artigo dizendo que a cota é apenas uma medida de emergência, enquanto se buscam outros caminhos. E que, para não cometer injustiça contra brancos pobres, será louvável se o Brasil encontrar alternativas que não dependam das cotas. Mas dizer simplesmente que implantar cotas é uma injustiça, sem propor outras alternativas a curto, médio e longo prazo, é uma maneira de fugir de uma questão vital para mais de 70 milhões de brasileiros de ascendência africana e para o próprio futuro do Brasil. Considera que o sistema de cotas não vai introduzir alunos desqualificados na universidade, pois a competitividade dos vestibulares continuará a ser respeitada como sempre.

Um raio em céu azul: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira, artigo de Pereira (2003), tem o propósito de contribuir para a

elucidação do “choque social” provocado pelas propostas governamentais de cotas e ações afirmativas. O autor argumenta que o motivo de tais propostas causarem impacto na opinião pública e serem vistas como um absurdo – “um raio em céu azul” - é o fato de que a questão racial no Brasil vem sendo deixada para segundo plano pela área acadêmica do pensamento social e pela intelectualidade, em geral, o que tem gerado desinformações e precária reflexão a respeito das desigualdades raciais.

Diante do que o autor denomina de “intensa, rica e controvertida” interação de setores acadêmicos com a luta anti-racista, o artigo chama a atenção para a grande responsabilidade e importância que tem, no quadro atual, o debate social em torno das cotas e outras medidas de ação afirmativa, já que essa questão, segundo o autor, “é sintoma e resultado de escolhas investigativas, omissões e distorções na trajetória da instituição das Ciências Sociais no Brasil”.

Acesso de Negros às Universidades públicas, artigo da autoria de Guimarães (2003), analisa o movimento da política de cotas afirmativas no ensino superior brasileiro, a fim de compreender os motivos de posicionamentos e reações tão divergentes diante dessa questão. Para isso, o autor faz uma apresentação dos problemas educacionais do país e também das medidas adotadas pelo governo e pelo sistema político, em geral, para enfrentá-los.

Guimarães alega que, depois de 1964, o fato mais marcante na política educacional brasileira foi a estagnação da rede de ensino público universitário e a expansão do ensino privado em todos os níveis de educação. Dessa forma, a rede pública gratuita expandiu-se com baixa “qualidade” ou com certa precariedade, o que dificultava cada vez mais a possibilidade de a classe média baixa frequentar bons colégios e ingressar na universidade pública. Os negros, principalmente os que tinham condição que recorrer à rede particular de ensino superior, obtinham diplomas desvalorizados no mercado de trabalho, o que acentuava a discriminação.

Assim sendo, em meados dos anos 70, os jovens negros tornam-se porta-vozes da massa pobre, negra e mestiça e iniciaram movimentos de luta pela emancipação contra a opressão. Mas a partir de 1988, ano do centenário da abolição da escravidão e da promulgação da nova Constituição, foi que as lideranças negras começaram um intenso trabalho de defesa dos direitos civis dos negros, principalmente aqueles garantidos pela nova carta que tornou crime inafiançável e imprescritível “os preconceitos de raça ou de cor”.

Segundo Guimarães, a partir de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso passou a dar mais espaço para que a demanda por ações afirmativas - formulada pelos setores mais organizados do movimento negro - se expressasse no governo. Na Conferência Mundial Contra a Discriminação Racial, em Durban, em 2001, “o empenho pessoal do presidente levou a chancelaria brasileira a aposentar definitivamente a doutrina da ‘democracia racial’, reconhecendo, em um fórum internacional, as desigualdades raciais do país e se comprometendo a revertê-las pela adoção de políticas afirmativas.”

A partir de então, vários segmentos da administração pública passou a adotar cotas para negros, mas no setor educação houve necessidade de mobilizações. Guimarães ressalta que as evidências apontadas pelos dados estatísticos, a respeito da baixa absorção de jovens “negros” nas universidades, contribuíram para intensificar as lutas por ações afirmativas, o que levou algumas universidades a adotar o sistema de reserva de cotas, tais como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade de Brasília (UnB), dentre outras.

O autor discute algumas reações da sociedade civil brasileira diante das demandas e das políticas de ações afirmativas já adotadas pelo governo. Considera que há interesses “diretos” que põem em confronto, de um lado, boa parte da classe média negra e, de outro, famílias de classe média, mas não inteiramente brancas, aliados aos professores universitários que se colocam contra as cotas e argumentam que a adoção dessa medida poderia acarretar uma perda na qualidade do ensino e da excelência da universidade.

O outro tipo de interesse, apontado por Guimarães, é aquele “de ordem cultural e moral” que leva parte dos intelectuais a temer a adoção oficial de qualquer política racial. Tais intelectuais argumentam que não existem apenas brancos e negros no Brasil e que a medida poderia gerar falsas autodeclarações de algumas pessoas com intenção de se beneficiarem. O principal argumento que o autor diz estar sempre presente nessa polêmica é o do possível prejuízo que tais medidas poderiam causar a membros de outros grupos, uma vez que os direitos são definidos e garantidos a indivíduos e não a grupos. Ou seja, é possível que o estabelecimento de cotas, que beneficiem os “negros”, acabe por limitar o acesso de “amarelos” à universidade.

Baseando-se nesses tipos de interesse, o autor pergunta: “como evitar esses efeitos perversos?”. E responde que, em primeiro lugar, é preciso criar mais vagas

nas universidades; em segundo lugar, por uma questão de justiça social, é preciso aliar o critério da carência socioeconômica ao critério da cor e “unir políticas de flexibilização ao acesso às universidades públicas com políticas de concessão de bolsas de estudo para alunos de universidades particulares”. (GUIMARÃES, 2003, p. 266).

Sobre a implementação de cotas e outras ações afirmativas para os afro-brasileiros, artigo de Silva (2003) – professor da Faculdade de Direito da Universidade de Cândido Mendes e da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, e advogado atuante no Instituto de Pesquisa e Cultura Negras e do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro - fornece subsídios para o debate público a respeito das cotas para afro-brasileiros nas universidades públicas. O artigo coloca em evidência aspectos da experiência norte-americana e da experiência brasileira e apresenta algumas situações que têm sido discutidas em nossa sociedade.

O autor alega que a exclusão do “afro-brasileiro” tem sido debatida em diversas análises de natureza sociológica e antropológica e concorda que o sistema de cotas seria “até mesmo contestável a partir da simples visualização de dados estatísticos em indicadores sócio-econômicos do IPEA, IBGE, PNUD, ONU etc” (p. 3). Todavia, considera que a análise das estatísticas fornecidas por esses órgãos evidencia o quanto o escravismo influenciou na estratificação social, sobretudo na concentração racial da riqueza. E que, por isso, as ações afirmativas e as cotas são dois dos principais meios capazes de propiciar mobilidade social ao afro-brasileiro, a fim de integrá-lo econômica e socialmente aos demais membros da sociedade inclusiva.

Silva considera, ainda, que os argumentos utilizados pelos “liberais” “progressistas” e nacionalistas - contrários à luta anti-racista no Brasil - perdem força, já que ao longo dos tempos os governantes já editaram diversas leis e “outros tipos normativos” que reconhecem o direito à diferença de tratamento legal para diversos grupos vulneráveis. Além disso, ressalta que medidas favoráveis à implementação de ações afirmativas e cotas em nosso país aumentaram notadamente, mas que só terão viabilidade depois de acordadas e negociadas “a partir de um amplo arco de alianças políticas.”

A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras, texto dos autores Maggie e Fry (2004), faz uma comparação a respeito da mudança de

posicionamento assumido pelo governo brasileiro em dois momentos: em 1988, com a promulgação da Constituição e, em 2001, por ocasião da III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que aconteceu em Durban, na África do Sul.

Alegam os autores que a Constituição de 1988 condena o racismo punindo-o como crime inafiançável e mantém a tradição formal republicana do antirracismo nas palavras “raça” e “racismo” no sentido de repudiar “raça” como critério de distinção. Já as medidas pós Durban, ao proporem ações afirmativas em prol da “população negra”, rompem não só com o antirracismo, mas também com a ideologia que define o Brasil como o país da mistura, ou do hibridismo”, como prefere Gilberto Freire.

Para os autores, as ações afirmativas implicam imaginar o Brasil composto não de infinitas misturas, mas de grupos estanques: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, ou seja, os “negros” e os “brancos”.

Para analisar os caminhos dessa mudança, os autores selecionaram catorze cartas de leitores do jornal “O Globo”, publicadas em 2001 e 2002, a fim de expor e avaliar as dificuldades e as consequências que a política de ação afirmativa impõe à população brasileira.

Fazendo comentários a respeito de vários fragmentos das cartas dos leitores, os autores alegam que não acreditam que seja possível “corrigir” séculos de desigualdade de qualquer ordem - racial ou não - por meio de uma política de custo zero. Argumentam que as cotas acabarão incentivando animosidades raciais porque a sua lógica é cristalina. Argumentam, ainda, que os governantes deveriam cuidar da melhor qualidade da escola pública nas periferias das grandes metrópoles e aprofundar e expandir políticas como as que foram adotadas para as questões de repetência.

Maggie e Fry terminam o artigo dizendo que a questão racial não é assunto apenas de indivíduos brasileiros que se definem como negros, mas também de toda a sociedade nacional, já que as decisões tomadas agora, mesmo se tiverem pouco efeito no presente imediato, certamente definirão os contornos do Brasil do futuro.

Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direito de raça?, artigo escrito por Azevedo (2004), examina a atual proposta que ela denomina de “racialização da população brasileira” pelo Estado, quando este ampara programas de ação afirmativa para o atendimento daqueles que se autodeclararem negros.

A autora critica o ressurgimento da noção de “raça” entre políticos, acadêmicos e militantes do anti-racismo, alegando que a perspectiva por eles adotada é justamente o reconhecimento da existência social das raças humanas e a defesa de políticas afirmativas capazes de instituir esquemas de “discriminação positiva” em favor de grupos raciais historicamente discriminados. Considera que esta é uma perspectiva contraditória, já que ataca a herança racista das teorias raciais científicas no imaginário coletivo e ao mesmo tempo reafirma a existência de raças humanas. Ou seja, seria afirmar que as políticas de ação afirmativa – cuja “chave mestra” é a cota “racial” – admitem que o racismo só pode ser combatido se o Estado reconhecer a existência real de “raças” no cenário social.

Ao fazer uma análise sobre as dificuldades de se delimitar quem é negro no Brasil, Azevedo ironiza o “bom humor” e a irreverência da “engenhosidade popular” citando algumas das 135 cores com que se “tingiram” os entrevistados na auto-atribuição sobre a “identidade de cor” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PMAD -, realizada pelo IBGE, em 1976, tais como: acastanhada, agalegada, alva-escuro, azul-marinho, bem-clara, bem-morena, branca-queimada, cor-de-café- cor-de-canela, cor-de-rosa, cor-firma, jambo, laranja, melada, meio-morena, morena-bem-chegada, rosa, roxa, sarará, trigueira, verde.

Diante de tal fato, chegou-se à conclusão que não seria possível desenvolver estatísticas precisas e seguras. E a partir daí decidiu-se que o brasileiro a ser recenseado pode ter apenas cinco cores: branca, parda, negra, indígena e amarela, restando aos militantes anti-racistas um único caminho: “apelar para a intervenção do Estado nas instituições impregnadas de racismo” (AZEVEDO, 2004, p. 224).

Azevedo examina, também, o modelo de cota racial dos Estados Unidos e enfatiza que, de acordo com os estudos feitos por vários autores, as políticas de ação afirmativa, naquele país, não existiram para os cidadãos negros pobres, já que muitos deles caíram até abaixo da linha de pobreza, “engrossando” o número de pessoas sem-teto que vivem sem nenhum dos direitos básicos de vida que a Constituição lhes deveria garantir.

Para finalizar o artigo, Azevedo faz dois questionamentos: 1º- a quem interessa a opção política da cota racial? 2º - mas afinal, o que queremos: abolição do racismo ou criação de direitos de “raça”? Para responder à primeira pergunta, aponta a divisão de opiniões entre os que se julgam “de esquerda” e defendem as cotas, e os que são considerados “de direita” ou tachados de “racistas” por se

posicionarem contra as cotas. E acrescenta que no Brasil interessa instituir a cota racial a algumas correntes do Movimento Negro, cujas reivindicações, nesse sentido, se fazem ouvir desde meados de 1980.

Para responder à segunda pergunta, argumenta que não se pode combater o racismo com a racialização oficial da população. Isso seria permanecer aprisionado às categorias raciais inventadas pelos cientistas do século XIX. Há, sim, necessidade de “desconstruir a devastadora ficção científica das raças que quer se impor uma vez mais, porém na roupagem atrativa e ilusória da ‘discriminação positiva’” (AZEVEDO, 2004, p.236). Cita o pensamento de Fanon - psicanalista que analisou a si mesmo e aos seus pacientes aprisionados num sentimento de inferioridade racial – o qual já pregava há muitos anos a liberação da humanidade das suas pesadas correntes de raça. Para Fanon, não se tratava de buscar refúgio num “mundo de reparação retroativa, tornando-se um “prisioneiro da História”. Pessoas brancas e negras precisariam distanciar-se das vozes desumanas de seus antepassados, uma vez que o verdadeiro *salto* consistiria em introduzir a invenção na existência (FANON, 1983, p. 188-190).

Ação Afirmativa no Ensino Superior: entre a excelência e a justiça racial, artigo de Sabrina Moehlecke (2004), tem por objetivo explorar o debate sobre políticas de igualdade racial e os elementos que têm motivado algumas de suas disputas. Para isso, a autora faz uma retrospectiva dessa discussão, no Brasil, alegando que essa questão não é recente.

Considera que os programas de ação afirmativa que começaram a vigorar em algumas universidades brasileiras surgiram articuladas com movimentos sociais que exigiam maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. E que, além dos embates no campo normativo, a utilização da raça para a definição de políticas confronta-se com a ideia de uma nação que se imagina miscigenada e indiferente às distinções raciais.

Lembrando significados clássicos de justiça, um que a identifica com a legalidade e outro que diz ser justa uma ação que respeita certa relação de igualdade, a autora comenta estudos realizados sobre a questão do mérito como critério para ingresso no curso superior. Discute posicionamentos de alguns autores sobre essa questão, além de fazer uma abordagem a respeito da mestiçagem brasileira.

Moehlecke ressalta estudos realizados por Gilberto Freire, os quais influenciaram uma imagem positiva da mestiçagem brasileira - tida como um símbolo da sociedade anti-racista. Ressalta, também, estudos desenvolvidos por Florestan Fernandes, em 1950, alegando que as abordagens desse autor romperam com o paradigma culturalista anterior e inauguraram uma nova interpretação das relações raciais brasileiras.

A autora discute, ainda, o posicionamento de outros pesquisadores, além de analisar a experiência norte-americana - de modo especial a Universidade da Califórnia - para afirmar que com as tensões e acomodações em torno da defesa da qualidade e da igualdade, como valores essenciais de uma universidade de excelência, os resultados obtidos por essa universidade foram positivos. Para comprovar os benefícios, a autora apresenta dados estatísticos que evidenciam que os negros admitidos na Universidade da Califórnia possuíam menores taxas de evasão, maiores taxas de conclusão de estudos e ganhos salariais futuros equivalentes aos de seus colegas brancos. Apresenta, ainda, alguns resultados positivos, semelhantes, obtidos por negros admitidos pelo sistema de cotas na UERJ e na UNEB.

Moehlecke termina o artigo sugerindo que, para avançar o debate, faz-se necessário incorporar uma redefinição também inclusiva do que as instituições estão entendendo por mérito, ou seja, “o mérito passaria a significar a capacidade que os estudantes têm de, em situações adversas, superar as dificuldades encontradas por meio do esforço realizado, mesmo que os resultados ainda não sejam os mesmos que os daqueles estudantes que se encontravam em situações bem mais favoráveis” (MOEHLECKE, 2005, p. 775).

Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens, artigo de Célia Magalhães (2004) - linguista, professora da UFMG - analisa a problemática da questão racial, nas teorias sociais, com o objetivo de investigar a mudança ocorrida nos discursos mediados sobre raça. Para isso, a autora lança mão de aparato teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso e da Linguística de Corpus, elegendo como corpus de estudo reportagens contemporâneas do Jornal Folha de S. Paulo. Focaliza palavras-chave usadas pelo jornal, para se referir à cor da pele, bem como as relações lexicais criadas em torno dessas palavras e sua associação com a intertextualidade. A pesquisa demonstra que parece estar acontecendo uma mudança discursiva na sociedade brasileira, motivada, dentre

outras coisas, pelas políticas adotadas pelo governo com relação ao currículo do ensino secundário: a inclusão de abordagens de história e cultura africanas, e também com relação ao estabelecimento de cotas, nas universidades, para brasileiros descendentes de africanos.

A análise feita por Magalhães evidencia uma tensão entre termos relativos à cor da pele e à origem cultural, além de um conflito entre discursos originados de diferentes classificações de raça. Além disso, a análise permite uma interpretação da dialogicidade e, conseqüentemente, das diversas orientações para a diferença racial que aparece nas reportagens.

Segundo conclusões da autora, o discurso da democracia racial ainda luta pela sua permanência, sem, contudo, manter uma estabilidade. Ao contrário, esse discurso “parece estar sendo minado” para que se possam revelar os muitos anos de discriminação social e exclusão dos “brasileiros descendentes de africanos”.

A revista “*Pesquisa FAPESP*”, nº 96, fevereiro de 2004, trouxe na seção “Cartas” o texto de um leitor que, além de se identificar pelo nome próprio, identificou-se pelo pseudônimo “Negro Brasileiro”. Tal autor posiciona-se contrariamente a um artigo publicado no número 94, na seção Opinião: “Políticas de afirmação do negro no Brasil”. Alega que o tema desse artigo é tratado como uma dívida a ser paga pelos brancos aos desfavorecidos e prejudicados negros – uma ação compensatória – com o que ele não concorda. Argumenta que, por toda conjuntura política e social da construção do Brasil e do povo brasileiro, os brancos sempre estiveram na dianteira não só dos negros, mas também na dos não brancos, de modo geral. Assim, considera que, construir um raciocínio como o que foi publicado no artigo de opinião, seria admitir a existência de um abismo natural e socialmente intransponível, além de ser uma competição entre etnias e não entre pessoas.

Segundo o autor da carta, se esse pensamento for sustentado, os percentuais de “exclusão” do negro na universidade – apresentados no artigo –, dificilmente seriam compensados. Sugere, então, que se deve abandonar a visão de “uns contra os outros” e, em vez de se investir na facilitação do acesso às universidades que se invista na oferta de oportunidades, indistintamente, ao longo da pirâmide social.

Na mesma seção “Cartas”, outro leitor - identificado pelo nome próprio e pela instituição de ensino UNESP - manifesta-se contrário às cotas para negros na universidade por considerá-las uma medida populista e demagógica por três

motivos: em primeiro lugar, porque excluem integrantes de outras etnias; em segundo lugar, porque os números dos censos não levam em conta uma definição precisa de negro; e, em terceiro lugar, porque desviam a atenção de algo essencial que é o de fornecer um ensino básico de qualidade à população pobre constituída, supostamente, pela maioria negra. Defende que se deve preparar os alunos do ensino básico público para competir em condições de igualdade com os alunos do ensino privado, e acrescenta: “o resto [a questão das cotas] é pura politicagem”.

Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença – pensando a política de cotas na universidade, artigo de Sandra Azeredo (2005), discute a noção de mestiçagem que “estava na ordem do dia”, em virtude dos debates sobre a questão das cotas na universidade brasileira. Para isso, a autora analisa o anteprojeto de reforma universitária proposto pelo então ministro da Educação, Tarso Genro, juntamente com mais quatro textos que apresentam posições contrárias à introdução das cotas. A autora toma como base o conceito de consciência mestiça contido no trabalho de Glória Anzaldúa¹⁶ – do qual cita alguns fragmentos. Tal obra foi escrita e publicada nos Estados Unidos e trata-se da proposição de uma chicana que, “diferentemente das teorias de uma raça branca pura, busca a inclusão [...] Um trabalho que representa a conclusão de uma complexa narrativa da experiência de ‘atravessar fronteiras’ ”. Ou seja, o texto de Anzaldúa traz a proposta de “uma consciência mestiça que é inclusiva e pressupõe a afirmação da diferença, a vocalização das necessidades próprias do povo chicano e a luta”.

Azeredo traz para a discussão quatro textos detratores da política de cotas na universidade para fazer um contraponto e tecer argumentos favoráveis às cotas. Ao mesmo tempo, alinha citações de outros autores de diferentes esferas do conhecimento – antropologia, sociologia, filosofia, música, área jurídica - para sustentar seus argumentos.

Dos textos detratores, o primeiro é uma mensagem aos formados da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, proferida pelo professor que era o patrono da turma¹⁷ e que, segundo a autora, considera o projeto de cotas “inconstitucional, intervencionista, demagógico[porque as vagas não serão

¹⁶ ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Book Press, 1987.

¹⁷ FREITAS, Marcus Vinicius. “Onda obscurantista”. *Boletim UFMG*, 10 mar. 2005.

destinadas aos melhores alunos, mas à distribuição pelo instrumento lamentável das cotas] e xenófobo” (AZEREDO, 2005, p.742).

O segundo texto trata-se do posicionamento de um professor da Faculdade de Direito¹⁸ - também da Universidade Federal de Minas Gerais – que, segundo a autora, defende a Universidade como “um lugar ímpar de aplicação às formas superiores do saber e que está sendo ameaçado, entre outras coisas, pela ideia de cotas para afrodescendentes ou egressos do ensino público”.

O terceiro e quarto textos foram colhidos pela autora do caderno *Mais!* da Folha de S. Paulo. Trata-se de um artigo em que o antropólogo Hermano Vianna¹⁹ sintetiza as posições contrárias às cotas e a defesa da mestiçagem utilizando, segundo Azeredo, uma linguagem que é “um misto de deboche, ironia e provocação”. Sobre esse texto, a autora conclui que “fica evidente a antipatia de Viana pelas cotas, ao narrar algumas experiências sobre políticas afirmativas”.

Azeredo argumenta que tais textos “apresentam a incapacidade de pensar a mudança na universidade, isto é, a necessidade de a universidade se preparar para receber pessoas que ela mesma tem excluído. Em outras palavras, a incapacidade de pensar a sua própria mudança como parte importante do seu próprio processo de transformação”.

A autora termina o texto alegando que a reforma pretendida pelo projeto pressupõe uma reestruturação profunda da universidade que, para ela, está em crise “justamente por seu caráter excludente ao longo de sua história”. Alega, ainda, que a universidade terá que inovar formas de verificar a igualdade, levando a sério o argumento central de Rancière em seu estudo do mestre ignorante: “O que pode, essencialmente, um emancipado é ser emancipador: fornecer não a chave do saber, mas a consciência daquilo que pode uma inteligência, quando ela se considera como igual a qualquer outra e considera qualquer outra como igual à sua”.

Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão - artigo de Yvonne Maggie (2006) - faz uma reflexão sobre a “hipótese de que se inicia uma espécie de terremoto na maneira pela qual o Brasil pensa o Brasil no alvorecer do Século XX”. Contrária à recente legislação sobre cotas para negros nas universidades e no serviço público federal, Maggie alega que a ideia de nação

¹⁸ VILLELA, João Baptista. “Universidade, moeda de troca?”. *Boletim UFMG*, 5 maio 2005.

¹⁹ VIANNA, Hermano. “Mestiçagem fora do lugar”. *Folha de S. Paulo*, 27 jun. 2004. Caderno *Mais!*, p. 4-6.

misturada da “fábula das três raças” parece estar sendo questionada, cedendo lugar à noção de uma nação dividida entre negros e brancos.

A autora argumenta que, desde os anos de 1920, é a primeira vez na nossa história que a elite brasileira parece ter lançado por terra as bases do pensamento que permitiu a criação de nossa cultura mais radicalmente nacional e cosmopolita.

Fazendo uso da ironia, Maggie alega que o ideário de brasilidade modernista de Mário e Oswald de Andrade, de Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda, de Gilberto Freire e Di Cavalcanti, de Tarsila do Amaral e Anita Malfatti “está sob suspeita”. Questiona qual é o significado da mudança em nossa legislação e como pode afetar a estrutura de nossa sociedade baseada em um sistema de valores que não aposta na oposição, mas na complementaridade; no que une e não no que separa?

A autora critica o “pesadelo de Gobineau” considerando-o quase um ícone de uma geração de adeptos do darwinismo racial que jogou todas as suas fichas na ideia de que um país de “raças” mistas era inviável. Ressalta que esse não era apenas o “pesadelo de Gobineau”, mas o grande fantasma que atormentou uma geração de pensadores do Século XIX, que voltou a assombrar, aqui e ali, no Século XX, e que “parece ainda renascer na grande mudança do século que estamos vivendo”.

Alega que a versão de um país dividido em brancos e negros e carregado de uma moral “politicamente correta” joga por terra o ideário de nação proposto por Mário de Andrade na obra *Macunaíma*, ou seja, é justamente uma versão contemporânea da ideia de que a mestiçagem é ruim e nos torna inviáveis. Lembra que a contestação desse ideário foi surgindo aos poucos com a persistente crítica ao “mito da democracia racial” empreendida pelos movimentos negros desde os anos 1950.

A autora termina o artigo defendendo que há muito o que fazer para combater o racismo e as desigualdades no nosso país, e que a primeira providência para qualquer campanha antirracista deveria começar por destruir a própria ideia que o faz nascer: a ideia de “raça”.

“Institucionalização da ‘raça negra’ ou luta contra o racismo? - artigo de Azevedo (2007) –, publicado na revista *Aulas*, da UNICAMP, discute os recentes rumos tomados por uma parte do anti-racismo brasileiro com suas propostas em favor das cotas para negros nas universidades, empregos públicos e privados. A

autora considera que o discurso da “raça” como “construção social” - que de modo geral ampara essas propostas anti-racistas - tem sido suplantada pelo discurso da raça como um fato inscrito na natureza, tendência esta perceptível inclusive no “Estatuto da Igualdade Racial”. Azevedo questiona se a institucionalização da “raça negra” nas políticas públicas brasileiras – seja ela inspirada em argumentos culturalistas, ou biológicos - não acabará impedindo uma luta efetiva contra a pobreza e o racismo institucional. Para exemplificar o racismo institucional, a autora cita o caso hipotético de um hospital destinado ao atendimento de três ordens de pacientes – SUS, conveniados, e particulares – mostrando que as decisões aparentemente “técnico-administrativas”, como as cotas, são reprodutoras da desigualdade social.

Percepções de justiça Social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas, artigo em que os autores Neves e Lima (2007) – o primeiro, sociólogo, com incursões pelas sociologias políticas e da educação, e o segundo, psicólogo social, pesquisador de atitudes e representações sociais sobre o racismo e a discriminação - alegam que, como as polêmicas a respeito dos benefícios e malefícios da implantação das cotas têm sido feitas de forma abstrata, sem preocupação com a percepção social sobre a questão, eles se propõem a abordar o tema de uma perspectiva diferente, tomando como ponto de partida a pergunta: “como compreender a contradição aparente entre o reconhecimento quase unânime da discriminação racial sobre as possibilidades de ascensão social dos afro-brasileiros e a rejeição de alguns setores sociais ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas?”

Para responder a essa pergunta, utilizam, simultaneamente, dados quantitativos - obtidos em questionários -, e uma discussão sobre o que consideram “princípios de justiça” na política de cotas, no âmbito da educação. Dividem o trabalho em duas partes: uma, mais conceitual, em que buscam inserir a discussão sobre as cotas no debate teórico sobre a justiça; outra, de caráter mais empírico, em que apresentam os resultados de duas pesquisas de opinião sobre as cotas, realizadas junto a estudantes universitários e pré-vestibulandos em Aracaju – SE. Esclarecem, os autores, que não possuem elementos empíricos para informar se os resultados obtidos são próprios ao estado de Sergipe ou se podem ser generalizados para outros estados. Porém, aventam a hipótese de que a realidade

regional influencia a percepção do debate sobre as cotas na sociedade brasileira. Os resultados obtidos demonstram que as cotas tendem a ser consideradas justas, quando aplicadas para compensar algum tipo de inferioridade física ou natural do indivíduo (como as cotas para deficientes físicos em empregos públicos), mas que são recusadas para situações de desvantagem social, o que explica, talvez, o fato de que mesmo os universitários negros, em sua maioria, se posicionaram contra as cotas: aceitá-las significaria desvalorizar-se, reconhecer-se inferior, com menos mérito individual que outros. Nesse sentido, segundo os autores, as cotas vistas como pertinentes apenas aos deficientes, tornam-se iguais a dádivas, benesses ou esmolas, ligadas ao sentimento da compaixão e não à justiça redistributiva. “A suposta deficiência dos negros não seria natural, e sim histórica e social, considerada passível de ser vencida com o esforço individual” (p. 33).

Assim, outra hipótese que parece plausível, segundo os autores, é a de que a medida é recusada, pela maioria, pelo fato de ser identificada com soluções paliativas para deficiências ou incapacidades individuais. Nessa perspectiva, as cotas são consideradas injustas, pois além de falsearem a realidade das capacidades individuais de cada candidato e irem de encontro à igualdade de chances, depreciam os seus beneficiários. As cotas seriam uma vergonha para os que dela usufruírem, pois isso seria um atestado de incompetência individual, um estigma que geraria discriminação e conflitos raciais. Além disso, os autores consideram que uma das maiores causas de resistência ao sistema de cotas é o fato de ele visar ao indivíduo em si e não à coletividade, pois embora pensadas para solucionar um problema que atinge um grupo específico – os negros – as cotas beneficiam os negros mais preparados do sistema educacional, deixando de fora os negros mais marginalizados, justamente os que mais precisam da ajuda coletiva e do Estado. Consideram, ainda, que as cotas poderiam implicar mobilidade social individual dos negros, mas não mudança social. E que, talvez, a medida estivesse se tornando um mero expediente “catártico” e midiático para as elites estatais: “sem investir um centavo na melhoria do ensino público, as cotas transformam-se, de repente, na ‘solução’ para a desigualdade racial de acesso à educação” (p. 34).

Enfim, os autores ressaltam que a discussão sobre as cotas só terá fim quando as duas frentes – dos opositores e dos defensores – forem atacadas: seja pela ampliação do debate para fora dos espaços acadêmicos e dos meios políticos, seja pela vinculação clara e efetiva das cotas a políticas que se preocupem em

resolver os problemas de desigualdade na sociedade brasileira: “melhoria do ensino público, ampliação das vagas nas universidades e centros tecnológicos públicos, políticas de bolsas de estudo para alunos carentes, etc.”

Identidades Raciais, Sociedade Civil e Política no Brasil é o artigo por meio do qual Demétrio Magnoli (2008) argumenta que os programas de ação afirmativa apoiados pelo Estado têm por pressuposto a classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros e, em particular, a fabricação oficial do “povo negro” ou dos “afro-brasileiros”. O autor critica a postura do Estado considerando-o o principal agente difusor do racismo, já que promove a criação de identidades coletivas oficiais definidas pela “etnia” ou pela “raça”.

Magnoli diz que o Estatuto da Igualdade Racial é um novo contrato social que equivale a uma Constituição, já que com o Estatuto a nação deixa de ser o fruto do contrato entre cidadãos para se converter em uma confederação bipolar de raças, articulando no seu interior uma “nação afro-brasileira”, definida na lei, e uma implícita “nação branca”. Além disso, segundo o autor, o projeto determina a classificação racial compulsória de cada brasileiro, por meio da identificação obrigatória da “raça” em todos os documentos gerados nos sistemas de saúde, ensino, trabalho e previdência; determina, também, a ênfase que deve ser colocada em iniciativas destinadas “a fabricar uma ‘raça negra’” amparada na noção de ancestralidade africana.

Além disso, Magnoli comenta que a difusão do multiculturalismo ou a globalização do paradigma multicultural não é um processo natural, mas sim o resultado das iniciativas de agentes políticos definidos - em especial as fundações filantrópicas norte-americanas e as ONGs que elas financiam e orientam. Cita a FF (Fundação Ford) que, a partir dos anos 80, passou a difundir mais ativamente as políticas de “diversidades”, em escala internacional, impulsionando a constituição de redes de ativistas na América Latina, África e Ásia.

O autor põe em pauta a questão da “difamação da miscigenação” - uma tentativa de desmontagem de uma imagem do Brasil desenhada por Gilberto Freire e assentada na valorização da mestiçagem. Magnoli alega que Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, aliados a uma sociologia “profundamente influenciada pelo marxismo”, introduziram a polaridade branco/negro nas discussões abrindo caminho para o racismo contemporâneo. Nesse sentido, os dois tenderam

a estabelecer relações de correspondência entre “raça” e classe, uma vez que interpretaram a sociedade brasileira à luz das noções de capitalismo e atraso.

O autor ressalta que Gilberto Freire é apontado como o formulador do conceito de democracia racial, mas que isso não é verdade, pois Gilberto Freire via como realidade a valorização da miscigenação e não o convívio sem conflito entre raças estanques.

Segundo Magnoli, o Estatuto Racial estava prefigurado, em 1996, com inclusão de ações afirmativas no PNDH (Plano Nacional de Desenvolvimento Humano) do governo Fernando Henrique Cardoso, mas a maior parte da determinação sobre as ações não entrou em vigor, o que revela a ambivalência do governo Fernando Henrique Cardoso diante do tema “raça”. Todavia, o autor considera que as parcerias das ONGs com o poder público revelou toda a sua força na preparação da Conferência de Durban, em que a delegação brasileira participou como ativa defensora do multiculturalismo. Imediatamente, depois do encontro em Durban, em setembro de 2001, um discurso de Fernando Henrique Cardoso anunciou a formulação de “políticas afirmativas” para os “afrodescendentes”, incluindo “projetos para a formação de lideranças negras” e “projetos de apoio a empreendedores negros”. Mas apenas em novembro de 2001, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) adotou, pioneramente, o sistema de cotas. “E nas esferas federal, estadual e municipal, as ONGs do racismo, em parceria com o poder público, iniciaram, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva, uma trajetória que as conduziria ao controle de uma secretaria com status ministerial e a missão de desenvolver as políticas de ‘raças’ nos mais diversos âmbitos” (MAGNOLI, 2008, p. 22).

Nesse sentido, Magnoli considera que os alicerces políticos do racismo foram implantados no governo Fernando Henrique Cardoso e, do ponto de vista conceitual, o governo Luiz Inácio Lula da Silva apenas deu continuidade à orientação. Todavia, o autor ressalta que “nas democracias representativas o aparelho de Estado é visto como uma máquina administrativa impessoal apartidária destinada a assegurar a execução das políticas de governo e o cumprimento da lei, mas que, “no governo Lula da Silva, a criação da SEPPIR²⁰ como um enclave de

²⁰ A SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - foi criada pelo Governo Federal no dia 21 de março de 2003, data em que todo o mundo celebra o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. A missão da SEPPIR é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no País e um de seus principais objetivos é promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos

ONGs e uma usina de ideologias, desafia essa regra”. Para o autor, com o advento da SEPPIR, as políticas racialistas adquiriram abrangência dificilmente previsível no governo de Fernando Henrique Cardoso. Tal Secretaria conseguiu formular programas para implementação em outros ministérios. No âmbito do MEC, disseminou-se a classificação racial compulsória dos estudantes em todos os níveis e multiplicaram-se, nas universidades federais, as políticas de cotas raciais.

O autor considera que houve uma obsessão pela questão “raça”, mas a engenharia social das “raças” depara, no Brasil, com a dificuldade de produzir a imagem de uma nação bicolor, o que levou os racialistas a produzirem um desenho estatístico que consagrasse a existência nítida de uma população “afrodescendente”. No entanto, poucos optaram por uma autodeclaração nessa categoria que como sinônimo de “negros” – como propõem os racialistas -, não encontra sustentação científica.

No final do artigo, Magnoli apresenta o que denomina de “resumo de um debate político”, citando experiências de programas de ação afirmativa em algumas universidades tais como Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Termina o artigo alegando que o avanço da “engenharia das raças” - continuidade conceitual das políticas racialistas - configura-se como um consenso de todos os grandes partidos políticos. Por outro lado, reconhece a existência de lideranças políticas e parlamentares que nutrem convicções contrárias às políticas racialistas, mas que preferem não se manifestar publicamente, permanecendo à margem do debate.

Enfim, considera que o fenômeno do racismo necessita de uma análise mais profunda das relações entre a elite política, a opinião pública e o conjunto de cidadãos, já que os racialistas “confiam na sua capacidade de reinventar o Brasil como nação bicolor” ou como “confederação de raças.”

Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas livro de Ahyas Siss (2003), composto de sete capítulos, discute a educação do negro na sociedade brasileira, pautando-se por informações e questões históricas que servem como

afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra. Disponível em: www.seppir.gov.br/ Último acesso em 10 de janeiro de 2011.

ponto de partida para a discussão sobre as políticas de ação afirmativa e as cotas para negros.

O autor alega que, nos processos educativos da sociedade brasileira, a exclusão dos negros é histórica e que, no que diz respeito às condições socioeconômicas, existe enorme desigualdade entre brancos e afro-brasileiros.

Ressaltando que a luta dos negros, por meio de movimentos sociais, intensifica-se por volta dos anos 70, na crise do regime militar brasileiro, o autor faz uma análise histórica de como o Estado vem se relacionando com as desigualdades raciais brasileiras. Para isso, Siss vale-se de três procedimentos: revisão teórica, conceitual e histórica das lutas e ações coletivas emancipatórias dos afro-brasileiros; entrevistas com intelectuais brancos e negros ligados à educação e com dirigentes do Movimento Negro no Rio de Janeiro; e análise documental dos atos do governo nas esferas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Siss evidencia que a educação pública - gratuita e universal - não era uma prioridade do Império. Mesmo após o período de transição do Império para República, com a criação de uma Carta Magna que assegurava os direitos e deveres dos cidadãos, a educação dos negros continuou sem qualquer avanço significativo. Da mesma forma, a chamada Velha República, principalmente em São Paulo, não possibilitou aos afro-brasileiros o enfrentamento de sua submissão ao regime de trabalho escravo, por mais de 350 anos, o que provocou a migração interna dos negros para centros industriais em busca de melhores condições de vida.

Menciona a “ideologia do branqueamento” pela qual a marca da descendência negra era vista como uma desvantagem que necessitava de ser escondida, ou como um fator que indicaria aqueles que seriam passíveis de sofrer discriminação. Isso fez com que os mestiços de brancos e negros começassem a reivindicar seu pertencimento à raça negra como estratégia de defesa e de afirmação. Aqui, Siss ressalta o papel desempenhado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), nos anos 50, no que diz respeito ao resgate da cultura e dos valores afro-brasileiros e na definição de objetivos e ações reivindicatórias sobre o Estado.

O autor põe também em discussão as questões de cidadania e direitos e deveres do cidadão diante do Estado. Considera que os africanos e seus descendentes passaram a ser considerados “cidadãos” somente após a abolição, mas que mesmo assim continuaram portadores de uma cidadania passiva que não

lhes concedia nenhum privilégio. Siss ressalta que, no aprendizado do exercício da cidadania ativa, os afro-brasileiros tentaram encurtar a distância existente entre a formalidade da lei e sua efetiva aplicação, por meio de mobilizações coletivas reivindicatórias tais como atos públicos e passeatas. Todavia, muitas vezes o Estado reprimia os grupos negros tratando-os como agitadores, sem patriotismo, o que na opinião do autor constitui uma falsa democracia.

O autor considera as ações afirmativas um importante mecanismo pedagógico de educação dos diferentes grupos sociais porque elas motivariam o respeito à diversidade. Mostra diferentes razões por que países como Malásia, Índia, Ilhas Fidji, entre outros, decidiram pela adoção das ações afirmativas e ressalta que, assim como cada um desses países tem um motivo específico para adotar essas políticas, existem outros que são contrários à sua implementação e também têm as suas razões.

Siss discute a questão da responsabilidade do Estado na elaboração de mecanismos políticos que promovam a igualdade, a real cidadania e a democratização da sociedade brasileira. Cita exemplos do modo como a imprensa aborda e se posiciona diante da possibilidade de adoção das políticas de ação afirmativa no Brasil e apresenta algumas discussões a respeito dessa adoção no que tange ao âmbito federal, estadual e municipal. Porém, considera que, quanto mais se caminha, menos se avança em termos de realizações.

Na parte final do livro, o autor faz uma abordagem sobre a trajetória da educação dos negros, na década de 70, e os avanços conseguidos, na década seguinte, evidenciando as novas propostas educacionais que passaram a prestigiar, de certa forma, os valores culturais dos grupos etnicamente dominados no Brasil.

Enfim, nessa obra, Siss procura mostrar que, para o Estado garantir aos afro-brasileiros o exercício pleno de seus direitos, não basta adotar políticas de ação afirmativa racial, mas é necessário passar concretamente por elas. Acredita que, embora essas ações não eliminem os elevados índices de desigualdades sociais, certamente contribuirão para sua diminuição.

*Acesso à justiça para minorias raciais no Brasil: é a ação afirmativa o melhor caminho? Riscos e acertos no caso da UERJ - de Raquel Coelho Lenz César -, do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UERJ – RJ, 2004, teve por objetivo fazer um balanço da implantação da política de cotas na UERJ. Tal tese de doutorado transformou-se em livro intitulado *Questões jurídicas do sistema de**

reserva de vagas na universidade brasileira: um estudo comparado entre UERJ, a UNB e a UNEB (2004) do qual fizemos uma resenha.

No livro, Lenz César apresenta, conforme o próprio título indica, reflexões e análises a respeito dos aspectos jurídicos referentes às modificações ocorridas no sistema de reserva de vagas para ingresso em algumas universidades públicas brasileiras e à sua implementação na UERJ, na UNB e na UNEB. Ressalta as normatizações da lei estadual nº 4151/2003, quanto às porcentagens de reserva de vagas, assim estabelecidas: para alunos provenientes de escola públicas, 20%; para negros, 20%); e para portadores de deficiência física, 5%.

Defende que a política de ação afirmativa é uma forma de promover a igualdade de grupos sociais sujeitos à discriminação, e considera que compete ao Estado implantar medidas compensatórias para grupos que sofreram discriminação no passado, além de prevenir políticas de exclusão desses grupos minoritários. Lenz César lembra que a política de cotas nos Estados Unidos é constitucionalmente amparada e considerada pela Suprema Corte como discriminação positiva.

A respeito de outras atuações do Direito Brasileiro, no âmbito da implementação das cotas, a autora alega que não ocasionaram polêmica, como ocorreu na adoção de reserva de vagas nas universidades. Cita, como exemplo, algumas delas (das Políticas de Ação Afirmativa):

- A Lei nº 9.504/97 - que em seu artigo 10, parágrafo 2º, estabelece cotas para mulheres nas candidaturas partidárias - de acordo com o Artigo 7º, inciso XX da Constituição Federal de 1988, o qual prevê amparo ao trabalho feminino. Essa mesma lei prevê - em seu artigo 37, inciso VIII - porcentagem de vagas para portadores de deficiência física.

- O Ministério da Justiça - que recentemente instituiu reserva de 20% de vagas para os cargos de assessoramento superior destinadas a afro-descendentes.

- O Instituto Rio Branco - que criou a destinação de bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia aos afro-descendentes.

- O Supremo Tribunal Federal - que estabeleceu 20% de vagas para afro-descendentes em empresas que prestam serviços autorizados a essa Corte.

- O Decreto nº 4.228/2002 - que cria o Programa Nacional de Ações Afirmativas no setor da Administração Pública.

Além disso, Lenz César discute as questões jurídicas levantadas pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEM – quando

essa entidade entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade do sistema de cotas junto ao Supremo Tribunal Federal. No documento, a Confederação questiona a autonomia que a União teria para normatizar as políticas de cotas.

Nesse sentido, a autora alega que o artigo 22, inciso XXIV, da Constituição Federal reza ser da alçada da União legislar sobre diretrizes e bases da educação e com isso delibera poderes às Universidades para estabelecer e normatizar os critérios de admissão de estudantes e cita o artigo 50, da Lei 394/96, que dispõe justamente sobre essa deliberação. Diante disso, Lenz César enfatiza que não há violação de competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação, conforme questionamento da Confederação.

Ainda sobre essa questão, a autora lembra o papel do Conselho Universitário das universidades públicas em suas esferas administrativa, legislativa e jurídica. Lembra, ainda, que o artigo 23, inciso V da Constituição, estabelece ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”. Além disso, ressalta que o inciso X, desse artigo 23, estabelece a competência de “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”.

Lenz César alega que se deve levar em conta, ainda, o Artigo 214, inciso IX da Constituição, que reza ser da competência dos Estados, em consonância com a União e com o Distrito Federal, legislar sobre “a educação, cultura e desporto”, sendo que o parágrafo 1º desse artigo atribui à União apenas o estabelecimento de normas gerais. Assim, o Legislador Federal, ao promulgar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 50, já delegou às próprias instituições a competência de legislar sobre os critérios de seleção de vestibulando, eximindo-se desses aspectos.

A autora argumenta que o artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal, legitima e respalda a adoção de cotas na Universidade ao estabelecer que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária [...]

II – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Nesse sentido, a autora considera que a implementação do sistema de cotas não pode ser vista como uma forma de privilegiar um grupo social, mas sim como

forma de promover a redução das desigualdades sociais que afetam as minorias brasileiras, no caso, a minoria racial.

Lenz César questiona se as cotas violam o princípio do mérito previsto no artigo 208, Inciso V da Constituição Federal de 1988, que preceitua: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.”

A autora defende que o tratamento igual entre indivíduos só se torna legítimo se esses indivíduos estiverem na mesma situação. Caso contrário, se faz necessário um tratamento diferenciado, com o objetivo de possibilitar que os menos privilegiados possam competir com os melhores beneficiados. Argumenta que no sistema de cotas há a preocupação de combater a desigualdade e a discriminação, sem se levar em conta apenas o critério do mérito, porém sem o deixar totalmente de lado.

Analisando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, quanto à política de reserva de vagas na Universidade, a autora traça um paralelo entre esses dois princípios e o princípio de igualdade previsto na Constituição Federal de 1988.

Considera que a “proporcionalidade” consiste na busca de um equilíbrio na medida geral, ou seja, uma “ponderação entre o ônus imposto e o benefício trazido”, a fim de se chegar ao razoável, ao justo meio, de acordo com o interesse público.

Em nota de rodapé, a autora comenta: “contudo, o interesse público, neste caso, não deve ser visto do ponto de vista opinativo, mas sim, de uma busca percuciente do que atingirá de forma eficiente os objetivos fundamentais da República, nos incisos III e IV do artigo 3º, entre outros mandamentos dispersos pelo texto constitucional”(LENZ CÉSAR, 2004, p. 45). Dessa forma, a proporcionalidade trata-se de um princípio fundamental semelhante à distribuição da igualdade e da liberdade. Assim, na implantação do sistema de cotas há legitimidade, uma vez que se trata da desequiparação de pessoas que possuem traços distintos das demais, o que justifica um tratamento jurídico diferenciado.

No que diz respeito ao princípio da razoabilidade, a autora considera que a adoção de normas diferenciadas aos afro-brasileiros baseia-se nos próprios dados empíricos, os quais evidenciam uma desigualdade de tratamento a esse grupo que, diante desses dados, reclama medidas de combate à exclusão. A autora defende a legitimidade da discriminação utilizada na reserva de cotas, uma vez que essa

discriminação se funda em valiosa razão para o bem público e está em consonância com o tipo de tratamento jurídico que lhe é dispensado.

A respeito do princípio da igualdade, a autora argumenta que a interpretação literal e isolada dos artigos 3º e 5º da Constituição Federal - os quais preceituam que “todos são iguais perante a lei, sem qualquer discriminação ou diferença” - só pode ser levada em consideração se todos tiverem os mesmos direitos e benefícios “na forma e na prática”. Isso porque o princípio da igualdade tem em vista a inclusão e equiparação de negros e demais excluídos e discriminados no sistema de proteção formal do Estado. Nesse sentido, Lenz César considera que, no caso da política de cotas - que exige tratamento diferenciado a grupos estruturalmente e historicamente desiguais - , provavelmente, a tese do prejuízo individual é superada pela injustiça que afeta o todo.

A autora lembra que ao combinar o artigo 3º e o artigo 5º, da Constituição Federal, a legislação considera que não é apenas o impedimento de tratamento discriminatório que promoverá a igualdade material, mas também um posicionamento efetivo de garantia dos direitos fundamentais do indivíduo, tais como o combate à pobreza, à marginalização e às desigualdades sociais e regionais.

Assim, a autora defende que a eficácia das ações afirmativas não pode se restringir à vontade dos governantes como acontece com as políticas assistencialistas, mas deve, sim, estabelecer-se na sua própria normatividade afirmada pelo Judiciário.

Para finalizar a obra, a autora faz um relato de experiências vivenciadas pela Universidade Estadual da Bahia e pela Universidade de Brasília, na implementação do sistema de cotas, e mostra, por meio de quadros, um estudo comparativo entre essas duas instituições e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, argumenta que a atuação do Estado torna-se mais eficiente e positiva quando este trata de forma desigual os grupos minoritários, com o objetivo de promover a sua igualdade de forma concreta. E que, só assim, o Estado estará em consonância com a proposta da Constituição Federal de 1988.

Cotas raciais na Universidade: um debate, livro organizado por Carlos Alberto Steil (2006), apresenta, inicialmente, um artigo denominado “*Políticas de cotas raciais, os ‘olhos da sociedade’ e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)*” da autoria de Maio e Santos (2006).

Na primeira parte da obra, os autores partem de uma situação empírica para analisar o momento inicial de implantação de uma política pública, de recorte racial, com ênfase em questões de ordem socioantropológica, ou seja, analisam, de modo especial, a experiência da implantação de cotas para negros na Universidade de Brasília. Mostram que a comissão de identificação racial da UnB operou uma ruptura com uma espécie de “acordo tácito”, que vinha vigorando no processo de implantação do sistema de cotas no país, qual seja, o respeito à auto-atribuição de raça no plano das relações sociais. Destoando de outras universidades federais e estaduais, como a UFB e a UERJ, que adotaram o sistema de cotas por meio unicamente da autodeclaração, a UnB utilizou fotografias coloridas, dos candidatos, tiradas no momento da inscrição, para que uma comissão (“tribunal racial”, como foi rotulada a comissão, no sistema da UnB), identificasse quem seria negro de verdade (baseando-se no fenótipo - tom da pele, tipo de cabelo e traços do rosto característicos da raça negra) para decidirem pela homologação ou não da inscrição, tentando evitar fraudes, abusos ou distorções.

Os autores mostram, ainda, que o caso da UnB aponta, de forma contundente, para uma íntima articulação entre movimentos sociais, academia e instâncias governamentais na inserção da política de cotas raciais em uma Universidade Pública Federal. Ou seja, consideram que, por motivo de a UnB estar localizada na Capital Federal, a poucos quilômetros das sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário, o processo de implantação das cotas raciais, nessa universidade, teve um caráter de “exemplaridade”, de “vitrine” para a sociedade brasileira como um todo.

Além disso, segundo os autores, o vestibular das cotas, na UnB, envolveu também disputas em torno da autoridade/legitimidade de se abordar questões ligadas à raça e à classificação racial, já que, com algum grau de sobreposição, antropólogos e geneticistas questionaram, a partir de diferentes vertentes, a legitimidade do arsenal de conhecimentos e técnicas acionadas pela comissão da UnB.

Enfim, Maio e Santos (2006) defendem que, como os procedimentos de classificação racial para ingresso por meio do vestibular continuam em vigor, o caso da UnB constitui um debate obrigatório.

A segunda parte da obra traz uma pluralidade de vozes, de diferentes áreas do conhecimento – antropologia, sociologia, história, genética – que tecem

argumentos em relação aos procedimentos para viabilizar a inclusão e/ou exclusão dos candidatos às cotas. Esses textos, num total de dezesseis, ampliam o acesso dos leitores à diversidade de argumentos que compõem os pontos mais polêmicos do debate, evidenciando que a questão das cotas é complexa, conflituosa e se apresenta com muitos vieses. Nesse sentido, os debates gerados a partir dessa situação contribuem para a discussão do tema que atravessa a sociedade brasileira e a opinião pública.

Os autores dos artigos subsequentes, que compõem o livro, partem das abordagens de Maio e Santos (2006) - que assumem uma posição contrária ao processo adotado pela UnB - a fim de também se posicionarem diante da situação apresentada pelos dois autores.

Entre o medo de fraudes e o fantasma das raças, primeiro artigo em réplica, da autoria de Guimarães (2006), faz uso de ironia ao alegar que Maio e Santos convidam outras pessoas para formar um outro tribunal que tenha a finalidade de julgar o “Tribunal racial” da UnB. A autora alega que os dois autores parecem sugerir que a política de cotas para negros na universidade brasileira é, toda ela, equivocada, mas que, particularmente, ela não pensa da mesma forma. Considera que o que está em jogo não são apenas os dois princípios éticos “corretamente defendidos por Maio e Santos, ou seja, o princípio do direito do indivíduo à autodeclaração e o dever do cientista de não participar de processos políticos de identificação racial em nome da ciência”. Reconhece o mérito da discussão aberta pelos dois autores sobre a questão de se poder ou não utilizar o critério de cor (raça) para selecionar pessoas que se inserem nas políticas públicas. Porém, considera que o que está em jogo, principalmente, é a única política desenhada, desde o pós-guerra, pelas universidades públicas brasileiras para evitar que o ensino superior seja monopolizado “por uma elite que se define como branca e que também monopoliza a maior parte dos recursos públicos e privados disponíveis na sociedade brasileira”.

A autora ressalta que não se trata de defender a política da UnB para não abrir o flanco ao inimigo comum das “cotas”, “aqueles que sempre defendem os seus próprios privilégios de branco”, ou seja, argumenta que o “debate sobre a implementação das cotas para negros já está suficientemente confuso para jogarmos mais posicionamentos automáticos nesse caldeirão” (Magalhães, 2006, p. 52-53).

Cotas raciais na UnB: as lições de um equívoco, artigo de Lewgoy (2006) - outro autor que participa do debate - argumenta que não cabe aos antropólogos cumprir o papel de peritos raciais em comitês de seleção de candidatos, uma vez que os conceitos de “raça” e identidade social, sejam chamadas de construções biológicas, sociais ou étnicas, sempre foram construções arbitrárias criadas e manipuladas pelo poder legítimo de plantão – seja ele o Estado ou uma elite colonial ou um movimento social, ou mesmo um comitê de avaliação racial em uma universidade – e por isso deveriam constar apenas de um museu de ideias passadas.

O autor alega que o “racismo à brasileira” não pode ser combatido pela oficialização de identidades, pois tal como o feitiço usado contra o feiticeiro, de modo algum pode existir um bom racismo reparador de injustiças e provisório em sua aplicação: “usar a racialização oficial para combater o racismo é mais ou menos como combater um incêndio usando gasolina.”

Enfim, Lewgoy considera que é preciso desracializar com urgência o combate ao racismo e à exclusão social por meio de políticas igualitárias, de inclusão, inspiradas no ideário universalista “o que seria mais condizente com a boa tradição da antropologia” (LEWGOY, 2006).

Cota racial e jargão policial na universidade: para onde vamos?, artigo da historiadora Azevedo (2006), considera que o mérito do artigo de Maio e Santos (2006) “é ter posto a nu o autoritarismo e o arbítrio que permeiam as políticas anti-racistas de teor diferencialista” - no caso, as ações afirmativas centradas em cotas raciais - , e, além disso, pelo motivo de o artigo ter feito um convite à reflexão sobre o papel das ciências humanas na difusão de práticas autoritárias e na reatualização de conceitos científicos racistas no imaginário social. Considera o caso UnB “emblemático das posturas autoritárias e arbitrárias que vêm acompanhando a implantação do sistema de ingresso por cota racial em universidades brasileiras”.

A autora critica os “estranhos fatos” que aconteceram no “Tribunal das Raças” da UnB, a começar pela sua pretensão de “homologar” ou não candidaturas com base no exame dos considerados verdadeiros traços da “raça negra” e questiona: “para que servem, afinal, as ciências humanas e a ciência em geral?” E responde: “Elas devem refletir sobre as coisas desse mundo, interpretando-as criticamente no sentido de transformação social, e não simplesmente se subsumir a elas para bem servir aos gostos e apetites dos aparatos políticos, policiais,

empresariais. Mas, ao mesmo tempo, ironiza, dizendo que a resposta a essa pergunta, por parte dos intelectuais ativistas das políticas de cota racial, “como bem desvendado por Mio e Santos, seria que as ciências humanas devem se conformar com o senso comum presente nos jargões policiais”, ou seja, deve-se, de agora em diante, “aprender com esses cientistas sociais que ‘negro’ é aquele que têm ‘lábios grossos, nariz chato e cabelo pixaim’, e, é claro, tom de pele ‘preta’”. Considera que é com base nesses estereótipos legados pela “melhor” ciência do século XIX, e ainda hoje impregnados nos meios policiais e nas mentes racistas, “que as autoridades universitárias assessoradas por professores, estudantes e militantes anti-racistas, têm implantado o sistema de cota racial no vestibular de universidades públicas e privadas” (AZEVEDO, 2006).

Raça, racismo e direitos humanos, texto de Salzano (2006) - outro comentarista do artigo de Maio e Santos - considera que o sistema de cotas é claramente inconstitucional, já que a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 5º, afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, e no parágrafo 42 estabelece que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. E o que está acontecendo, diz Salzano (2006, p. 69), é, justamente, “um racismo às avessas, inclusive com a instituição (vergonhosa) do *apartheid*: há vestibular para brancos e vestibular para negros e índios separados, incomunicáveis”.

Conclui, o autor, que o direito à igualdade de oportunidades, assegurada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, deve ser estritamente respeitado. A desigualdade biológica não tem nada a ver com o princípio ético de que a posição de qualquer pessoa em uma determinada sociedade deva ser um reflexo acurado de sua capacidade individual.

O mestiço no armário e o Triângulo Negro no Atlântico. Para um multiculturalismo híbrido é um artigo em que Ribeiro (2006) alega, primeiramente, que, levando-se em conta a ausência de consenso sobre o tema das cotas entre os antropólogos brasileiros, considera que o que está em jogo são concepções de políticas identitárias diferentes em que o mestiço – que é a maioria da população brasileira – “é o fio da navalha”. E, nesse sentido, estando ele especialmente interessado nos efeitos da discussão sobre o tema, na antropologia e nas ideologias sobre a interetnicidade brasileira, Ribeiro considera que caberia uma provocação aos antropólogos: “os mestiços deixaram de ser uma questão para a antropologia

brasileira? Uma espécie de tabu sempre associada ao já totalmente esgotado mito da democracia racial?

Considera, ainda, que a percepção que se tem sobre o racismo brasileiro mudou muito nas últimas décadas e que um argumento baseado exclusivamente em “imperialismo cultural” não daria conta dessa mudança. Em suma, considera que o Brasil, ao invés de espelho positivo, é espelho negativo, isto é, “exemplo de como não se deve acreditar em um mito, o da democracia racial, pois os mitos não são inócuos. E, por um lado, os Estados Unidos se converteram em um espelho positivo no que diz respeito à politização do movimento negro e das chamadas políticas identitárias e de ação afirmativa. O autor considera, também, que por causa do mito da democracia racial e da história da colonização, a inclusão cultural negra não lhe parece ser um problema, mas o problema estaria na inclusão social, na justiça social. E que, portanto, é urgente que a antropologia brasileira repense e redefina as características das relações raciais e interétnicas no Brasil do século XXI.

O retorno do objetivismo ou dos males de ser científico, artigo de Schuaraz (2006) – que também participa do debate -, critica o critério de se buscar em uma certa antropologia “os especialistas das raças” e de se escolher nos traços fisionômicos elementos objetivos e científicos para definir a política de cotas para negros. Questiona: “afinal, qual é o novo critério que fará pender a balança: aparência, origem social, hereditariedade, passado histórico ou militância política?” Considera que cotas e o tema da desigualdade fazem parte de uma agenda nacional inadiável, mas que é preciso repensar nas “formas de enfrentamento” e que é hora de dizer não à ilusão dos chamados critérios objetivos, pois, “caso contrário estaremos assumindo o modelo do caranguejo: um passo para a frente, mas, pelo menos, três para trás”.

O bebê e a água do banho – a ação afirmativa continua importante, não obstante os erros da UnB! - artigo do debatedor Sansone (2006), contra-ataca o que diz respeito à facilidade com que o termo “raça” é absorvido pela “genética popular” e sugere “banir” o termo “raça” do panteão dos termos analíticos para vigorosamente usar o termo “racismo” em seu lugar, algo que é por definição um processo sempre a definir e mais difícil de ser retificado do que o infame termo “raça”. Critica o uso da foto, pela UnB, como “solução” para definir quem é e quem não é negro.

Enquanto os articulistas e os outros comentaristas não demonstraram de forma explícita seu posicionamento sobre o sistema de cotas, mas sim de forma

velada, já que no início da obra, há o esclarecimento de que o debate procura ir além de um posicionamento contra ou a favor das cotas raciais nas instituições de ensino superior, Sansone (2006) manifesta-se abertamente a favor da medida, propondo que ela funcione na base da autodeclaração.

Pungente retrato do universalismo apunhalado é o título do texto com que Duarte (2006) participa do debate, a fim de criticar a “essencialização ritualizada” do processo de identificação dos candidatos às cotas desenvolvido na UnB. Alega que tal processo trata-se “da mais pungente faceta” atual do mecanismo “particularista”, garantido pelo argumento romântico da “diferença” que se coloca em resistência ao universalismo da cidadania. Esse autor considera que seria proveitoso “discutir a falácia da compensação histórica” - cujo argumento central é o da continuada exclusão social sofrida pelos escravos africanos e seus descendentes - que acaba, no entanto, centrada num critério fenotípico e não de “descendência histórica efetiva” (DUARTE, 2006, p. 102).

Ser negro no Brasil: do ônus ao bônus? - texto de Lima (2006), a respeito do artigo inicial de Maio e Santos (2006) - tece comentários voltando-se para as posições no debate sobre políticas de ação afirmativa e políticas de cotas no âmbito acadêmico para a problemática da classificação de quem é e quem não é negro e para o papel das ciências sociais nesse episódio.

A autora alega que a perspectiva autoritária do processo seletivo da UnB faz lembrar a dramática experiência sul-africana e suas comissões de classificação racial na época do *apartheid*. Considera que aqueles que implementam o sistema, e querem ao mesmo tempo se precaver de seus possíveis burladores, acabam abandonando a ideia de reparação e adotam a ideia de privilégio: “o ônus se transforma em bônus” (LIMA, 2006, p.105).

Além disso, a autora cita “o clássico manual de Bourdieu” sobre o ofício do sociólogo, para dizer que, em se tratando de debate entre senso comum e conhecimento científico, a experiência da UnB demonstra que as rupturas epistemológicas ficaram em suspenso, na medida em que a ideia de raça da qual a universidade se apropriou é a mesma que ela sempre combateu.

Lima termina o artigo ressaltando a importância de duas questões: em primeiro lugar, o debate sobre a inclusão e, em segundo lugar, a forma como deve ser feita a inclusão, diante da fragilidade do modelo de cotas que está sendo implementado no Brasil. Ressalta, ainda, que se faz necessário pensar em formas

de se debater políticas de ingresso e permanência no ensino superior “que possam ser eficazes na diminuição das diferenças de oportunidades tão gritantes em nosso país”.

A genética e a peritagem racialista é o artigo em que Bortoline (2006) dá destaque às controvérsias suscitadas pela questão das ações afirmativas no meio político, jurídico, social e acadêmico. O autor considera que seria ingênuo imaginar que os geneticistas seriam deixados de fora dessa discussão, já que a genética e áreas afins, como a biologia molecular, podem fornecer informações sobre a ancestralidade de uma determinada população (ou pessoa) e, assim, resgatar seu passado histórico muitas vezes não registrado, ou até mesmo esquecido. Mas ressalta que as considerações de que a genética poderia ter um papel prescritivo nesse tipo de assunto, não tem partido de geneticistas e sim de várias pessoas de diferentes segmentos sociais, inclusive do segmento políticos. Ressalta, ainda, que a genética continuará fornecendo dados que mostrem que essas diferenças entre as populações humanas em nível continental (africanos, europeus, etc.) são reflexo da nossa história evolutiva, já que moldam a vida em todas as suas formas.

Enfim, Bortolini (2006) chama a atenção para o fato de que, no Brasil, a realidade – repleta de mestiçagem - mostra que se corre o grande risco de alguém errar quando tentar identificar o nível de ancestralidade africana, indígena ou europeia em um determinado indivíduo, seja branco ou negro.

Breves reflexões suscitadas pelo artigo “Política de cotas raciais, os ‘olhos da sociedade’ e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB), artigo da autora Carvalho (2006), ressalta, de forma semelhante aos primeiros debatedores, dentre outras abordagens, a questão dos critérios autoritários para a identificação de quem pode e de quem não pode ser beneficiado pelo programa de cotas. Alega que a definição de um fenótipo por meio do “tom da pele”, tipo de cabelo e “traços do rosto típicos da raça negra”, parece guiar-se, no limite do grotesco, pelo estereótipo do negro das crônicas policiais, um suposto hiper-realismo que não guarda correspondência com a notável plasticidade dos fenótipos de mulheres e homens negros do Brasil.

Fazendo uma analogia com o modelo adotado pelo vestibular de cotas raciais da UnB, a autora lembra que, nos anos 90, a FUNAI tentou criar critérios de “indianidade” para definir, de acordo com suas conveniências políticas, quem era e quem não era índio, e chegou a anunciar a modificação de artigos do Estatuto do

Índio para abrir caminho à emancipação. Porém, a incisiva reação dos povos indígenas e dos antropólogos determinou a interrupção do processo.

Diante dessa comparação, a autora ressalta que são situações distintas, ainda que possam incidir, por motivações também distintas, em equívocos semelhantes, mas que, certamente, assinalam a tradição de engajamento dos antropólogos brasileiros e sua inarredável defesa de certos princípios como o da auto-identificação, conforme acontece na FUNAI, desde 2003.

Os ciclistas de Brasília é o texto em que Corrêa (2006) comenta o artigo inicial de Maio e Santos (2006) alegando que os dois autores desviam-se da questão das cotas para discutir o papel do antropólogo na sociedade brasileira. Considera que, assim como a burocracia da universidade merece ser criticada por ter usado a ciência como pretexto para a avaliação objetiva dos candidatos, ou seja, para determinar que feição deveria ter a identidade dos envolvidos nas cotas - mesmo sendo esta uma atividade política e não científica - é perfeitamente legítimo tanto defender ou reprovar a existência de cotas para negros na universidade. Para Corrêa, o que não é legítimo é desqualificar a postura dos defensores de um ou de outro ponto de vista, sugerindo que se trata de uma postura não científica e que a postura adotada por quem fala é a única embasada em razões científicas, pois na realidade as duas movimentações são políticas.

Apenas no final da leitura desse artigo foi possível compreender melhor as razões de seu título. A autora conta que se lembrou da piada de um humorista judeu narrada em um programa de tevê americano. Dizia o judeu para seu interlocutor: "Hitler deveria ter perseguido os ciclistas e não os judeus". "Os ciclistas?", diz o outro, espantado, "por que os ciclistas?" "E por que os judeus?", respondeu ele.

Ossos do ofício, artigo de Fry (2006), aborda a questão da política de cotas, alegando que, "parece que alguns antropólogos se encontram no epicentro da inflexão social e étnica apontada pelos autores Maio e Santos (2006)". Fry considera que, como parte dos "ossos do ofício", os antropólogos se tornaram os cartógrafos da diferença cultural, "racial" e "étnica", não apenas documentando os outros, mas participando ativamente da construção social desses outros. "Só assim, determinados antropólogos avançam um processo de celebração das supostas diferenças 'raciais' ou 'étnicas' do Brasil, reconhecendo e celebrando a 'diversidade'" (FRY, 2006). Porém, a autora alega ter esperança de que o texto de Maio e Santos

incentive os antropólogos – dentre os quais ele mesmo se inclui – a olhar para si próprios à luz de sua própria teoria antropológica.

O preocupante caso do vestibular da Universidade de Brasília, artigo escrito por Pena (2006), a fim de comentar o artigo de Maio e Santos (2006), lembra o lançamento, em 1966 – plena ditadura militar – do livro FEBEAPA (*Festival de Besteiras que Assola o País*) – de Stanislaw Ponte Preta, e afirma que “muitas asneiras sobre o sistema de cotas têm sido ditas e escritas por políticos, professores e palpiteiros, em geral, mas que, certamente, o festival atingiu níveis ‘tsunâmicos’ com a decisão da UnB de formar uma comissão para homologar a ‘identidade racial’ dos candidatos ao vestibular, pela análise de fotografias”. Pena considera que o único critério admissível para as cotas é a auto-declaração. Chama a atenção para o fato de que, ao implementar programas de ação afirmativa, com a finalidade de alavancar necessárias mudanças sociais, as instituições públicas precisam cuidar para não fomentar tensões e divisões artificiais e arbitrárias no povo brasileiro.

Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedade dividida, texto de Maggie (2006) - outra autora que participa do debate - comenta que o que salta aos olhos de qualquer observador mais atento é que as cotas raciais vieram para refazer o atual sistema racial. Mas que, segundo pesquisas em escolas da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, até os próprios estudantes estão mais de acordo com as cotas para pobres e para estudantes de escolas públicas, indicando que essa modalidade de reserva de vagas está mais próxima de sua concepção de justiça distributiva.

A autora considera que, ao longo do Século XX, tentou-se construir, no Brasil, uma sociedade em que os indivíduos poderiam transitar entre “marcas,” ou até mesmo não se pensar a partir delas, mas que as atuais políticas de cotas estão propondo o fim dessa possibilidade e o início de uma marcação mais rígida de indivíduos, que não poderão mais dizer que tão-somente pertencem à *raça humana*. Com isso, segundo a autora, instaura-se o “ideário racial”, a separação e a marca que cria sociedades divididas.

Finalmente, na terceira parte do livro - *Cotas raciais na universidade: um debate* – organizado por Steil (2006), os autores Maio e Santos (2006) retomam a fala dos autores que comentaram seu primeiro artigo “*Política de cotas raciais, os ‘olhos da sociedade’ e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)*” e fazem uma tréplica, a que dão o título de “*As cotas raciais nos*

horizontes da antropologia: uma tréplica”, destacando alguns posicionamentos expressos pelos debatedores.

Maio e Santos alegam que, enquanto escreviam a tréplica, no final de fevereiro/início de março de 2005, a imprensa vinha divulgando notícias sobre o primeiro vestibular de cotas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e uma das manchetes era “*Peneira exclui 33 cotistas da universidade no Paraná*”. Comentam que “peneira”, no caso, é uma metáfora para “comissão de avaliação racial” - formada por cientistas sociais, advogados da universidade e por membros do movimento negro, dentre outros - a qual julgou e excluiu candidatos que “não apresentavam traços da ‘cor’ que lhes daria direito à vaga pela política de cotas”. Segundo Maio e Santos, autores da tréplica, tal procedimento demonstra a existência de práticas semelhantes às da Universidade de Brasília – UnB, e em outras universidades, tais como a Universidade Federal do Paraná - UFPR, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Esta última que já em seu primeiro edital de vestibular de cotas fazia referência à auto-classificação “sob penas da lei”. Nesse sentido, os dois autores argumentam que, se há “penas da lei” é porque há a possibilidade de se questionar a auto-classificação. Alegam que, dessa forma, há uma dimensão fundadora no caso da UERJ que atingiu proporções “sem precedentes” em Brasília, conforme mostram os textos em debate, sobre a atuação das comissões de homologação de pertencimento racial.

Maio e Santos (2006) finalizam a obra defendendo que, sejam quais forem os rumos que as iniciativas de combate às desigualdades étnico-raciais venham a tomar no Brasil, uma boa dose de articulação entre reflexão crítica e comprometimento social é fundamental para esse debate, além de contribuir para manter acesa a chama das ciências sociais no país.

No livro *Divisões Perigosas: políticas raciais no Brasil Contemporâneo*, os organizadores Fry e Maggie (2007) explicitam que a finalidade dessa obra é reconduzir o debate sobre as cotas abrindo possibilidade de exposição de opiniões e pontos de vista, sem que haja rotulações preconcebidas.

O livro apresenta textos de vários autores, de diferentes áreas do conhecimento, que refletem criticamente – a partir de diversas perspectivas - a respeito das noções de raça e racismo e dos rumos das legislações e políticas públicas que tratam desse tema no Brasil Contemporâneo.

Tais textos foram publicados, em sua maioria, em jornais e revistas dirigidos ao grande público, mas alguns deles foram especialmente preparados para o livro. São textos que foram divulgados no período de 2004 a 2007.

O livro está organizado em cinco partes: “Raça, ciência e história”; “Quem é negro no Brasil?”; “Educação”; “Saúde”; e “Raça é tudo?”. Em apêndice, os autores incluíram além de uma carta pública, trechos de cartas de leitores de vários jornais e revistas, também publicados ao longo dos últimos anos. Nessas cartas encontram-se posições que espelham visões compartilhadas por uma parte significativa da população brasileira.

Por mais diversificados que sejam os temas tratados nos textos, assim como as perspectivas políticas e intelectuais, há um fio que os liga: a defesa do princípio da igualdade política e jurídica das pessoas, o que sustenta o conceito de cidadania.

Os textos argumentam, de modo geral, que no Brasil a valorização ideológica da mestiçagem e a ausência de leis de discriminação racial, desde a Abolição, embaralham as percepções raciais. Os autores explicitam que dois quintos dos brasileiros não se declaram nem “brancos” nem “pretos” e que, experimentos do IBGE com o rótulo “afro-descendentes” revelaram que quase ninguém adota essa identidade.

Os organizadores consideram que o livro o marco de uma proposta que clama pela cidadania plena de todos os cidadãos. Essa proposta, demanda que o Estado se empenhe em investir nos serviços públicos universais e no combate às desigualdades e à pobreza – “que têm muitas cores”. Além disso, a proposta rejeita a legalização de uma fronteira racial que se tenta traçar no meio das escolas públicas, nos serviços de saúde e nas empresas. Os autores defendem que para debelar a discriminação racial é necessário extinguir a crença herdada do século XIX de que a aparência das pessoas revela qualidades ou defeitos morais e intelectuais. Enfim, enfatizam que a sociedade brasileira não pode compactuar com políticas que entronizam o conceito de “raça” na letra da lei (FRY, P.; MAGGIE, Y. et alli, 2007).

Além desses textos acadêmicos, conforme dissemos anteriormente, tivemos acesso a algumas dissertações de Mestrado e teses de Doutorado dentre as quais mencionamos algumas, a seguir.

As astúcias da função-autor no discurso jornalístico: uma análise da posição de um jornal paranaense sobre as cotas é o título da Dissertação de Mestrado, de

Éderson José de Lima, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá - PR, 2006.

O autor teve como objetivo explicitar o trabalho da função-autor do jornalista, além de mostrar como essa função-autor se subjetiva ao assumir uma posição em textos da mídia impressa sobre a temática das “cotas universitárias para negros”. Partindo do pressuposto de que todo discurso apresenta uma função-autor, entendida como elemento coercitivo responsável pela organização e construção do texto, Lima considera que a função-autor é articulada em campos ideológicos e mobiliza lugares de subjetividades, de modo a veicular aquilo que pode e deve ser dito em determinadas situações sóciohistóricas. Assim sendo, argumenta que esse elemento coercitivo delimita o que deve ser posto em ação na construção do texto, escolhendo para quem deve dar voz, ou seja, a função-autor é responsável pelas escolhas dos lugares discursivos.

O *corpus* de análise é composto por textos sobre as cotas para negros veiculados no jornal Gazeta do Povo, do Estado do Paraná, em dois períodos políticos: o primeiro, de 2000 a 2002, denominado, na pesquisa, de “período Fernando Henrique Cardoso”; e o segundo, de 2004 ao início de 2005, denominado de “período Lula”.

Em um primeiro momento, o autor faz a análise partindo de um *corpus* empírico em que busca levantar os lugares discursivos, sobre as cotas, postos em ação pela função-autor. Em um segundo momento, é feita a análise de um *corpus* analítico, em particular, ou seja, de um único texto que compunha o arquivo de análise. As análises evidenciaram que a mobilização de determinados lugares discursivos “é uma maneira sutil de posicionar-se discursivamente e esse trabalho se manifesta no jogo entre os elementos linguísticos que constituem o texto, os quais ajudam o leitor a compreender o fato linguístico enquanto discurso” (LIMA, 2006).

A polêmica construída racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros, da autoria de André Ricardo Nunes Martins, do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas da UnB, 2004, é uma Tese de Doutorado que, com base na Análise Crítica do Discurso – Fairclough, Van Dijk e Fowler - analisou textos da mídia para verificar como a linguagem se manifesta a serviço do poder, já que é uma operação ideológica que determina a mobilização de sentidos nesse processo discursivo. Martins examinou diferentes textos (editorial,

artigos, reportagem, entrevista, carta ao editor) provenientes de três jornais brasileiros: Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, e A Tarde, selecionados entre janeiro de 2002 e dezembro de 2003.

Tentando comprovar que no processo discursivo desses órgãos de imprensa há uma operação ideológica que determina a mobilização de sentidos, fazendo com que uns prevaleçam em detrimento de outros, o autor analisou o modo pelo qual a seleção vocabular, os títulos, o uso da negação, o emprego da modalidade, a argumentação, o uso da metáfora e da ironia manifestam-se nos textos.

Nessa perspectiva, considerando o discurso como realização da linguagem, enquanto prática social, Martins procura mostrar que o modo como a linguagem se manifesta a serviço do poder ou o modo como o debate a respeito do tema “cotas para negros” é realizado na imprensa, é produto da relação dialética de três dimensões sociais: o racismo, o discurso e a imprensa. Explica que essas dimensões, mesmo tendo cada uma as suas especificidades, interrelacionam-se dialeticamente, de modo a construir uma esfera pública em que atores sociais atuam, assumem posições e são representados em relação às cotas

Martins considera, a partir dos estudos realizados, que na sociedade brasileira, além de existir a construção de um consenso no que diz respeito ao racismo e às políticas de ação afirmativa, existe também uma luta hegemônica pelo controle desse consenso e que o debate das cotas na imprensa é local de manifestação e reprodução dessa luta.

Conclui, então, que a análise feita aponta para estratégias discursivas que evidenciam a forma como os afrodescendentes são representados na imprensa, ao mesmo tempo em que procuram descaracterizar as cotas como política pública relevante. Além disso, defende o ponto de vista de que “essa representação favorece o racismo discursivo e que a realidade do racismo é ora exposta e ora ignorada no discurso da imprensa”.

“Espectros na Mídia: Políticas afirmativas ou políticas da piedade? O sofrimento do outro no contexto do “último homem”, Tese de Doutorado de Monique Franco, da Escola de Comunicação da UFRJ, julho 2006, teve como objetivo problematizar as políticas de ação afirmativa, por meio da análise de textos da mídia impressa - colhidos dos principais jornais e revistas de circulação nacional, tais como Jornal O Globo, Correio Brasiliense, Jornal do Brasil, Folha Dirigida, Revista Época, Revista Veja, dentre outros - abordando prioritariamente os conceitos de tempo e de

justiça – fundamentados em Nietzsche - expressos no debate acerca da adoção da política de cotas no ensino público superior. Franco estuda os impactos dessa adoção, articulando quatro dimensões que compõem sua investigação:

a) *política da justiça* – que traça a genealogia do conceito afirmativo - no contexto de outros países e do Brasil - e aponta a “crescente ineficácia das instituições reguladoras do bem comum”;

b) *políticas de piedade* – que traz à tona a noção da culpa ancestral, de dívida social e de injustiça, e, principalmente, a noção de culpa e reparação;

c) *políticas de reconhecimento* – que mostra a intensificação da exigência contemporânea da performance do ser, apontando para o processo de visibilidade e de exterioridade, “entendidos como operadores concretuais dominantes na produção e representação da historicidade e da subjetividade contemporânea”;

d) *políticas do ser* – que apresenta hipóteses do estudo e interpretações que “podem estar na base das contradições e tensões postas no objeto”. Nessa última dimensão, apresenta três conceitos que fundamentam as abordagens. Primeiramente o conceito de “*presentificação*” – por meio do qual enfatiza a noção de que a “transformação das experiências do tempo na contemporaneidade ocupa um papel preponderante nas tensões e dilemas postos ao escopo teórico e às ações concretas de diferentes campos do conhecimento, sobretudo alargando as fronteiras e desestabilizando certezas do que se considera ‘humano’ e do próprio humanismo, redefinindo conceitos como ‘futuro’ e ‘liberdade’.

Em segundo lugar, a noção nietzschiana do “*último homem*” – apresentado pela autora como “um operador importante para se pensar os paradoxos e os limites postos ao homem e à humanidade na contemporaneidade”.

E, por último, a perspectiva heideggeriana do “*esquecimento do ser*” sugerindo a possibilidade de novos caminhos a serem traçados na identificação última do próprio ser.

A autora conclui citando Cazuzu: “Mentiras sinceras me interessam” e dizendo que “é preciso sair dos discursos prontos, de soluções apressadas que saem do forno soladas, duras de digerir, indigestas e que há tantos óbvios na caracterização do mundo, que se vive de obviedades”(FRANCO, 2006, p. 265).

“*A política de cotas raciais na universidade pública brasileira: um desafio ético*”, Tese de Doutorado de Ana Paula Arbache, do PPG em Educação e Currículo da PUC-SP, 2006, teve o propósito de, a partir do ponto de vista da ética de Enrique

Dussel, responder à pergunta: *Em que medida a experiência inaugural da implantação da política de cotas raciais na universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) resiste a uma crítica ética tendo as vozes dos estudantes cotistas autodeclarados negros ou pardos como protagonistas? Para a realização desse propósito, Arbache aprofunda a discussão sobre a política contemporânea da reserva de vagas/cotas raciais no ensino superior, por meio de um estudo de caso realizado na UERJ, em 2003, 2004 e 2005. Inicialmente, a autora faz um estudo a respeito da história do Ensino Superior no Rio de Janeiro, detendo-se de forma especial na trajetória da UERJ, na construção histórica dos movimentos negros no Rio de Janeiro – procurando relacionar reivindicações passadas e a conquista das cotas raciais na atualidade e contextualizando o surgimento e a difusão das “ações afirmativas” na sociedade brasileira.*

Arbache apoia-se no ponto de vista da ética de Henrique Dussel, especialmente em “*Ética da Libertação*” (2002) que defende uma “ética crítica” – capaz de denunciar sistemas hegemônicos produtores de exclusões e dominações – ancorada na factibilidade da libertação das vítimas do sistema econômico, político e cultural, no contexto latino-americano, e pensa um sistema e eticidade que toma a *vida das vítimas* como princípio universal dessa ética.

Dessa forma, a autora considera os estudantes auto-declarados negros ou pardos como vítimas, neste contexto de análise, e defende que o sistema de cotas raciais da UERJ/2003 pode ser considerado um sistema de eticidade crítico e os estudantes cotistas como sujeitos dessa ação. Alega que com sua tese deseja contribuir para o aprimoramento de ações que possibilitem o aumento de oportunidades para negros e pardos no ensino superior brasileiro, entendendo esse aumento como uma efetivação do desenvolvimento econômico, social, cultural e ético da sociedade brasileira.

Como se pode perceber, pelos estudos encontrados, o tema das cotas tornou-se de grande relevância não só na mídia, mas também no espaço acadêmico, criando tensões crescentes, gerando novos discursos que não se constituem nem a primeira e nem a última palavra: discursos foram ditos, são ditos e continuarão sendo ditos. Pode-se perceber, também, que as abordagens existentes voltam-se mais especificamente para aspectos jurídicos, filosóficos, ideológicos e éticos no que diz respeito ao sistema de cotas na universidade brasileira. A pesquisa que propomos distingue-se pelos seguintes aspectos:

1) leva em conta a dupla orientação do discurso - a interação verbal - como princípio fundador da linguagem constitutivo dos sujeitos, das identidades e dos discursos.

2) investiga e analisa a materialidade verbal e verbo-visual de textos de uma revista de cultura – *Caros Amigos* – em seus mecanismos linguísticos, enunciativos e discursivos.

3) evidencia as diferentes vozes presentes nos discursos dos participantes do evento discursivo (autores, destinatários), a forma como essas vozes dialogam e como contribuem para a construção do discurso sobre as cotas.

Dessa forma, investigar o discurso sobre as cotas, na revista *Caros Amigos*, e a pluralidade de vozes aí presente, os embates, as contradições, as implicações políticas e ideológicas que determinam sua construção - a partir dessa perspectiva sócio-histórica - significa retomar uma interação verbal, um movimento dialógico entre textos, editores, autores e leitores e analisar o processo de produção, circulação e recepção desses textos selecionados, a fim de verificar como os participantes envolvidos na construção de significados estão agindo no mundo, por meio da linguagem, e como estão, desse modo, contribuindo para a construção de sujeitos e das interações sociais.

Segundo Bakhtin (2003, p. 313), “toda época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções, etc. Há sempre certo número de ideias diretrizes que emanam dos ‘luminares’ da época, certo número de objetivos que se perseguem, certo número de palavras de ordem, etc.” Em nosso estudo, a esfera é a jornalística, mais especificamente a revista *Caros Amigos* – artigos, cartas, capas – do período de junho a novembro de 2002.

Nesse capítulo, fizemos uma retrospectiva sobre as bases sócio-históricas do sistema de cotas - que se insere na política chamada de ação afirmativa. Abordamos sua influência nos movimentos sociais e na adoção da medida no Brasil, além de evidenciarmos como a imprensa brasileira se insere nesse debate. Buscamos artigos acadêmicos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado que abordam o tema das cotas e ressaltamos a efervescência do embate discursivo da exclusão/inclusão do negro na sociedade brasileira. Finalmente, expusemos as especificidades e a relevância desta nossa pesquisa.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

*Em cada momento de sua existência histórica,
a linguagem é grandemente pluridiscursiva.
Deve-se isso à coexistência de contradições sócio ideológicas
entre presente e passado, entre diferentes épocas do passado,
entre diversos grupos sócio- ideológicos,
entre correntes, escolas, círculos...*

Bakhtin

Olhando para o nosso objeto de estudo - o sistema de cotas para negros na universidade brasileira – organizado como um grande enunciado que circula na mídia impressa, podemos perceber que a revista *Caros Amigos* coloca em cena um diálogo em que articulistas, redatores, autoridades e leitores se valem de processos linguístico-discursivos para emitirem avaliações e juízos de valor, fazendo circular uma pluralidade de vozes sociais, históricas, culturais de fontes distintas do enunciador ou de instâncias diferentes que se entrecruzam no fio do discurso.

Esses fatores propiciam o surgimento de tensões e embates entre os parceiros discursivos, já que, nesse movimento de interação dialógica, valendo-se de diferentes tonalidades enunciativas, os interlocutores assumem posicionamentos diversos, diante do tema, motivando a instauração de uma polêmica que se manifesta ora de forma aberta ora de forma velada.

Verificamos, então, que essas especificidades apontaram para a teoria dialógica do discurso, de Bakhtin e seu Círculo, como fundamentação teórica pertinente para dar suporte às categorias de análise de nossa pesquisa. Dentro dessa perspectiva teórica, por meio da qual nos propusemos a dialogar com nosso objeto, vislumbramos as noções de interação verbal, enunciado, entonação apreciativa, polêmica aberta e velada e formas de presença do outro no discurso.

Assim, neste capítulo, revisitamos primeiramente as noções que dizem respeito à interação verbal: a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal, o caráter responsivo do enunciado, a entonação avaliativa. Em seguida, discutiremos sobre as formas de presença do outro no contexto do discurso, o discurso bivocal e as relações dialógicas polêmicas. E,

finalmente, faremos uma reflexão sobre discurso, história e memória, além de uma breve passagem pelas questões do verbo-visual, tendo sempre em foco a maneira como todas essas noções estão organizadas de modo a dar suporte ao nosso corpus de análise.

A fim de não sermos excessivamente repetitivos, gostaríamos de ressaltar, aqui, que em vários momentos de nossas reflexões voltamos-nos para as abordagens do Círculo da forma como os autores as apresentam: a partir do ponto de vista do acontecimento estético-literário. Estamos considerando que os contornos dessas abordagens podem ser perfeitamente estendidos a outros projetos de interação comunicativa como o jornalístico - que é o caso de nosso estudo - o jurídico, o religioso, o científico, o publicitário, dentre outros, desde que se façam as adequações pertinentes. O autor e o mundo da obra estética – elementos do objeto estético - não correspondem ao autor biossocial do mundo empírico, já que são transformados em autor e mundo discursivos.

Nesse sentido, é importante enfatizar que a concepção do estético, na obra bakhtiniana, resulta de um processo que busca representar o mundo do ponto de vista da ação exotópica do autor que está fundada no social e no histórico, ou seja, nas relações sociais de que participa o autor. A obra estética tem como tema o mundo dos homens, suas decisões éticas, seu labor teórico, suas interações, seu viver. Ética e estética constituem a base de tudo o que Bakhtin e seu Círculo desenvolveram ao longo da vida (SOBRAL, 2005).

Outro detalhe que gostaríamos de ressaltar é que ao fazermos referência às obras do Círculo, no corpo do trabalho, mencionamos primeiramente a data da publicação original e, em seguida, após a barra, a data de publicação da edição que utilizamos para as consultas. Da mesma forma, ao citarmos o nome da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, optamos por colocar acento no nome Volochínov, por motivo de assim o encontrar na sétima edição brasileira, de 1995, feita com base na tradução francesa do original russo, conforme mencionado nas referências bibliográficas.

2.1 Teoria dialógica do discurso

A *teoria dialógica do discurso* tem seu suporte nos escritos do pensador russo Mikhail Bakhtin e seu Círculo – grupo de intelectuais russos, dentre os quais

Voloshinov e Medvedev - que desenvolveu estudos em variados espaços acadêmicos, culturais, políticos e sociais. A obra do Círculo emerge em um momento histórico em que não havia abertura para discussão dos problemas sociais. Censuras, proibições, perseguições e exílios eram a marca do contexto em que a teoria foi produzida.

Embora houvesse investigações sobre a autoria, a assinatura de algumas obras – detalhes estes que não foram totalmente recuperados dos originais -, elas foram publicadas alguns anos depois de escritas e sua recepção no Ocidente deu-se por meio de traduções em diferentes línguas – francesa, inglesa, espanhola, portuguesa. O conjunto da obra confere coerência à “assinatura coletiva” na construção de um novo olhar para a linguagem e seus estudos.

Há na teoria do Círculo abordagens diversas para um conjunto de questões a respeito do papel da linguagem em cada acontecimento humano: na vida, na arte, na ciência, na religião. Vários conceitos dialogam entre si, convergindo para outras concepções, ao mesmo tempo que constroem os pilares da perspectiva bakhtiniana. Segundo Brait (2005b), uma característica fundamental dessa teoria é a de não aplicar conceitos, a fim de conhecer um discurso, mas deixar que os discursos revelem sua forma de produzir sentido, a partir do ponto de vista dialógico.

Desse modo, como os conceitos são entrelaçados uns aos outros, os múltiplos fios “puxam” uns aos outros, não nos detemos à cronologia das produções do Círculo: muitas vezes tomamos uma abordagem, passamos para outra e retornamos à anterior, num entrecruzamento ininterrupto na cadeia de construção da base que sustenta nossas análises.

A teoria dialógica do discurso defende que a essência verdadeira da linguagem é o acontecimento social de *interação verbal* que se concretiza em um ou mais enunciados. Considera o sujeito como um ser sócio-histórico que se constroi na enunciação, e leva em conta o dialogismo - na extensão plena desse termo - como sendo a realidade fundamental da linguagem, constitutivo de toda atividade humana e do sujeito.

Em vários textos produzidos pelo Círculo, encontram-se abordagens sobre o caráter dialógico da linguagem. De modo especial em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin ressalta que

as relações dialógicas - fenômeno bem mais amplo do que as simples relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são um fenômeno quase universal que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana [...] (BAKHTIN, 1963/2002 p.42).

Nesse sentido, as réplicas do diálogo real, tais como as conversas do cotidiano, as discussões políticas, ou científicas, etc., são consideradas um tipo notório e simples de diálogo com os quais as relações dialógicas, em sentido amplo, não coincidem. As *relações dialógicas*, da teoria bakhtiniana, são bem mais complexas e diversificadas que o diálogo no sentido restrito.

Para o autor, toda a vida da linguagem, seja qual for a sua esfera de utilização (a jornalística, a cotidiana, a prática, a científica, a jurídica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. Tais relações se situam no campo do discurso, são extralinguísticas, e, por isso, “devem ser estudadas pela metalinguística, que possui objeto autônomo e metas próprias” (idem, p.181). A linguística estuda a língua propriamente dita com sua lógica específica, na sua generalidade, como algo que torna possível a *comunicação dialógica*. Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem se materializar: passar para outro campo da existência, tornar-se discurso, ou seja, tornar-se enunciado e ganhar autor. Nesse sentido, a linguística e a metalinguística devem se completar mutuamente, mas não se fundir.

Além disso, o autor esclarece que as *relações dialógicas* podem ocorrer não só entre enunciações integrais, mas também entre partes significantes do enunciado, entre estilos de linguagem, entre dialetos sociais, e até entre fenômenos que sejam expressos numa matéria sígnica, tais como entre imagens de outras artes.

Bakhtin exemplifica essa questão dizendo que, mesmo dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo como no espaço, que nada saibam um sobre o outro, realizam, no confronto dos sentidos, relações dialógicas (entre opiniões, pontos de vista, juízos de valor), se entre eles há ao menos uma convergência de sentido – ainda que seja apenas uma identidade particular do tema, do ponto de vista. Alega que “não se pode interpretar as relações dialógicas de forma simplificada e unilateral, reduzindo-as a contradição, luta, discussão, desacordo. A concordância também se constroi nos embates e é uma importante forma de relação dialógica” (BAKHTIN, 1979/2003, p. 331).

O filósofo russo afirma que “Ser significa comunicar-se”. O ser mesmo do homem, tanto exterior como interior, é uma comunicação profunda[...]” “A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo, interrogar, escutar, responder, estar de acordo, etc”(TODOROV,1981, p. 311- 318). Nesse sentido, sobre as relações dialógicas, três pontos devem ser observados:

1º) as relações do discurso com a enunciação, com o contexto sócio-histórico ou com o “outro” são relações entre discursos-enunciados;

2º) o dialogismo considera o texto como um tecido de “muitas vozes” - ou de muitos textos ou discursos - que se entrecruzam, se complementam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto;

3º) por último, a observação é sobre o caráter ideológico dos discursos assim definidos (BARROS, 2007).

Uma noção basilar, em nossa investigação, é a questão da *alteridade*²¹, da presença do outro nos discursos. Segundo as concepções do Círculo, é a *alteridade* que define o ser humano, pois o *outro*²² é imprescindível para a constituição do *eu*: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao *outro*. Brait explica que

o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o *eu* e o *outro* nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, se instauram e são instaurados por esses discursos” (BRAIT, 2005a, p. 95).

Em outras palavras, essa autora esclarece que o *dialogismo* é um elemento constitutivo da linguagem, um princípio que rege a produção e a compreensão dos sentidos, em uma fronteira em que eu/outro se interdefinem, se interpenetram, sem se fundirem ou se confundirem. Considera que a reflexão baktiniana sobre a linguagem - fundada na *relação* - contribui para uma melhor compreensão da forma de ser da linguagem que, “sendo social, histórica, cultural, deixa entrever singularidades, particularidades, sempre afetadas, alteradas, impregnadas pelas relações que as constituem” (BRAIT, 2005b, p.80). Além disso, enfatiza a relevância,

²¹ Brait esclarece que “há conceitos próximos, mas não necessariamente intercambiáveis, caso de alteridade, dialogismo, polifonia, que constituem, como heterogeneidade, interdiscursividade e intertextualidade, dimensões da noção de ‘outro’ e de sua importância na reflexão da linguagem [...]” (BRAIT 2006, p. 28-29).

²² Segundo Brait (2001), o *outro* não é necessariamente outra pessoa, já que a heterogeneidade, a alteridade se constitui por meio da presença de outros discursos, representados ou não, na cena enunciativa, por vozes de outras pessoas.

para os estudos da linguagem, da questão da alteridade como reveladora da presença do outro no discurso:

De qualquer forma, seja qual for o rumo assumido, a questão da *alteridade* constitutiva ganhará um espaço fundamental nos estudos da linguagem, interferindo na noção de sujeito, de autoria, de texto (verbal e não-verbal), de discurso, interlocutor e especialmente de vozes discursivas. (BRAIT, 2006, p.28-29).

Corroborando essas noções, Clark e Holquist também ressaltam, em vários momentos de seus estudos sobre a teoria do Círculo, a questão da *outridade* ser considerada por Bakhtin como o fundamento de toda a existência, e o diálogo ser “a estrutura primacial” de qualquer existência particular, representando uma constante troca entre o que é e o que não é ainda. Nas palavras desses autores, “o dialogismo celebra a *alteridade*: assim como o mundo necessita de minha alteridade para lhe dar significado, eu necessito da autoridade dos outros a fim de definir o meu *self* ou ser o seu autor [...]” (CLARK, HOLQUIST, 2004, p. 91).

De forma semelhante, Amorim (2007) dá ênfase à noção de alteridade nos estudos da linguagem e lembra que a perspectiva dialógica bakhtiniana situa o acontecimento linguístico em um contexto emoldurado espacial e temporalmente :

Le dialogisme est le principe constitutif du discours et de la production de sens [...] le sens d'un discours est toujours l' effet d'un rencontre (un dialogue) entre plusieurs discours. Ainsi, il n'est jamais fixe, stable, car il se donne comme l'événement de cette rencontre dans un certain contexte. La vie d'un mot tient à sa circulation dans le temps et dans l'espace. Il contient toujours une double adresse: vers la mémoire des sens des énonciateurs qu'il porte en lui et qui le déstabilisent déjà, et vers les énonciations futures qui vont l'altérer. Ainsi l'*altérité* est au cœur de cette théorie du langage où le propre de tout discours est de ne jamais être identique à lui-même[...] Le dialogisme et l'idée du mot comme une arène mettent toujours en scène le caractère de tension de l'activité discursive. (AMORIM, 2007,190-194).

Considerando a alteridade como fator responsável pela organização e produção de conhecimento, essa autora chama a atenção para o fato de que a ideia de identificação e de empatia com o outro, a ilusão de simetria, de reciprocidade e de espontaneidade, na abordagem do outro, constituem uma impossibilidade de conhecimento do outro. Ao contrário, é o descontínuo e o intervalo, a exotopia e a dissimetria que permitem a expressão de alteridade, pois a compreensão, a interpretação e a explicação são, na verdade, formas de traduzir, e traduzir é mostrar a descontinuidade, o intervalo.

A autora ressalta que “a produção de conhecimentos e o texto em que se dá esse conhecimento são uma arena onde se confrontam muitos discursos”(AMORIM, 2003, p.12). Cita como exemplo a infinidade de significados conflituais e até paradoxais que emergem entre o discurso do sujeito analisado e conhecido e o discurso do pesquisador que busca o conhecimento e a análise.

Para a autora, assumir esses aspectos conflituosos significa renunciar à ilusão de transparência não só do discurso do outro, mas também do próprio discurso, pois é trabalhando a opacidade dos discursos e dos textos, que se pode fazer da diversidade um elemento constituinte do pensamento. “O discurso, enquanto acontecimento, supõe a diferença entre valores, o que desempenha papel fundamental na produção de sentido” (idem, p. 18).

Tendo feito essas reflexões iniciais sobre as noções de dialogismo, alteridade, consideramos pertinente citar as observações de Brait a respeito da maneira como as abordagens teórico - metodológicas de Bakhtin e seu Círculo podem conduzir as análises de uma determinada pesquisa como a nossa. Essa autora alega que o trabalho analítico e interpretativo com textos/discursos tanto verbais, como visuais e verbo-visuais pode ser realizado tomando da Linguística a possibilidade de dissecar campos semânticos, reconhecer, recuperar e interpretar marcas e articulações enunciativas que caracterizam o discurso e indicam sua heterogeneidade constitutiva, e a dos sujeitos aí inseridos. E, além disso,

[...]ultrapassando a necessária análise da materialidade linguística, reconhecer o gênero a que pertencem os textos e os gêneros que nele se articulam e, a partir desse diálogo com o objeto de análise, chegar ao inusitado, à sua maneira de participar de esferas de produção, circulação e recepção, encontrando sua identidade nas relações dialógicas estabelecidas com outros discursos, com outros sujeitos (BRAIT, 2006, p. 13 -14).

Diante dessa perspectiva, consideramos que os textos que compõem o *corpus* por nós selecionado apresentam-se como uma fonte privilegiada para percepção dos eventos em sua historicidade, da alteridade dos sujeitos, e dos significados conflitantes que fazem emergir, tendo em vista que na heterogeneidade desses discursos - nele falam o jornalista, o fotógrafo, o cartunista, o chargista, o cientista político, o sociólogo, o historiador, dentre outros - história e memória são acionados na produção dos sentidos vinculados aos textos dessa ordem discursiva. As vozes que perpassam as enunciações desses discursos são vozes que em

embates tensos dizem respeito aos diferentes elementos históricos, sociais e linguísticos, e que se defrontam, para constituir a singularidade de um enunciado, de um texto, de um discurso e de uma autoria.

A fim de traçar um fio condutor das noções da teoria dialógica apontadas para análise dos textos que compõem nosso *corpus* e descrever a forma como entendemos o evento de construção do discurso sobre as cotas, julgamos pertinente nos atermos em aspectos discutidos por Bakhtin/Volochínov (1929/1995, p.110) no capítulo “Interação Verbal” da segunda parte do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

Nessa obra, os autores tratam das relações entre linguagem e sociedade, o que já se percebe no subtítulo: “Tentativa de aplicação do método sociológico em linguística”. Defendem a necessidade de uma abordagem filosófica da linguagem para a apreciação sociológica das relações humanas em vários domínios das ciências humanas.

No capítulo mencionado, os autores retomam as críticas feitas às duas orientações do pensamento filosófico-linguístico - a da expressão e a do sistema - denominadas, respectivamente, *subjetivismo individualista* e *objetivismo abstrato*. A primeira, pelo motivo de defender o ponto de vista de que o uso da linguagem movimenta-se na expressão de um conteúdo individual interior para a realidade objetiva exterior. A segunda, por separar a língua de sua atualização em um determinado contexto e localizar o sentido num sistema abstrato exterior ao sujeito.

Nesse sentido, os autores ressaltam que localizar o sentido no interior do sujeito, na expressão individual, sem levar em conta a dimensão histórica que sustenta a situação de uso da linguagem - como o faz a primeira orientação -, ou localizar o sentido em um sistema abstrato, exterior ao sujeito, sem levar em conta o horizonte social em que se dá a interlocução – como o faz a segunda orientação -, é tomar como fundamento uma abordagem monológica da linguagem.

Os autores defendem que qualquer aspecto da expressão/enunciação será determinado sobretudo pela situação social mais imediata, isto é, pelas condições reais da enunciação. Consideram que “o *centro* organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p.121). Explicam que só o grito inarticulado de um animal procede do interior, como pura reação fisiológica e não ideologicamente marcada. Já toda enunciação humana, mesmo realizada

individualmente, de maneira totalmente primitiva, é, do ponto de vista do seu conteúdo e de sua significação, organizada pelas condições do meio social, exterior ao indivíduo.

Nesse sentido, a *enunciação* é considerada pelos autores como produto da interação social de dois indivíduos socialmente organizados, mesmo que não exista um interlocutor real, “quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística” (idem, 121).

Diante das críticas feitas a essas duas orientações do pensamento filosófico-linguístico, Bakhtin/Volochínov propõem, então, uma síntese dialética, defendendo que a compreensão da linguagem não está em nenhuma dessas correntes, mas além delas. O sentido não está situado no interior nem no exterior, mas sim no meio social, na *interação* entre os sujeitos.

Tecendo os fios nesse viés, a teoria dialógica aproxima os conceitos de comunicação, discurso, diálogo, interação verbal, enunciação, tal como posto nestas palavras:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da *enunciação* ou das enunciações. A *interação verbal* constitui assim a realidade fundamental da língua. O diálogo no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “*diálogo*” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda *comunicação verbal*, de qualquer tipo que seja. (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p. 123).

Nessas abordagens, os autores relacionam os *sistemas ideológicos constituídos* (moral, direito, religião, artes) - que são relativamente estáveis - à *ideologia do cotidiano* considerada como sendo a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, bem como a expressão que a ela se liga. A *ideologia do cotidiano* é relativamente instável, não é fixada em um sistema: constitui o domínio da palavra interior e exterior que acompanha nossos atos, nossos gestos e nossos estados de consciência. Nesse sentido, os sistemas ideológicos constituídos conservam um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano, pois se se romper esse vínculo, qualquer obra deixa de ser apreendida como ideologicamente significativa (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995).

Na esteira dessa perspectiva, advêm, dentre outros, os conceitos de *gêneros do discurso*, *enunciado concreto*, *entonação apreciativa*, *tema e significação*, etc.,

que na construção da teoria do Círculo ocupam posição de destaque, e que no fluxo dialógico de nosso estudo, dão sustentação às nossas reflexões e às nossas análises.

Na coletânea *Estética da Criação Verbal*, ensaio “Os gêneros do discurso” (BAKHTIN,1979/2003), o autor ressalta a relevância desses conceitos em qualquer corrente especial de estudo, uma vez que o emprego da língua efetua-se em forma de *enunciados concretos* e únicos, proferidos pelos interlocutores em qualquer esfera de atividade humana. Considera, então, de grande importância a noção da natureza e das particularidades dos diversos tipos de enunciados, isto é, dos diversos gêneros do discurso para dar suporte e concretude à “historicidade da investigação” e às “relações da língua com a vida” (BAKHTIN,1979/ 2003, p. 264).

Assim, faremos uma abordagem sobre essas particularidades, a partir do ensaio mencionado, a fim de situar o fio condutor de nossas reflexões. Consideramos que os gêneros analisados - as capas, os artigos e as cartas da revista *Caros Amigos* - que tratam do sistema de cotas e compõem o *corpus* de estudo - são enunciados concretos que se movimentam em direção à construção dos sentidos como um todo.

O autor define os gêneros como “tipos relativamente estáveis de enunciados” que são determinados pelas *esferas* da comunicação discursiva e que se caracterizam por três elementos indissolivelmente ligados: *conteúdo temático*, *construção composicional* e *estilo verbal* (idem, p. 262).

O *conteúdo temático* diz respeito ao sentido do enunciado numa *esfera* discursiva com suas realidades sócio-histórica e culturais. A *construção composicional* refere-se aos procedimentos, relações, modos de organização, participações que dizem respeito à estruturação e acabamento do texto, levando em conta os participantes. O outro elemento, intrinsecamente ligado aos dois primeiros, é o *estilo verbal*, que diz respeito às seleções das formas de dizer, isto é, dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua.

A respeito da noção de *esfera da comunicação discursiva*, Bakhtin (1979/2003, p. 297) ressalta que em cada época e em todas as esferas da vida e da atividade humana sempre existem enunciados investidos de autoridade, que dão o tom, nos quais as pessoas se baseiam, os quais elas citam, imitam, seguem.

Corroborando essas ideias, Grillo (2006), explica que esfera pode ser entendida como um princípio de classificação dos gêneros que exerce influência direta sobre a sua escolha e sobre a expressividade neles presente:

a noção de esfera da comunicação discursiva (ou da criatividade ideológica, ou da atividade humana, ou da comunicação social, ou da utilização da língua, ou simplesmente ideologia) é compreendida como um nível específico de coerções que, sem desconsiderar a influência da instância socioeconômica, constitui as produções ideológicas, segundo a lógica particular de cada esfera/campo (GRILLO, 2006, p.143).

Explica, ainda, que *esfera* é um espaço de refração que organiza de forma intrínseca o enunciado e seu gênero nos seguintes aspectos: quanto à sua relação com o objeto de sentido - de acordo com a identidade temática - quanto à sua relação com o enunciado do outro, os já ditos – ; e quanto à sua relação com os co-enunciadores, interlocutores reais ou presumidos.

Essa autora alega que a maneira como uma determinada esfera apreende e faz resignificar as influências advindas de outras esferas é o que se pode chamar de refração, de acordo com os estudos do Círculo: “essa refração ou transformação ocorre em razão das relações objetivas entre os agentes, as instituições, e do diálogo entre as obras de um campo” (GRILLO, 2006, p.143).

Assim, conforme explica, a onipresença social da palavra, isto é, a sua influência em todo campo ideológico (ciência, religião, literatura, educação, mídia) lhe confere o estatuto privilegiado para o estudo da organização das diferentes esferas. São essas relações que determinam as posições e conferem destaques ou prestígio aos agentes e às instituições dentro da esfera que dialogam (GRILLO, 2006).

Olhando para o nosso corpus de estudo, diante dessas explicações, podemos perceber que essas relações se destacam na esfera da mídia impressa: os jornalistas e pessoas “autorizadas”, que ocupam um lugar social de destaque, publicam seus textos sobre assuntos que estão em destaque na ideologia do cotidiano e por meio deles mantêm constante diálogo com seus interlocutores, construindo sentidos e favorecendo mudanças sociais, econômicas e políticas.

Ainda no ensaio “Os gêneros do discurso”(BAKHTIN,1979/2003), o autor desenvolve explicações sobre o conceito de *enunciado: unidade real da comunicação discursiva* (idem, p.276), *um elo na cadeia da comunicação discursiva* (ibidem, p.300), meio pelo qual a língua passa a integrar a vida e a vida passa a

fazer parte da língua. Os enunciados e seus tipos, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem. Nesse sentido, não há possibilidade de existir uma comunicação discursiva a não ser por meio do enunciado concreto:

[...] o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir (BAKHTIN, 1979/2003, p.274).

Ao levar em conta os enunciados, no processo de interação verbal, o filósofo russo ressalta a relação existente entre a utilização da linguagem e as atividades humanas. Explica que os seres humanos agem em determinadas esferas de atividades – escolas, empresas, indústrias, igrejas, redações de jornais, grupos de amizades, bancos, diferentes repartições públicas ou privadas, etc. - e que cada uma dessas esferas tem suas especificidades, seus objetivos, suas finalidades que determinarão os tipos específicos de enunciados - gêneros do discurso - a serem utilizados. Tais enunciados vão se estabilizando, mas também vão mudando em função das mudanças que ocorrem nessas esferas de atividades. Quanto melhor dominamos os gêneros, tanto mais livremente os empregamos em diferentes situações de comunicação, isto é, realizamos de modo mais preciso “o nosso livre projeto de discurso” (idem, p .285)

Em diferentes momentos das abordagens do Círculo, evidencia-se a natureza social do enunciado. No texto *Discurso na vida e discurso na arte – sobre poética sociológica* (VOLOCHINOV, 1926/1976), escrito anteriormente ao ensaio “Os gêneros do discurso”, o autor coloca em destaque as questões do *enunciado concreto* e sua importância não só nas interações realizadas em situações imediatas, mas também em um contexto sócio-histórico mais amplo:

[...] cada enunciado nas atividades da vida é um entimema social objetivo. Ele é como uma “senha” conhecida por aqueles que pertencem ao mesmo campo social. A característica distintiva dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida [...] Quanto mais amplo for o horizonte global e seu correspondente grupo social, mais constantes se tornam os fatores presumidos em um enunciado. (VOLOCHINOV, 1926, p.6).

Evidencia-se, dessa forma, o caráter ideológico do enunciado, visto que postula-se enfaticamente que o enunciado se articula em um horizonte social e

histórico mais amplo. Em *Questões de Literatura e de Estética* (BAKHTIN,1975/2002), o autor ressalta:

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto (BAKHTIN,1975/2002, p. 86).

Assim, nas discussões da teoria dialógica, fica claro que a enunciação é produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, seja qual for a natureza dessa enunciação, ela será sempre determinada pela situação social mais imediata e pelo meio social mais amplo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV,1929/1995).

Da interação dos interlocutores envolvidos em produções discursivas advêm explicações do Círculo a respeito da forma como o *elo na cadeia da comunicação discursiva* é operacionalizado no grande diálogo social. Ou seja, a primeira peculiaridade fundamental, constitutiva do enunciado, é o fato de ele *dirigir-se*, estar voltado para um destinatário, tal como dito pelos autores:

A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da natureza desse interlocutor [...] O mundo interior e as reflexões de cada indivíduo têm um auditório social próprio, bem determinado, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p.112).

Nesse sentido, o enunciado tem sempre um autor e um destinatário – “de variados graus de proximidade, de concretude, de compreensibilidade; de índole variada - cuja compreensão responsiva o autor da obra de discurso procura e antecipa” (BAKHTIN, 1979/2003, p.333).

O destinatário pode ser considerado em diferentes dimensões: pode ser o parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana; pode ser o conjunto de especialistas em alguma área da comunicação cultural; pode ser um público mais ou menos diferenciado dos contemporâneos, dos correligionários, dos adversários e inimigos, dos subalternos, dos chefes, dos inferiores, dos superiores, dos próximos, dos estranhos. Nesse caso, trata-se do *destinatário concreto*. Pode ser, também, um destinatário suposto que se instala a partir da circulação do enunciado - o *destinatário presumido* (não necessariamente presumido pelo autor).

Além desse destinatário “segundo”, o autor do enunciado propõe, com maior ou menor consciência, um *supradestinatário* – “o terceiro” -, com intenção de obter

uma compreensão responsiva absolutamente verdadeira, pressuposta, quer em um tempo histórico longínquo, quer em um tempo metafísico distante.

O *supradestinatário* é um momento constitutivo do enunciado, é “um destinatário como escapatória” BAKHTHIN (1979/2003, p.333) que, em diferentes épocas, sob diferentes concepções de mundo, de acordo com as circunstâncias, assume determinada feição ideológica concreta, isto é, uma identidade real: a história, o povo, a consciência, a verdade, Deus, a Ciência.

Cada diálogo se desenvolve sob “as vistas” de um terceiro, invisivelmente presente, situado “acima” dos parceiros discursivos, na tentativa de fazer com que o enunciado seja sempre ouvido e respondido. Segundo Bakhtin, não existe nada mais terrível para a palavra (e, conseqüentemente, para o homem) do que a irresponsividade (a não resposta): “a palavra quer ser ouvida, entendida, respondida e mais uma vez responder à resposta, e assim *ad infinitum*” (idem p.334).

Dessa forma, o *supradestinatário* não é algo metafísico ou místico, mesmo que assim seja considerado em uma determinada concepção de mundo. Nas palavras do autor:

O supradestinatário é o elemento constitutivo do enunciado total, que numa análise mais profunda pode ser nele descoberto. Isso decorre da natureza da palavra, que sempre quer ser *ouvida*, sempre procura uma compreensão responsiva e não se detém na compreensão *imediate*, mas abre caminho sempre mais e mais à frente (de forma ilimitada) (BAKHTIN, 1979/2003, p.333).

A esse respeito, Amorim (2004) acrescenta que destinatário é aquele que, por acordo ou por oposição, mantém com o autor um diálogo permanente que atravessa o texto e constitui sua tensão de base, e não simplesmente um público real. “Buscar um destinatário é buscar instâncias criadoras [...] É também buscar as escolhas do autor: aqueles a quem ele escolheu responder e aqueles a quem escolheu não responder” (Amorim, 2004, p.17).

No contexto do discurso sobre as cotas, na revista *Caros Amigos*, há um ininterrupto diálogo tenso em que os autores orientam seu discurso em réplica e tréplica, direcionando-os a um interlocutor que ora é um destinatário presumido - dependendo da posição do autor, pode ser aqueles que são ou não adeptos das cotas -; ora é um destinatário real -o próprio debatedor, nominalmente especificado-; e ora um *supradestinatário* como a Ciência, a biologia, a genética, a estatística, a

história que parecem ser considerados como verdades absolutas às quais o autor se dirige e dos quais espera amparo.

Tendo em vista essas abordagens, entendemos que a perspectiva que o Círculo defende é de que tanto a composição quanto o estilo do enunciado dependem do destinatário e de como o falante percebe e representa esse destinatário para si: qual é a força e influência dele no enunciado, até que ponto ele está a par da situação, se dispõe ou não de conhecimento, suas convicções, concepções, simpatias, antipatias e preconceitos a respeito do ponto de vista que está sendo enunciado. As várias formas de direcionamento do enunciado e as diferentes concepções de destinatários são peculiaridades constitutivas e determinantes dos diferentes gêneros do discurso, sem as quais não pode haver enunciado. A enunciação só pode existir, a partir da interação de dois indivíduos socialmente organizados, tal como dito pelos teóricos do Círculo:

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve da expressão de *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p. 113).

Bakhtin (1979/2003) ressalta que, por mais diferentes que sejam as enunciações, em seu conteúdo e em sua construção composicional, apresentam como unidades da comunicação discursiva características estruturais comuns e limites bem marcados que são definidos por uma *alternância dos sujeitos do discurso*, fator este que também é considerado uma peculiaridade constitutiva do enunciado. Intimamente ligada à *alternância dos sujeitos do discurso* é a *conclusibilidade* que se configura como *inteireza*, como a possibilidade de responder ao enunciado, de ocupar em relação a ele uma *posição responsiva*. Toda compreensão da fala ativa, do enunciado vivo, é de natureza *ativamente responsiva*: gera obrigatoriamente uma resposta – o ouvinte se torna falante.

A respeito da *posição responsiva*, o autor explica que qualquer manifestação linguística - seja um simples vocábulo, uma frase, um texto, um romance – será

considerado enunciado se contiver um convite ao diálogo, ou seja, se apresentar abertura para possíveis *atitudes responsivas* do destinatário:

Todo enunciado, da réplica sucinta (monovocal) do diálogo cotidiano ao grande romance ao tratado científico - tem um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados de outros; depois de seu término, os enunciados responsivos de outros, (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão). (BAKHTIN, 1979/2003, p. 275).

A própria compreensão já implica uma *atitude responsiva ativa*, seja em forma de silêncio, de ação, de execução, de comportamento, de pensamento, de palavras, de gestos. O ouvinte/leitor, ao perceber e compreender o significado linguístico do discurso, passa a ocupar simultaneamente uma *ativa posição responsiva* (concorda, discorda dele total ou parcialmente, completa-o, prepara-se para usá-lo).

E essa *posição responsiva* se forma desde o início, isto é, às vezes desde a primeira palavra do falante e se desenvolve ao longo de todo o processo de audição/leitura e compreensão, movimentando a cadeia comunicativa. O próprio falante está determinado a essa *compreensão ativamente responsiva*: ele espera uma resposta, uma concordância, participação, objeção, execução. A compreensão passiva é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva “porque mais cedo ou mais tarde o que foi ouvido e ativamente entendido terá uma resposta nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte” (BAKHTIN, 1979/2003, p. 301). Nesse sentido, os autores alegam que quanto mais substanciais e numerosas forem as manifestações em réplica, mais profunda e real será a compreensão de quem as emite.

Outro fator que se nos afigura como pertinente para nossa investigação são as reflexões do Círculo a respeito da noção de *entonação expressiva* – expressão de atitude de valor do indivíduo em direção ao objeto - que também é considerada como um traço constitutivo do enunciado (BAKHTIN, 1979/2003, p. 290). O autor alega que nosso discurso é pleno de palavras alheias com as quais participa, inevitavelmente, de uma interação viva e tensa. “Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos” (BAKHTIN, 1979/2003, p.295). Nós imprimimos uma *posição valorativa* à palavra do outro, de acordo com nossa visão de mundo, nossos juízos de valor e nossas emoções.

Em outras palavras, ao adentrar na cadeia da comunicação discursiva, o enunciador lança mão de discursos alheios, já marcados por *apreciações/entonações*, para com ele compor o seu próprio discurso e assumir uma *posição valorativa* diante da posição do outro. Isso não significa que o falante apenas lança mão das formas linguísticas empregadas pelo outro, mas sim que estabelece relações com o discurso do outro e confronta, no mínimo, duas *entonações apreciativas*.

Quando escolhemos as palavras para um enunciado, é como se nos guiássemos pelo *tom*: “selecionamos aquelas que, pelo tom, correspondem à expressão do nosso enunciado e rejeitamos as outras” (BAKHTIN, 1979/2003, 291). É a relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso (seja qual for esse objeto) que “determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado” (BAKHTIN, 1979/2003, p. 289).

As abordagens do Círculo enfatizam em vários momentos que a existência de um enunciado absolutamente neutro é impossível. Consideram que toda palavra usada na fala real, viva, possui um *acento de valor* determinado pela situação social em cujo quadro ocorre a apreciação. Se quisermos compreender até o fim o estilo de um enunciado, devemos levar em conta as *tonalidades dialógicas* que lhe dão colorido (BAKHTIN, 1979/2003). “Sem acento apreciativo, não há palavra”. “Não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma *orientação apreciativa*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV 1929/1995, p.132-135).

Também Bakhtin/Medvedev ressaltam a questão do *acento apreciativo*: “a entonação expressiva, distinta da entonação sintática que é mais instável, colore todas as palavras do enunciado e reflete sua singularidade histórica [...] quando ela ocorre, é a mais distinta expressão da apreciação social”. Só se pode entender um enunciado concreto se se entender a sua *tonalidade avaliativa* no contexto ideológico em que se encontra inserido (BAKHTIN/MEDVEDEV, 1928/1994, p.122).

Amorim explicita a noção de *acento apreciativo* alegando que a entonação do pensamento de um dado enunciador é marca de um valor que se contrapõe a outros valores afirmados em um dado contexto, e que “a arquetônica de minha obra é, na verdade, uma arquetônica que põe e dispõe diferentes centros de valores que se relacionam, se englobam e se hierarquizam” (AMORIM, 2009b, p.36).

A respeito da noção de entonação apreciativa, Souza (2002), em seus estudos a respeito das abordagens bakhtinianas, menciona que na obra do Círculo esse conceito aparece com as seguintes acepções: entonação, entoação, tom, acento, tonalidade, sempre em correlação com o julgamento de valor – horizonte social, apreciação social, expressividade -, que anima a arquitetura apreciativa da teoria. “A entonação é a forma sonora da expressão axiológica, ou seja, a forma de representação do elemento ético no enunciado concreto” (SOUZA, 2002, p.129).

Entrelaçado à questão da *orientação apreciativa*, há em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995) o capítulo denominado *Tema e Significação na língua*, em que os autores discutem a respeito da *construção de sentido* na enunciação, o que nos orienta na investigação dos sentidos produzidos no discurso sobre as cotas na revista *Caros Amigos*.

De acordo com essas abordagens, o *tema* da enunciação é o sentido da enunciação completa. É como a própria enunciação: único, individual e não reiterável. Apresenta-se como a expressão de uma situação histórica concreta e é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), mas também pelos *elementos não verbais* da situação.

Os autores argumentam que somente a enunciação tomada em toda a sua amplitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema. “O tema é um sistema de signos dinâmico e complexo que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. É uma reação da consciência em devir ao ser em devir” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p.129).

Já a significação não diz nada em si mesma: é apenas uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto. A significação pertence à palavra enquanto traço de união entre os interlocutores: ela é o efeito da interação do enunciador e o destinatário produzido de forma semelhante a “uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos dois pólos”(idem, p. 132).

A respeito da distinção entre tema e significação, os autores alegam que se pode obter maior clareza orientando-se para o problema da compreensão:

Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema[...] Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente.[...] A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. *Compreender é opor à palavra do locutor uma*

contrapalavra. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p.132).(Os grifos são nossos)

Segundo os autores, torna-se impossível traçar uma fronteira entre a significação e o tema, pois não há tema sem significação e nem significação sem tema. O tema absorve em si a significação, não lhe deixando a possibilidade de estabilizar-se e consolidar-se. Porém, à medida que a linguagem se desenvolveu, as significações começaram a estabilizar-se devido a utilizações frequentes de determinadas palavras na vida de uma dada comunidade.

Dessa forma, para compreender a evolução histórica do tema e das significações que o compõem, é indispensável levar em conta a *apreciação social*, pois na enunciação viva cada elemento contém, ao mesmo tempo, um *sentido* e uma *apreciação*. Na evolução do horizonte apreciativo, tudo que tem sentido e importância aos olhos de um grupo social é determinada pela expansão da infraestrutura econômica. Essa evolução reflete-se na evolução semântica: uma nova significação se descobre na antiga e por meio da antiga, porém com a finalidade de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la. Pode-se dizer, então, que “a mudança de significação é sempre uma *reavaliação* - o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p. 113).

A esse respeito, podemos citar, no contexto do discurso sobre as cotas, os embates criados em torno das noções de *raça*, *mestiçagem*, *inclusão* e a luta das apreciações em torno do conceito de *discriminação*. Esse último conceito, ao ser utilizado com apreciação de falantes favoráveis à política de cotas, é tomado em uma significação diversa daquela considerada por falantes contrários ao sistema de cotas. Para os primeiros - favoráveis - o significado de “discriminação” é o de “reconhecimento” (discriminar para oportunizar, para incluir); já para os segundos - contrários - o significado de “discriminação” é o de “segregação” (discriminar é separar, segregar, perpetuar e ressaltar diferenças). Cada interlocutor, de acordo com sua apreensão do enunciado, faz corresponder uma série de palavras em *réplica*, orientando-se em direção a um lugar adequado no contexto correspondente.

Na polêmica sobre as cotas, muitas vezes as *réplicas* se revestem de novos tons, com expressões de dúvida, indignação, deformação, zombaria, deboche, o que dá ao discurso um colorido irônico, motivo pelo qual nos reportamos a algumas abordagens sobre a ironia, feitas por Brait (1996) em sua obra *Ironia em perspectiva*

polifônica. Segundo essa autora, o discurso irônico joga com a ambiguidade e convida o destinatário a uma interpretação tanto linguística como discursiva. “E esse convite à participação ativa coloca o receptor na condição de co-produtor da significação, o que implica, necessariamente, sua instauração como interlocutor” (BRAIT, 1996, p. 96). Ressalta, porém, que a ironia não serve unicamente a finalidades nobres, já que pode ter por função manipular e conquistar a adesão de seus leitores para causas menos dignas, “como por exemplo, com os discursos racistas” Nas palavras de Brait,

seja qual for a dimensão da ironia, desencadeia-se um jogo entre o que o enunciado diz e o que a enunciação faz dizer, com objetivos de desmascarar ou subverter valores, processo esse que conta com o envolvimento do leitor, ouvinte ou espectador (BRAIT, 1996, p. 105-106).

A autora ressalta, ainda, que para haver ironia há necessidade de opacificação do discurso: um enunciador ao produzir um enunciado deve chamar a atenção não só para o que está sendo dito, mas também para a forma como está sendo dito, além de um olhar atento para as contradições existentes entre as duas dimensões, já que a ironia é uma citação, ou seja, “o ironista convoca em seu enunciado, sob forma de alusão ou de paródia, um universo axiológico (coletivo ou individual) estabelecido em outros discursos e com o qual ele não compartilha” (BRAIT, 1996, p. 106).

2.2 O discurso de Outrem

Partindo das palavras de Bakhtin, ao dizer que “entre todas as palavras pronunciadas no cotidiano não menos que a metade provém de outrem”. (BAKHTIN 1963/2002, p.140), adentramo-nos às abordagens desse autor, a fim de refletir sobre a forma como a alteridade emerge nas interações em que estão posicionados os sujeitos, ou seja, para refletir sobre as diferentes formas de presença do outro nos discursos.

Conforme dissemos no início deste capítulo, a noção da alteridade, como constitutiva dos discursos e dos sujeitos interlocutores, é ponto chave em nossa investigação. A maneira como a alteridade é construída no discurso sobre as cotas, as diferentes formas como os autores dos textos transmitem, em sua fala, o discurso

do outro, o modo como os discursos transitam e atravessam um enunciado concreto, tudo isso pode produzir e revelar diferentes sentidos nos discursos, principalmente por se tratar de enunciados de uma revista de cultura, como a *Caros Amigos*, que faz parte de uma coletividade social diferenciada, o que nos remete às palavras de Bakhtin:

Em todos os domínios da vida e da criação ideológica, nossa fala contém em abundância palavras de outrem, transmitidas com todos os graus de precisão e imparcialidade. *Quanto mais intensa, diferenciada e elevada for a vida social de uma coletividade falante, tanto mais a palavra do outro*²³, o enunciado do outro, como objeto de uma comunicação interessada, de uma exegese, de uma discussão, de uma apreciação, de uma refutação, de um reforço, de um desenvolvimento posterior, etc., *tem peso específico maior em todos os objetos do discurso* (BAKHTIN, 1963/2002, p. 139) (os grifos são nossos).

A forma como a palavra alheia é apreendida e introduzida no contexto narrativo, encontra-se em diversos textos do Círculo, aos quais recorreremos para nossas análises: os capítulos “O discurso de outrem” e “Discurso indireto, discurso direto e suas variantes”, que fazem parte da obra “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (BAKHTIN/VOLOCHINOV,1929/1995); o capítulo “O discurso em Dostoiévski”, da obra *Problemas da poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 1963/2002); o ensaio “O discurso no romance”, que faz parte de *Questões de Literatura e de Estética* (BAKHTIN, 1975/2002).

No capítulo “O discurso de outrem”, os autores desenvolvem suas abordagens pautando-se por algumas perguntas:

Como, na realidade, apreendemos o discurso de outrem? Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior? Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida? (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV,1929/1995, p.146).

²³ ²³ Vale ressaltar, aqui, que no adendo da obra *Estética da Criação Verbal* (BAKHTIN, 1975/2003) há uma parte denominada *Apontamentos de 1970 -1971* em que Bakhtin faz a seguinte anotação: “por palavra do outro (enunciado, produção de discurso) eu entendo qualquer palavra de qualquer outra pessoa, dita na minha própria língua ou em qualquer outra língua, ou seja, é qualquer outra palavra *não minha*. Nesse sentido, todas as palavras (enunciados produção de discurso e literárias), além das minhas próprias, são palavras do outro. Eu vivo em um mundo de palavras do outro. E toda a minha vida é uma orientação nesse mundo; é uma reação às palavras do outro (uma reação infinitamente diversificada) a começar pela assimilação delas (no processo de domínio inicial do discurso) e terminando na assimilação das riquezas da cultura humana (expressas em palavras ou em outros materiais semióticos)” (BAKHTIN, 1975/2003, p.379).

E argumentam que as formas de inserção do discurso do outro na composição de um discurso refletem tendências básicas e constantes da recepção ativa do discurso de outrem, de acordo com o contexto social e histórico em que esses discursos se inserem. Torna-se evidente que o contexto e a própria enunciação são partes dinâmicas na constituição dos enunciados, e que “esta dinâmica, por sua vez, reflete a dinâmica da interrelação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal” (idem, p. 148). Conforme ressaltam os autores:

Qualquer que seja a orientação funcional de um determinado contexto - quer se trate de uma obra literária, de um artigo polêmico, da defesa de um advogado, etc. - nele discerniremos claramente essas duas tendências: o *comentário efetivo*, de um lado, e a *réplica*, de outro. Habitualmente, um dos dois é dominante. O discurso citado e o contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas. E impossível compreender qualquer forma de discurso citado sem levá-las em conta (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p. 148).

O que os autores ressaltam é que, por mais que o locutor negue, todo discurso, em sua produção de significados, sempre comporta dois acontecimentos enunciativos: o discurso citante e o discurso citado. Sempre há a presença do discurso do outro num discurso que se enuncia. Mesmo que um enunciado já tenha sido dito anteriormente, será sempre novo ao ser inserido em um outro contexto de enunciação, aí produzindo novos significados. Ressaltam, também, que citar não significa copiar, repetir ou reproduzir já ditos, mas sim promover um processo de interação dinâmica, entre os dois discursos, o citado e o que cita. “O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso uma enunciação sobre a enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/ 1995, p. 144).

Nesse sentido, conforme orienta a perspectiva do Círculo, não se pode separar as formas de transmissão do discurso de outrem e o contexto narrativo em que este se insere, pois existe uma interação dinâmica, complexa e tensa entre essas duas dimensões: cada enunciado responde a outros e provoca novas respostas trazendo em si, com maior ou menor evidência, a presença de outros, o que faz com que discurso citante e discurso citado se digladiem na arena do contexto narrativo, tal como posto por Emerson e Holquist :

Todo texto apresenta uma multiplicidade de relações dialógicas com outros textos, sendo um intercâmbio discursivo, uma tessitura polifônica na qual confluem, se entrecruzam, se metamorfoseam, se corroboram ou se

contestam outros textos, outras vozes, outras consciências. (BAKHTIN, 1981, p. 263).

Segundo Bakhtin/Volochínov (1929/ 1995), a interação dinâmica entre os modos de apreensão e de citação do discurso do outro pode se processar sob duas orientações por eles denominadas de *estilo linear* e *estilo pictórico*. A primeira orientação, *estilo linear*, tem como característica principal “criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p. 150). Nesse caso, a presença da palavra do outro no discurso narrado pode ser nitidamente reconhecida por meio de marcas que estabelecem fronteiras nítidas e estáveis: “o discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, completamente independente na origem, datada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo” (idem, p. 144).

Por outro lado, quando o narrador pode deliberadamente desfazer as fronteiras do discurso citado, “a fim de colori-lo com suas entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo” (ibidem, p.150). trata-se do *estilo pictórico*. A tendência dessa orientação é utilizar processos de atenuação dos contornos exteriores do discurso de outrem, ou seja, utilizar formas linguísticas sutis que permitam ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem, incorporando-o como se pertencesse originalmente à sua enunciação.

No capítulo “Discurso indireto, discurso direto e suas variantes” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995), os autores continuam a abordagem sobre o discurso de outrem, estabelecendo as tendências fundamentais da dinâmica da orientação recíproca do discurso citado e do discurso narrativo.

Expõem, inicialmente, as características do discurso indireto, que é uma forma considerada suscetível a nuances e matizes articuladas pelo autor no discurso do outro. Todavia, como o discurso indireto se caracteriza pela tendência analítica, a articulação de elementos afetivos e emocionais do falante não se dá na forma como aparecem em sua proposição original. Geralmente, a transposição desses elementos é feita como um comentário introduzido por um verbo *dicendi*.

Os autores distinguem três orientações do discurso indireto: *discurso indireto analisador do conteúdo*; *discurso indireto analisador da expressão* e variante de construção indireta *impressionista*.

A primeira orientação, o *discurso indireto analisador do conteúdo*, é aquela que abre possibilidades à réplica e ao comentário no contexto narrativo, ao mesmo tempo que conserva uma distância nítida entre as palavras do narrador e as palavras citadas. Não apresenta marcas da individualidade discursiva do outro. Desenvolve-se em contextos racionais e dogmáticos (de natureza científica, filosófica, política, etc). Enquadra-se no estilo linear.

Já o *discurso indireto analisador da expressão* integra palavras e maneiras de dizer do discurso de outrem de tal forma que sua subjetividade é mais claramente percebida, isto é, o autor dá uma *coloração* à fala do outro, buscando efeitos de individualização discursiva. Na maioria das vezes, as palavras e maneiras de dizer do discurso do outro são colocadas abertamente entre aspas. Por meio dessa variante, o autor pode manifestar seu posicionamento ideológico e articular suas entonações avaliativas. Enquadra-se no estilo pictórico. É uma variante que aparece nos gêneros que circulam na esfera jornalística, tais como os artigos de opinião. Segundo os autores:

As palavras e expressões de outrem integrados no discurso indireto e percebidos na sua especificidade (particularmente quando são postos entre aspas) sofrem um “estranhamento”, para usar a linguagem dos formalistas, um estranhamento que se dá justamente na direção que convém às necessidades do autor: elas adquirem relevo, sua “coloração” se destaca mais claramente, mas ao mesmo tempo elas acomodam aos matizes da atitude do autor – sua ironia, humor, etc. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p.163).

A outra orientação de discurso indireto, que também se insere no estilo pictórico, é a variante *impressionista*. É utilizada essencialmente para a transmissão do discurso interior - dos pensamentos e sentimentos da personagem. Situa-se entre a variante *analisadora de conteúdo* e a *analisadora de expressão*, uma vez que, em certos momentos, apresenta objetividade na citação da fala do outro e em outros momentos “o que se percebe mais é a ironia do autor, sua acentuação, a atividade empregada para organizar e abreviar o conteúdo a expressar” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p.165).

A respeito ao *discurso direto*, os autores abordam as formas em que é possível perceber a existência de trocas de entoações entre o contexto narrativo e o discurso citado. Tais variantes são três: *discurso direto preparado*, *discurso direto esvaziado* e *discurso citado antecipadamente e disseminado, oculto*.

O *discurso direto preparado* caracteriza-se pela “imposição” do autor, ou seja, os temas básicos do discurso direto são antecipados pelo contexto e coloridos pelas entoações do autor. O discurso citado destaca-se sobre um fundo perceptivo que pertence metade ao autor e metade ao herói, todavia, fica claro que, se houver uma infiltração profunda das entoações do autor, no discurso direto, haverá enfraquecimento da objetividade do contexto narrativo.

Os autores fazem uma analogia a respeito desse tipo de ocorrência, alegando que o discurso direto “emerge como que de dentro dele [do discurso indireto] – como as esculturas de Rodin, em que a figura só parcialmente emerge da pedra” (idem, p.164). Além disso, citam alguns procedimentos que o narrador tem para replicar o discurso direto e comentá-lo: o itálico; as repetidas inserções de observações e conclusões entre parênteses; os pontos de exclamação e de interrogação; o *sic*; as várias possibilidades de colocação do verbo introdutor associado muitas vezes a réplicas, comentários, e observações com a finalidade de atenuar a inércia do discurso direto.

Quando o contexto narrativo é construído de maneira tal que “a caracterização objetiva do herói, feita pelo autor, lança espessas sombras sobre o seu discurso direto” (ibidem, p.166), isto é, não deixa claro no discurso direto o que é proferido e o que é citado, trata-se do *discurso direto esvaziado*. Para maior compreensão dessa segunda variante, os autores apresentam uma situação análoga: “quando reconhecemos uma personagem cômica, no palco, por seu estilo de maquiagem, sua roupa e sua atitude geral, já estamos prontos a rir mesmo antes de apreender o sentido de suas palavras” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p.167).

A outra variante chamada de *discurso citado antecipadamente e disseminado, oculto* é aquela em que o discurso pertence, simultaneamente, a dois discursos, a dois contextos que se entrecruzam: o discurso do autor-narrador (irônico, gozador) e o da personagem (que não tem nada de irônico). É a variante de citação em que há antecipação das características de um personagem e um julgamento de valor do narrador. Há orientações diferentes na expressão de um mesmo discurso: colorido com a entonação do autor que cita, que o esconde no contexto narrativo; colorido com a entonação e a apreciação do autor citado, que o mostra na citação. Os autores citam um exemplo que ilustra bem essa variante. Trata-se de um trecho da obra *Skviérni anekdot* (Uma História Desagradável) de Dostoiévski:

Naquele tempo, numa noite de inverno clara e gelada, por volta da meia-noite, três cavalheiros extremamente respeitáveis estavam sentados num aposento confortável e até mesmo luxuosamente arrumado numa soberba casa de dois andares, situada em São Petersburgo, e estavam ocupados em uma conversa séria e de alto nível sobre um assunto extremamente interessante. Eles estavam sentados à volta de uma mesinha, cada um numa soberba poltrona macia, e durante as pausas na conversa eles confortavelmente bebericavam champanha (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p167-168).

Bakhtin/Volochínov (1929/1995, p.168) tecem comentários a respeito dos vários epítetos que aparecem nesse fragmento: “cada um desses qualificativos medíocres, pálidos, vazios de sentido constitui uma arena em que se defrontam e lutam duas entoações, dois pontos de vista, dois discursos”. Consideram que, no interior da narrativa, cada epíteto, cada definição ou julgamento de valor poderiam estar entre aspas, como se tivessem saído da consciência de uma ou outra das personagens. Consideram, ainda, que toda a narrativa poderia ser posta entre aspas como se fosse de um “narrador”, embora isso não seja marcado temática ou composicionalmente.

Ainda dentro do discurso direto, os autores citam a variante denominada *discurso direto retórico* e alegam que esta tem grande valor persuasivo e grande significação sociológica. Lembram que há, nas relações sociais, aquilo que é chamado de *pergunta retórica*, ou de *exclamação retórica* as quais situam-se na própria fronteira do discurso narrativo e do discurso citado (usualmente discurso interior) e entram muitas vezes diretamente em um ou em outro discurso. Podem ser interpretados como uma pergunta ou exclamação da parte do autor, mas também, ao mesmo tempo, como pergunta ou exclamação da parte da personagem, dirigida a si mesma. Disso resulta um fenômeno que não se pode distinguir do discurso indireto livre.

Quanto ao *discurso indireto livre*, Bakhtin/Volochínov (1929/1995) consideram que constitui um caso importante de convergência de dois discursos do ponto de vista da entoação. Dedicam-lhe uma abordagem especial no último capítulo porém, nós não o discutimos aqui porque em nossas análises não desenvolveremos esse tipo de discurso.

Nos textos que constituem o *corpus* de nosso estudo, o contexto narrativo, reconhecido como a palavra do autor, apresenta diferentes variantes de discurso citado em que as vozes aí presentes - de forma expressa ou latente - são

atravessadas pela palavra de outrem. Mas as formas de presença do outro no contexto narrativo não são reveladas simplesmente por esquemas sintáticos de discurso direto e indireto, o que nos leva às palavras de Brait

Cabe à análise do discurso localizar os recursos linguísticos e não-linguísticos da combinação e transmissão das vozes discursivas, que certamente não podem ser delimitadas unicamente pelo discurso direto, indireto e indireto livre, ou pelas palavras colocadas entre aspas. As gradações quase infinitas existentes entre o conceito da palavra alheia ou apropriada se estabelecem nas relações dialógicas da enunciação. O jogo dramático das vozes, denominado dialogismo ou polifonia, ou mesmo intertextualidade é uma forma especial de interação que torna multidimensional a representação e que, sem buscar uma síntese do conjunto, mas ao contrário uma tensão dialética, configura a arquitetura própria de todo discurso (BRAIT, 2003a, p. 25).

Ainda a respeito da forma de apreensão e citação do discurso do outro, há as abordagens sobre o discurso *bivocal*, na obra *Problema da Poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 1963/2002), principalmente no capítulo “O Discurso em Dostoiévski”. Nesse texto, Bakhtin ressalta que a obra desse autor russo impressiona pela insólita variedade de tipos e modalidades de discurso bivocal. Elogia a originalidade e singularidade de Dostoiévski considerado por Bakhtin como o autêntico criador da polifonia, como profundo conhecedor da *natureza dialógica das ideias* - fonte da própria vida das ideias, de sua formação, desenvolvimento, encontro, renovação, e gênese de novas ideias. Enfim, para o filósofo russo, foi a descoberta artística da natureza dialógica das ideias que tornou Dostoiévski o grande artista da ideia (BAKHTIN, 1963/2002, 86-88).

Para continuar nossas reflexões sobre formas de apreensão e de citação do discurso de outrem, tomamos essas abordagens bakhtinianas a respeito do discurso bivocal e mencionamos as palavras do próprio autor:

As palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais[...] O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas (BAKHTIN, 1963/2002 p.195).

O autor elabora uma tabela e classifica o discurso citado em três tipos: *discurso referencial imediato*; *discurso representado/objetificado*; e *discurso orientado para o discurso do outro* (discurso bivocal – nas variedades ativa, passiva e suas respectivas subdivisões).

Antes, porém, de discorrermos sobre esses tipos de discurso, é importante ressaltar que Bakhtin chama a atenção para o fato de que a classificação por ele elaborada têm um caráter apenas abstrato, já que a palavra concreta, por não ter caráter estático, mas sim dinâmico, pode pertencer simultaneamente a diversas variedades e tipos. O discurso orientado para um único fim pode converter-se em discurso orientado para diversos fins; a dialogação interna pode intensificar-se ou atenuar-se; o tipo passivo pode tornar-se ativo, etc. Além disso, não se esgotam todas as possíveis ocorrências do discurso bivocal e todos os possíveis modos de orientação centrada no discurso do outro.

As duas primeiras categorias - *discurso referencial imediato e discurso representado ou objetificado* - orientam-se para o seu objeto e subordinam-se à instância do autor. Ambos visam à representação referencial do objeto e soam como um discurso direto de uma só voz: a do autor. O discurso da personagem (do herói) é elaborado como objeto da intenção do autor. Já o discurso do autor, ao contrário, é elaborado de forma expressiva, vigorosa, significativa, elegante, a fim de denotar, expressar, comunicar e representar alguma coisa. Os dois tipos são considerados por Bakhtin como discursos monovocais, de estilo linear.

No terceiro tipo – *discurso bivocal* (discurso orientado para o discurso do outro ou discurso duplamente orientado) o enunciador utiliza o discurso de outro para os seus fins, mas lhe imprime nova orientação semântica. Em um só discurso ocorrem duas orientações semânticas, duas vozes – *bivocal* (BAKHTIN, 1963/2002, p. 189).

Considerando o *discurso bivocal* como o objeto principal da análise que se propôs a fazer, Bakhtin enumera três *fenômenos* que, apesar de apresentarem diferenças substanciais, têm um traço comum: “a palavra tem duplo sentido, voltado para o objeto do discurso enquanto palavra comum e para o *outro discurso*, para o *discurso de um outro*” (idem, p. 185).

Esses fenômenos apresentam-se de duas formas: na variedade *passiva* (em que se distingue o *discurso bivocal de orientação única* (no qual se inserem a *estilização*, em seus diversos graus, o *skaz* e o *Icherzählung*); e o *discurso bivocal de orientação vária* (no qual se insere a *paródia*). Na variedade ativa (designada de *discurso refletido do outro*) inserem-se a *polêmica velada* e a *réplica dialógica*. Na variedade *passiva* não há choque entre a voz do autor e o discurso citado. Já na

variedade ativa a palavra do autor é influenciada pela palavra citada, podendo ocasionar tensão forte entre os discursos.

Na primeira variedade passiva do discurso bivocal de orientação única - a *estilização* - o enunciador demonstra nitidamente a distância entre sua palavra e a palavra do outro. Junto da estilização, Bakhtin (1963/2002) menciona o *skaz* (discurso falado) e o *Icherzählung* (narração em primeira pessoa) que são formas de narração do narrador, as quais substituem, composicionalmente, o discurso do autor. Um traço comum entre esses três fenômenos – *estilização*, *skaz* e *Icherzahlung* - é o discurso do outro ser colocado pelo autor a serviço de seus próprios planos, de suas próprias intenções.

A *paródia*, em suas diversas gradações, se insere na segunda variedade passiva do discurso bivocal de orientação vária. Diferentemente do que acontece na *estilização* e na narração do narrador (*skaz* e *Icherzahlung*), na paródia não ocorre fusão de vozes. O autor hostiliza o discurso do outro e o obriga a servir a seus fins, completamente opostos. Isso faz com que o discurso se transforme em palco de luta entre diferentes vozes que não se separam apenas pela distância entre os pontos de vista, mas também pela posição de hostilidade.

A terceira variedade de discurso bivocal é o *discurso refletido do outro* - que se insere na variedade *ativa* - é aquela que caracteriza, de forma geral, os textos de nossas análises. Nessa modalidade, enquadram-se a *polêmica velada* e a *réplica dialógica*. Bakhtin explica que nessa variedade “a palavra do outro permanece fora dos limites do discurso do autor, mas esse discurso a leva em conta e a ela se refere” (BAKHTIN 1963/2002). Explica, ainda, que a palavra do outro não se reproduz sem nova interpretação, mas age, influi e, de certa forma, determina a palavra do autor.

Bakhtin afirma que os textos da cultura que dialogam de forma conflitante podem diferir em forma de *polêmica aberta* e de *polêmica velada*. A *polêmica aberta* está simplesmente orientada para o discurso refutável do outro, que é o seu objeto. Já a *polêmica velada* está orientada para um objeto habitual, nomeando-o, representado-o, enunciando-o, e só indiretamente ataca o discurso do outro, entrando em conflito com ele como que no próprio objeto” (BAKHTIN, 1963/2002, p. 196).

Assim, na *polêmica velada* o discurso do autor, mesmo estando orientado para o seu objeto, não deixa de polemizar e atacar indiretamente o discurso do

outro, de forma velada. O discurso do outro influencia de dentro para fora o discurso do autor, mas, a ideia do outro não entra “pessoalmente” no discurso, apenas se reflete neste, determinando-lhe o tom e a significação. O discurso do autor sente tensamente ao seu lado o discurso do outro falando do mesmo objeto e a sensação da presença deste discurso lhe determina a estrutura. Nas palavras de Bakhtin:

Na *polêmica velada* o discurso do outro é repellido e essa repelência não é menos relevante que o próprio objeto que se discute e determina o discurso do autor. Isto muda radicalmente a semântica da palavra: ao lado do sentido concreto surge um segundo sentido – a orientação centrada no discurso do outro. Não se pode entender de modo completo e essencial esse discurso, considerando apenas a sua significação concreta direta. O colorido polêmico do discurso manifesta-se em outros traços puramente linguísticos: na entonação e na construção sintática (BAKHTIN, 1963/2002, p. 196).

Em outro momento de suas abordagens, (Bakhtin, 1975/2002) chama a atenção para o fato de que o modo como um polemista “manipula” o discurso de outrem e o integra no contexto produz uma interação dialógica cuja influência pode ser muito grande, pois a utilização de procedimentos de enquadramento apropriados possibilita transformações notáveis de um enunciado alheio. Em suas palavras:

O polemista inescrupuloso e hábil sabe perfeitamente que fundo dialógico convém dar às palavras de seu adversário, citadas com fidelidade, a fim de lhes alterar o significado[...] A palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que enquadra não um contexto mecânico, mas uma amálgama química (no plano do sentido e da expressão); o grau de influência mútua do diálogo pode ser imenso (BAKHTIN, 1975/2002, p. 141).

O autor chama de *discurso polêmico interno* aquele que visa ao discurso hostil do outro e que é extremamente difundido tanto no linguajar do cotidiano quanto no discurso literário. O linguajar do cotidiano incorpora todas as “indiretas” e “alfinetadas” e, ainda, todo o discurso aviltado, empolado, auto-renegado que se materializa por meio de ressalvas, concessões, evasivas. Esse tipo de discurso se torce na presença ou ao pressentir a palavra, a resposta ou a objeção do outro.

Nesse sentido, a maneira individual pela qual o homem constroi seu discurso é determinada pela sua capacidade de sentir a palavra do outro e os meios de reagir diante dela (BAKHTIN, 1963/2002, p. 197). No discurso literário, o valor da polêmica velada é imenso, já que todo discurso literário sente com maior ou menor perspicácia o seu ouvinte, leitor, ou crítico cujas objeções antecipadas, apreciações e pontos de vista ele reflete.

Análoga à *polêmica velada* existe a *réplica dialógica* que, segundo o autor, é dotada de essência e profundidade, já que todas as palavras que estão orientadas para o objeto reagem - ao mesmo tempo - à palavra do outro, correspondendo-lhe e antecipando-a. É como se o discurso reunisse e absorvesse as réplicas de outro, reelaborando-as intensamente.

Bakhtin menciona a inexistência de estudos sobre as mudanças mais sutis que ocorrem no processo da *réplica dialógica* e ressalta a importância que devem ter os estudos sobre o fenômeno do *dialogismo velado*, o qual difere da *polêmica velada*. Destaca que esse fenômeno foi elaborado de forma profunda e sutil na obra de Dostoiévski e o exemplifica da seguinte forma:

Imaginemos um diálogo entre duas pessoas no qual foram suprimidas as réplicas do segundo interlocutor, mas de tal forma que o sentido geral não tenha sofrido qualquer perturbação. O segundo interlocutor é invisível, suas palavras estão ausentes, mas deixam profundos vestígios que determinam as palavras presentes do primeiro interlocutor. Percebemos que esse diálogo, embora só um fale, é um diálogo sumamente tenso, pois cada uma das palavras presentes responde e reage com todas as suas fibras ao interlocutor invisível, sugerindo fora de si, além dos seus limites, a palavra não pronunciada do outro. (BAKHTIN, 1963/2002, p.197-198).

Nesse sentido, tanto na *polêmica velada* como no *dialogismo velado*, a palavra do outro influencia ativamente o discurso do autor, o qual se sente forçado a mudar e adequar-se sob o efeito do envolvimento e da influência do discurso alheio. Por isso, essa terceira variedade é denominada de variedade *ativa*. Já na *estilização*, na *paródia* e na narração (*Icherzählung* e *skaz*), ao contrário, a palavra do outro é *passiva* na mão do autor que opera com ela. O autor toma a palavra do outro - que se apresenta indefesa e sem reciprocidade - e a reveste da significação que ele, autor, deseja, obrigando-a a servir aos seus novos fins.

Aqui vale ressaltar que, embora Bakhtin tenha desenvolvido essas abordagens tomando por base a esfera literária - de modo especial a obra de Dostoiévski - muitos aspectos por ele desenvolvidos podem ser tratados em gêneros de outras esferas da comunicação discursiva. No caso de nosso estudo, cujo corpus é formado por um conjunto de enunciados da esfera jornalística - artigos, cartas e capas da revista *Caros Amigos* - podemos perceber a presença de modalidades da variante bivocal em que ocorrem alternâncias dos sujeitos do discurso com utilização de diferentes formas de inserção do discurso do outro.

Ainda a respeito da presença de vozes alheias no discurso do autor, Bakhtin aborda no capítulo “O discurso no romance”, da obra *Questões de literatura e de estética* (BAKHTIN, 1975/2002) as noções que ele denomina de “plurilinguismo no romance”.

O autor denomina de *construção híbrida* ao enunciado em que se encontram fundidos dois modos de falar, dois tons, dois estilos, duas “linguagens”, duas perspectivas semânticas e axiológicas, dois enunciados, não havendo entre eles nenhuma fronteira formal, composicional e sintática. Às vezes, um mesmo discurso pertence, simultaneamente, a duas línguas, a duas perspectivas e, portanto, tem dois tons, dois sentidos divergentes (BAKHTIN, 1975/2002, p. 110-111).

O *plurilinguismo* introduzido no romance é o *discurso de outrem na linguagem de outrem*, o qual serve para refratar a expressão das intenções do autor. A palavra desse discurso é uma palavra bivocal especial que serve ao mesmo tempo a dois locutores e exprime, ao mesmo tempo, duas intenções diferentes: a intenção direta do personagem que fala e a intenção refrangida do autor. As réplicas das duas vozes em diálogo encontram-se intimamente correlacionadas como se fossem construídas sobre um amplo conhecimento mútuo.

Os discursos bivocais sempre são internamente dialogizados: o discurso humorístico, o irônico, o paródico, o discurso refratante do narrador, o discurso refratante nas falas dos personagens, o discurso do gênero intercalado. Neles se encontra um diálogo potencial, não desenvolvido, um diálogo concentrado de duas vozes, duas linguagens, dois sentidos, duas expressões, duas visões de mundo (BAKHTIN, 1975/2002, p. 127-128).

Bakhtin enfatiza que essas especificidades determinam os meios de elaboração da “palavra do outro” em sua transmissão e os processos de seu enquadramento num contexto:

Esses processos dão lugar a uma interação máxima da *palavra do outro* com o contexto, à sua influência dialogizante recíproca, ao desenvolvimento criativo da palavra de outrem, às graduações das transmissões, ao jogo das fronteiras, à introdução pelo contexto da palavra alheia. E que esses fatores determinarão a “*ativa compreensão responsiva*” do destinatário para o enunciado do falante (BAKHTIN, 1975/2002, p. 146).

O autor considera os *gêneros intercalados* como uma das formas mais importantes de introdução e organização do plurilinguismo no romance. O romance admite introduzir na sua composição diferentes gêneros, tanto literários (novelas, peças líricas, poemas) como extraliterários (de costumes, retóricos, científicos,

religiosos e outros) os quais são utilizados como formas elaboradas de assimilação da realidade. Na maioria das vezes, os *gêneros intercalados* refrangem em diferentes graus as intenções do autor e alguns dos seus elementos podem afastar-se, de diferentes maneiras, da última instância semântica da obra (BAKHTIN, 1975/2002, p. 124-125)

Nesse sentido, percebemos que o discurso sobre as cotas veiculado na *Caros Amigos* caracteriza-se como construção híbrida, sendo frequente a utilização do gênero intercalado pelos autores, demonstrando suas intenções e seus posicionamentos. Isso nos remete às palavras de Bakhtin ao ressaltar que as correntes literárias e outras correntes, as revistas, certos jornais, e mesmo certas obras importantes e certos indivíduos, todos eles são capazes, na medida da sua importância social, de estratificar a linguagem, sobrecarregando suas palavras e formas com suas próprias intenções e acentos típicos e, com isso, torná-las, em certa medida, alheias às outras correntes, partidos, obras e pessoas (BAKHTIN, 1975/2002, p. 97).

As noções que até aqui fizeram parte de nossas reflexões: interação verbal, enunciado concreto, entonação apreciativa, discurso de outrem, discurso bivocal, plurilinguismo, entre outros, dirigem as nossas lentes para um foco que, embora já sendo visível nas abordagens anteriores, merece ser destacado, mesmo que de forma breve.

Considerando que as abordagens sobre a atividade estética desenvolvidas por Bakhtin e seu Círculo ajudam-nos a compreender melhor os sujeitos envolvidos em uma dada enunciação, além de “sugerir” procedimentos metodológicos para uma análise discursiva, julgamos pertinente mencionar, aqui, algumas questões ligadas ao tema “autor e da autoria”, segundo essa perspectiva, já que no discurso sobre as cotas - nosso objeto de estudo - vários sujeitos são mobilizados na enunciação.

Em “O autor e a personagem na atividade estética”, primeira parte da obra *Estética da Criação verbal* (BAKHTIN, 1979/2003), o filósofo russo distingue o autor-pessoa (o escritor, o artista) do autor-criador (a função estético-formal que dá origem à obra). O autor-criador é quem dá forma ao conteúdo: recorta os eventos da vida e reorganiza-os esteticamente, a partir de certa posição tomada pelo prisma valorativo do autor-pessoa. No ato artístico, há um jogo de deslocamentos pelo qual o autor-criador direciona as palavras para vozes alheias e entrega a construção do todo

artístico a uma certa voz. Assim, o discurso do autor-criador é um ato de apropriação de uma voz social que cria e sustenta a unidade do todo estético.

Nessa mesma obra, ao tratar de autobiografia e autocontemplação, Bakhtin alega que para posicionar-se frente à própria vida, o escritor precisa dar a ela um certo acabamento, e que isso só é possível se ele colocar-se à margem de si mesmo, tornar-se um outro em relação a si mesmo e olhar para si mesmo com os olhos do outro.

A esse respeito, o autor ressalta que no ato de nos contemplarmos no espelho o que vemos é apenas o reflexo de nossa imagem externa, mas não a nós mesmos em em nossa imagem externa; a imagem externa não nos envolve em nossa totalidade: encontramos-nos diante e não dentro do espelho.

Para o filósofo russo, esse excedente da nossa visão, do nosso conhecimento, da nossa posse – presente diante de todo e qualquer indivíduo – é condicionado pela singularidade e pela insubstituíbilidade do nosso lugar no mundo: porque nesse momento, nesse lugar, em que somos os únicos a estar situados em um dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de nós (BAKHTIN, 1979/2003, p. 20).

Em “O discurso na vida e o discurso na arte”, publicado em 1926, Voloshinov defende que o objeto estético, entendido como um acontecimento enunciativo, implica relações que envolvem o autor (criador), o destinatário (a quem a palavra se dirige) e o herói (o assunto desenvolvido em uma enunciação). O autor-criador fala do herói, mas sempre atento ao que os outros pensam desse herói e da própria relação dele com o herói. Assim, relação autor/herói está sempre atravessada pelos diálogos sociais, pelas interrelações responsivas.

Em *Problemas da poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 196/2002), Bakhtin alega que, na obra do escritor russo, o não acabamento do ser humano no plano da vida se converte na inconclusibilidade estético-formal do herói. A peculiaridade do herói, em Dostoiévski, está no fato de ele resistir ao seu acabamento estético.

Segundo explicações de Faraco (2005), o herói em Dostoiévski não é um ser relativamente livre e autônomo que, como tal, vê seu mundo, tem consciência desse mundo e, principalmente, tem consciência de si mesmo nesse mundo: ele tem um certo excedente de visão que lhe vem pela interação tensa com o olhar dos outros sobre ele. Há, portanto, um contínuo não acabamento desse herói em tensa interação com os outros e consigo mesmo.

Nesse sentido, há em Dostoiévski uma mudança do valor artístico-formal da autoconsciência. Essa autoconsciência do herói em Dostoiévski é totalmente dialogada; ela vai se revelando no fundo da consciência socialmente alheia do outro sobre ele. Ele vai captando aspectos de si mesmo pela mediação das consciências dos outros heróis. A essa inovação na relação autor/herói, Bakhtin deu o nome de *polifonia*: uma novidade estética criada engendrada por Dostoiévski (FARACO, 2005, p. 47).

Assim, estamos entendendo a produção dos discursos sobre as cotas em textos impressos, da revista *Caros Amigos*, como um processo que envolve um tratamento estético, porém não ligado propriamente aos participantes empíricos do mundo biossocial da situação imediata, como editores, redatores, articulistas, fotógrafos, mas sim com envolvimento de sujeitos de uma dimensão sócio-discursiva que, por meio de interações dialógicas, participam ativamente da construção do enunciado concreto.

Além disso, diante da assunção de um posicionamento valorativo do enunciador, há sempre um destinatário que, em atitude responsiva ativa, torna-se um co-enunciador na apreciação do objeto. No caso da revista *Caros Amigos*, além de toda a equipe jornalística, há o compartilhamento dos debatedores - que não pertencem ao quadro editorial - e dos leitores. Todos são participantes ativos na cadeia de comunicação discursiva.

2.3 Discurso, história e memória

Considerando que os textos por nós analisados constituem-se espaços em que ressoam e reverberam vozes “históricas” advindas de um domínio da memória, e que essas vozes se entrecruzam no discurso construindo novos sentidos, trazemos para nossas discussões as abordagens entretecidas nas noções de *história* e *memória*, a partir da perspectiva da teoria dialógica bakhtiniana.

Nesse sentido, Bakhtin argumenta que o objeto de discurso do falante não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado. O objeto já está ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos e se torna, inevitavelmente, um palco de encontro com opiniões de interlocutores (imediatos) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. “Um dado falante não

é o primeiro a ter violado o eterno espaço do universo; não é um Adão bíblico só relacionado com objetos virgens ainda não nomeados, aos quais dá nome pela primeira vez” (BAKHTIN,1979/2003, p. 295-300).

Ainda a esse respeito, o autor ressalta três aspectos: todo dizer não pode deixar de se orientar para o “já-dito“, ou seja, todo enunciado é uma réplica que filia-se a enunciados anteriores; todo dizer é orientado para a resposta, isto é, o enunciado espera continuamente uma réplica, presumindo-se sempre um auditório social; todo dizer é internamente dialogizado, ou seja, é heterogêneo, é articulado por múltiplas vozes sociais. Ressalta, ainda, que, em cada momento de sua existência histórica, a linguagem é grandemente pluridiscursiva e que “isso se deve à coexistência de contradições sócio-ideológicas entre presente e passado, entre diferentes épocas do passado, entre diversos grupos sócio-ideológicos, entre correntes, escolas, círculos, etc.”(BAKHTIN, 1963/2002, p. 98).

Corroborando essas ideias, Brait (2003) menciona, em diferentes momentos, as questões das interrelações discursivas que perpassam a *história* e a *memória* na construção de sentidos do enunciado concreto:

[...] seja qual for o lugar assumido para olhar o pensamento bakhtiniano, a ideia do diálogo, enquanto estrutura enunciativa e enquanto forma dialógica constitutiva da existência das atividades da linguagem, atravessa o campo de visão e desdobra as possibilidades do ver, incluindo incessantemente a *história* e a *memória* na cena de produção de sentidos e de seus efeitos (BRAIT, 2003b, p. 29).

Nesse sentido, entendemos que as atividades do sujeito - na sua condição de sujeito múltiplo - e sua inserção na *história*, no social, no cultural, pela linguagem, é que permitem a constituição dos sentidos. Esses fatores possibilitam o estabelecimento de um diálogo entre os já-ditos e o novo, em um movimento em que ideias são lembradas, retomadas, reassimiladas, reformuladas, compartilhadas, rejeitadas, criticadas...

Entendemos que são movimentos semelhantes a esses que fazem com que a linguagem permaneça viva e crie uma espécie de memória coletiva e social que se mantém em processo de constante transformação. Esses aspectos confirmam as abordagens de Bakhtin sobre a “vida do gênero”, quando esse autor analisa a obra de Dostoiévski e diz que o gênero “sempre conserva os elementos imorredouros da

*archaica*²⁴ e que essa *archaica* só se conserva no gênero devido à sua *renovação* e à sua atualização permanente. Nas palavras do autor:

O gênero é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero *renasce* e se *renova* em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a vida do gênero[...]. O gênero vive do presente mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo. É o representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário.[...] (BAKHTIN, 1963/2002, p. 106).

Além disso, o autor explica que, na obra dostoiévskiana, a combinação de gêneros tem suas raízes na *remota Antiguidade* [...] *remonta a um passado remoto*, às próprias fontes da literatura européia (idem, p. 105). Para o filósofo russo, “quanto mais alto e complexo é o grau de evolução atingido pelo gênero, tanto melhor e mais plenamente ele *vive o passado* (BAKHTIN, 1963/2002, p. 121).

Consideramos que os termos utilizados por Bakhtin, tais como: “renasce”, “renova”, “recorda” (por nós destacados na citação) e “continuidade” (destacado pelo próprio autor), demonstram bem o papel da memória na construção do enunciado concreto e na produção dos sentidos.

Amorim (2009), ao estudar o papel da memória na cultura contemporânea e suas implicações para a educação, articula conceitos bakhtinianos tanto para discutir a respeito dos impactos ocasionados pelas principais tecnologias da memória – a escrita e a informática - na cultura e no posicionamento dos sujeitos, como para averiguar a diferença de lugar que ocupa a memória nas culturas tradicionais e pós-modernas.

Essa autora, ao refletir sobre essas noções, chama de *memória do objeto* àquela dimensão da memória que está na cultura e em seus objetos, à memória do gênero dostoiévskiano que “renasce”, “renova”, “recorda”. Explica que é essa *memória* que perpassa as relações intersubjetivas e as constitui, ao mesmo tempo em que é atualizada por estas. A memória coletiva ou memória do objeto não está *nos* sujeitos, mas para não se perder ela precisa estar *entre* eles: precisa do elo que cada sujeito representa com sua participação na cultura.

A esse respeito, a autora rememora as palavras de Bakhtin (1979/2002, p. 395): “o objeto das ciências humanas é o ser expressivo e *falante*. Esse ser nunca coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e em seu

²⁴ Segundo nota de Paulo Bezerra, tradutor de *Problemas da Poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 1963/2002, p.106), *archaica* aqui é entendida “no sentido etimológico grego como Antiguidade ou traços característicos e distintos dos tempos antigos”.

significado”, e sintetiza: “o objeto das ciências exatas, como todo objeto de discurso e de conhecimento é um *objeto falado* e o das ciências humanas, além de ser falado, é um *objeto falante*” (AMORIM, 2004, p. 19). A autora enfatiza que:

[...] todo objeto de discurso e de conhecimento é portador de *memória*, pois ao ser falado é, antes de mais nada, *já falado* por outros que vieram antes de mim. Ao tocá-lo e ao dispô-lo como objeto, coloco em cena imediatamente um universo discursivo que eu *atualizo*, *revivo* e *retransmito* aos que me ouvem, ou seja, mesmo que ele não seja especificamente discursivo, como é o objeto das ciências humanas, mesmo que ele não seja feito de palavras, meu discurso sobre ele somente faz sentido, ou pelo menos, um sentido pleno e denso, na relação com os outros discursos que o habitam. (AMORIM, 2009, p.12)

Além disso, Amorim ressalta que os estudos sobre a memória, nessa perspectiva da teoria bakhtiniana da linguagem e da cultura, traz consequências importantes para as questões do “ato de criar”. Nas palavras da autora:

Criar não é dar livre expressão a um suposto gênio individual ou deixar agir a inspiração. A criação em Bakhtin supõe duplamente a *memória coletiva*. Do lado do leitor ou ouvinte, face ao objeto criado por mim, porque ele inscreve o que crio em uma cadeia discursiva e assim confere sentido ao objeto. E do lado do próprio criador que cria sempre no diálogo com outros. Para ouvir e fazer ouvir minha voz em um enunciado-objeto é preciso ouvir e fazer ouvir as vozes que nele falam. *Não há, de acordo com a perspectiva bakhtiniana, criação sem repetição*. (AMORIM, 2009, p.12)

Diante dessas abordagens, fica evidente que *memória*, segundo a teoria dialógica, não diz respeito a registros mecânicos, lembranças ou recordações que temos do passado: fatos, acontecimentos, pessoas. Não se trata de uma memória individual, psicológica, mas de uma memória coletiva, social, que se atualiza na enunciação e possibilita que qualquer discurso já produzido se torne objeto de retomadas, repetições e transformações de saberes: possibilita a junção do já-dito (o velho) e o que ainda está por dizer (o novo). O passado que vive na memória coletiva se fará presente em novos e diferentes discursos de diferentes esferas.

Nesse sentido, o discurso jornalístico sobre as cotas - objeto de nosso estudo – faz circular discursos que são assimilados, reformulados e transformados, evidenciando a memória coletiva que possibilita recuperar os já-ditos, a história e os sentidos. E isso acontece em um processo ininterrupto de interação verbal.

Outras abordagens que julgamos merecer uma reflexão em nossa pesquisa dizem respeito aos aportes teórico desenvolvidos por Émile Benveniste na construção de uma teoria da enunciação.

Ainda que os estudos desse autor considerem a enunciação como o *ato individual de pôr a língua em funcionamento* e que esse ato converte a língua em discurso e tem como produto o enunciado (BENVENISTE, 1970/1989), suas abordagens constituem um avanço para os estudos da linguagem, já que possibilitam uma maior compreensão dos aspectos formais de funcionamento da interação humana.

Benveniste parte de reflexões a respeito do nível linguístico operado por Saussure – o da língua – e define o seu campo de atuação, considerando que as condições de emprego das formas da língua não são idênticas às condições de emprego da língua. Propõe, então, o estudo do nível da língua em uso – o do discurso (BENVENISTE, 1970/1989).

Entendendo por enunciação o ato de “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, BENVENISTE (1965/1989, p.82) explica que, cada vez que o locutor se apropria da língua e a põe em funcionamento, produz um ato novo e como tal irrepitível. Essa irrepitibilidade deve-se ao fato de que categorias fundamentais em enunciação - tempo, espaço e pessoa - jamais podem ser as mesmas. Se a forma material da língua é sempre a mesma, a experiência enunciativa não pode realizar-se duas vezes da mesma maneira: é sempre única. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso que emana de um locutor, forma sonora que atinge e que suscita uma outra enunciação de retorno (BENVENISTE, 1970/1989, p. 83)

O autor enfatiza que é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de ego. A linguagem é a possibilidade da subjetividade pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade - capacidade que o locutor tem de se propor como *sujeito* (BENVENISTE, 1958/1995).

Nesse sentido, a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste: eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será para mim um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Assim, só a língua - assumida

pelo homem que fala e sob a condição de intersubjetividade - torna possível a comunicação linguística. Não há subjetividade sem intersubjetividade (BENVENISTE, 1970/ 1989).

Benveniste considera que na enunciação existe uma *correlação de personalidade*, que opõe as pessoas eu/tu à não-pessoa *ele*, e uma *correlação de subjetividade*, interior à precedente e opondo eu a tu. Assim, não basta definir a categoria de pessoa em termos de presença/ausência do traço de pessoalidade, mas é necessário concebê-la em termos de subjetividade. O “eu” é pessoa subjetiva; o “tu” é apenas pessoa. Poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa: e essas duas “pessoas” se oporão juntas à forma de “não-pessoa” (BENVENISTE 1946/1995, p. 225; BENVENISTE, 1965/1989).

Além disso, o autor estabelece diferenças entre os pronomes: uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos das “instâncias do discurso” - atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor. As formas tradicionalmente chamadas *pronomes pessoais* e *demonstrativos* são consideradas como *indivíduos linguísticos*, “de formas que enviam sempre somente a indivíduos, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais que enviam sempre e somente a conceitos” (BENVENISTE, 1956/1995, p. 85).

A respeito do “não-eu” implícito em “nós”, o autor alega que é suscetível de receber dois conteúdos precisos e distintos, mesmo quando a predominância de “eu” for muito forte. “Nós” se diz de uma maneira para “eu + vós” e de outra para “eu + eles”. São as *formas inclusiva e exclusiva* que diferenciam o plural pronominal e verbal da primeira pessoa. Se é *inclusivo*, possibilita diferentes interpretações sobre quem está incluído. Se é *exclusivo*, faz pressupor as fronteiras marcadas no processo de interação.

Dessa forma, “nós” caracteriza-se morfologicamente como uma palavra plural, mas semanticamente comprometida com a enunciação. Fora do plural ordinário, tem-se dois empregos opostos, não contraditórios. De um lado, o “eu” se amplifica por meio de “nós” numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida: é o “nós” de majestade. De outro lado, o emprego de “nós” atenua a afirmação muito marcada de “eu” numa expressão mais ampla e difusa: é o “nós” de autor ou de

orador. Uma consideração é certa: “nós” marca a presença do sujeito enunciador (BENVENISTE, 1956/2005).

A respeito da organização dos tempos verbais, Benveniste (1946/ 1995) cita como exemplo os tempos de verbos franceses que se distribuem em dois sistemas distintos e complementares, os quais manifestam dois planos de enunciação diferentes: o da história e o do discurso.

A *enunciação histórica*, hoje reservada à língua escrita, caracteriza a *narrativa dos acontecimentos passados*. Trata-se da apresentação dos fatos advindos em um certo momento do tempo, com utilização de formas de “terceira pessoa”, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. A intenção histórica imprime à língua a sua temporalidade específica.

A partir dessas reflexões, entendemos que embora a teoria enunciativa benvenistiana se diferencie das abordagens desenvolvidas por Bakhtin e o Círculo - para quem a enunciação está intrinsecamente associada à situação extraverbal, ao universo sócio-histórico - podemos levar em conta que essa perspectiva abre caminho para o estudo do sujeito no discurso, já que possibilita trabalhar a materialidade linguística que configura textos e discursos: constitui um conjunto significativo para a compreensão das reações existentes entre língua, enunciação, discurso, sujeito, subjetividade, intersubjetividade e diálogo (BRAIT, 2001, p.37-50).

2.4 A perspectiva do verbo-visual

Ao lançar um olhar sobre a materialidade não-verbal dos textos que compõem o *corpus* de estudo, recorreremos ainda à teoria dialógica do discurso, já que as abordagens do Círculo possibilitam propor um trajeto de leitura e de procedimentos de análise compreendendo que os sentidos do discurso são instaurados no movimento dialógico entre o verbal e o não-verbal. Essa abertura encontramos em diferentes momentos da construção da teoria bakhtiniana (os grifos são nossos):

A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos *outros tipos de comunicação* e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção [...] Graças a esse vínculo concreto com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais *de caráter não verbal* [...] (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, 124).

Conclui-se que o tema da enunciação é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), *mas também pelos elementos não verbais* da situação (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995,128).

Numa abordagem ampla das relações dialógicas, estas *são possíveis também entre outros fenômenos* conscientizados desde que estes estejam expressos numa matéria *sígnica*. Por exemplo, as relações dialógicas *são possíveis entre imagens de outras artes*, mas essas relações ultrapassam os limites da metalinguística (BAKHTIN,1963/ 2002, p.184).

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural de *qualquer discurso vivo*. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e intensa (BAKHTIN,1979/2003, p.88).

Respaldando-nos nessas abordagens bakhtinianas, consideramos que a composição dos elementos visuais, ou seja, as imagens estampadas nas capas e no interior da revista *Caros Amigos*, associadas aos componentes linguísticos dos textos sobre as cotas, constituem um grande enunciado verbo-visual que em um movimento sócio-discursivo funciona como um mecanismo enunciativo-discursivo carregado de apreciações, de entoações avaliativas e, portanto, de sentidos. Assim, o todo verbo-visual nos mostra caminhos de análise.

Consideramos, principalmente, que na produção dos textos jornalísticos, as imagens não são simplesmente um complemento da comunicação verbal, da mesma forma que a fotografia não é mera reprodução da realidade. Na arquitetura da inteireza do projeto gráfico há uma equipe de pessoas empíricas que não deixam de ser enunciadores na composição da matéria que será publicada, distribuída e consumida. Por trás das coerções da editoria, das lentes fotográficas, há sempre um sujeito que assume uma posição axiológica e imprime uma entonação avaliativa entrando em diálogo com o outro: o objeto da enunciação, - o texto verbal, o objeto fotografado, o destinatário. Nesse processo de interação verbal, há um movimento de assimilação, reelaboração e reacentuação do discurso do outro, o que implica a assunção de uma *posição valorativa*, de um posicionamento ideológico. Dessa forma, em uma perspectiva dialógica, o todo da enunciação jornalística - considerado como um enunciado concreto - constitui-se um elo na ininterrupta cadeia de comunicação discursiva localizada não apenas na situação imediata, mas em um contexto sócio-histórico mais amplo.

Corroborando os conceitos da análise dialógica do discurso, para construir uma perspectiva de análise do verbo-visual, Brait (2008) explica que “produzir e

receber *práticas discursivas* implica ocupar determinados lugares sociais, históricos, culturais, além de lugares teóricos definidos”. Propõe, então, que dois lugares teóricos complementares sejam acionados: a definição de *prática discursiva* feita por Michel Foucault e a conceituação de *esfera e relações dialógicas* contempladas por Bakhtin e seu Círculo; ambos os autores em suas respectivas vertentes de análise do discurso que concebem língua e cultura como conjuntos em que a unidade se constitui de diversidades, de contrastes.

Essa autora, partindo do conceito de Foucault - para quem *prática discursiva* é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1969/2007, p.133) – defende que se deve considerar como *prática discursiva*, ao se estudar as relações entre discursos verbais e verbo-visuais, “uma produção verbal, uma produção visual ou uma produção verbo-visual, necessariamente inserida em determinada esfera, a qual possibilita e dinamiza sua existência, interferindo diretamente em suas formas de produção, circulação e recepção”(BRAIT, 2008, p. 261).

Aranha (2008) também aborda a questão do verbo-visual e corrobora a percepção da composição gráfico-discursiva nessa mesma perspectiva. Fazemos uma citação das palavras dessa autora:

A percepção carrega-se de sentidos visuais, ou seja, as tensões e inquietações codificam-se em elementos formais das artes visuais: linhas, formas, cores-luzes, materiais e técnicas. Essa codificação em cifras visuais são os próprios indícios para que um sistema de correlações se estabeleça como possibilidade de construção da linguagem, ou seja, ordene as linhas para engendrar as formas, ordene as formas e cores-luzes para engendrar os espaços, os espaços para engendrar as espacialidades, voluminosidades e profundidades; os materiais e as técnicas para engendrar as materialidades e as novas técnicas, as novas expressividades, as novas linhas, novas formas, novas cores-luzes, novos espaços, novas especialidades (ARANHA, 2008, p.26)

Fica claro, sob essa ótica, que um projeto verbo-visual, como o que compõe a capa e outros enunciados da revista *Caros Amigos*, é “um elo na cadeia de comunicação discursiva” (BAKHTIN, 1979/2002) em que transitam valores e visões de mundo originados de uma determinada esfera ideológica e que, portanto, não pode ser desvencilhado do todo que se enuncia.

As abordagens de Dondis (1997, p. 23) propõem que, para a compreensão do funcionamento da linguagem imagética, é preciso uma análise dos componentes

considerados a fonte compositiva de todas as comunicações visuais. São estes os componentes: o *ponto* – unidade visual mínima, marcador de espaço; a *linha* – articular fluido e incansável da forma; a *forma* – em todas as suas combinações; a *direção* – impulso de movimento que incorpora e reflete o caráter das formas básicas; o *tom* – presença ou ausência de luz; a *cor* – o componente cromático mais expressivo e mais emocional; a *textura* – caráter de superfície dos materiais visuais; a *escala* ou *proporção* – medida e tamanho relativos; a dimensão e o movimento – ambos implícitos e expressos com a mesma frequência.

A autora explica que os elementos visuais são manipulados pelas técnicas de comunicação visual em uma resposta direta ao caráter do que está sendo concebido e ao objetivo da mensagem. Explica, ainda, que a mais dinâmica das técnicas visuais é o contraste, que se manifesta numa relação de polaridade com a harmonia que lhe é oposta. Porém, não se deve pensar o uso de técnicas apenas articuladas nos extremos; “seu uso deve expandir-se, num ritmo sutil, por um *continuum* compreendido entre uma polaridade e outra, como todos os graus de cinza existentes entre o branco e o negro” (DONDIS, 1999, p.23-24).

Nesse sentido, observar como esses elementos são manipulados para compor o todo, possibilitará a compreensão dos efeitos de sentido que aí são instaurados, já que as técnicas podem ser consideradas como mecanismos sócio-discursivos e que “as coisas visuais não são simplesmente algo que está ali por acaso. São acontecimentos visuais, ocorrências totais, ações que incorporam a reação ao todo” (idem, p.31).

Consideramos oportuno citar, também, as palavras de Foucault (1989) em sua obra “Isto não é um cachimbo”. Quando esse autor afirma que há “vozes na imagem”, leva-nos a entender que a materialidade não-verbal de um texto também é constitutivamente heterogênea. E esse pensamento corrobora a perspectiva bakhtiniana centrada no dialogismo.

Assim sendo, os aspectos verbo-visuais de nosso *corpus* serão tomados como advindos de práticas discursivas de determinada esferas estético-ideológicas que ao entrelaçar linhas, formas, cores-luzes, materiais e técnicas nas ilustrações, nos desenhos, nos gráficos, nos infográficos fazem ressoar vozes, sujeitos, discursos e sentidos Conforme explicita Amorim (2003) o trabalho identitário de todo discurso e de todo texto, seja na vida, seja na arte, é um trabalho plural – supõe

sempre o outro - e intrinsecamente conflitual e carregado de tensões - pois há sempre diferença de lugares e de valores.

Neste capítulo, apresentamos alguns aspectos teóricos da perspectiva dialógica do discurso de Bakhtin e seu Círculo, além de sua importância para nossas análises. Os conceitos aqui discutidos constituem um espaço teórico-metodológico que direciona nossa investigação.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

*Somente quando contrai relações dialógicas essenciais
com as ideias dos outros é que a ideia começa a ter vida,
a formar-se, desenvolver-se,
a encontrar e renovar sua expressão verbal,
gerar novas ideias [...]
É no ponto desse contato entre vozes-consciência
que nasce a vida da ideia.*

Bakhtin

Neste capítulo apresentamos a tessitura da pesquisa delineada pelo objeto de estudo e pela teoria dialógica do discurso. Inicialmente, apresentamos a caracterização da pesquisa e, embora já tenhamos mencionado, na introdução, a forma como se deu a escolha do corpus, aqui fazemos uma retomada dos caminhos percorridos. Fizemos a descrição do contexto: as condições sócio-históricas e ideológicas de criação e consolidação da revista, além da esfera de circulação e de recepção. Expusemos os procedimentos utilizados para discutir os dados: a forma como descrevemos, analisamos e interpretamos o material recolhido da revista *Caros Amigos*.

Apresentamos um quadro com os textos que compõem o corpus; imagens da capa, do editorial e da página que traz um minicurrículo dos autores do primeiro número da revista (abril, 1997), além das palavras de seu editor e idealizador, Sérgio de Souza, em entrevista concedida à Carta Maior, em 2007.

Conforme discutimos nos capítulos anteriores, apoiando-nos na perspectiva de Bakhtin e seu Círculo, entendemos que dialogismo e alteridade constituem características essenciais para se compreender e interpretar a materialidade verbo-visual dos discursos sobre as cotas, a sua incompletude, o seu inacabamento e a sua permanente mutação. Entendemos, também, que os textos são enunciados concretos - constituem elos na ininterrupta cadeia de comunicação discursiva - e que por esse motivo não podem ser considerados de forma isolada: os sentidos só são possíveis no conjunto de atos que inscrevem esses enunciados no acontecimento sócio-histórico. Assim, diversas partes de um grande enunciado - cujos elementos

formam a materialidade verbo-visual do corpus de estudo - são tomados em um movimento discursivo na construção dos sentidos.

Considerando que nossa investigação se insere num mundo em permanente transformações, que nos propicia analisar a diversidade e a complexidade da experiência do homem contemporâneo – lugar das ciências humanas –, podemos dizer que o objeto que está sendo tratado neste texto de pesquisa – o sistema de cotas para negros - é sujeito da história e é, ao mesmo tempo, objeto já falado, objeto a ser falado, e objeto falante (AMORIM, 2004).

3.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de natureza *analítico-descritiva* e *interpretativista*. *Analítico-descritiva* porque parte da análise linguística dos enunciados até chegar à dimensão discursiva dos textos que compõem o *corpus*. *Interpretativista* porque os dados não são submetidos a quantificadores, mas sim objeto de reflexão em busca das marcas discursivas que levam à explicitação dos discursos que, por sua vez, deixam entrever vozes e posicionamentos valorativos não revelados explicitamente nos textos que compõem o *corpus*.

Trata-se de uma *análise qualitativa* porque trabalha com evidências apresentadas em um determinado cenário e em um determinado espaço, numa perspectiva enunciativo-discursiva, em suas articulações com os processos sociais que caracterizam a vida contemporânea brasileira.

Apresentamos, a seguir, cada uma das dimensões contextuais envolvidas na pesquisa, as quais circundam os eventos discursivos pesquisados e fornecem recursos para sua adequada interpretação.

3.2 Procedimentos para coleta dos dados e seleção do *corpus*

Conforme expusemos na introdução desta tese, a Lei. nº 3.708 de 09 de novembro de 2001, que consiste em garantir parte das vagas disponíveis nas universidades públicas para negros e egressos de escolas públicas, e foi adotada, em 2002, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ - e pela

Universidade Estadual do Norte Fluminense, a discussão sobre o tema ganhou espaço na mídia, motivando embates travados em artigos que foram amplamente divulgados pelos principais jornais e revistas de circulação nacional.

Dado o nosso interesse pelo tema, passamos a arquivar textos de fontes diversas, tais como *dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo* e das revistas *Veja, IstoÉ e Caros Amigos*, e os incluímos na lista de nossas leituras mais investigativas. Como havíamos acompanhado de perto e guardado as publicações da revista *Caros Amigos*, no ano de 2002, percebemos ali um conjunto especial de textos versando sobre a questão das cotas, de forma tensa e polêmica, o que nos pareceu um espaço bastante propício para uma investigação a partir de uma perspectiva discursiva.

Tendo ingressado no Curso de Doutorado em Linguística Aplicada e Ciências da Linguagem - LAEL - PUCSP, tivemos como orientadora a Professora Doutora Beth Brait, em cujas aulas, seminários e orientações, pudemos conhecer e estudar algumas noções da teoria dialógica do discurso, de Bakhtin e seu Círculo, inclusive estudos voltados para análises do verbo-visual, o que nos fez vislumbrar novas possibilidades de abordagens teórico-metodológicas para nossa pesquisa.

Delimitamos, então, o nosso *corpus* em 6 capas, 5 artigos e 6 cartas de leitores da revista *Caros Amigos*, editados no período de junho a novembro de 2002, cujas especificidades apontaram para a perspectiva bakhtiniana como fundamentação teórica pertinente para dar suporte às nossas análises.

A revista *Caros Amigos* pareceu ocupar, na esfera jornalística, um espaço de comunicação discursiva específico e bastante favorável ao desenvolvimento de nossa pesquisa. Por se tratar de uma revista de cultura, seu objetivo tem sido o de se colocar, por meio de modernas técnicas de imprensa, a serviço da pluralidade de ideias renovadas, abrindo espaço para discussões e para veiculação de diferentes discursos que contribuem para a construção dos sujeitos, das identidades sociais e das relações que se estabelecem com os outros.

Nosso objeto de estudo é o sistema de cotas para negros na universidade brasileira, e o *corpus* ficou assim constituído: cinco artigos - os quais identificamos por T1, T2, T3, T4 e T5 - e seis cartas de leitores - identificadas como CL1, CL2, CL3, CL4, CL5 e CL6 - que discutem o sistema étnico de ingresso à universidade, e foram coletados na mídia impressa - revista *Caros Amigos* - nos meses de junho a novembro de 2002, além de seis capas da revista dos respectivos meses em que

os artigos e as cartas foram publicados – C1, C2, C3, C4, C5 e C6, conforme quadro a seguir.

Corpus - Revista Caros Amigos			
Mês	Capas C	Artigos/Textos T	Cartas de Leitores CL
06/2002	Capa 1 - C1	Texto 1 – Tortuosos Caminhos - p.13 T1 Autor: César Benjamin	
07/2002	Capa 2 - C2	Texto 2 – Ideologia Tortuosa - p. 30 T2 Autor: Sueli Carneiro	
08/2002	Capa 3 - C3		Carta Leitor 1 CL1 – p.6
09/2002	Capa 4 - C4	Texto 3 – Nosso bloco está disposto e é bonito, também temos o direito de desfilar na avenida - p.18-19 T3 Autor: Samuel Aarão Reis	
		Texto 4 – Entre o sonho e a realidade p. 20 T4 Autor: Marcos Frenett	
		Texto 5 – Racismo não – p.21 T5 Autor: César Benjamin	
10/2002	Capa 5 - C5		Carta Leitor 2 CL2 - p.6 Carta Leitor 3 CL3 - p.6 Carta Leitor 4 CL4 - p.6
11/2002	Capa 6 - C6		Carta Leitor 5 CL5 - p.7 Carta Leitor 6 CL6 - p.7

Quadro 1- Textos que compõem o corpus de estudo: conjunto de Capas, Textos e Cartas de Leitores da Revista Caros Amigos.

O quadro demonstra bem como se dá o processo de endereçamento de réplicas, entre autor e destinatário, na ininterrupta cadeia de comunicação discursiva, conforme descrevemos a seguir.

Na edição de junho/2002, *Caros Amigos* publica um artigo com o título “*Caminhos Tortuosos*” (Texto1-T1), em que César Benjamin, articulista pertencente

ao quadro editorial da revista, inscreve-se em posição contrária à política de criação das cotas. De acordo com a teoria dialógica bakhtiniana, esse autor já está respondendo aos seus interlocutores (governo que instituiu as cotas, pessoas favoráveis a essa política afirmativa e leitores da revista).

Instaura-se, então, uma polêmica, quando, no mês seguinte – julho/2002 - a diretora do Instituto da Mulher Negra, professora Sueli Carneiro, publica uma réplica, com o título de “*Ideologia Tortuosa*” (Texto2-T2), dirigindo-se ao destinatário opositor T1, em atitude responsiva ativa, posicionando favoravelmente à cotas.

No mês de agosto/2002, uma carta de leitor (CL1) sobre a temática das cotas é publicada na seção especial para cartas denominada “Caros Leitores”. Os autores, H.F.O., estudante de direito e M.V.W., farmacêutica, solidarizam-se com César Benjamim, ao se posicionarem contra as cotas.

Em setembro/2002, a revista traz, na mesma edição, as réplicas de Samuel Aarão Reis, assessor da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, com o título “*Nosso bloco está disposto e é bonito, também temos o direito de desfilarmos na avenida*” (Texto3-T3), defendendo o sistema de cotas e “responde” ao texto de César Benjamim – e aos outros interlocutores contrários à cotas.

No mesmo número, setembro/2002, o texto de Marcos Frenette, jornalista, com o título “*Entre o sonho e a realidade*” (Texto4-T4), refuta o texto de César Benjamim e alinha-se aos favoráveis às cotas.

Ainda em setembro/2002, a revista traz o texto de César Benjamin, com o título “*Racismo não*” (Texto5-T5), em resposta aos três opositores (Sueli Carneiro, Samuel Aarão e Marcos Frenette).

Em outubro/2002, a revista publica três cartas de leitores:

CL2 – de E.G., estudante de medicina, PE, contrária às cotas, solidariza-se com Sueli Carneiro;

CL3 - de J.S., BA, junta-se a César Benjamim e manifesta-se contrária às cotas;

CL4 – de P.R.R.S., professor/diretor de escola municipal da zona rural, BA, posiciona-se favorável às cotas.

Em novembro/2002, duas cartas são publicadas:

CL5 – de G.B.C. que se dirige ao leitor autor da carta CL4, manifestando-se contrário ao sistema de cotas;

CL6 – de C.A.S.G., formado em administração pública, com mestrado em ciências políticas, que se posiciona contrário ao sistema de cotas.

Consideramos, então, tais textos como *enunciados concretos* – unidades da comunicação discursiva – textos verbais e verbo-visuais - estruturados em tempo e espaço específicos, provenientes da esfera jornalística - inseridos em uma cadeia discursiva ininterrupta de comunicação que polemiza a adoção do sistema de cotas na sociedade brasileira.

Conforme mencionamos anteriormente, após a definição do objeto de investigação e do *corpus* de estudo, percebemos – a partir de novas leituras, com uso de “novas lentes” - que os textos selecionados apontavam para as abordagens da teoria dialógica bakhtiniana, uma vez que colocam em cena um grande diálogo entre os interlocutores - articulistas, redatores, autoridades e leitores - que se valem de processos linguístico-discursivos para emitirem avaliações e juízos de valor, fazendo circular uma pluralidade de vozes sociais, históricas, culturais de fontes distintas do enunciador ou de instâncias diferentes que se entrecruzam no fio do discurso.

A *teoria dialógica* tem seu suporte nos escritos do pensador russo Mikhail Bakhtin e seu Círculo, cujas abordagens consideram que a essência verdadeira da linguagem é o acontecimento social de uma interação verbal; consideram o sujeito como um ser sócio-histórico que se constroi na enunciação; levam em conta dialogismo como sendo a realidade fundamental da linguagem: é impossível pensar o homem fora das relações que o ligam ao *outro*.

Assim, resolvemos perseguir essa perspectiva teórica para a qual o corpus apontava e que passou a dar suporte à nossa investigação. Mergulhar na obra do Círculo para aprofundar os conhecimentos, a reflexão e a compreensão dos aportes teóricos, a fim de empregá-los com mais densidade e solidez em nossas análises, foi um grande desafio. Da mesma forma, a escolha das categorias de análise criou tensões, impasses, indefinições e angústias em nossa caminhada. Todavia, essas intempéries em vez de nos abater, estimulou-nos cada vez mais.

3.3 Descrição do contexto de pesquisa

3.3.1 A revista *Caros Amigos*

Com o objetivo de compreender os textos do corpus analisado – capas, artigos e cartas de leitores da revista *Caros Amigos* - descrevemos, inicialmente, as condições sócio-históricas e ideológicas de criação e consolidação da revista, além da esfera de circulação e recepção.

Lançada em 1997, a revista *Caros Amigos* é o carro-chefe da Editora Casa Amarela que edita, também, outras revistas, fascículos e livros. É uma revista mensal, de circulação nacional, distribuída em todo o país, direcionada a um público de elevado nível de conhecimento, de politização e de consciência crítica, já que 91% de seus leitores têm curso superior completo. Tem como distribuidor o DINAP (Distribuidora Nacional de Publicações) e seu lançamento se dá na segunda semana do mês. É editada em papel *Off set* 90 gramas, apresenta-se em um formato de 27 x 33 cm (fechado), 54 x 33 cm (aberto) e contabiliza, em média, uma tiragem de 48.000 exemplares, dos quais 20 mil são vendidos em bancas e os demais distribuídos aos assinantes.

A organização geral da revista constitui-se da seguinte forma: a capa, que já é contabilizada como a primeira página, apresenta-se por meio de uma linguagem verbo-visual e compõe-se sempre de: uma imagem, as manchetes (chamadas de capa), os nomes dos articulistas, data, créditos.

No interior, logo que se abre a capa, encontra-se já a página 3 (a contracapa é a página 2), onde estão o editorial, à esquerda, e o sumário, à direita. Abaixo, ficam os dados da Editora Casa Amarela, a citação dos nomes completos dos integrantes do corpo editorial e a editoria a que cada um pertence.

O sumário não apresenta seções: de modo geral, primeiramente traz o número da página, em segundo lugar o nome do articulista e à frente deste, o assunto que será abordado. Não há propriamente citação do título da matéria, mas sim um relato, uma transposição do título para o comentário de algum verbo *discendi*, como em: Ana Miranda *lembra* um dia de 1968; Frei Betto *fala* de um novo imperialismo; O doutor José Róiz *diz* que não sabemos comer; Ricardo Soares *narra* um drama de rua. Na página 4 há sempre uma *performance art* da autoria de Guto

Lacaz, reconhecido como um “gênio da criatividade”. Esse desenhista expôs sua obra em Paris (MAM), Nova York e nas Bienais de São Paulo e da Coreia. Premiado também como ilustrador, teve bolsa de estudos na Fundação Guggenheim para *performance art*. Publicou livro de poesias, criou e apresentou programa de TV. Geralmente nas páginas 5 e/ou 6 há a seção de cartas dos leitores, a qual é denominada de *Caros Leitores*.

Sem uma determinação fixa para o número da página, a revista traz quase sempre na mesma sequência, com pequenas variações, as seções com as respectivas assinaturas: *Janelas Abertas*, por Leo Gilson Ribeiro; *Desenhos falados*, por Jorge Arbach; um ensaio fotográfico, por assinaturas diferentes em cada mês; entrevistas, sendo uma delas maior e mais importante que é a denominada *Entrevista Explosiva*, concedida por uma personalidade de destaque em determinado campo de atividade, como o econômico, o político, o religioso, o artístico, o esportivo, o filosófico etc.; reportagens e artigos de opinião, pelos repórteres e articulistas da revista; *Enfermaria*, por Mylton Severiano; *O Caso do Milênio*, por Gilberto Felisberto Vasconcellos; *República*, a seção dos universitários; *O caseiro*, por Carlos Castelo Branco; tirinhas de humor, por Adão Iturrugarai; e sempre na extensão total da última página interior, a de número 46, uma charge por Claudius.

Atualmente, seu corpo editorial é formado pelos seguintes profissionais: editor: Sérgio Souza, já descrito anteriormente, editora executiva: Marina do Amaral; editor especial: José Arbex Jr.; secretário de redação: Renato Pompeu; editora de arte: Veruscka Gírio; projeto gráfico: Rafic Farah, Flávia Castanheira e Fernando Valdetaro; editor de fotografia: Walter Firmo; assistente de redação: Thiago Domenici.

Além desses profissionais, há outros que são repórteres e outros que cuidam do setor comercial, da circulação, da publicidade, da assessoria de comunicação, dos correios e da assessoria jurídica. Atualmente, são colaboradores: Ana Miranda, José Arbex Jr., Frei Betto, Emir Sader, Renato Pompeu, Gershon Knispel, Guilherme Scalzilli, Carlos Castelo, Glauco Mattoso, Marilene Felinto, Mylton Severiano, Claudius, Guto Lacaz, Georges Bourdoukan, Gilberto Felisberto Vasconcellos e muitos outros que são considerados “amigos”, segundo palavras dos próprios editores.

O número de colaboradores varia de edição para edição, mas há seções assinadas e fixas, entre elas. A revista foge daquilo que é considerado padrão e convenção em termos de estrutura e cotidiano de empresa de jornalismo, isto é, transgride a regra geral. Nas palavras do jornalista Pereira Filho:

Nela as funções se misturam, a cobrança não se faz nem se dá em cima de cargos, salários e produtividade, horas que se passa sentado na cadeira ou quantidade de linhas escritas por mês, não há avaliações ou relatórios mensais de desempenho, as críticas e broncas não são pregadas nos murais de cortiça da redação para que todos possam ver, não existem as políticas de qualidade total, trabalha-se em clima de confiança naquilo que o outro está produzindo e de que ele vai cumprir bem o seu papel, para que então tudo possa sair a contento e a revista vá para as bancas com qualidade e respeito ao leitor. (PEREIRA FILHO, 2004, 121)

Uma pesquisa quantitativa, realizada em agosto/2001, aponta os seguintes resultados quanto ao perfil dos leitores: 72% são homens com idade entre 20 e 49 anos; 91% têm curso superior completo; 19% pós-graduados. Esse nível de escolaridade se reflete nas classes econômicas: A (17%), B (49%) e C (30%). Além disso, 55% - pouco mais da metade - são solteiros e trabalham (67%); 75% têm acesso à internet, 22% recebem o *Correio Caros Amigos* semanalmente; 32% visitam o site com certa regularidade.

No que diz respeito a como a revista *Caros Amigos* é encarada pelos leitores, obtiveram-se os seguintes resultados: 89% a consideram uma publicação "objetiva"; 87% a avaliam como "independente"; 86% como "verdadeira"; 79% como "indispensável". Uma média de 16% dos respondentes declarou passar a revista para outras pessoas após a leitura, evidenciando a importância que ela tem, tanto do ponto de vista mercadológico, quanto institucional.

Segundo opinião da própria revista, os leitores são mais que formadores de opinião – são cidadãos que têm participação ativa nas comunidades em que trabalham e vivem: são vereadores, prefeitos, deputados, professores, profissionais liberais, lideranças estudantis e sindicais, diretores de ONG's, enfim, pessoas preocupadas e atuantes em busca de um Brasil melhor, mais justo e feliz.

No que concerne ao formato da revista, *Caros Amigos* é bem maior do que as revistas comuns: 27 centímetros de largura por 33 de altura – um tamanho grande na esfera editorial. Há componentes que ocupam partes da cenografia cristalizada da capa dessa revista: o nome da revista na parte superior, com variações de cores em cada mês, os nomes dos articulistas e colaboradores na

parte inferior. No canto direito, bem no alto, os dados do ano de edição, número e data, valor (créditos da revista). Na parte central, ora mais para a direita, ora para a esquerda, a imagem que sempre é o foco da visão. Os títulos das chamadas de capa parecem constituir um segmento-síntese da revista como um todo.

3.3.2 Descrição histórica da revista *Caros Amigos*

De acordo com depoimento do editor da revista *Caros Amigos*, Sérgio de Souza, à revista Carta Maior, em abril de 1997, auge do neoliberalismo de FHC, aparece nas bancas de São Paulo uma nova e diferente revista: grande, em preto e branco, muitas letras e poucas figuras “e até um pouco dificultosa para os olhos” (Sérgio de Souza).

Mas, segundo o editor, a vantagem da novidade é que não se tinha necessidade de olhar dentro para saber o que estava à espera do leitor. Na capa, já se destacavam os nomes: Mylton Severiano, Luis Fernando Veríssimo, Frei Betto, Ignácio de Loyola Brandão, Plínio Marcos, José Hamilton Ribeiro, Roberto Freire, Júlio Medaglia, Mário Prata, Emiliano José, Paulo Freire, Ricardo Kotscho, Diogo Pacheco, Matthew Shirts, Jaguar. Eram os *Caros Amigos*... pessoas de peso do jornalismo, da cultura e da política que começaram a escrever na revista. Segundo explicitações da revista Carta Maior (2007):

Quando *Caros Amigos* nasceu, era quase inacreditável: estava tudo lá, a história viva da resistência política da Teologia da Libertação com Frei Betto; Roberto Freire, o cara da Soma, do Sem Tesão não há Solução; o maestro Diogo Pacheco, falando de futebol; Plínio Marcos e seu submundo teatral; Zé Hamilton, que perdeu a perna cobrindo a guerra do Vietnã; Jaguar, o símbolo máximo da boemia e do humor dos bons tempos. A revista, desde o início, provocou algo na gente que fazia correr até a banca todo mês e colecionar. Ser um *Caro Amigo* era prestigioso, e ninguém perguntava muito ao Sérgio de Souza - o Serjão, que até hoje senta à cabeceira da revista - se e quanto ganharia para escrever. Colaborar com *Caros Amigos* dava status.

(<http://www.cartamaior.com.br/.../materiaMostrar.cfm?>)

De acordo com apontamentos de Pereira Filho (2004, p. 110), o editor, Sérgio de Souza, é natural de São Paulo, nasceu em 1934 e iniciou sua carreira de jornalista em 1958, quando foi aprovado em um concurso da Folha de São Paulo. Começou como revisor e foi promovido a repórter. Sempre muito independente e nunca aceitando um jornalismo submisso, Sérgio de Souza passou por diferentes

órgãos da imprensa nacional, tais como: *Manchete*, *Fatos & Fotos*, *Notícias Populares* e *Quatro Rodas*, até que se juntou ao grupo que desenvolveu o projeto da revista *Realidade*.

Na década de 70, em plena ditadura militar e no apogeu da imprensa alternativa no país, Sérgio de Souza ajudou a fundar e comandou outros órgãos como: *Bondinho*, *Jornalivro*, *Grilo* e *Ex*. Passou por emissoras e programas de rádio e TV. Pouco antes de idealizar *Caros Amigos*, fazia parte de uma empresa chamada ECO – Equipe de Comunicação, onde realizava “prestação de serviços editoriais.”

Mas, segundo palavras do próprio editor, em entrevista concedida a Pereira Filho, “sempre houve dificuldade em trabalhar na grande imprensa, por parte das duas partes, dela e minha, eu que trabalhava em um time de jornalistas que sempre teimou em ser independente, isto é, servir primeiro ao leitor e depois à imprensa.”

Ainda conforme palavras de Pereira Filho, Sérgio de Souza, sendo o editor da revista, “é a referência, o companheiro de todas as horas, o amigo consultor e conselheiro, é aquele que apresenta muitas das pautas, sugere títulos, olhos, abertura de textos, acompanha o andamento de cada edição, participa das entrevistas, lê os artigos que chegam, comanda o fechamento. Ele vive intensamente a proposta. É o coração pulsante do projeto de *Caros Amigos*” (PEREIRA FILHO, 2004, p. 109)

Vejamos a capa da primeira edição da revista, cuja tiragem inicial foi de cinquenta mil exemplares.



Figura 1 - Capa Caros Amigos Nº 1 – abril 1997

A primeira edição da revista traz uma capa de fundo negro, e desse fundo aparece, a imagem de um rosto, de forma meio desfocada, obscura, bem centralizada - onde incide o foco de visão. A cor dos cabelos da pessoa diluem-se com a cor de fundo da capa, o que faz com que não haja uma identidade específica para a foto. Quem é esse personagem escolhido para ser estampado na capa de um primeiro número de uma revista de postura inovadora? O que representa para a sociedade? Que peso tem o seu depoimento e o seu posicionamento para os interlocutores? Impossível não dizer que há na fotografia um tom avaliativo de quem participou de sua produção. A própria escolha dos ângulos e das posições

estabelecidas para o objeto fotografado pressupõe a presença de um ponto de vista do enunciador que dialoga com o texto verbal e com o destinatário. Esse posicionamento revela, à luz da teoria do Círculo, o autor-criador: aquele que dá forma ao objeto estético.

Sabe-se que é a foto de Juca Kfourri, personagem da “Entrevista Explosiva” - a qual logo se consagraria como o carro-chefe da revista. Conforme informações colhidas em seu próprio blog, Juca Kfourri é formado em Ciências Sociais pela USP. Foi diretor das revistas Placar (1979 a 1995) e da Playboy (1991 a 1994); comentarista esportivo do SBT (1984 a 1987) e da Rede Globo (1988 a 1994). Participou do programa “Cartão Verde”, da Rede Cultura (1995 a 2000) e apresentou o “Bola na Rede”, na RedeTV (2000 a 2002). Voltou ao “Cartão Verde”, em 2003, onde ficou até 2005. Apresentou o programa de entrevistas na rede CNT, “Juca Kfourri ao vivo”, entre 1996 e 1999. Foi colunista de futebol de “O Globo”, entre 1989 e 1991 e apresentador, desde 2000, do programa CBN EC, na rede CBN de rádio. Foi colunista da Folha de S.Paulo entre 1995 e 1999, quando foi para o diário Lancel!, onde ficou até voltar, em 2005, para a Folha. Atualmente está também na ESPN-Brasil. Seu trabalho na revista Placar priorizou o viés investigativo no esporte, o que até então quase não havia sido feito na história da imprensa esportiva brasileira²⁵. Diante desses dados, percebe-se que o comentarista esportivo viveu “uma vida” dedicada ao mundo dos esportes, razão pela qual não é de se estranhar que a “entrevista explosiva” veiculada na primeira edição da *Caros Amigos* ocupe onze páginas inteiras.

O título da revista, na parte superior, apresenta-se na cor branca - como aliás todas as outras informações presentes na capa desta edição – e com um efeito de impressão um pouco tremido, já que as letras não são lisas, mas sim subrepticamente sinuosas. Iriam as notícias estremecer os leitores? No canto esquerdo, em toda a sua altura, estão o nome dos 25 escritores articulistas da edição. À direita, chamadas bombásticas, reveladoras, no sentido ascendente: Revelação: o depoimento do primeiro brasileiro condenado à morte na história da República; Entrevista Explosiva: Juca Kfourri “O João Havelange é o chefe da máfia”, “O Nuzman é aquela história do rouba, mas faz”, “Kleber Leite enriqueceu explorando o Flamengo”. A colorida entonação de denúncia é dada, sem reservas,

²⁵ Disponível em <http://blogdojuca.uol.com.br>. Acesso em 14 de abril de 2011.

aos enunciados. Acusar abertamente três personalidades do futebol brasileiro, de uma só vez, um como “chefão da máfia”, outro como “rouba, mas faz” e outro que “enriqueceu explorando”, já significa dirigir-se aos destinatários respondendo a alguma coisa. O tom de denúncia é perceptível nos qualificativos que designam os profissionais do esporte que estão sendo acusados. Os destinatários reais são os portadores dos nomes declinados na capa; os destinatários presumidos, os possíveis leitores.

Observa-se, na capa, que o nome Entrevista Explosiva está como que afixada em uma “mira para tiros ao alvo”, o que nos remete às palavras de Bakhtin/Volochínov (1929/1995, p. 32-34): “tudo que é ideológico é um *signo*”, possui significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Os signos só emergem no processo de interação social e quando são usados intencionalmente passam a ter um significado ideológico. Diante disso, perguntamos: estaria o herói, o objeto da entrevista, pronto para receber balas e flechadas? Ou, ao contrário, os tiros estariam partindo do alvo – a Entrevista Explosiva - para “estilhaçar” os destinatários identificados - os reais e os outros possíveis?

Como a contracapa é contabilizada como a página dois, encontra-se já na página três o editorial desse primeiro número da revista, tal como o apresentamos a seguir.

A que viemos

Ilustração:
Toninho Gonçalves



Caros Amigos é uma reunião de inteligências e talentos que andam espalhados por diversos meios de comunicação, alguns; e outros que estão marginalizados por todos os meios.

Têm, esses talentos e inteligências, diferentes modos de pensar e interpretar a realidade, mas se identificam, todos, no ponto crucial: a ética, preocupação primeira desta revista mensal que estréia nas bancas do país inteiro com a intenção de discutir o Brasil e o mundo de hoje de um ponto de vista original, pelo menos no que se refere ao atual mercado de publicações.

Outros muitos talentos e inteligências, brasileiros e estrangeiros, irão desfilarem nas páginas futuras de Caros Amigos – a lista é enorme e cada um, como nós, tem absoluta certeza da existência de um largo contingente de leitores, mulheres e homens, jovens e maduros, ávidos por uma publicação que lide com idéias, que seja crítica, que leve à reflexão. E que traga tudo isso sem ser aborrecida, mas com bom humor; sem academicismo, mas com linguagem cotidiana; sem partidarismo, sem vanguardismo, sem voluntarismo, na verdade, sem nenhum ismo.

EDITORA CASA AMARELA
Diretores: Sérgio de Souza, João J. Neto, Francisco Vasconcelos
Redação e administração: Rua Fidalga, 174, CEP 05432-000, São Paulo
Telefone: (011) 916-1084 - Fax: (011) 916-1276
e-mail: casaam@oi.com.br

CAROS AMIGOS
Editor: Sérgio de Souza. Editores executivos: Roberto Freire, João J. Neto e Francisco Vasconcelos. Projeto gráfico: Flávio Editor de arte: Renato Yada. Assistentes: Sandro Gomes e Daniel Camargo. Kátia Tostes, Mauro Feliciano-Alves e Ricardo Vespoli. Assistentes de redação: Lígia Morresi e Cláudio Alvim. Diretora comercial: Maria Beatriz de Toledo. Assessoria de comunicação: Nicodemos Pessoa. Diretor responsável: Sérgio de Souza.

CAROS AMIGOS (ISSN 140221), n.º 1, ano 1, é uma publicação mensal da Editora Casa Amarela Ltda. Distribuída com exclusividade no país pela DENAP S/A - Distribuidora Nacional de Publicações, São Paulo. Impresso pela Megraf Editora e Indústria Gráfica Ltda. Positivo pela PostScript Artes Gráficas e Editora Ltda.

4> Quem é quem nesta primeira edição de *Caros Amigos*. 5> **Guto Lacaz**. 6> **José Márcio Penido** diz que não agüenta mais a mesmice nacional; **Mylton Severiano da Silva** homenageia o escritor João Antônio; **Luis Fernando Veríssimo** fala da voracidade americana. 8> Janelas Abertas, seção de **Leo Gilson Ribeiro** sobre cultura e comunicação; **Frei Betto** vê o Brasil dividido em dois. 10> **Ignácio de Loyola** reivindica clones agradáveis; **Plínio Marcos** diz poética e agressivamente como chegar a Deus. 11> **José Hamilton Ribeiro** faz uma projeção feminista para o jornalismo brasileiro. 12> O pensamento vivo de Noam Chomsky, por **Roberto Freire**; e o jovem **André Forastieri** desanca a cultura do consenso. 14> **Gabriel Priolli** observa que, por causa dos preços das viagens, ele só terá chance de conhecer o Brasil na próxima encarnação; **Júlio Medaglia** lamenta um final de século tão pobre de criatividade. 15> **Mário Prata** e as agruras com a próstata. 16> Revelação: a nunca contada fuga do primeiro brasileiro condenado à morte na história da República, por **Emiliano José**. 23> **Paulo Freire** conta como é a folia de Reis no Urucuaia. 24> **Walter Firmo** mostra fotos do coração. 26> Uma abordagem inquietante sobre a globalização da economia, por **Leo Gilson Ribeiro**. 28> **Ricardo Kotscho** escreve ao Lula. 29> **Diogo Pacheco** conta uma história cheia de humor napolitano. 30> Entrevista explosiva: **Juca Kfour** desvenda, em quatro horas de gravação, toda a corrupção que domina o mundo do futebol. 42> O que é novo?, pergunta **Matthew Shirts**; em Havana, uma festa de Fidel Castro com milionários americanos "subversivos"; **Roberto Drummond** também fala de Cuba. 44> **Ciro Pessoa** propõe um canal de TV humano; **Sérgio Cabral** propõe um livro político. 45> A seção de humor é de **Jaguar**. 46> Um discurso inesquecível de **Gabriel García Márquez**, feito em outubro último na abertura da assembléia geral da SIP - Sociedad Interamericana de Prensa, em Los Angeles.

Ilustradores: Toninho Gonçalves, Eli Sumida, Polê, Caio Borges, Júlio Barreto, Matangra, Rodrigo Leão, Natália Forcat, Renato Yada, Nakata, Tony de Marco, Daniel Cabalero, Ramón Hernandez, Hermes, Walter Ono, Klipper, Mladaira, Cafiero, GB Estúdio.

3

Figura 2 - Editorial Caros Amigos Nº 1 – abril 1997, p. 3

O editorial traz, no alto, o título "A que viemos", acompanhado de uma ilustração de Toninho Gonçalves: pessoas estilizadas – dos dois gêneros - umas atravessadas pelas outras como se fossem transparentes. Os corpos apresentam-se ora por inteiro, ora apenas o busto. Os rostos estão dispostos em diversas posições: ora de frente, ora de perfil, ora inclinados para cima ora para baixo. As posições em que se encontram as imagens e os signos que os acompanham sugerem que uma está lendo, outra cantando, outra segura um pincel na mão e volta-se para o alto como que buscando inspiração; outra apresenta-se com uma máscara na mão. Um pássaro branco deixa-se transparecer entre as imagens. Um

sol ofuscado, parcialmente, por uma nuvem escura paira no alto. Novamente, a questão do signo ideológico: a transparência dos corpos, a diversidade de posições, a máscara fora do rosto, as notas musicais, o objeto de leitura, a nuvem que não impede o sol de brilhar, a pomba da paz pairando sobre as cabeças, certamente estão carregadas de intenções, de apreciações avaliativas, e portanto de ideologia.

O editorial escrito em letras comuns, mas em negrito, traz um resumo dos princípios básicos de atuação da revista, no seguinte enunciado (CAROS AMIGOS, nº 1, abril, 1997, p.3):

Caros Amigos é uma reunião de inteligências e talentos que andam espalhados por diversos meios de comunicação, alguns; e outros que estão marginalizados por todos os meios. Têm esses talentos e inteligências, diferentes modos de pensar e interpretar a realidade, mas se identificam todos com um ponto crucial: a ética, preocupação primeira desta revista mensal que estreia nas bancas do país inteiro, com a intenção de discutir o Brasil e o mundo de hoje de um ponto de vista original, pelo menos no que se refere ao atual mercado de publicações. Outros muitos talentos e inteligências, brasileiros e estrangeiros, irão desfilar nas páginas futuras de Caros Amigos – a lista é enorme e cada um, como nós, tem absoluta certeza da existência de um largo contingente de leitores, mulheres e homens, jovens e maduros, ávidos por uma publicação que lide com ideias, que seja crítica, que leve à reflexão. E que traga tudo isso sem ser aborrecida, mas com bom humor; sem academicismo, mas com linguagem cotidiana; sem partidarismo, sem vanguardismo, sem voluntarismo, na verdade sem nenhum ismo.

Do lado direito do editorial, no sentido vertical, há o sumário, bem diferente dos sumários comuns: primeiramente, em destaque, o número da página em negrito, com numeral de cinco centímetros; seguindo o numeral, ora o nome do autor, também em negrito e o título da matéria com letras normais, ora o título da matéria seguido do nome do autor.

Na página seguinte – página 4 - há um minicurrículo de cada dos 25 autores da primeira edição: Mylton Severiano da Silva, Luis Fernando Veríssimo, Frei Betto, Ignácio de Loyola Brandão, Plínio Marcos, José Hamilton Ribeiro, José Márcio Penido, Gabriel Priolli, André Forastieri, Ciro Pessoa, Leo Gilson, Guto Lacaz, Walter Firmo, Gabriel Garcia Márquez, Sérgio Cabral, Roberto Freire, Júlio Medaglia, Mário Prata, Emiliano José, Paulo Freire, Ricardo Kotscho, Diogo Pacheco, Matthew Shirts, Jaguar. Alguns currículos expressos em primeira pessoa; outros, em terceira.

Os caros amigos

Para o leitor saber um pouco mais sobre os autores desta primeira edição, pedimos a todos que escrevessem seu minicurrículo. Alguns escreveram na primeira pessoa, outros na terceira. Ei-los:

Matthew Shirts Norte-americano, morando em São Paulo, formou-se em estudos latino-americanos na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e fez pós-graduação em história na Universidade de Stanford. Já colaborou com várias publicações no Brasil e atualmente trabalha como cronista do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Mário Prata Nasceu em Uberaba, MG, 51 anos. Teatros: *Conto Umbilical*, *Fábrica de Chocolate*, *Besame Mucho*. Livros: *Dicionário de Português*, *Mas Será o Benedito*, *James Lins*. Novelas: *Enigmas Capão*, *Dinheiro Vivo*, *Helena*. Atualmente é colunista do *Estado de S. Paulo* e está lançando o livro *Diário de um Magro*.

José Márcio Penido O Zé trabalhou numa porção de revistas e jornais. Aí começou a fazer televisão e até hoje não se cansa. Morou no Rio, trabalha no *Globo Repórter* como diretor e editor de reportagem. Já viu a Lady Di de perto e o de Roberto Marinho de longe.

Paulo Freire Quarenta anos, violonista e escritor. Dois romances e duas biografias. Seu CD *Abato* recebeu o prêmio Sharp de revelação instrumental em 1996. Cronicas trilhadas sonoras para seriadas da *Rede Globo*, como o *Grande Sertão*, *Veredas*, e várias trilhas premiadas para o programa *Globo Rural*.

Roberto Drummond Escritor e jornalista, ganhou dois dos maiores prêmios literários brasileiros: o do Paraná, na época de ouro do concurso, nos anos 70, e o Jabuti. É autor de oito livros, entre eles, *A Morte de D.J. em Paris*, *Sangue de Coca-Cola* e *Hilda Furacão*, que ficou um ano e dois meses na lista de mais vendidos em todo o Brasil e será transformado em minissérie pela Rede Globo, agora em 1997. Como jornalista, colabora com algumas das maiores publicações brasileiras. Foi cronista de futebol durante muitos anos e hoje escreve uma crônica diária de assuntos gerais no jornal *Hoje em Dia*, de Belo Horizonte, onde vive. Publica ainda em 1997 o romance *O Cheiro de Deus*, pela editora Siciliano.

Piníno Marcos Nasceu em 1935, só estudou o primário, foi artista de circo, jogador de futebol, funileiro, soldado e muitas outras coisas. Sua primeira peça de teatro, *Boreia*, vai completar quarenta anos de dramaturgia. Vera Aratcho está preparando suas obras completas de teatro para publicação em 1998.

Ricardo Kotscho Foi correspondente do *Jornal do Brasil* na Europa, trabalhou em jornais de bairro de São Paulo, *Estado*, *IstoÉ*, *Jornal da República*, *Folha de S. Paulo*, *TV Globo*, *SBT Repórter* e atualmente, aos 52 anos, é diretor de jornalismo do CNT em Curitiba. Foi assessor de imprensa de Lula, nas campanhas de 1989 e 1994. Tem catorze livros publicados, entre eles *A Prática da Reportagem*, editora Ática. Ganhou quatro vezes o prêmio Esso de Jornalismo e duas vezes o prêmio Wladimir Herzog de Direitos Humanos.

Gabriel Priolli É jornalista, produtor e crítico de televisão, escreve atualmente para o *Jornal da Tarde* e *Cinearte Mercantil*. Dirige a TV PUC, Televisão Comunitária da PUC de São Paulo, e supervisiona a série *Expresso Brasil*, realizada pela produtora Pólo Imagem para a Rede Cultura de Televisão.

Sérgio Cabral Carioca, 59 anos, jornalista há quarenta anos. Trabalhou em todos os jornais diários do Rio e na Editora Abril (*Intervalo* e *Realidade*). Um dos fundadores da *Folha da Semana* (fechada por decreto presidencial em 1966) e *Pasquim*. Autor dos livros: *As Escotas de Samba do Rio de Janeiro*, *Elizete Cardoso, uma Vida, No Tempo de Ari Barroso*, *No Tempo de Almirante*, *A Música Popular Brasileira na Era do Rádio*, *Pixinguinha, Vida e Obra* e *ABC do Sérgio Cabral*. Vereador pelo Rio de Janeiro em três legislaturas.

Diogo Pacheco Nasceu em São Paulo. Já regreou mais de mil concertos. Foi diretor artístico de temporadas líricas do Teatro Municipal de São Paulo, vencedor de concurso nos Estados Unidos, juntamente com Seiji Ozawa. Foi assistente do maestro Eleazar de Carvalho na Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. Fundou mais de cinquenta corais, escreveu no *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Voz*. Modernizou as apresentações de ópera, convidando diretores de teatro para encenar: *Così Fan Tutte*, de Mozart, *Ellis d'Amore*, de Donizetti, *Lakme*, de Delibes, e várias outras, de Verdi, Puccini, Leoncavallo. Especializou-se em grandes concertos ao vivo. Comanda há dois anos o programa de rádio *Concerto Noturno FM Eldorado*.

André Forastieri É jornalista, 31 anos, editor da revista *Herói* e diretor da Editora Acme.

Ciro Pessoa Um dos fundadores dos Titãs, em que ficou de 1981 a 1983. É autor de *Sonfiera Ilha*, *Homem Primata*, *Toda Cor*. Depois fundou a banda Cabine C, de *Fórfaros de Ojofoni*, um cult dos anos 80. Em 1990 é fundador do grupo CESP (Ciro Pessoa e Seu Pessal), que vai até 1994, quando funda sua atual banda, Ventilador, gravando o CD *Bataque Aqui* pela Eldorado. Foi repórter do *Última Hora* e da TV Cultura e colaborou nas revistas *Boom* e *Mais Vida*. Com o roteiro do longa-metragem *Oceano Atlântico* ganhou o prêmio de crítica internacional no Festival de Cinema Independente do Rio de Janeiro em 1992. Está finalizando o roteiro do longa-metragem *Castelos de Areia*.

Roberto Freire Terapeuta e escritor. Criou a Soma, uma terapia anárquica, e escreveu vinte livros. Três romances (*Cleo e Daniel*, *Coite e Os Cimplices*), vários livros de ensaios políticos (*Sem Teão Não Há Solução* e *Ame e De Veracme*), uma coleção para crianças e adolescentes (*As Aventuras de João Pão*). Jornalista, trabalhou nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Última Hora*. Participou como repórter da revista *Realidade*.

Ignácio de Loyola Escritor, jornalista, sessenta anos. Vinte livros publicados entre romances, contos e viagem. Entre os mais conhecidos: *Não Verês País Nenhum*, *Zero*, *O Verde Violento* e *Muro*. Vinte projetos especiais, entre eles, *A História do Teatro Municipal de São Paulo*, *História dos Vitrais no Brasil*, *História do Banco Itaú*.

Frei Betto Nasceu em Belo Horizonte. Líder estudantil, fez curso de jornalismo em 1964. Em junho desse mesmo ano sofreu sua primeira prisão política, acusado de conspirar contra o regime militar. Em 1965 entrou como noviço na Ordem Dominicana, na qual é irmão cooperador. Estudou jornalismo, filosofia, antropologia e teologia. Em 1969 foi novamente preso por favorecer a fuga do Brasil de militantes políticos perseguidos pelos militares. Condenado a quatro anos de prisão, cumpriu dois entre os prisioneiros políticos e os outros dois entre os prisioneiros comuns. É um dos fundadores do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepts) e do Instituto Cajamar (Inca). Em 1983 ganhou o prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, com a obra *Batismo de Sangue*. Foi eleito intelectual do ano de 1986. Em 1987 ganhou o prêmio de direitos humanos da Fundação Bruno Kreisky, em Viena. Atualmente é assessor da pastoral operária do ABC, das Comunidades Eclesiais de Base do Brasil e do Central de Movimentos Populares. É consultor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), membro da Fundação Sueca de Direitos Humanos e diretor da revista latino-americana *América Livre*. Escreve para cerca de vinte jornais e revistas e tem, até o momento, 33 livros publicados. Entre seus obras, destacamos *Fidel e a Religião*, *Batismo de Sangue* e *Cartas do Prisão*.

Leo Gilson Passou onze anos estudando em universidades dos EUA, Itália e Alemanha. Único brasileiro formado em literatura comparada nas universidades alemãs de Hamburgo e Heidelberg. Ganhou o prêmio Esso de Jornalismo com a reportagem "A Noite dos Balões", e o prêmio de melhor crítico literário do Brasil. Tem dois livros publicados, *Cronistas do Absoluto*, que fala de Kafka e Brecht, e *O Continente Submerso*, sobre a literatura hispano-americana contemporânea. Ganhou o prêmio de melhor ensaio pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA).

Júlio Medaglia Nasceu em São Paulo, formou-se na *meister-klasse* da regência sinfônica da Escola Superior de Música da Universidade de Freiburg, Alemanha, onde viveu e trabalhou por mais de dez anos, atuando no rádio e na televisão. Regente a Filarmônica de Berlim. Compôs mais de uma centena de trilhas sonoras para cinema, teatro e televisão, tendo obtido prêmios nos mais destacados festivais. Em rápida passagem pela música popular foi um dos fundadores do tropicalismo, autor do arranjo original da música *Tropicália*. Tem livros publicados como tradutor e autor (*Música Impopular*, editora Global) e é membro da União Brasileira de Escritores. Foi supervisor artístico da Rede Globo, diretor do Festival de Inverno de Campos do Jordão e da Rádio Roquette Pinto no Rio. Foi regente titular da Orquestra do Teatro Municipal de São Paulo, diretor artístico do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, regente titular da Orquestra do Teatro Nacional de Brasília. Faz programa diário no Rádio Cultura FM de São Paulo. É diretor musical do Centro Cultural São Paulo. Acaba de ter quatro obras suas gravadas pelos sopros da Orquestra Filarmônica de Berlim.

Mylon Severiano da Silva Grupo Abril, *Folha*, *Ex*, *Bondinho*, *Agência São Paulo*, *TV etc*. Atualmente, e nos últimos dez anos, os trabalhos de maior destaque têm sido no marketing político, especialidade em que nunca sonhei que fosse cotado. Ajudei a eleger ou promover uma porção de políticos aí, de todos os matizes e cores do espectro, da "esquerda" à "direita", a torto e a direito. Vou publicar dois livros este ano, um sobre drogas, em que atuo como repórter Davi Molinari, outro como "colaborador" das

memórias do Jorge Guinle. Vou emborn de São Paulo, morar no Jacara, lutar serrano entre Jandiaí e Aithiba. Estou de saco cheio da Supercap desvalhada. Mais alguma coisa? Ah, sou formado em teoria, solfejo, harmonia e acordeão pelo Conservatório Santa Cecília, de Marília.

Jaguar Nasci bissexatamente em 29 de fevereiro de 1932 e nunca mais parei. Nesses quarenta anos de rabiscos, fiz pelo menos um desenho por dia (fiz mais): dá 14.600 desenhos. Comecei na *Manchete* em 1957, participei da revista *Senhor* e do *Pasquim* do primeiro ao último número. Aos 65 anos, sou editor da *A Notícia*, faço charges diárias e crônicas semanais no *O Dia* aos sábados, uma meia página de humor – *O Diabão* – no mesmo jornal. Ilustro livros, faço cartuns na revista *Drink* etc.

Gulo Lacaz Nasceu em São Paulo, formou-se em 1974 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São José dos Campos. Expôs em Paris (MAM), Nova York e nas Bienais de São Paulo e da Coreia. Suas instalações e performances (mais de uma dezena) levaram-no a ser reconhecido como um gênio da criatividade. Premiado também como ilustrador, tem bolsa de estudos da Fundação Guggenheim para *performance art*. Publicou um livro de poesias (*Poemas Miterais*) e criou para a TV, e apresentou, o quadro *Encontro com Arte e o Cinema* (Cultura e Gazeta).

José Hamilton Ribeiro Começou a carreira na *Folha de S. Paulo*, no início de 1960, quando a *Folha* investia na reportagem para se tornar "então" – como se temeu, muitos antes dos Frias –, o jornal de maior circulação do Brasil. Foi depois para a Editora Abril (*Quatro Rodas*, *Realidade*), está hoje na Rede Globo, como repórter especial do *Globo Rural*. Ganhou seis prêmios Esso e tem alguns livros publicados. Trabalha também em *Jornalismo*, *37/97*, um balanço da imprensa paulista desde a fundação do Sindicato dos Jornalistas, e um diretor.

Luis Fernando Veríssimo Casado com Lúcia Helena, três filhos. Mora em Porto Alegre e colabora com os jornais *Zero Hora*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, para os quais faz textos e tira. Também é redator da *TV Globo*. Vários livros de crônicas e cartuns publicados, e um romance. Tem livros traduzidos em espanhol e alemão. Toca saxofone num conjunto de jazz e toce pelo Inter-som.

Walter Firmo Nasceu no Rio de Janeiro, trabalhou nos jornais *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, revistas *Realidade* e da Bloch Editores, na *Voz e Inocê*. Foi diretor do Instituto Nacional de Fotografia da Funarte. Detentor de nove prêmios Nikon, do prêmio Esso de Jornalismo, numa série de cinco reportagens sob o título "Cem dias na Amazônia de Ninguém", e ainda do prêmio Goffinho de Ouro. Foi citado num verbete da *Enciclopédia Britânica* em 1971: "importante fotógrafo brasileiro no momento". Teve as mãos molhadas no concreto do muro da fama do MIS/RJ em 1995.

Emiliano José Foi repórter, chefe de reportagem, editor de política. Trabalhou na *Tribuna da Bahia*, no *Jornal da Bahia*, nas sucursais de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, sempre em Salvador, onde foi também correspondente da revista *Afonia*. Foi colaborador do jornal *Movimento* e um dos fundadores de *Em Tempo*. É autor, em parceria com Oldack Miranda, de *Lamarca*, o *Capítulo da Guerrilha*, atualmente na 14ª edição, e que serviu de base para os filmes *Lamarca*, de Sérgio Rezende, e *Portas de Fogo*, de Edgar Navarro. Escreveu, ainda, *Imprensa e Poder: Ligações Perigosas*, um ácido diagnóstico da imprensa brasileira. É atualmente articulista da *Tribuna da Bahia* e professor há catorze anos da Faculdade de Comunicação da *Universidade Federal da Bahia*.

Gabriel Garcia Márquez prêmio Noel de Literatura em 1982.

Figura 3 - Autores 1ª Edição - Caros Amigos Nº 1 – abril 1997, p. 4

Na página dos currículos, apresenta-se o nome do autor e, em seguida, na mesma linha, já se encontra o início dos dados de cada um. A partir da página cinco, começam as matérias, imagens, crônicas, artigos, reportagens e entrevistas, segundo a linha editorial que os participantes do evento discursivo propuseram desenvolver.

Passado algum tempo dessa primeira edição, segundo Pereira Filho,

Caros Amigos se firmou como trincheira do pensamento progressista, destoante do supérfluo e neoliberal meio jornalístico [...] A revista pode ser considerada como uma resposta editorial aos anseios e necessidades de informação de um público leitor permanentemente preocupado com os rumos de nossa sociedade, da nossa cultura e disposto a influir de alguma forma nesses rumos. (PEREIRA FILHO, 2004, p.27)

Após dez anos, com o término dos dois mandatos de Fernando Henrique, o entrevistado da capa de setembro de 2000, Luiz Inácio Lula da Silva, fora eleito e assumiu o poder. A partir dessa época, muitos integrantes da *Caros Amigos* não mais permaneceram na revista, outras pessoas ingressaram no corpo editorial e alguns “velhos amigos”, como Diogo Pacheco e Plínio Marcos, morreram nesse tempo. Porém, *Caros Amigos* continuou a simbolizar uma nova liberdade de ler e fazer jornalismo, abrindo espaço para publicações que vieram depois.

Sérgio Souza – que não gosta de dar entrevistas pessoalmente, mas apenas por correio eletrônico – em entrevista concedida à revista Carta Maior, em 2007, décimo ano de existência de Caros Amigos afirma:

Carta Maior – A Caros Amigos, quando surgiu, se destacou por conta dos nomes de peso do jornalismo, da cultura e da política que começaram a escrever na revista. Quem eram os "caros amigos" iniciais, e qual o seu propósito com a criação da revista?

Sérgio de Souza – a ideia de uma revista independente e de matérias de autor o perseguiram durante muitos anos, até que em 1997, como sócio de uma micro editora que fundou junto com outros “companheiros”, pude ver realizado o velho plano. Os "caros amigos" que participavam das primeiras reuniões de concepção da revista eram João Noro, Roberto Freire, Jorge Brolio, Francisco Vasconcelos, José Carlos Marão, Alberto Dines (que deu nome à revista), Hélio de Almeida e Mathew Shirts. A partir do número 1, ficaram apenas os quatro primeiros e Sérgio de Souza cujo propósito era criar uma publicação de interesse geral que se posicionasse contrariamente ao "pensamento único" que então transpirava de toda a grande imprensa do país, seguidora fiel do governo privatista de Fernando Henrique Cardoso. Ainda segundo o criador da revista, havia outras propostas para a Caros Amigos, como a de uma revista "futurista", que tratasse de um mundo novo oferecido pelo avanço galopante da tecnologia, ou uma revista para-literária. Ao final daquelas poucas reuniões acabou vingando sua ideia de criar uma publicação mensal, de autor, que partiria dos conceitos idealizados e que trouxesse reportagens, artigos, colunas, seções, humor, fotografia e uma grande entrevista que ele denominara de "explosiva", para brincar com a clássica "exclusiva", e que, aliás, se tornaria o prato forte de Caros Amigos. Todos os trabalhos publicados levariam assinatura, não seriam admitidos pseudônimos e os autores é que decidiriam que tema abordar, partindo de uma proposta simples: “fale sobre algo que o esteja incomodando muito ou agradando muito”. Somente as reportagens e a entrevista de capa eram decididas em reunião de pauta. O esquema funcionou e a revista continua de pé até hoje.

Carta Maior - Nas últimas décadas, várias iniciativas similares a Caros Amigos, veículos progressistas e independentes, acabaram fracassando depois de pouco tempo. Por que acha que Caros Amigos continua aí?

Sérgio de Souza - A fórmula do sucesso é um segredo de Estado que posso revelar a você com exclusividade: o amor à camisa. Não fosse a grande maioria dos autores, sobre os quais se assenta pelo menos a metade do conteúdo da revista, colaborarem sem receber um centavo, e ela

não teria chegado até aqui. Pois além de tudo a revista é descapitalizada de nascença. Sem contar as equipes de redação, do comercial e de administração, que trabalham por salários inferiores aos das editoras em geral. Um segundo segredo é a total liberdade de opinião dos autores das matérias, o próprio fato de a revista ter opinião e a independência quanto a patrões ou capitalistas.

Carta Maior - Como definiria a Caros Amigos politicamente?

Sérgio de Souza - Politicamente, Caros Amigos é uma revista de esquerda, como estamos declarando nos poucos anúncios que estamos conseguindo colocar na mídia (alguns poucos veículos, como a Rádio Eldorado, a MTV e uma ou outra revista). Imparcialidade é uma pseudo-virtude inventada para mascarar os interesses pessoais ou grupais dos proprietários ou concessionários dos veículos de comunicação. Um engana-trouxa que, com a velocíssima disseminação da informação que estamos vivendo, ilude, cada vez mais, menos pessoas.

Carta Maior - Caros Amigos é uma revista mensal, de grande circulação, tem um nome no mercado editorial. Por ser de esquerda, por trabalhar com colaboradores não-pagos, é um veículo “alternativo”?

Sérgio de Souza - Caros Amigos se coloca como uma publicação institucional e não alternativa pelas seguintes razões, como declarei recentemente em resposta a perguntas de Jornalistas & Cia.: ela pertence a uma editora registrada na Junta Comercial; ela tem seu título, Caros Amigos, registrado no Inpi - Instituto Nacional de Propriedade Industrial; ela é membro da Aner - Associação Nacional dos Editores de Revistas; ela tem periodicidade e chega às bancas do país inteiro por intermédio da Dinap - Distribuidora Nacional de Publicações, do grupo Abril, tida como a maior distribuidora de revistas do Brasil, sendo que isso ocorre religiosamente há 10 anos; ela tem uma tabela de preços do espaço publicitário a ser comercializado em suas páginas; ela é produzida por profissionais tanto na área editorial quanto na comercial e administrativa, na sede que tem endereço físico, paga aluguel, contas de luz, água e telefone; ela mantém um site na internet; ela já foi premiada por várias entidades de reconhecida expressão no cenário nacional, assim como o site; ela consome toneladas de papel e de tinta gráfica mensalmente; ela circula nos meios que pensam o país, como a universidade, os colégios (corpos docente e discente), as câmaras municipais e assembleias legislativas, os executivos municipais e estaduais, o judiciário, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.
(<http://www.cartamaior.com.br/.../materiaMostrar.cfm>?)

Enfim, conforme palavras do próprio editor da revista, Sérgio de Souza, nessa entrevista à Carta Maior, em 2007:

O maior o desafio dos veículos que pensam e trabalham no espectro das esquerdas no Brasil é manter a distância apropriada do poder, seja ele político-partidário, seja econômico. Distância apropriada no sentido de independência de opinião, que significa, no caso de Caros Amigos, ideias e colocações que não costumam fazer parte do universo da mídia grande, sempre conservadora e comprometida até as entranhas com o establishment. A revista Caros amigos foi pensada e adotada pela nata do jornalismo e da intelectualidade boêmia da esquerda brasileira mantém vitalidade após 10 anos, idade respeitável para veículos desta natureza.

3.3.3 Os cinco Textos/artigos (T) e seus autores- criadores

Conforme expusemos anteriormente, a seleção de textos do período de junho a novembro de 2002 deve-se ao fato de estes se constituírem uma cadeia de comunicação discursiva ininterrupta, em um período de efervescência dos conflitos e embates travados por diferentes instituições sociais que polemizavam a adoção do sistema de cotas na universidade brasileira.

Essa polêmica foi deflagrada logo que aconteceu a primeira adesão à lei das cotas, pela UERJ, momento em que os resultados obtidos no primeiro vestibular dessa universidade motivaram diferentes autores a se manifestarem em posicionamentos avaliativos e conflitantes diante da questão. Os autores dos artigos (autores-criadores) são agentes sociais, considerados intelectuais, reconhecidos por sua participação na vida social, política e cultural brasileira. São vozes representantes de lugares institucionais. Os autores das cartas são leitores que se manifestam em atitude responsiva e assumem, diante das outras vozes, uma posição de solidariedade ou de oposição.

Coletados de diferentes edições da revista *Caros Amigos* – edições de julho a novembro de 2002 – os artigos, engendrados no interior da revista, apresentam uma multiplicidade de relações dialógicas em que vozes advindas do espaço sócio-histórico e ideológico participam de embates e confrontos tensos com outras vozes, outras consciências. Os textos são os seguintes.

Texto 1 - T1: “Caminhos Tortuosos” (junho/2002, p. 13) escrito pelo jornalista César Benjamim, ocupa a totalidade da página 13. No sumário, que está na página 3, há o prenúncio: *César Benjamim vê desvio no sistema de cotas para negros*. César Benjamin é jornalista, editor e político brasileiro, um dos líderes históricos da esquerda recente no país. Cientista político por formação e também acadêmico e pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, com trabalhos nas áreas de política ambiental e economia. Tem o título de *doctor honoris causa* pela Universidade Bicentenária de Aragua, na Venezuela. Foi um dos entrevistados por Roberto Cabrini, Fernando Mitre e Antônio Teles, na edição do programa *Canal Livre* da TV Bandeirantes que foi ao ar no dia 31 de julho de 2005.

Nos anos 1970, César Benjamin militou na luta armada e foi preso político, cumprindo pena no presídio da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro. Com a Lei da Anistia, de 1979, voltou à atividade política e ajudou a fundar o Partido dos

Trabalhadores, em 1989. Coordenou a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em 1992, quando o petista foi derrotado por Fernando Collor. Rompeu com o PT ainda em 1995, após as primeiras revisões de posições históricas. No final dos anos 1990, fundou a Editora Contraponto, para divulgar obras de autores de esquerda. Em 2004, filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e, em 2006, concorreu ao cargo de vice-presidente da República do Brasil, na chapa da senadora Heloisa Helena, do PSOL. Tem as seguintes obras publicadas: *E o sertão, de todo, se apropriou à vida: um estudo sobre a seca no Nordeste*; *Diálogo sobre Ecologia, Ciência e Política*; *A Opção Brasileira*; *Bom Combate*.²⁶

Texto 2 - T2: “Ideologia Tortuosa” (julho/2002, p. 12) da autoria de Sueli Carneiro, diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra. No sumário dessa edição, na página 3, há o enunciado: *Sueli Carneiro continua a discussão sobre cotas para negros*. Sueli é doutora em Educação, feminista e fundadora do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, em 1982, órgão esse que motivou a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina - CECF/SP-, logo no ano seguinte (1983).

A chegada de Sueli Carneiro e de outras ativistas negras no corpo técnico do CECF/SP incentivou o debate sobre a realidade das afrodescendentes e contribuiu para que a luta contra a opressão de raça fosse incorporada ao conjunto de ações do órgão, culminando na criação da Comissão da Mulher Negra. Atualmente, Sueli é Diretora do Instituto da Mulher Negra - Geledés. Esse Instituto desenvolve um trabalho na áreas de saúde, de política e de direito, em relação à melhoria da situação geral do negro no país, em especial, da mulher negra. Sueli é também a responsável pelo Programa de Direitos Humanos - SOS Racismo, braço jurídico do Geledés, que oferece assistência legal gratuita a vítimas de discriminação racial em São Paulo. Além disso, promove campanhas de proteção da imagem do negro nos meios de comunicação²⁷.

Texto3 - T3: “Nosso bloco está disposto e é bonito, também temos o direito de desfilar na avenida” (setembro/2002, p. 18-19) da autoria de Samuel Aarão Reis, assessor da Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Nas palavras do autor, escritas em resposta à nossa solicitação de um

²⁶ Disponível em "http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A9sar_Benjamin". Acesso em 03 de março de 2009.

²⁷ Disponível em :www.geledes.org.br/.../9945-dre-sueli-carneiro--qle-racisme-produit-une-fausse-conscience-de-superiorite-q - Acesso em 15 de abril de 2009

minicurrículo, aqui estão seus dados: “Samuel Aarão Reis, 66 anos, nasceu no Rio de Janeiro. Banido durante a ditadura, fez mestrado em História na Universidade de Paris. Daí foi para Moçambique, onde trabalhou 4 anos no Ministério de Educação. Com a anistia voltou ao Brasil, indo morar na Bahia. Lá fundou o Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP), a Associação de Educadores das Escolas Comunitárias (AEEC), e foi assessor do projeto de educação do Ilê Aiyê. De volta ao Rio de Janeiro, nos anos 90, trabalhou no Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, na Secretaria de Direitos Humanos (Governo Benedita da Silva). Atualmente trabalha como assessor no Brasil da Kirkens Nodhhelp, entidade norueguesa que apoia projetos comunitários de ONGs e dos movimentos sociais em vários países do mundo”.

Texto 4 - T4: “Entre o sonho e a realidade” (setembro/2002, p. 20) escrito pelo paulista Marcos Frenette, jornalista e escritor com passagens pelas revistas *Caros Amigos* (na função de secretário de redação), *Saber* e *Bravo* (como colaborador). Publicou o livro “Preto e Branco: a Importância da Cor da Pele” em que faz um estudo sobre a questão racial no Brasil. Nessa obra, Frenette faz uma abordagem do tema de forma direta e objetiva, sem se deter em números ou dados técnicos. Sua análise prioriza a história das relações raciais no país, as questões cotidianas e os aspectos psicológicos que envolvem os pretos e os brancos. As reflexões do jornalista levam o leitor a repensar os conceitos que dizem respeito ao racismo. Também publicou “Os caiçaras contam”, uma obra que traz fotos e documentos, novos e antigos, os quais dialogam em histórias contadas por 31 moradores da cidade de Ubatuba. Trata-se de um trabalho de resgate iconográfico e de memória oral. O livro relata as transformações ocorridas na vida caiçara, no século XX, evidenciando o percurso histórico que fez com que o Litoral Norte paulista se tornasse o que é hoje. Tudo isso relatado pela voz de quem viveu a história e ilustrado pelas fotos e documentos resgatados pelo autor. Marco Frenette recebeu o prêmio Vladimir Herzog, em 1999, pela reportagem que fez sobre a violência do governo estadual do Paraná para com o Movimento dos Sem-Terra (MST).

Texto 5 -T5: “Racismo não” (setembro/2002, p. 21-22) do mesmo autor do texto 1 - T1 - César Benjamin, jornalista (cf. T1). No sumário, página 3, da edição de setembro, mês em que saíram esses três últimos artigos (T3, T4 e T5) há o

enunciado: “*Debate: as cotas para negros. César Benjamin (contrário) responde a Sueli Carneiro, Samuel Aarão Reis, e Marcos Frenette (a favor)*”.

Na página 18, onde se inicia o primeiro desses três textos, há, na parte superior, a epígrafe: *Debate quente – Negros*, e, no canto inferior, do lado esquerdo da página, a seguinte nota explicativa:

Na Caros Amigos de junho último, César Benjamin escreveu um artigo ("Tortuosos Caminhos") sobre a adoção de cotas para negros no serviço público (20 por cento). Na edição seguinte, julho, Sueli Carneiro, diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra, rebateu os argumentos de Benjamin. Ao mesmo tempo, dois outros estudiosos do tema – Samuel Aarão Reis e Marco Frenette – enviavam para a redação textos também criticando a posição de nosso articulista. São os que publicamos agora, juntamente com a resposta tríplice de Benjamin.

Os textos mencionados são enunciados concretos, unidades verbo-visuais produtoras de sentido, pertencentes à esfera jornalística e ao gênero artigo de opinião. A arquitetura que circunda os elementos que os compõem - conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional - são característicos de um artigo de opinião em que os autores argumentam, defendem pontos de vista, fazem avaliações apreciativas, lançam mão de outras vozes que serão refutadas e de outras que serão aceitas e assimiladas

Nos textos em análise, os interlocutores se atacam polemicamente, ora com uso de estratégias em que o discurso do outro permanece fora dos limites do discurso do autor, mas é por ele repellido. Ocorrem mudanças da semântica das palavras, fazendo surgir um segundo sentido. Trata-se da *polêmica velada*, um tipo de discurso que não pode ser entendido de modo completo e essencial se se levar em conta apenas a sua significação concreta direta (BAKHTIN, 1963/2002, p. 196). Ora a palavra alheia é tomada de forma evidente como objeto a ser refutado pelo autor, sem ocultação da repelência das palavras do outro.

Esses textos são compostos por um título, que ocupa a parte superior da página, e que se destaca pelo tamanho e pelo tipo das letras. Abaixo do título, há o nome do autor e, na parte inferior da página, no canto direito, as credenciais desse autor.

Na página do primeiro texto, logo abaixo de seu título, há esboços de rostos em preto e branco, ora mostrados de frente, ora mostrados de perfil. No segundo, não há imagens e, nos três últimos, em cada canto esquerdo da página, em toda a

sua extensão vertical, há as letras que formam a palavra NEGRO, ou seja, em cada página há uma letra. Na primeira, a letra N, e assim sucessivamente. As letras são diagramadas em caixa alta e preenchidas de preto. O primeiro, o segundo e o quarto artigos ocupam uma página inteira, e o terceiro e o quinto, duas páginas inteiras. A composição gráfica de cada texto está exposta no capítulo de análises.

3.3.4 As seis Cartas de Leitores (CL)

As cartas foram coletadas na seção *Caros Leitores* que, como o próprio nome indica, destina-se a reproduzir as cartas enviadas pelos leitores à redação, inserindo-as em colunas que apresentam um título específico, conforme mencionamos a seguir. De modo geral, os autores das cartas selecionadas tomam o discurso do outro para com ele dialogar de forma a emitir apreciações, interpretações, matizando-o com suas entonações expressivas, seu humor, sua ironia, sua adesão ou sua denegação.

Conforme especificamos na seção 3.2, onde explicamos a cadeia de endereçamento, as cartas aparecem na seguinte sequência:

Na edição de agosto/2002, p. 6, cuja coluna traz o título “*Negros*”, coletamos a CL1 – da autoria de H.F.O., estudante de direito e de M. V. W., farmacêutica, de local não identificado.

Em outubro/2002, p. 6, na coluna de título “*Cotas para Negros*”, são três as cartas publicadas: CL2 – escrita por E. G., estudante de medicina, Recife - PE; CL3 – escrita por J. S. - cuja profissão não foi identificada, habitante de Feira de Santana – BA; e a CL4 – escrita por P. R. R. S., identificado como professor/diretor de escola municipal, da zona rural de Correntina – BA.

Na edição de novembro/2002, p. 7, sob o título “*Ainda as cotas*”, coletamos as cartas: CL5 - escrita por G. B. C., estudante de curso profissionalizante, e CL6 – escrita por C. A. S. G., identificado como graduado em Administração Pública, com mestrado em Ciências Políticas e com endereço eletrônico.

Tais textos são enunciados concretos, unidades verbais produtoras de sentido, pertencentes à esfera jornalística e ao gênero carta - mais especificamente uma carta-opinião. De modo geral, as cartas de leitores enviadas a revistas e periódicos jornalísticos expressam opinião sobre matérias publicadas anteriormente,

fazem solicitações, emitem sugestões e têm características comuns: contato inicial, núcleo e despedida, ou seja, possuem conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional de discurso dialogal que retoma a fala de algum texto ou mesmo de um outro leitor e, a partir dele, constroi o seu discurso. Nesse tipo de carta - *carta-opinião* – geralmente os leitores se dirigem clara e diretamente à revista, mencionando seu nome e alguma de suas características, ou algum elemento apresentado em edições passadas.

3.3.5 As seis Capas da revista - C

As capas da revista *Caros Amigos*, que foram analisadas, pertencem, respectivamente, aos mesmos meses a que pertencem os artigos e as cartas de leitores que foram selecionados. Portanto, todas são do ano 2002: C1 – junho; C2 – julho; C3 – agosto; C4 – setembro; C5 – outubro e C6 – novembro.

Tais capas são enunciados concretos, unidades verbo-visuais produtoras de sentido, pertencentes à esfera jornalística. Cada capa da revista constitui um enunciado formado pela combinatória de várias sequências - tanto verbais como visuais. Os sentidos do conteúdo que as compõem são constituídos a partir da relação dialógica entre: projeto gráfico - cores, sombras, foco, luz -, “chamadas” e imagens.

Há certos elementos verbais que, de modo geral e com certa regularidade, compõem essas capas, tais como: título da revista; número da edição; data; nome dos articulistas e os enunciados de “chamada”. Uma dessas “chamadas” ganha destaque diante das outras – ora é a Entrevista Explosiva, ora outra matéria que será veiculada no interior das páginas. Os créditos do periódico: ano, número, data e preço ficam dispostos acima do nome da revista, no canto à direita.

O nome da revista *Caros Amigos* localiza-se na parte superior *da capa* e é grafado com letras minúsculas, excetuando a letra “C” de “Caros”, que aparece em caixa alta. A cor do nome da revista varia em cada mês, dependendo do componente imagético e dos elementos gráfico-textuais.

As capas fazem parte de uma cadeia verbal em sua relação com o que vem dentro, naquele momento: capa, editorial, sumário, texto (todo), cartas, respostas e ressonâncias.

Na parte inferior encontram-se os nomes dos articulistas e colaboradores citados um após outro, em caixa alta de um milímetro, identificados apenas pela cor ora clara ora escura, intercalada de um nome para o outro, que é a forma da diagramação (*layout*) da capa da revista. Esses aspectos, associados aos outros, tanto verbais como verbo-visuais, é o que lhe dá certo caráter estável, e lhe garante o reconhecimento junto aos seus leitores.

Dentre os elementos não verbais que constituem as capas há, sempre em evidência, estes componentes: uma imagem de pessoa em atitude expressiva; a diagramação; o formato, o tamanho e as cores das letras; a formação dos enunciados de “chamada” e um código de barras.

Nem sempre o leitor percebe todos esses recursos verbo-visuais, mas todos são constitutivos dos sentidos, o que pode ser melhor compreendido por meio das explicações de dois autores: se a imagem fotográfica nasce da observação de uma realidade que está contida em uma estrutura cultural, “ela vem carregada de significados, de fragmentos que deverão ser moldados em um relato único e revelador. A imagem comunga com o texto para nos fazer melhor compreender e elaborar uma análise desses significados” (ANDRADE, 2002, p. 52). “Um objeto presta testemunho de si mesmo na imagem que oferece, e sua profundidade está nas complexidades dessa imagem” (HILLMAN, 1999, p. 15).

3.4 Coleta de dados e método de análise

Os dados foram coletados a partir dos seguintes procedimentos: a) cópia xerografada dos cinco artigos; b) cópia das seis cartas de leitores; c) cópia escaneada das seis capas da revistas; d) solicitação do primeiro número da revista à editora *Casa Amarela*; e) recebimento pelo correio postal do número solicitado; f) cópia escaneada da capa e do editorial da primeira edição que recebêramos pelo correio.

Com o objetivo de dialogar de forma intensa com os dados coletados e compreendê-los de forma mais profunda, tiramos várias cópias impressas para que, durante a leitura, pudéssemos marcar, sublinhar e destacar, com canetas de cores diversas, as regularidades, as invariáveis e as constantes, para posteriormente

registrar as marcas verbais e verbo-visuais que desempenham função relevante na construção dos sentidos.

Embora cientes de que o propósito enunciativo de uma certa arquitetura discursiva só pode ser reconhecido a partir do todo do enunciado, elegemos algumas etapas para nossas análises, sem que isso se configure como uma fragmentação. Ao contrário, cuidamos de organizar e assegurar um fio condutor, cientes de que todos esses aspectos se encontram intrinsecamente ligados. Estamos atentos ao enunciado concreto: um elo na ininterrupta cadeia da comunicação discursiva.

Pautando-nos pela perspectiva do dialogismo, optamos por um caminho de análise que articula e privilegia as relações dialógicas polêmicas entretecidas entre os interlocutores, além do diálogo entre a materialidade linguística e o contexto sócio-histórico, e entre os elementos verbais e verbo-visuais, tendo em vista o modo como o objeto do discurso é tratado no enunciado, como se dá a sua construção e como se dá a construção dos sentidos

No primeiro momento, analisamos as capas - enunciados concretos - destacando na materialidade linguística, na composição gráfico-textual, nas chamadas, nos títulos, nas imagens, entre outros, os mecanismos linguístico-discursivos que evidenciam as interrelações dialógicas entre enunciadador e destinatário e os discursos que atravessam esses enunciados.

Em seguida, analisamos os artigos e posteriormente as cartas de leitores, identificando as marcas de instauração dos sujeitos participantes do evento discursivo, a presença de outras vozes advindas de diferentes esferas da comunicação discursiva, as formas de apreensão e de citação do discurso do outro, as entonações avaliativas, as réplicas polêmicas de orientação velada e de orientação aberta.

Acreditamos que o rastreamento dos recursos sintáticos e das *escolhas lexicais*, das sinalizações retóricas, dos posicionamentos avaliativos, possibilitar-nos-á entrever a presença de discursos alheios, mesmo que estes não estejam claramente expostos.

Abrimos parênteses, aqui, para explicar que optamos por utilizar o termo *escolha* (lexical), em vez de *item* (lexical), porque estamos tratando de discurso, de enunciado – unidade real de comunicação discursiva - segundo as abordagens da teoria dialógica de Bakhtin e seu Círculo. De acordo com essa perspectiva, o

enunciado é construído com auxílio das unidades da língua (palavras, combinações de palavras, orações) , mas, diferentemente da oração, implica um posicionamento valorativo do falante diante do objeto e do sentido do seu enunciado (seja qual for o objeto) que determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais que irão compor o enunciado. Quando o falante escolhe uma determinada unidade da língua, o faz considerando o ponto de vista do enunciado inteiro que se apresenta à sua imaginação discursiva e determina aquela escolha. Segundo a perspectiva bakhtiniana, se uma palavra isolada é pronunciada com entonação expressiva, já não é uma palavra, mas um enunciado acabado, expresso por uma palavra. Quando escolhemos as palavras para o enunciado, “é como se nos guiássemos pelo tom: escolhemos aquelas que pelo tom correspondem à expressão do nosso enunciado e rejeitamos as outras [...] A entonação expressiva é um traço constitutivo do enunciado” (Bakhtin, 1979/2003, p. 290-291).

Após leituras e releituras, reflexões e análises a respeito do modo como se dá a construção do discurso sobre o sistema de cotas na revista *Caros Amigos*, e como ele se insere no debate sobre a exclusão/inclusão do negro na sociedade brasileira, buscamos algumas conclusões.

Apresentamos, até aqui, o trajeto percorrido na construção desta pesquisa: a percepção do objeto em um momento de conflitos e de embates discursivos; momento em que fora colocado em cena a adoção do sistema de cotas, o que fez vir à tona o problema da exclusão do negro na sociedade brasileira; o tema passando a ser amplamente divulgado pelos principais órgãos da mídia impressa nacional. E, diante disso, a nossa opção pela revista *Caros Amigos* - revista diferenciada, alternativa, de cultura – e o foco dirigido para a teoria dialógica de Bakhtin e seu Círculo.

Fazendo andanças pelos caminhos do dialogismo bakhtiniano, percorrendo trilhas do enunciado concreto - construído na interação verbal entre os sujeitos discursivos – e direcionando nosso olhar para a forma como os interlocutores se constituem, como se dirigem ao outro, como apreendem e citam o discurso alheio e como os sentidos são construídos, fizemos nossas análises.

CAPÍTULO 4

A PRESENÇA DO(S) OUTRO(S) NO DISCURSO DE UM(NS)

*O lugar é uma forma de linguagem .
Lugar que narra a existência do ser.
Lugar que significa as mutações humanas.
Lugar que recorda o passado e propõe o futuro.
Lugar que historia a vida humana.
Percorrer lugares é refazer a existência,
é refazer a história.
O lugar responsabiliza o homem.
O espaço onde atravessam acontecimentos,
valores informações é o espaço da elaboração da palavra.
Da palavra dita e da palavra silenciada.
Da informação vista e do segredo calado.
Do gesto que confirma e que contesta.
Da atitude que aponta e desaponta.
O espaço da pesquisa, da convergência, da divergência.
O espaço da lucidez, da definição.
O espaço que abre estradas para as consciências.*

Juvenal Arduini

Nosso objetivo, neste capítulo, é analisar, sob a perspectiva da teoria dialógica bakhtiniana, a polêmica instaurada entre interlocutores da revista *Caros Amigos*, a respeito da política de cotas, e explicitar formas de presença do discurso do outro nos textos selecionados. Consideramos que na arquitetura discursiva dessa revista entrelaçam-se elementos verbais e verbo-visuais que se articulam em interações dialógicas situadas não apenas no contexto imediato, mas também em um contexto sócio-histórico mais amplo. Assim sendo, é na tessitura da interrelação dinâmica desses elementos que podemos identificar como os sentidos são construídos.

Nossas análises não seguirão um percurso linear, nem estão atreladas à ordem estritamente cronológica, mas serão engendradas em um conjunto arquitetônico de tessitura dialógica. Como os finíssimos fios de uma teia que se expandem em ramificações e que se esvoaçam em contornos de múltiplos desenhos entrelaçados, o enunciado concreto, “surgido num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação” (BAKHTIN, 1975/2002, p. 86).

A imagem que se nos apresenta para as análises é bem aquela mencionada pelo filósofo russo, ao comparar o enunciado com uma mônada de Leibniz, “que

reflete o processo do discurso, os enunciados dos outros, e antes de tudo os elos precedentes da cadeia (às vezes os mais imediatos, e vez por outra até os mais distantes – os campos da comunicação cultural) (BAKHTIN, 1979/2003, p. 229).

Dentre as várias maneiras de construção do enunciado concreto, percebemos que, na apreensão e transmissão do discurso do outro, os autores fazem uso do discurso citado não só nas formas comuns de discurso direto e de discurso indireto, mas também em outras formas de contornos menos aparentes.

Nossas análises estão fundamentadas nas formas de apreensão e de citação do discurso do outro que se encontram desenvolvidas nos estudos de Bakhtin e seu Círculo: em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995); em *Problema da Poética de Dostoiévski* (Bakhtin, 1963/2002), principalmente no capítulo “O Discurso em Dostoiévski”; e em “O discurso no romance”, especialmente no ensaio “O plurilinguismo no romance”, da obra *Questões de literatura e de estética* (BAKHTIN, 1975/2002).

Levamos em conta o enunciado concreto - elemento primaz de nossas reflexões - desfibrilando-o nos múltiplos e indissociáveis aspectos que o compõem, analisando primeiramente as capas, em seguida os artigos e posteriormente as cartas de leitores, levando em consideração os aspectos sócio-históricos que circundam os sujeitos, os discursos e os sentidos envolvidos no embate sobre o sistema de cotas.

Enfim, a análise do corpus, segundo a teoria dialógica de Bakhtin e seu Círculo, foi feita no sentido longitudinal, considerando, portanto, que cada texto é um enunciado concreto, tem um acabamento, situa-se numa cadeia verbal, responde a outros enunciados e convoca a resposta de outros.

Analisamos o funcionamento de cada um dos textos como um discurso individual para verificar seu caráter de responsividade: como responde ao anterior e como convoca o outro num acontecimento que está em circulação no ambiente sócio-cultural, marcado por polêmicas, contradições, embates, apreciações, valores, em uma sociedade que se transforma e que busca construir identidades sociais, em um momento de mudança de governo e de expansão social e econômica.

4.1 A construção discursiva do sistema de cotas

4.1.1 As capas

Consideramos que a composição dos elementos visuais - as imagens, associadas aos componentes linguísticos - constituem um grande enunciado verbo-visual que, situado em uma temporalidade sócio-histórica, funciona como mecanismo enunciativo-discursivo, carregado de apreciações, de entonações avaliativas e, portanto, de sentidos. Assim, o todo verbo-visual nos mostra caminhos de análise e desvela a construção de sentidos: “é impossível entender o enunciado concreto sem que se esteja familiarizado com seus valores, sem que se entenda a orientação de suas apreciações no horizonte ideológico” (BAJTIN/MEDVEDEV, 1928/1994, p. 121).

Estruturadas em tempo e espaço específicos e inseridas na ininterrupta cadeia de comunicação discursiva que polemiza a adoção do sistema de cotas em instituições públicas brasileiras, as capas foram analisadas levando-se em consideração os aspectos verbais - títulos, subtítulos, chamadas, marcas textuais específicas – e os aspectos verbo-visuais - diagramação, cores, imagens.

Propusemo-nos a analisá-las separadamente, mas considerando-as como teias dialógicas que vão tecendo seus fios, entrelaçando-se umas às outras e construindo os sentidos.

Nesse sentido, retomamos o contexto do debate sobre as cotas instaurado na sociedade brasileira, por ocasião da aprovação, em novembro de 2001, da Lei Estadual nº 3.708 de 09/11/ 2001, que institui a cota mínima de até 40% para as populações negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. Nessa época, a *Caros Amigos* se insere no debate ao publicar uma série de textos que polemizam o tema.

O movimento de endereçamento de réplicas, entre autor e destinatário, deu-se com a publicação, na edição de junho/2002, do artigo “*Caminhos Tortuosos*”, (Texto1-T1) de César Benjamim, contrário à política de cotas. No mês seguinte – julho/2002 – a revista publica o texto “*Ideologia Tortuosa*” (Texto2-T2), de Sueli

Carneiro, que refuta o discurso de César Benjamim e posiciona-se favoravelmente às cotas.

Em setembro/2002, a revista traz, na mesma edição, as réplicas de Samuel Aarão Reis - "*Nosso bloco está disposto e é bonito, também temos o direito de desfilar na avenida*" (Texto3-T3), e de Marcos Frenette - "*Entre o sonho e a realidade*" (Texto4-T4), ambos também refutando o texto de César Benjamim e posicionando-se favoráveis às cotas. Nesse mesmo número, a revista publica o texto de César Benjamin, com o título "*Racismo não*" (Texto5-T5), em atitude responsiva ativa aos três opositores (Sueli Carneiro, Samuel Aarão e Marcos Frenette).

Nos meses de agosto, outubro e novembro, a revista publicou as cartas de leitores que assumem posicionamentos diversos: ora a favor, ora contra as cotas, ora solidarizam-se, ora refutam os posicionamentos publicados nos números anteriores.

Sendo o mês de setembro o ponto alto do debate sobre as cotas, veiculado pela revista, elegemos a capa desse mês para iniciar nossas análises e dela puxar os fios para as capas dos outros meses. Abster-nos-emos da descrição das regularidades que fazem parte da composição gráfico-textual das capas, uma vez que já o fizemos no capítulo de procedimentos metodológicos. Algumas vezes, acionamos enunciados do editorial e do sumário porque consideramos que, embora eles não façam parte de nosso corpus, são elementos importantes na contextualização da capa que está sendo analisada e dos sentidos que vão sendo construídos no todo do enunciado concreto.

Capa 4 – C4

A capa escolhida como eixo de onde emanarão as outras capas é a do mês de setembro, quando a revista deu maior destaque à questão das cotas. Esse número veicula três textos, sendo um de jornalista do corpo editorial da revista (a favor das cotas) e os outros dois de pessoas autorizadas da sociedade brasileira (contra as cotas).

Sendo um elo na cadeia de comunicação discursiva - um enunciado concreto - a capa C1, do mês de setembro, apresenta em sua composição gráfico-discursiva

elementos que apontam para o ponto alto da participação da revista na ininterrupta cadeia do debate sobre as cotas que perpassava, na época, os noticiários dos principais órgãos de comunicação nacional. Segundo a teoria bakhtiniana, um enunciado sempre responde a outro enunciado. Assim, a capa do mês de setembro da *Caros Amigos* já está respondendo a enunciados anteriores e antecipando possíveis respostas. Ou seja, o mecanismo enunciativo de instaurar o objeto do discurso na situação de produção e de circulação da revista responde ao destinatário e convoca novas atitudes responsivas. Quem é o destinatário real? Quais são os destinatários presumidos? O que pode significar essa capa? Quais são os objetivos do enunciador? Que sentidos serão construídos?

A capa traz a imagem ampliada do rosto de um jovem negro que destaca bem os seus traços típicos: nariz e lábios grossos, e a cor da pele escura refletida no fundo branco da capa.

Seu olhar brilhante é convocativo e firme - não aparenta estar olhando em um objeto qualquer, mas mantém-se dirigido à câmara, ao leitor (nós), demonstrando viveza, afeto (ou emoção?). Em sentido vertical, a imagem ocupa metade do espaço da página e as chamadas, construídas em diferentes tamanhos e em diferentes nuances do marron ao amarelo, estão dispostas na outra metade, em harmonia com a tonalidade da pele do jovem negro.

O equilíbrio imagético sugere que lhe fora dado um tratamento técnico de comunicação visual. Além desse recurso, a disposição dos elementos verbo-visuais, as chamadas, as letras, as cores, as formas, os tamanhos, são constituintes que apontam para o posicionamento do enunciador diante do objeto do discurso e, portanto, para a construção dos sentidos.

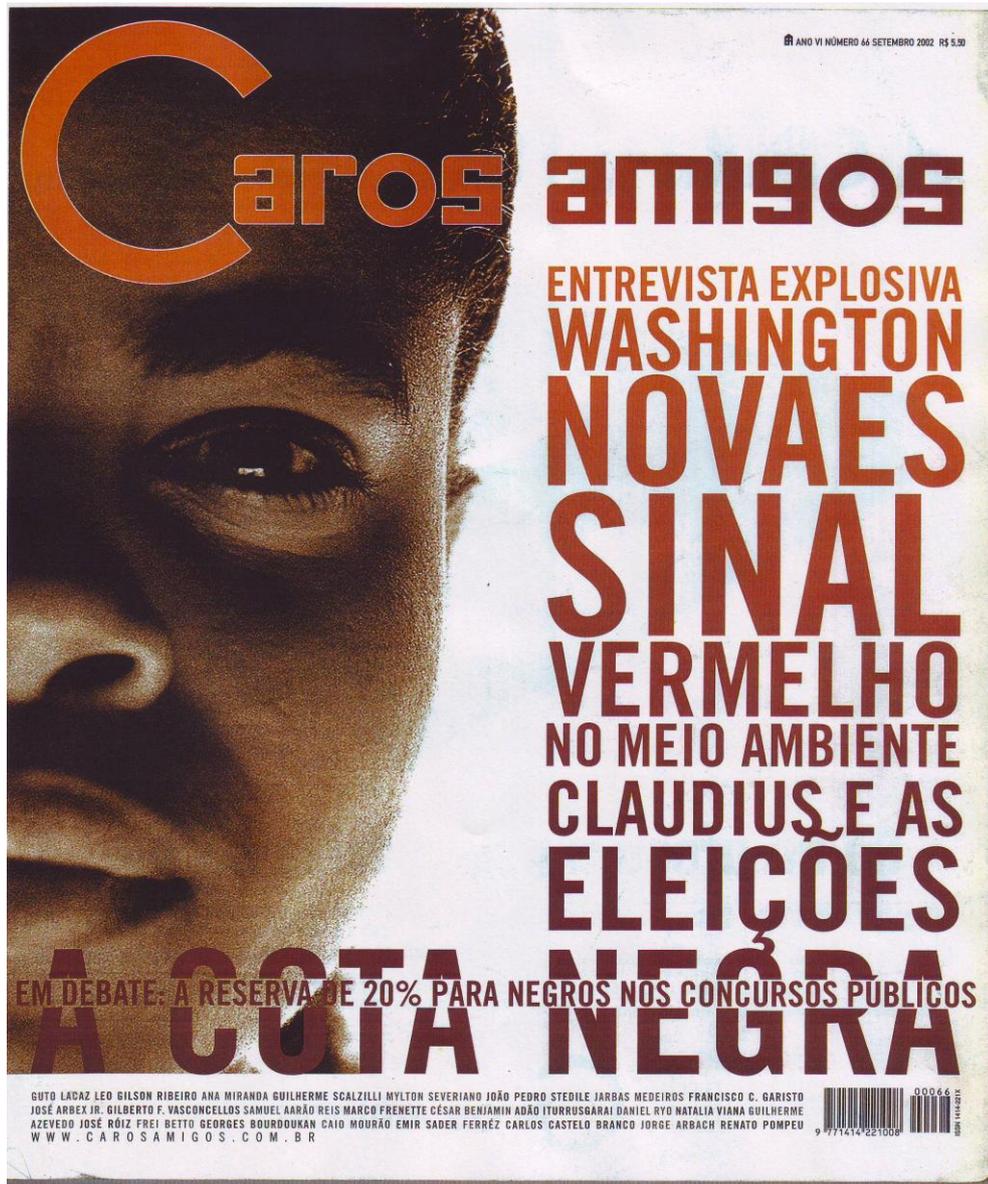


Figura 4 - Capa 4 C4 – Caros Amigos- setembro, 2002

Exposto do lado esquerdo da capa, em toda a sua verticalidade, o rosto do jovem negro (parte da cabeça, parte da testa, um olho, metade do nariz e metade da boca) se sobressai no plano de fundo branco. Essa composição parece convocar e intensificar o sentido da questão da identidade negra espelhada no material que compõe o corpus. Quem é esse jovem negro incluído nesse lugar de destaque – a capa de uma revista de cultura de circulação nacional? Por que só a metade do rosto? Como é visto pelos interlocutores? Como ele se vê? Que lugar, na sociedade brasileira, ocupará a metade oculta de seu rosto? Como o negro é incluído/excluído na sociedade?

Observando a nuance cromática, percebemos, de imediato, que a tonalidade amarela imprime um destaque especial ao rosto do jovem. Essa percepção é explicada por Guimarães (2003b), ao dizer que a cor amarela, dentre as cores primárias e secundárias, é a que apresenta maior luminosidade e por isso chama mais a atenção do leitor. Pela luminosidade intensa, pressupõe-se que sobre seu rosto paira um holofote, um refletor. O plano de fundo branco, contrasta com o tom de pele do jovem cujos traços são também destacados pela iluminação.

Segundo Dondis (2000, p. 23), as técnicas de comunicação visual manipulam os elementos visuais em resposta ao caráter daquilo que está sendo concebido e ao objetivo da mensagem, sendo o contraste “o aguçador de todo significado e definidor básico das ideias”. Assim, consideramos que, como resultado da manipulação das técnicas de comunicação visual, a composição imagética da capa permite entrever interrelações discursivas marcadas por entonações avaliativas e, portanto, portadoras de sentidos e ideologias. Que atitude responsiva o autor espera do leitor para com o objeto do discurso? De cumplicidade? De refutação?

Cientes de que a fotografia supõe uma pluralidade de significados e que “proporciona história instantânea, sociologia instantânea e participação instantânea, evidenciando não só o que ali está, mas o que alguém vê; não só um registro, mas uma avaliação do mundo” (SONTAG 1981, p. 74-102), entendemos que o efeito do contraste branco (toda a capa) e a metade do rosto (jovem negro), com a luminosidade ressaltando o seu rosto, pode significar que, no mundo branco, o negro ainda não tem uma identidade totalmente construída. Mas, estará o enunciador mostrando-se solidário ao personagem?

A capa mostra, em movimento descendente, o nome da revista *Caros amigos*, na extensão horizontal, em tom de ocre/amarelo, começando na testa do jovem e se estendendo para a direita. Abaixo, não mais sobre a imagem do rosto, surgem as “chamadas”, em letras de diferentes tamanhos, em nuances de cores do mesmo campo cromático - da cor terra, ocre, ao marrom - combinando com a cor da imagem iluminada do rosto do jovem negro. Essas chamadas compõem-se de oito linhas dispostas em simetria.

Na parte inferior, saindo do queixo do jovem, há a chamada principal desse número da revista: A COTA NEGRA. Esse enunciado, posto dessa maneira, produz um diferente efeito de sentido: com letras em caixa alta, de três centímetros e meio, encontra-se dividido em duas partes, sendo que no meio do título encaixa-se um

segundo enunciado referente ao tema, com letras também em caixa alta, mas bem menores que as do título principal (*A cota negra*). São letras que não chegam a um centímetro de altura, e ocupam toda a extensão horizontal da revista. Tal enunciado, que se sobrepõe ao principal, é: *Em debate: a reserva de 20% para negros nos concursos públicos*.

Nesse jogo linguístico-enunciativo-discursivo, resta uma opacidade que nos faz direcionar o olhar para outro ângulo. Percebemos que no enunciado maior: A COTA NEGRA – em que o adjetivo negro caracteriza o substantivo cota - há indícios de uma *bivocalidade*, já que em um só discurso ocorrem duas orientações semânticas, duas vozes; “a palavra tem duplo sentido, voltado para o objeto do discurso enquanto palavra comum e para o *outro discurso*, para o *discurso de um outro*” (BAKHTIN,1963/2002, p.185).

Há uma mudança na semântica da palavra, fazendo advir um segundo sentido, cuja orientação está centrada no discurso do outro. Na construção “Cota negra” ressoa um colorido polêmico, uma entonação avaliativa que tem sentido diferente do enunciado *Cota para negros*. Há indícios de uma orientação voltada para refutar, de forma velada, por antecipação, a ideia de que o sistema de cotas não é algo “transparente”, “sem mancha”, “branco”, (por oposição ao adjetivo “negra”, determinante do substantivo “cotas”).

No dicionário Aurélio (1983), encontramos significações para a palavra “negro”, situadas em dois polos. No primeiro, as acepções “preto”, “triste”, “melancólico” e “lutuoso” que, se comparadas ao adjetivo “negro”, parecem apresentar uma entonação mais branda. Já no outro extremo as denotações “sujo”, “maldito”, “sinistro”, “perverso”, atribuídas à palavra negro são portadoras de uma apreciação marcada por tonalidades que produzem um sentido de negatividade. Poder-se-ia, então, entender o significado de cota “negra” com a entonação avaliativa de negatividade que recai sobre esse adjetivo? Seria a cota “suja”, “maldita”, “sinistra”, “perversa”?

Da mesma forma, esse enunciado pode dar margem a outras interpretações. É a cota que se tornou ou é (?) negra? Se se tornou negra, pode-se interpretar que foi ou é o debate que a tornou ou a torna negra. Se é negra, significa que ser contra as cotas é ser racista? Essa transgressão verbal, esse jogo com as palavras, na capa, polariza mais o debate e o sentido é de uma interpelação ao público leitor que, então, não deverá ser a favor das cotas, pois se assim o fizer estará sendo

preconceituoso? Seria cota “preconceituosa” nessa chamada de capa? “A cota negra (preconceituosa?) envolve a reserva de 20% para negros nos concursos públicos”.

Assim, podemos dizer que a capa - um enunciado concreto que se constitui como fios entrelaçados de uma grande tapeçaria - em sua composição gráfico-discursiva (foto, chamadas, disposição dos elementos, cores, sombras, tamanhos, entre outros) e os discursos que a atravessam, aponta para o posicionamento do enunciador diante da questão das cotas e da inclusão/exclusão do negro na sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, esses diferentes discursos levam o interlocutor a refletir sobre a questão da formação do povo brasileiro, o que revela a *memória* construída pela história, e aponta para dados de uma constituição cultural fundada na heterogeneidade.

E nos fios dessa inacabável teia, podemos voltar ao passado e visualizar os embates, as tensões e os conflitos que perpassaram a constituição do povo brasileiro e que ainda perpassam as transformações daí advindas. Revive-se a questão da controvérsia a respeito do conceito de “raça” humana; as questões sobre a sociedade escravocrata e os reflexos ainda existentes nos dias atuais. Não podemos deixar de citar o filósofo russo nesse momento: “o gênero vive do presente mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo. É o representante da *memória* criativa no processo de desenvolvimento (BAKHTIN, 1963/2002, p. 106). História e memória são constituintes dos sujeitos e dos discursos.

Capa 1 – C1

A capa escolhida como a número dois de nossas análises é a da edição do mês de junho/2002. É a que traz o primeiro artigo da série - Texto 1 - T1, *Tortuosos Caminhos* – de César Benjamim. Artigo esse que instaurou o debate sobre o sistema de cotas na *Caros Amigos*.

Essa capa tem um fundo de cor cinza – cor neutra - em toda a sua extensão, o que contribui para não diluir ou dispersar os signos ali estampados. No que diz respeito à composição gráfico-discursiva, a capa traz, quase que de forma centralizada, mas um pouco mais à direita, a imagem do artista plástico Gershon

Knispel²⁸ – judeu pró-estado palestino, ativista pela paz entre Israel e Palestina. A imagem está acompanhada do enunciado verbal: “O que é ser judeu?” Esse enunciado encontra-se logo abaixo do nome do judeu, para apresentá-lo como sendo o entrevistado da *Entrevista Explosiva* da edição – a qual constitui-se o carro chefe da publicação em cada mês. Grafado na cor branca, esse enunciado destaca-se da extensão cinza da capa inteira.

Na época da entrevista, Gershon Knispel encontrava-se no Brasil em ativismo para com o movimento pró-Palestina e iria reunir-se com intelectuais e artistas, judeus e árabes, em prol da defesa da causa que lhe estava custando perseguições e ameaças. Ao movimento que empreendera, Knispel deu o nome de “*Portas Abertas – Dois Estados para Dois Povos, Palestinos e Israelenses*” cujo lançamento oficial dar-se-ia no dia 25 de junho de 2002, no Teatro do Tuca, na PUC, na mesma noite de lançamento do livro-reportagem de José Arbex Junior – outro colaborador da revista *Caros Amigos* - livro este sobre a guerra de Sharon para a série da revista denominada *História Imediata*.

A foto de Knispel – de autoria do fotógrafo Bob Wolfenson, que fora, na época, admitido na equipe de colaboradores da revista - apresenta-se na posição frontal, um corpo maciço, denso, em uma postura firme, quase simétrica, em uma verticalidade que ocupa toda a extensão da capa. O corpo é preservado na força maciça do bloco, em um contorno nítido, como um bloco à parte, bem separado do texto, em um sentido de unidade, de corpo unitário que não se mistura com a opacidade do fundo escuro da capa e que produz um efeito de sentido em relação à pergunta que espera uma resposta: “O que é ser judeu?” É como se o corpo, o bloco, o judeu da capa estivesse, sem vacilações, afirmando sua identidade, em atitude responsiva ativa: “Eu”!

²⁸ De origem judaica, a família Gershon Knispel fugiu da Alemanha nazista para a palestina, em 1935, quando ele tinha apenas dois anos de idade. Passou a infância e a adolescência no convívio com árabes palestinos em Haifa, território que alguns anos depois seria delimitado pela ONU para a formação do estado judeu. Em 1957, depois de vencido o período difícil da formação de Israel e de seu reconhecimento internacional, Knispel viajou para o Brasil, estabelecendo-se em São Paulo, onde passou a residir e trabalhar como artista plástico até 1964, só retornando a Israel depois do golpe que instaurou a ditadura militar em nosso país. Nessa época, foi perseguido, aqui no Brasil, por ser militante comunista (amigo de Fidel Castro, de Oscar Niemeyer e de outras figuras históricas, algumas já mortas como Che Guevara). Viveu cinco guerras entre Israel e os vizinhos árabes, como testemunha e na qualidade de combatente. Israelense, ama o seu país; humanista, acredita que a única saída possível é a paz baseada na compreensão e no diálogo entre palestinos e israelenses; professor na universidade israelense, sente ter responsabilidade para com os mais jovens; artista plástico, coloca o seu talento e sensibilidade a serviço da paz. Informações colhidas na revista *Caros Amigos*, junho, 2002, p. 31 e em mosaicodobrasil.tripod.com/id49.html. Acesso em 19 de abril de 2011.

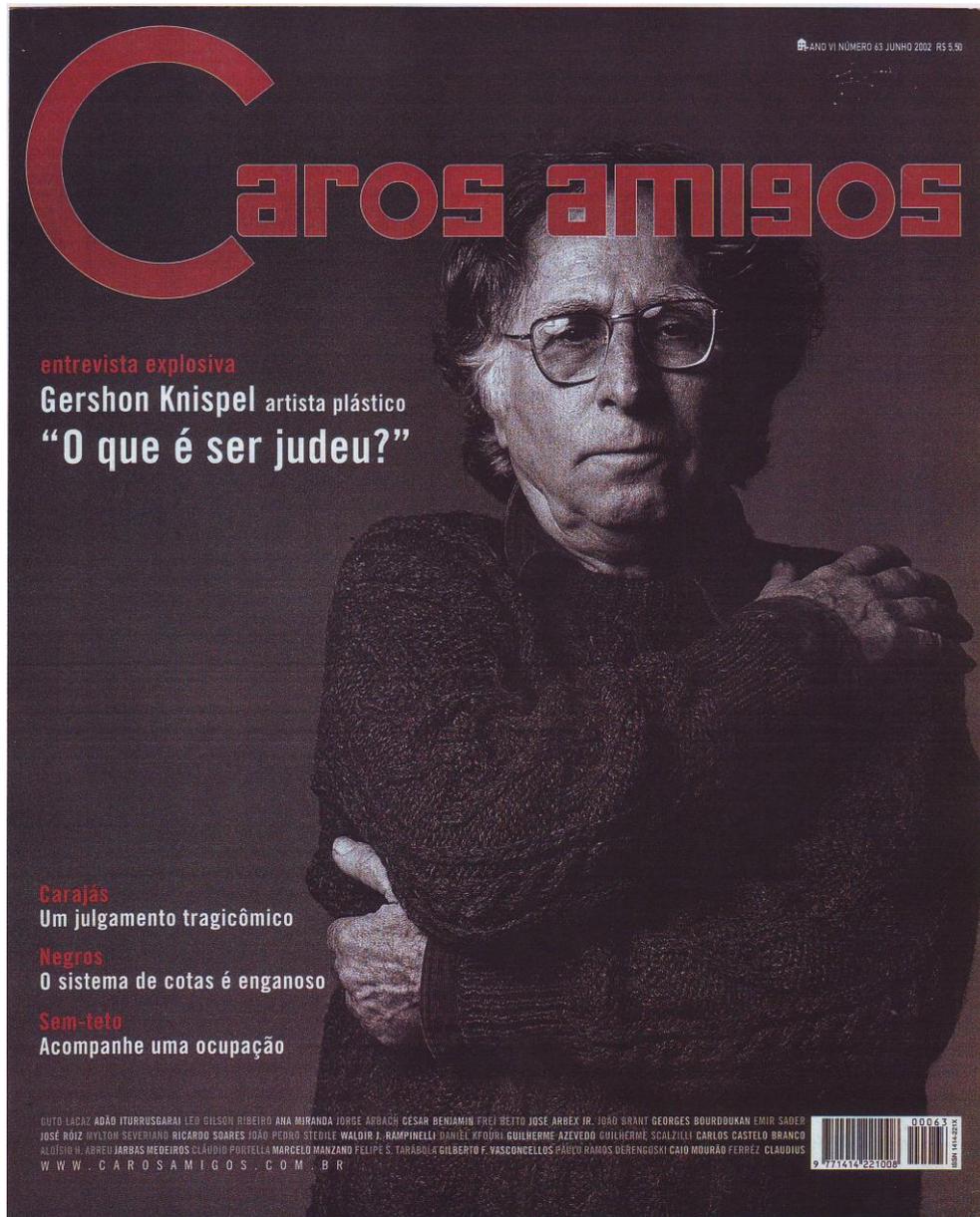


Figura 5 - Capa1- C1 Caros Amigos – junho, 2002

Situado em um tempo e espaço específicos, envolto por um contexto social histórico e cultural, Knispel já está respondendo a alguma coisa. (BAKHTIN, 1979/2003). Ao responder “eu”, esse falante, em *atitude responsiva ativa* (seja em forma de silêncio, de ação, de execução, de comportamento, de pensamento, de palavras, de gestos) espera do interlocutor (ouvinte/leitor) uma *compreensão ativamente responsiva*: espera uma resposta, uma concordância, participação, objeção, execução (BAKHTIN, 1979/2003).

Olhando para a composição da capa em que o corpo do artista plástico ocupa um significativo espaço, em que assume decididamente a identidade judaica,

percebemos que esse enunciado dialoga com a noção de minoria, tal como proposta por Muniz Sodré (2005, p.12). Esse autor explica que minoria “é um fluxo de mudança, um ‘lugar’ de transformação e passagem, polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social”. “Lugar” não como espaço abstrato ou localização concreta, mas como localização de um corpo ou de um objeto: um espaço ocupado. Assim, o espaço ocupado pelo artista judeu não significa, necessariamente, uma localização topográfica, mas sim topológica: “um espaço afetado pela ação humana, um campo de fluxos que polariza as diferenças e orienta as identificações” (idem, op.cit). O artista está se abraçando o que imprime à imagem uma tonalidade de autoinclusão.

Sabe-se que o ativismo de Knispel em defesa da paz entre Israel e Palestina tem lhe custado perseguições e ameaças. Esse movimento discursivo remonta a memória social, colocando em cena a perseguição nazista aos judeus, durante a Segunda Guerra Mundial, da qual o próprio artista foi vítima, quando, aos dois anos de idade, sua família teve que fugir da Alemanha. Diante disso, pode-se afirmar que a memória tem lugar na história e é condição de produção e funcionamento do discurso e da constituição dos sujeitos.

A expressividade dessa foto remete-nos à definição de que “embora torne o mundo mais preciso de informações e conhecimento, a fotografia não é apenas uma cópia quimicamente revelada da realidade, não é apenas seu registro documental e científico. É uma realidade revelada, resgatada, atingida e para alguns, até roubada” (ANDRADE, 2002, p. 41). Essa realidade, de que fala o autor, é perceptível na imagem de Gershon Knispel.

O olhar do artista plástico judeu - amparado por óculos, as mãos e o rosto, que se apresentam descobertos e a idade que aparenta ter, mostram traços de uma pessoa experiente, madura; convergem para um sentido de densidade, de estabilidade, de decisão; apresentam-se como aquele que fala, que se exprime, em um corpo coberto por um suéter de lã espessa e protetora. O rosto impassível, resoluto, sem meneio de cabeça, mostra-se sério, quase zangado, traduzindo uma imagem enérgica e a segurança de sua resposta expressa no enunciado interrogativo: Gershon Knispel artista plástico “*O que é ser judeu?*”

No conjunto, os contornos da imagem do personagem se definem de forma íntegra: é para onde incide o foco de visão, pois com exceção do título da revista e dos caracteres pequenos, embaixo, as palavras não se misturam com a imagem.

No canto esquerdo, abaixo, há três chamadas de capa: *Carajás – Um julgamento tragicômico*; *Negros – O sistema de cotas é enganoso*; *Sem-teto – acompanhe uma ocupação*. Percebemos que esses enunciados mantêm interação dialógica com a imagem do judeu: trata-se de personagens de três classes de excluídos: *Carajás*, *negros* e *sem-teto*, sendo que esses três substantivos acham-se grafados em letras vermelhas e os sintagmas que os acompanham, em branco. Há nessas chamadas, referentes às três categorias, um apelo para a questão da construção identitária ou de pertencimento, da mesma forma que a imagem do judeu Gershon Knispel, que traz à tona questões políticas.

Os adjetivos "enganoso" - em "sistema de cotas é enganoso" - e "tragicômico" *Carajás* - em "julgamento tragicômico" são indícios do posicionamento do autriador - o juízo sobre o fato narrado - e oferecem pistas para sua identificação. O epíteto "enganoso" convoca para a construção temática da noção de "desaprovação" de alguma coisa (no caso, do sistema de cotas) já que remete ao sentido de "falta de verdade naquilo que se faz", "erro", "logro", "fraude", "ilusório", "falaz", "simulado" (AURÉLIO,1983). Pressupõe-se que existe um agente que engana e um paciente que é enganado.

O sufixo "oso" (que denota qualificação acentuada, abundância), utilizado nesse adjetivo, contribui para assegurar a intensificação do *colorido* atribuído ao epíteto; revela o posicionamento do enunciador que, com essa entonação enfática na análise do objeto, revela-se indignado e/ou discordante. Nesse sentido, o adjetivo "enganoso" está carregado de depreciação, de aspectos negativos.

Entendemos que essa dimensão configura-se como um discurso *bivocal* em forma de *polêmica de orientação velada*: "a palavra do outro permanece fora dos limites do discurso do autor, mas esse discurso a leva em conta e a ela se refere" (BAKHTIN 1963/2002, p.196). A palavra do outro influencia de dentro para fora o discurso do autor, mas, a ideia do outro não entra "pessoalmente" no discurso, apenas se reflete neste, determinando-lhe o tom e a significação. O discurso do autor sente tensamente ao seu lado o discurso do outro falando do mesmo objeto - o sistema de cotas - e a sensação da presença deste discurso - que certamente posiciona-se favorável às cotas - lhe determina a arquitetura de uma resposta a esse enunciado. No caso, o autor polemiza, veladamente, o discurso do outro, e assume uma posição contrária às cotas.

Da mesma forma, a escolha lexical “tragicômico” para designar um acontecimento envolvendo a classe desprivilegiada, excluída, dos Carajás – “um julgamento tragicômico” - remete a “algo funesto, porém acompanhado de incidentes cômicos” (AURÉLIO,1983). Dialoga, por meio da *memória do objeto* (AMORIM, 2009), com o discurso da tragicomédia originária da Grécia antiga. Nesse tipo de peça teatral, os personagens atuam envolvidos em um tema que sugere tragédia. Na tragédia, sempre intervêm personagens ilustres ou heróicos capazes de infundir piedade ou terror aos menos privilegiados. Todavia, os incidentes vividos e o desenlace são típicos da comédia – em que predominam a sátira e a graça .

Daí o colorido dado ao adjetivo que qualifica o substantivo “julgamento”. Julgamento é um ato sério, que se realiza dentro dos moldes dogmáticos, de leis que regem uma determinada comunidade; é um ato proferido por indivíduos privilegiados e autorizados no meio social, tais como juízes e magistrados. Percebe-se aí uma estratégia discursiva irônica, um certo sarcasmo em que o enunciador imputa desqualificação a um ato tido como sério.

Diante disto, evidencia-se que os Carajás - personagens sem prestígio, desfavorecidos, excluídos, vivem a tragédia (o drama, o sinistro, o funesto - que desperta lástima e horror) e os personagens ilustres, poderosos, reconhecidos, autorizados, vivem a comédia (a farsa, a dissimulação com um desenlace de risos e alegria). O autor-criador mostra-se solidário aos personagens julgados, vitimizados e excluídos socialmente (Carajás) e posiciona-se contrário aos que estão no poder, na classe privilegiada e que julgam e decidem, com atos jurídicos e governamentais, o destino dos “pequenos”.

Quanto ao outro enunciado (chamada) que se encontra na capa: *Sem-teto – acompanhe uma ocupação*, refere-se aos movimentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra. Caracterizado por ações políticas contrárias às forças hegemônicas e aos interesses capitalistas da burguesia, esse movimento tornou-se causa de constantes embates sociais que constituem um verdadeiro campo de batalha. Dado o número de instituições, órgãos, entidades, pessoas que manifestam opiniões a respeito desse movimento, os embates apresentam-se como um confronto ideológico bastante complexo (FERNANDES, 2004). São muitas as vozes que se enunciam de diferentes lugares, são muitos os discursos que se digladiam para falar sobre o mesmo tema.

O que podemos perceber é que há uma estratégia discursiva empreendida pelo enunciador. A escolha lexical “ocupação” por ele utilizada (escolhida), no lugar de “invasão”, antecipa ao leitor o posicionamento tomado pelo representante da *Caros Amigos*. “Ocupação” é o ato de ocupar ou apoderar-se de algo legalmente. Já “invasão” é o ato de ocupar à força, apoderar-se violentamente, entrar hostilmente em, o que traduz em desrespeito à propriedade alheia, assinalaria uma entonação avaliativa negativa de “desqualificação”.

Se o locutor tivesse usado “invasão” – forma comumente utilizada pela mídia, em geral, para se referir ao movimento de luta pela terra - inscrever-se-ia solidário às forças repressoras aos movimentos voltados para renovações sociais. Porém, como utilizou uma nomenclatura positiva “ocupação”, revela-se solidário aos sujeitos participantes do movimento.

Enfim, o que podemos dizer diante desse enunciado é que as interações dialógicas instauradas entre imagem, chamadas, composição gráfica constituem uma arena em que defrontam e lutam duas entoações, dois pontos de vista, dois discursos (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1229/1995, p.168) que, tendo como pano de fundo a questão das cotas, colocam em cena a questão das minorias: judeus, carajás, negros e sem-tetos. Consideramos a noção de minoria segundo a perspectiva de Muniz Sodré (2005), para quem minoria não é uma fusão gregária mobilizadora, como a massa, a multidão ou um grupo, mas sim um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica.

Essa interrelação entre discursos, história e *memória* entretecida nessa capa – enunciado concreto - reitera as noções que emergem da teoria bakhtiniana: “o gênero [o enunciado] é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo. O gênero [o enunciado] *renasce* e se *renova* em cada nova etapa do desenvolvimento da literatura e em cada obra individual de um dado gênero. Nisto consiste a vida do gênero” (BAKHTIN, 1963/2002, p.121).

Capa 3 - C3

A capa escolhida para ser analisada em terceiro lugar é a do mês de agosto/2002. Nessa edição, a revista *Caros Amigos* traz em seu interior, na página 06, a primeira carta de leitor da série de discursos que dão continuidade ao debate

sobre as cotas. As cartas foram analisadas em terceiro lugar – depois das capas e dos artigos (cf. p. 225).

De forma semelhante à capa do mês de junho, que trouxera a imagem do artista plástico judeu, essa também tem o plano de fundo cinza. Nela, os contornos da imagem estão bem definidos: traz a foto em preto-e-branco de personagens Auás-gujás – últimos povos nômades do Brasil, índios, ameaçados de extinção.

A imagem ocupa metade do espaço da página, em sua verticalidade, além de grande parte na extensão horizontal inferior. As chamadas, construídas em diferentes tamanhos, estão dispostas no lado direito, na metade superior.

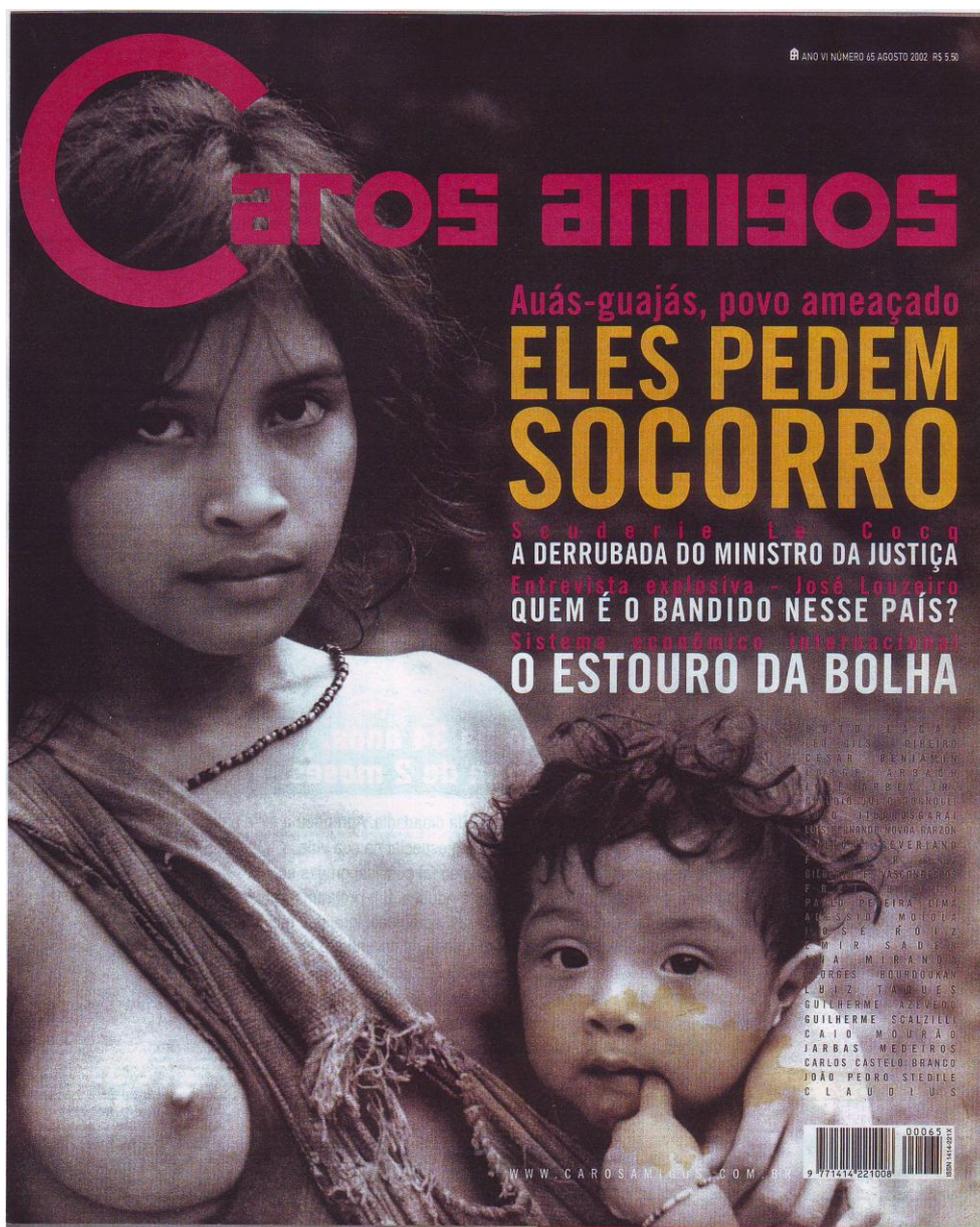


Figura 6 - Capa 3 C3 – Caros Amigos- agosto, 2002

A capa diz respeito a um apelo que os índios auás-guajás haviam lançado, na época, por motivo das ameaças sofridas por fazendeiros do Maranhão. Na região, os 300 índios da tribo dos auás-guajás, sobreviventes de massacres executados por fazendeiros e madeireiros, não possuem terras demarcadas e correm risco de vida constantemente. Há mais de cem anos eram agricultores, mas foram obrigados a adotar o nomadismo por causa da perseguição sofrida.

A composição imagética aponta para a questão da identidade racial ameaçada, da discriminação, do apelo de socorro, identificando-se com o mesmo princípio da Capa 2, que trouxe a foto do artista plástico judeu. Diante dos movimentos enunciativos, vamos identificando o posicionamento do enunciador diante dos sujeitos do discurso, além da forma como o discurso da inclusão/exclusão das minorias na sociedade brasileira vai sendo inserido no debate.

A imagem é de uma índia com um bebê no colo - supostamente seu filho. Os signos mãe e filho mostram a força dos rostos e a noção de povo, de geração: uma índia – mãe – jovem e bonita, com signos culturais: nudez – um seio à mostra -, colar no pescoço; pulseira no pulso da criança - que leva o dedo à boca; tecido “porta-filho” – um suporte para carregar o filho.

Os cabelos naturalmente expostos, desalinhados - tanto da jovem mãe quanto do filho; o tecido roto jogado ao ombro, o seio à mostra e o colo exposto, da mãe; além do dedo à boca, do filho, são indícios de que o enunciador escolheu mostrar o acontecimento enunciativo dessa forma e não de outra. A simplicidade e autenticidade que caracterizam a imagem revelam que ela não recebeu um tratamento técnico apurado.

Essas entonações avaliativas são marcas do posicionamento do enunciador diante dos sujeitos envolvidos no objeto do discurso: o destaque visual privilegia a imagem de personagens sofredores, vitimizados, desamparados, excluídos, e revelam como o objeto, os sujeitos, os discursos e os sentidos vão sendo construídos.

A mãe encara seriamente a câmara (nós, interlocutores). O filho tem um olhar que sugere perplexidade, nada entendendo de nós/câmara. Mas os olhares da mãe e do filho são olhares que convocam, dialogam, pedem uma resposta, uma satisfação, como se estivessem dizendo aos leitores: o que vocês estão fazendo?

O nome da revista, no alto da capa, aparece grafado na cor rosa forte (pink) e logo abaixo a chamada de capa que dialoga diretamente com a chamativa foto da mãe segurando o filho: *Auás-guajás, povo ameaçado* (em letras minúsculas de meio centímetro, com apenas a inicial A de Auás-guajás em maiúsculas. E, em seguida a esses dados, em caixa alta, de cor amarelo, em tamanho de dois centímetros, há a continuação da chamada: ELES PEDEM SOCORRO que, pelo tamanho das letras e pela cor amarela, destaca-se dos outros enunciado. Novamente a cor amarela é a escolhida para chamar a atenção do “auditório social”, da mesma forma que na vida cotidiana ela é usada com alerta nos sinais de trânsito, e como advertência em uma disputa futebolística quando o “cartão amarelo” é acionado pelo juiz.

Os personagens são inseridos na temporalidade de um momento histórico presente, o que está marcado pela forma verbal “pedem” - presente do indicativo, que, aqui, segundo Fiorin (2005) traz um valor semântico de duração, de ações e estados permanentes, considerados como um fato real que data de muito tempo e deve durar por tempo indefinido. Segundo o autor, o *presente durativo* configura-se quando o momento da referência é mais longo que o momento da enunciação.

O verbo pedir, acompanhado da palavra “socorro” – em “eles pedem socorro”, assume um colorido semântico bastante marcado, diferentemente do que seria a forma branda “eles pedem ajuda”. em que o verbo “pedir”, tendo como complemento o sintagma nominal “ajuda”, poderia ter uma conotação amena de “fazer pedido” ou “solicitar” um auxílio, um favor, um obséquio. Já o enunciado “eles pedem socorro” apresenta uma entonação avaliativa situada no último extremo do verbo “pedir”: assume o significado de “suplicar”, “rogar”, “implorar”, mas não apenas uma simples ajuda, um auxílio, um favor, e sim um “ socorro”, ou seja, uma proteção, um amparo, uma assistência para alguém que se encontra em uma situação difícil, desamparada, sofrida.

Discursivamente, podemos dizer que o enunciado capa, em sua composição imagética e gráfico-discursiva, retoma por meio dos enunciados que a compõem, o problema das minorias excluídas (índios Auás-guajás), a questão da formação da identidade do povo brasileiro, da mesma forma que as outras capas o fizeram, ao tomar como objeto do discurso o negro, o judeu, os sem-teto, os Carajás. A *memória* implica retomadas de já-ditos que são sempre reconstruídos na enunciação (BAKHTIN, 1963/2002).

Essa imagem da capa 3 - C3 (e as outras que ilustram o ensaio fotográfico sobre os auás-guajás, no interior da revista) é da autoria do fotógrafo italiano Alessio Moiola - missionário comboniano e “amante profissional” da fotografia - que conhece como poucos a valentia dos auás-guajás e prefere o preto-e-branco para documentar histórias de lutas e esperanças porque consegue reunir ao mesmo tempo a beleza dos personagens e a realidade crua em que eles vivem”²⁹.

Capa 2 – C2

A capa selecionada como a de número 4 é a do mês de julho/2002, quando a revista publica o texto “*Ideologia Tortuosa*” (Texto2-T2), de Sueli Carneiro, que refuta o texto de César Benjamim – publicado no mês anterior, junho /2002 - e posiciona-se favoravelmente às cotas.

Essa capa tem o plano de fundo branco e traz uma fotografia em que a personagem está menos nítida que as personagens das outras capas que compõem o corpus. Na composição gráfico-textual e imagética estão dispostos fragmentos, pedaços, vários signos. Remete a um movimento, uma passeata, uma pessoa andando.

²⁹ Essas informações foram colhidas do interior da revista, em uma nota explicativa situada junto ao ensaio fotográfico de Alessio Moiola que ocupa as páginas 24 e 25.



Figura 7 - Capa2- C2 Caros Amigos - julho, 2002

Há nesse enunciado verbo-visual mais signos de juventude do que identidade afirmada e/ou diferenciada de outros. Os signos são mais visíveis do que o rosto da personagem (que não nos olha) ou de uma identidade. No lado direito da capa, há a imagem de uma jovem de cabelos longos e desalinhados, com uma touca na cabeça e no fundo uma faixa de cor cinza com algumas letras vermelhas, pouco identificadas, sombreadas pela cor branca. Essa faixa aparenta ser de papel e não de pano, como geralmente são os *banners* utilizados em passeatas e manifestações públicas. A faixa de papel parece que está sendo colada, naquele momento, em uma parede ou em um muro. Há até pontas de dedos de uma mão, não identificada,

que parece ter acabado de alisar a faixa que fora ali afixada. O corpo da jovem está pouco visível, mistura-se com as cores do fundo da capa e com as cores da faixa e do muro. A imagem não aparenta ter recebido um tratamento técnico diferenciado, o que configura o posicionamento do autor diante do objeto fotografado.

Da mesma forma, misturando-se com o corpo da jovem e com outras letras grafadas no muro, há a chamada que dialoga de forma direta com a imagem: *O movimento mundial contra as corporações* (em caixa alta, na cor branca, com letras de apenas meio centímetro) - *Juventude indignada* (em caixa alta, na cor branca, com letras de cinco centímetros que se destacam mais que os outros componentes da capa). As duas palavras, *juventude* e *indignada*, foram grafadas, respectivamente, uma acima da outra, em toda a extensão horizontal da capa, e as letras juntam-se umas às outras formando uma espécie de tela de proteção em cujo ambiente interior encontram-se a imagem da jovem e os elementos que compõem o enunciado.

Essa chamada principal, que mantém íntima interação dialógica com as imagens, refere-se à reportagem contida nas páginas interiores, que aborda o levante da juventude de diferentes nacionalidades em movimentos tensos contra o crescente estado de desigualdade (por motivo da globalização, corporações, projeto neo-liberal). Além disso, a matéria ressalta a marginalização do pobre, mencionando grupos de excluídos (operários, sem-terra, índios, muçulmanos, feministas, gays, lésbicas, etc.) que lutam contra a fome, a miséria, o desemprego, a desigualdade.

Diante dessa menção aos grupos de excluídos, percebemos que, como explica Muniz Sodré (2005), esses grupos podem ser considerados como minorias não por se constituírem um grupo, multidão, massa ou uma fusão gregária mobilizadora, mas sim porque se configuram como um dispositivo simbólico, com uma intencionalidade ético-política, dentro da luta contra-hegemônica. Para esse autor, minoria refere-se, principalmente, à possibilidade de os setores ou fração de classes comprometidos com as diferentes maneiras de luta pela questão social terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder.

Outra chamada que compõe a capa e que aparece no canto direito é este: *Ensaio - Angola na paz*. Tal enunciado mantém interação dialógica com um artigo de duas páginas inteiras sobre *As Várias Guerras de Angola* (ilustrada com uma foto de um garoto negro que ocupa meia página). A matéria trata da tragédia histórica que se abateu sobre Angola e seu povo, mencionando as riquezas que os

angolanos construíram, em outras terras, com o trabalho escravo. Há, também, um ensaio fotográfico, ocupando duas outras páginas inteiras, com uma foto de várias pessoas negras: adultos, jovens, crianças, uma senhora mutilada de uma perna (a vida sofrida e restrita em um acampamento).

Consideramos que o efeito de sentido produzido nessa capa diz respeito mais às mudanças e aos movimentos sociais e políticos do que propriamente à questão da identidade. É o testemunho e o documentário da realidade vivida, tornando-se um instrumento poderoso para a *memória coletiva* (POLLAK, 1998, p. 11).

Capa 5 – C5

A capa 5 – C5 é a do mês de outubro/2002, e traz em seu interior três cartas de leitores que, tendo lido os artigos sobre as cotas, nos números anteriores, assumem posições discursivas diante do objeto do discurso.

Essa capa tem um plano de fundo com matizes de alaranjado e amarelo, combinando com o tom avermelhado do blaser usado pelo personagem da capa, que é o entrevistado - Entrevista Explosiva - do mês: maestro Júlio Medaglia.

O personagem é apontado pela Caros Amigos como o maestro mais agitado e agitador do meio musical brasileiro. Além de irreverente, polemista, brigador, nacionalista, sem ser “nacionalóide”, como o próprio maestro gosta de dizer. Sem meias palavras, arrasa com a indústria cultural, as gravadoras grandes, o rádio, a televisão, e com o trabalho musical dos últimos anos de algumas celebridades. Extremamente preocupado com a formação cultural dos estudantes, já batalhou pela inclusão da música como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica. Nunca conseguiu seu intento. Talvez faça parte de uma minoria que luta pelas causas artístico-culturais.

Em sua composição gráfico-discursiva, a capa apresenta o maestro vestido com uma blusa branca, de gola alta dobrada - tipo cacharrel - e, sobre a blusa, um blaser vermelho, com os dois botões superiores abotoados e o inferior desabotoado. Está à mostra, também, a sequência de três botões menores, na parte exterior, mais à beirada da manga que abriga o braço direito. É um traje menos convencional, tanto pela cacharrel que faz conjunto com o blaser, como pelo tom vermelho escuro

pouco usual em dias comuns, mas característico da esfera artístico-musical. Não é o clássico terno e gravata, porém é uma roupa social.

O maestro, com sua calvície e com um cavanhaque de fios brancos, foi fotografado como se estivesse em um momento de regência e de acompanhamento vocal: o braço direito em posição aberta, um pouco dobrado na altura do peito, estende-se para fora, com os dedos da mão voltados para cima; o braço esquerdo encontra-se na mesma altura do outro, mas voltado para a frente do corpo, com os dedos da mão voltados para baixo; os lábios afastados, com os dentes à mostra representam os traços fisionômicos de quem está cantando.



Figura 8 - Capa 5 C5 – Caros Amigos- outubro, 2002

Os olhos atentos, as marcas de expressão ao redor da boca e as rugas em volta dos olhos, principalmente na parte inferior, demonstram os traços de uma pessoa madura, vivida, ativa. A imagem do personagem, no conjunto, externa sobriedade, firmeza e um certo grau de concentração, de segurança, de convicção, de alegria, além de um sentido de unidade, de equilíbrio e de nitidez.

A capa, em sua extensão horizontal, apresenta-se marcada por agrupamentos de cinco em cinco linhas, representando pautas musicais. As linhas estendem-se da esquerda até a direita, atravessando o corpo do maestro, como se ele estivesse atrás do conjunto das pautas. Apenas o rosto é que se encontra à frente da pauta que atravessa a altura da cabeça.

No alto, o nome da revista, da mesma forma que nas revistas anteriores alterando apenas a cor – que desta vez é branca - combinando com o enunciado que atravessa o corpo do maestro, em sentido diagonal: *Chega de lixo cultural!* Tal enunciado foi grafado em caixa alta, com letras de 2,5 centímetros. Na altura da mão direita, que se encontra virada para baixo, no movimento de regência, a letra “c”, da palavra “cultural”, aparenta como se estivesse dependurada no dedo indicador do maestro.

Na parte inferior, à direita, há a chamada *Os Picassos Negros*, que dialoga com imagens e texto narrativo do jornalista cubano Jorge Garrido, exposto no interior da revista, a respeito do destino da família do pintor Pablo Picasso. Segundo o jornalista, Picasso era descendente de negros e esses fatos permaneceram obscuros e misteriosos durante um século: os negros da família do pintor desapareceram misteriosamente e os rastros do avô, que se casou com uma negra e com ela teve oito filhos, permanecem ocultos.

Garrido alega que há um dado intrigante: todos os picassos brancos e negros apagaram seus rastros. Não há túmulos deles. É como se nunca tivessem morrido. Além disso, a reportagem fala do envolvimento do avô de Picasso com o tráfico de escravos, em Cuba. Enfim, o jornalista afirma que a história dos “picassos negros” segue sua rota obscura e enigmática. Os segredos calam as indagações.

No final da reportagem, há a informação de que o livro de Jorge Garrido “*O mistério dos picassos negros*” seria publicado pela primeira vez, em português pela Editora da Revista *Caros Amigos*, a Casa Amarela. Ressalta a grande resistência de editoras de outros países ao tentar publicá-lo, quando foi escrito.

Nas duas páginas que tratam dessa matéria há, de um lado, a foto de um homem negro identificado como Ramon Picasso, bisneto do avô do pintor. E, no outro lado, uma foto do perfil do rosto de Pablo Picasso, a qual evidencia o tom moreno de sua pele.

Embora o texto de Jorge Garrido não faça parte concretamente do corpus, julgamos importante fazer essa menção a ele, já que faz parte do todo do enunciado, e que ao analisar a composição gráfico-textual e imagética da capa, a chamada “*O mistério dos picassos negros*” apontou para esse texto que mantém interação dialógica com o embate sobre as questões da inclusão, exclusão do negros que perpassa o discurso sobre as cotas. Além disso, conforme, informamos no início da análise dessa capa 5 C5, a revista traz três cartas de leitores tratando do problema das cotas – que serão analisadas longitudinalmente, sempre em tessitura com o enunciado concreto que constitui o eixo de nossas análises.

Percebe-se, no todo dessa capa – enunciado concreto -, as tensões que perpassam as questões de identidade, quando o próprio silêncio dialoga com o objeto fazendo emergir significados importantes na construção dos sentidos. O silêncio faz parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. O silêncio dos “picassos negros” faz emergir o preconceito que ainda existe quando se pretende tratar de objetos de discurso que envolvam questões raciais ligadas aos negros. O silêncio deixa entrever um confronto de entonações, de sistema de valores que diante de um dado objeto faz ressoar vozes de diferentes visões de mundo.

O gênero [o enunciado] vive do presente mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo (BAKHTIN, 1963/2002, p. 121).

Capa 6 – C6

A capa 6 – C6 é a do mês de novembro/2002. Nessa edição, a revista dá continuidade à publicação da série de textos que debatem a questão das cotas, veiculando em seu interior duas cartas de leitores que se posicionam discursivamente diante do problema.

Com o plano de fundo branco, a capa traz a foto de Hebe de Bonafi, Mãe da Plaza de Maio, que é a entrevistada da Entrevista Explosiva do mês. Sua imagem

aparece no canto direito, não de corpo inteiro, mas apenas o busto que ocupa grande espaço na disposição dos elementos.

Pelas marcas no rosto, que aparece com grande nitidez, estampa-se uma pessoa forte, de óculos grandes e de lentes não totalmente escuras; na cabeça, lenço branco amarrado e, no pescoço, uma corrente. Essa mãe está empunhando um martelo, na mão direita.



Figura 9 - Capa 6 C6 – Caros Amigos- novembro, 2002

Sua boca está entreaberta, com dentes à mostra, como se flagrada no momento de pronúncia de alguma palavra de ordem, ao mesmo tempo em que

ergue o martelo segurando-o com firmeza e determinação. A imagem sugere movimento, ação. A fotografia aqui estampada, pode ser considerada o testemunho e o documentário da realidade vivida, tornando-se um instrumento poderoso para a memória coletiva (POLLAK, 1989).

Do lado direito do martelo há a chamada da Entrevista Explosiva, com o nome da personagem, e logo abaixo, uma citação entre aspas: “*Os ideais de nossos filhos não morreram*”. O efeito de sentido produzido nessa capa diz respeito mais às mudanças e aos movimentos sociais e políticos do que propriamente à questão da identidade.

Sabe-se que a personagem da capa faz parte de um grupo minoritário - de mães na faixa etária de 70 anos - que atualmente se dedica à causa da justiça e da solidariedade, após incansáveis e incessantes lutas no movimento iniciado na década de 70, contra a repressão ditatorial na Argentina, época em que essas mães tiveram seu filhos sequestrados, torturados e mortos pelo governo repressor.

A imagem da mãe empunhando o martelo faz ressoar os já-ditos: estabelece interação dialógica com outros discursos que têm lugar na história e que formam uma memória sócio-histórica. A *memória* mantém a vida do nunciado, dos discursos, e dos sentidos. “O gênero [o enunciado concreto] vive do presente mas sempre *recorda* o seu passado [...]” (BAKHTIN, 1963/2002, p. 121).

O martelo, que juntamente com a foice foi emblema das forças comunistas na antiga União Soviética, constituiu-se um signo ideológico em outra temporalidade: aqui também, nesse enunciado concreto, constitui-se um signo ideológico. Segundo a teoria bakhtiniana, um signo não existe apenas como parte da realidade: ele também reflete e refrata outra realidade. O signo pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico. “Ali, onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico [...] Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p.32-33).

Importante ressaltar que nessa capa de novembro, embora não haja uma chamada diretamente ligada ao tema das cotas, a revista traz, nas páginas interiores, uma reportagem de duas páginas sobre a Escravidão no Pará - ilustrada com a foto de um negro -, além de um ensaio fotográfico que também ocupa duas páginas, com imagens de negros em um caminhão e em outros ambientes, sob o título de *Escravidão no Pará*. Essa reportagem apresenta fatos e dados de trabalho

escravo nessa região do país, alegando que a destruição do meio ambiente e o trabalho escravo caminham de mãos dadas: latifundiários e grileiros escravizam, torturam e cometem assassinatos.

Além de depoimentos de trabalhadores que foram submetidos ao trabalho escravo, há o depoimento de uma auditora fiscal do Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Forçado que assume um posicionamento categórico de denúncia da falta de condição desses “escravos contemporâneos”: analfabetismo, miséria, distribuição de renda injusta, desemprego, falta de opção de vida e de trabalho, falta de qualificação profissional. Enfim, alega que a *Lei Áurea* não resolveu a situação dos escravos e que a escravidão é praticada com maior frequência do que se imagina, mas não é discutida pela sociedade, pelos políticos. O próprio Ministério do Trabalho só começou a se preocupar “com essa chaga que envergonha todos nós”, a partir de 1992, por causa de ameaças de sanções internacionais. História e memória renovam-se nos discursos, nos sujeitos e nos sentidos.

Tendo feito as reflexões sobre as capas, passamos para a análise dos cinco artigos que compõem o corpus

4.1.2 Os artigos

Começamos a análise a partir capa, e na continuidade de nossas reflexões perseguimos a totalidade dos enunciados, a fim de verificar a intensidade das ressonâncias internas, uma vez que a sua totalidade e o seu acabamento é o que provoca resposta, é o que demonstra a atitude responsiva dos interlocutores. Retomamos a cadeia de endereçamento em que ocorrem as alternâncias dos interlocutores a fim de visualizar essa sequência.

O primeiro artigo da série polêmica foi publicado na revista *Caros Amigos* de junho/2002, com o título de “*Caminhos Tortuosos*” (Texto1-T1), do articulista César Benjamim, que já respondendo a enunciados anteriores, posiciona-se contrariamente à política de cotas. Instaura-se, então, uma polêmica, quando, no mês seguinte, julho/2002, é publicado o artigo “*Ideologia Tortuosa*” (Texto2-T2), de autoria da professora Sueli Carneiro - diretora do Instituto da Mulher Negra, em réplica ao T1. Na edição de setembro/2002, a revista divulga outras duas réplicas: de Samuel Aarão Reis, assessor da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, com

o título “*Nosso bloco está disposto e é bonito, também temos o direito de desfilar na avenida*” (Texto3-T3), e a de Marcos Frenette, jornalista, com o título “*Entre o sonho e a realidade*” (Texto4-T4). Nesse mesmo número, setembro/2002, a revista traz a tréplica de César Benjamin, com o título “*Racismo não*” (Texto5-T5), em resposta aos três opositores.

A arquitetura textual faz com que esses textos sejam identificados como dissertativos argumentativos: estruturados composicionalmente em uma sequência característica de artigo de opinião: título; introdução do tema; desenvolvimento do tema por meio de emissão de opiniões, juízo de valor, comparações, exemplificações, dados numéricos, inserção de vozes autorizadas; e, no final, a conclusão.

Os autores, em interação dialógica, emitem juízos de valor e assumem posicionamentos dando abertura para a ativa compreensão responsiva do destinatário. Essa situação tensa conduz o debate em uma cadeia ininterrupta de comunicação discursiva em que duas posições conflitantes e antagônicas se confrontam e se afrontam, conforme mostramos em nossas análises.

Texto 1 – T1 - junho/2002 - “*Caminhos Tortuosos*” de César Benjamin

Embora o editorial e o sumário não façam parte do corpus, recorreremos aos dados neles contidos, pois conforme explicitamos no início deste capítulo, todas as partes do grande enunciado que é nosso objeto de estudo corroboram a produção e a percepção dos sentidos, a respeito das cotas, na revista *Caros Amigos*,

O sumário dessa edição faz referência, de forma sub-reptícia, ao texto de César Benjamin, todavia não utiliza o próprio título do artigo, mas sim esta chamada: *César Benjamin vê desvio no sistema de cotas para negros. Esse enunciado do sumário mantém interação dialógica com o texto do articulista César Benjamin, que estará exposto nas páginas subsequentes e dialoga com os interlocutores partidários e contrários à política de cotas. Ao emitir uma apreciação avaliativa com tonalidade negativa (“desvio”) a respeito do sistema de cotas, o enunciador já demonstra oposição ao discurso dos outros que são favoráveis às cotas, e cumplicidade para com o discurso do articulista (pressupostamente contrário).*

O substantivo “desvio”, segundo o dicionário Aurélio (1983), significa “afastamento ou mudança da direção normal ou do caminho principal”; “afastamento de uma linha de conduta ou de regras tomadas como base”; “falha”; “erro”. No caso, o sentido é o de que existe um caminho correto e que os interlocutores que promovem e aprovam as cotas estão indo para o lado errado.

O artigo T1, de César Benjamim, encontra-se na página 13 e tem o título de *Tortuosos Caminhos*, grafado em caixa alta. Como fora previsto no enunciado do sumário, tal título demonstra uma atitude responsiva do interlocutor titular, diante da temática das cotas que fora enunciada na chamada de capa: *Negros – o sistema de cotas é enganoso* e no sumário: *César Benjamim vê desvio no sistema de cotas para negros*. Já se percebe que o título deixa entrever uma apreciação avaliativa com tons de reprovação a algo que é supostamente negativo, o que é indício do posicionamento assumido pelo enunciador frente à política de cotas.

O acento apreciativo do enunciado em *Tortuosos caminhos*, título do artigo, produz um efeito de sentido semelhante ao da palavra “desvio” do enunciado do sumário: o sentido de afastamento de uma linha de conduta reta, direita; de negar a retidão em determinado empreendimento. Ou seja, o sentido é o de mostrar que as medidas escolhidas para a implementação da política de cotas não são adequados para a resolução desse problema social.

Ao mesmo tempo em que há o anúncio desse posicionamento do autor, diante do movimento pró-cotas, evidencia-se a possibilidade de existência de outros caminhos que serão defendidos como adequados e eficientes, pelo enunciador, mas que serão diferentes desses considerados “tortuosos”.

Diante desses fatores, podemos perceber que no título há uma bivocalidade que se configura como *polêmica velada*. O discurso do autor sente tensamente ao seu lado o discurso do outro falando do mesmo objeto e a sensação da presença deste discurso lhe determina a estrutura. “O discurso do outro influencia de dentro para fora o discurso do autor, mas, a ideia do outro não entra ‘pessoalmente’ no discurso, apenas se reflete neste, determinando-lhe o tom e a significação”(BAKHTIN, 1963/2002, p.196).

TORTUOSOS CAMINHOS

CÉSAR BENJAMIN



Aproveitando o ano eleitoral, o presidente Fernando Henrique anunciou o apoio do governo federal a um conjunto de medidas politicamente corretas, com destaque para o reconhecimento civil da união de pessoas de mesmo sexo e a reserva, para negros, de 20 por cento das vagas no serviço público. A primeira medida, proposta há alguns anos pela então deputada Marta Suplicy, é um avanço: duas pessoas adultas podem decidir quem desejam amar e com quem vão viver, e qualquer união estável deve ser geradora de direitos, respeitando-se a vontade expressa por ambas as partes. A mesma clareza não se aplica, a meu ver, à segunda medida, também defendida por grande parte da esquerda. É que o combate ao racismo frequentemente envereda por tortuosos caminhos.

A construção do conceito de "raças humanas" foi o empreendimento mais importante da ciência européia no século 19. Nessa época, uma parafrenia de métodos estatísticos e de sistemas de medição de cada parte do corpo lançou as bases de uma antropologia física que tentou classificar os grandes grupos humanos, estabelecendo correlações entre características aparentes e aptidões. O trabalho consumiu décadas, envolveu cientistas prestigiosos e produziu grande quantidade de resultados numéricos aparentemente respeitáveis, com suas respectivas interpretações. O sentido desse esforço era óbvio. Ele visava estabelecer bases biológicas que legitimassem a expansão colonial das potências européias, então em pleno vapor. O colonialismo passava a ser uma expressão da supremacia natural de povos mais aptos.

No século 20, com o desenvolvimento da genética e da biologia molecular, o estudo do corpo humano ultrapassou largamente os aspectos morfológicos mais aparentes, como a cor da pele, que serviram de base para as classificações anteriores. Passamos a comparar os organismos a partir do conhecimento de estruturas muito mais íntimas e mais fundamentais. Os resultados demoliram as bases conceituais das pesquisas anteriores. Ficou demonstrado que, ao longo da evolução, os grupos humanos conservaram uma semelhança espantosa; compartilham a mesma herança, com variações insignificantes.

As diferenças genéticas que se encontram entre duas pessoas escolhidas aleatoriamente em um mesmo grupo (dois nigerianos, por exemplo) não diferem estatisticamente das diferenças existentes entre duas pessoas de distintos grupos (um nigeriano e um suco, por exemplo). Do ponto de vista genético e bioquímico não se descobriu nenhum critério válido para juntar e separar as pessoas. Criou-se um consenso de que as diferenças observáveis na linguagem, nos costumes, nos valores, nos atributos morais, nas atitudes estéticas etc. não são biologicamente determinadas.

Desde então, o conceito de "raças humanas" foi remetido ao museu onde estão expostas à gáliba as afirmações de que a Terra é plana, de que habitamos o centro do universo, de que os corpos graves tendem ao repouso e outras idéias que (des)organizaram o pensamento da humanidade ao longo da

história. Afirmou-se, em seu lugar, a unidade essencial da nossa espécie. É claro que isso não esgota o problema. Pois, apesar de cientificamente inepto – por não corresponder a nada que exista no mundo biológico – aquele conceito continua a existir como fato ideológico e cultural. Creio que pelo menos três motivos ajudam a entender por que esse cadáver permanece insepulto e continua a perambular pelo mundo.

O primeiro: a classificação de grupos humanos tendo como base a cor da pele (e outros atributos associados, como a forma do cabelo) é visível aos olhos e, como tal, "evidente". Brancos são brancos e negros são negros. Porém, há muito tempo a ciência aprendeu a desconfiar de "evidências". Também não é "evidente" que o Sol gira em torno da Terra? Não é "evidente" que a Terra é plana? O processo de conhecimento é sempre a superação de "evidências". O mesmo ocorreu neste caso. O que determina a cor de uma pessoa é a quantidade de uma proteína, chamada melanina, que todos temos na pele. Assim, quando usamos a cor da pele como critério de classificação, estamos afirmando que as pessoas devem ser agrupadas e separadas conforme a quantidade de melanina que produzem. Mas a melanina é apenas uma das 80.000 ou 100.000 diferentes proteínas que compõem nosso corpo. Surge a questão: por que ela, e não outra proteína qualquer, deve ser usada como referência?

Seguindo essa trilha, a ciência contemporânea obteve resultados surpreendentes. Se usarmos a melanina como critério classificador, os sucos Johansson e Peter pertencerão a uma "raça", enquanto os nigerianos Kumbere e Tongo pertencerão a outra. Mas, se usarmos outra proteína qualquer, nada impede que Johansson e Kumbere integrem a mesma "raça", pela semelhança de sua composição bioquímica nesse aspecto, enquanto Peter e Tongo integrem uma outra. O mesmo procedimento pode se repetir quantas vezes se desejar, gerando infinitos rearranjos quando se considera a humanidade como um todo. Havendo uma infinidade de "raças" possíveis, é claro que não há "raça" nenhuma.

Um segundo motivo para a sobrevivência ideológica desse conceito é que tal classificação, como outras, corresponde a interesses. Pois o ato de classificar é também, necessariamente, um ato de hierarquizar: o grupo que inventa a classificação ocupa, invariavelmente, o topo da escala. (Nenhuma classificação reflete "o real"; todas são invenções, mais úteis ou menos úteis.)

O terceiro motivo é um pouco chocante: a idéia de que existam raças humanas, dotadas de diferentes aptidões, não contraria nenhuma lei da biologia. Portanto, não é absurda. Quando populações de uma mesma espécie se separam no espaço e se reproduzem isoladas ao longo de muitas gerações, elas tendem a acumular diferenças, que podem se inscrever em seus códigos genéticos e, no longo prazo, resultar em raças diferentes. Isso ocorreu em muitas espécies animais (pastores alemães e pequisês são diferentes raças de cães de uma mesma espécie) e também começou a ocorrer na espécie humana.

A partir de um contingente originário da África, o *Homo*

sapiens se espalhou pelo mundo, e seus subgrupos começaram a acumular diferenças. Se o isolamento demorasse muito mais tempo, provavelmente produziria "raças" humanas. Mas nossa espécie é muito recente, e sua divisão em subgrupos isolados não foi suficientemente longa. A humanidade cresceu, se multiplicou, se deslocou e ocupou todo o planeta. A história produziu logo um grande reencontro. Com ele, o intercâmbio genético voltou a prevalecer amplamente, interrompendo a incipiente tendência anterior. Reimiciou-se um processo de homogeneização, antes que se formassem raças diferentes. Nossa unidade humana fundamental é um fato histórico, e não uma imposição metafísica ou uma lei biológica.

A fusão de subgrupos humanos, acelerada na modernidade, foi mais radical no Brasil do que em qualquer outra parte do mundo. Sociedade recente, nascemos no exato momento em que o reencontro se acelerou. Dadas as características da colonização portuguesa e nosso papel na divisão mundial do trabalho, fomos levados a realizar um monumental processo de miscigenação, que predominou sobre outras tendências. Processo, é claro, assimétrico, como todos os demais, em uma sociedade de resto tão desigual.

Como resultado, não somos nem brancos, nem negros – somos mestiços. Biológica e culturalmente mestiços. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a tentativa de constituir uma identidade baseada na "raça" é especialmente reacionária. A afirmação, que tantas vezes já ouvi, de que o Brasil é o país mais racista do mundo é uma patética manifestação de nosso esporte nacional favorito – falar mal de nós mesmos.

Os elementos culturais e ideológicos racistas, que subsistem entre nós, não interromperam nem conseguirão interromper o processo de construção de uma sociedade mestiça, cuja unidade tem sido dada pela bela capacidade de criar e recitar uma cultura de síntese. Mesmo assim, aqueles elementos precisam ser combatidos. Mas definir quotas será o melhor caminho? Devemos fixar o que não é fixo, separar o que não está separado? Quem é negro e quem é branco no Brasil? Onde está a fronteira entre ambos? E os brancos pobres, que são muitos, como ficam?

Melhor do que copiar também nisso os Estados Unidos – uma sociedade multirracial, mas não essencialmente mestiça – seria, por exemplo, garantir uma escola pública universal, gratuita e de boa qualidade, onde todas as crianças convivessem juntas e recebessem a mesma educação fundamental. Crianças que brincam em *playgrounds*, viajam em automóveis vedados e estudam em escolas particulares, altamente seletivas, tendem a crescer com medo e raiva dos diferentes. Crianças que frequentam espaços públicos e têm amigos de todas as cores dificilmente serão adultos racistas. □

César Benjamin é autor de *A Opção Brasileira* (Editora Contraponto, 1998, nona edição) e integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular.

caros amigos 6/2002 12

Figura 10 - Texto1- T1 Caros Amigos - junho, 2002, p.13

Esse texto, seguindo o padrão da revista, apresenta-se em três colunas e, logo abaixo do título, ao lado direito, com letras em caixa alta, em tamanho menor que o do título, aparece o nome do autor - que é César Benjamim, articulista da revista, conforme mencionamos anteriormente. Seu nome está também no final do texto, com os créditos.

Há, ainda, no alto da página, em toda a sua extensão horizontal, em uma faixa de seis centímetros, uma série de esboços de rostos que se apresentam ora de frente, ora de perfil, pintados em preto e branco, ou seja, metade do rosto negro e a

outra metade branca. São imagens não identificadas, mas apenas sugeridas, a partir de um jogo policrômico. Pode-se dizer que algumas aparentam-se como máscaras, outras são apagadas, silenciadas, dando lugar a um caminho aberto à significação, à interpretação, por parte do leitor e, ao mesmo tempo, remetendo à busca de pertencimento, de construção identitária empreendida pelos sujeitos objeto da discussão. O trabalho de compreensão do leitor/destinatário passa, assim, pela inferência dessas imagens (sugeridas) que atribuem ao texto não-verbal o caráter de sua heterogeneidade.

A abertura do texto é marcada por uma referência temporal “o no eleitoral”, que se refere ao ano de 2002, em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC - seria candidato à reeleição. O adjunto adverbial é também identificador do momento em que o tema cotas passou a ser veiculado na mídia, e do momento de assunção de um posicionamento, pela revista, frente ao anúncio de apoio do governo federal – na época, FHC – à implementação do sistema de cotas para negros.

Com essa marca temporal, o enunciador coloca-se no plano de discurso, no momento da enunciação, trazendo em seu enunciado a “narrativa histórica” de acontecimentos passados, ao mesmo tempo em que faz reflexões sobre seu enunciado e intervêm para julgar os acontecimentos referidos. Nesse sentido, o enunciador passa do plano da história narrada para o plano do discurso. Vejamos as palavras de César Benjamim:

T1: Aproveitando o ano eleitoral, o presidente Fernando Henrique **anunciou** o apoio do governo federal a um conjunto de medidas politicamente corretas, com destaque para o reconhecimento civil da união de pessoas de mesmo sexo e a reserva, para negros, de 20 por cento das vagas no serviço público. A primeira medida, **proposta** há alguns anos pela então deputada Marta Suplicy, **é um avanço**: duas pessoas adultas podem decidir quem desejam amar e com quem vão viver, e qualquer união estável deve ser geradora de direitos, respeitando-se a vontade expressa por ambas as partes. A mesma clareza não se aplica, **a meu ver**, à segunda medida, também **defendida** por grande parte da esquerda. É que o combate ao racismo frequentemente **envereda** por tortuosos caminhos.

O autor constroi o início do texto na terceira pessoa, mas no final do parágrafo instaura-se discursivamente, usando a primeira pessoa do singular, por meio do

pronome possessivo “meu” no sintagma “a meu” ver: “A mesma clareza não se aplica, **a meu ver**, à segunda medida, também defendida por grande parte da esquerda”. No caso, a primeira medida é o reconhecimento civil da união de pessoas do mesmo sexo, “proposta há alguns anos pela então deputada Marta Suplicy”. E a segunda medida, proposta pelo governo federal, mas “também defendida por grande parte da esquerda”.

O autor assume posição de compartilhamento, de solidariedade com todos que aprovam a primeira medida, inclusive com a deputada Marta Suplicy, citada nominalmente no texto. Considera a medida - união estável de pessoas do mesmo sexo -, como “um avanço”. Ao mesmo tempo, assume posição de confronto com a segunda medida (implantação do sistema de cotas) e com todos os leitores que defendem essa ideia, além das autoridades e partidos políticos (presidente Fernando Henrique Cardoso e “grande parte da esquerda”).

Para provar a ineficácia das noções de “raça” e construir o conceito de mestiçagem, o autor faz ressoar já-ditos, advindos da memória coletiva, remontando desde a ciência europeia do século 19 até os dias atuais, a fim de convencer o destinatário de que “[...] não somos nem brancos nem negros – somos mestiços. *Biologicamente e culturalmente mestiços*”, tal como posto nos excertos:

T1: O conceito de raças humanas foi o empreendimento mais importante da ciência europeia no século 19. Nessa época, uma parafernália de métodos estatísticos e de sistemas de medição de cada parte do corpo *lançou* as bases de uma antropologia física que *tentou* classificar os grandes grupos humanos, estabelecendo correlações entre **características aparentes** e aptidões.

T1:O trabalho consumiu décadas, envolveu cientistas prestigiosos e produziu grande quantidade de resultados numéricos **aparentemente respeitáveis,**

T1: No século 20, com o desenvolvimento da **genética e da biologia molecular,** o **estudo do corpo humano** *ultrapassou* largamente os **aspectos morfológicos** mais aparentes, como a cor da pele, que *serviram* de base para classificações anteriores.

T1:Seguindo essa trilha, a ciência contemporânea *obteve* resultados surpreendentes.

T1: Do ponto de vista **genético e bioquímico** *não se descobriu nenhum critério válido* para juntar e separar pessoas.

T1: Desde então, **o conceito de “raças humanas”** *foi remetido* ao museu onde estão expostas à galhofa as afirmações de que a Terra é plana, de que habitamos o centro do universo, de que os corpos graves tendem ao repouso e outras ideias.

Usando outros marcadores temporais como *no século 19, nessa época, décadas, no século 20*, para expressar anterioridade da construção do conceito de raças humanas e o marcador *na ciência contemporânea*, para manifestar concomitância: *“centra-se num momento de referência presente, idêntico ao momento da enunciação* (FIORIN, 2005, p.162)

O diálogo estabelecido com os já-ditos da História, da Biologia, da Genética e da Bioquímica apontam para a memória como condição de existência do enunciado concreto - um todo constituído por reverberações sócio-históricas e culturais. “Todo objeto de discurso e de conhecimento é portador de *memória*, pois ao ser falado é, antes de mais nada, *já falado* por outros que vieram antes de mim” (AMORIM, 2009, p.12).

Em interação dialógica com essa pluralidade de vozes das Ciências, o autor está se dirigindo a um supradestinatário, buscando amparo para edificar sua posição em um lugar de quem tem experiência e domínio do saber. O supradestinatário, segundo Bakhtin (1979/2003, p.333), é “um destinatário como escapatória” que, em diferentes épocas, sob diferentes concepções de mundo, de acordo com as circunstâncias, assume uma identidade real, tal como a História, Deus, a Ciência. É um momento constitutivo do enunciado isso decorre da natureza da palavra, que quer ser ouvida, entendida, respondida e mais uma vez responder à resposta, e assim *ad infinitum*” (idem, op. cit. p.334).

Nos quatro primeiros enunciados mostrados, referentes à narrativa histórica do acontecimento, o autor utilizou as formas verbais “foi”, “lançou”, “tentou”, “consumiu”, “envolveu”, “produziu”, “ultrapassou”, “serviram”, “consumiu”, “obteve”, no pretérito perfeito do modo indicativo, cujo valor semântico é o de uma ação completamente concluída e que se afasta do presente. Pode-se entender, da mesma forma, as perífrases verbais dos dois últimos enunciados: *“não se descobriu”*

- voz passiva sintética – e “foi remetido” - voz passiva analítica, já que assumem aspecto verbal semelhante.

Segundo Fiorin (2005), o pretérito perfeito marca uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente; “exprime um acontecimento limitado, acabado, pontual; expressa sempre uma descontinuidade em relação ao momento de referência. Além dessas, outras formas verbais, e outras escolhas lexicais, com entonações apreciativas, apontam para o posicionamento assumido pelo autor.

Observando a sequência dos excertos, notamos que a bivocalidade ali presente aponta para uma polêmica de orientação *velada que pode ser percebida* na entonação apreciativa que subjaz em algumas escolhas lexicais (por nós negritadas nos excertos), tais como: “uma parafernália de métodos estatísticos”, “características aparentes”, “aparentemente respeitáveis”, “tentou classificar”, “não se descobriu nenhum critério válido”. São escolhas portadoras de acentuação negativa por parte do autor: “parafernália”, muito usado em sentido pejorativo, geralmente se refere a um amontoado de instrumentos não muito organizados; “tentou classificar” (o verbo “tentar” indica algo que foi feito inutilmente, ou seja, buscou, procurou, mas não conseguiu o que se desejava); “características aparentes” (características que parecem ser, mas não são, ou são falsas, inexistentes na realidade), “aparentemente respeitáveis”(não podem ser consideradas como verdadeiras)

Também corroboram a produção de efeito de sentido o próprio colorido semântico do verbo “ultrapassar”, que explicita e traz o sentido de “já excedeu o limite”, “já foi além”, “não há mais possibilidades”; a força categórica da expressão “nenhum critério válido” (o emprego do pronome indefinido “nenhum” e do adjetivo “válido” como determinantes da escolha lexical “critério”) estabelece um tom de decisão, de término, de conclusão, de palavra final no que diz respeito aos conceitos de “cor da pele” e de “raça humana” como critério para a adoção de cotas.

Esse ataque indireto - em forma de *polêmica velada* - ao discurso do outro, vai se intensificando até culminar com uma atitude responsiva irônica, no excerto que repetimos:

T1: Desde então, o conceito de “raças humanas” foi remetido ao museu onde estão expostas à **galhofa** as afirmações de que a Terra é plana, de que habitamos o centro do universo, de que os corpos graves tendem

ao repouso e outras ideias que **(des)organizaram** o pensamento da humanidade ao longo da história.

T1: Creio que pelo menos três motivos ajudam a entender por que esse **cadáver permanece insepulto e continua a perambular pelo mundo**.

O autor imprime tonalidades irônicas ao dizer que o conceito de “raças humanas *foi remetido ao museu onde estão expostas à galhofa*” - acontecimentos que já foram tidos como verdadeiros e que hoje são motivo de zombaria, de risos (galhofa); não passam de algo morto, acabado, que não pode ser mudado e que qualquer pessoa pode ver e constatar (museu). Aqui a *polêmica velada* possibilita a percepção de que a memória traz à tona, vozes sócio-históricas que se entrecruzam no discurso construindo novos sentidos.

Outras vezes o autor faz uso de aspas, insistentemente, tal como:

T1: [...]a classificação de grupos humanos tendo como base a cor da pele (e outros atributos associados, como a forma do cabelo) é visível aos olhos e, como tal, **“evidente”**. Brancos são brancos e negros são negros. Porém, há muito tempo a ciência aprendeu a desconfiar de **“evidências”**. Também não é **“evidente”** que o Sol gira em torno da Terra? Não é **“evidente”** que a Terra é plana? O processo de conhecimento é sempre a superação de **“evidências”**.

T1: Havendo uma infinidade de **“raças”** possíveis, é claro que não há **“raça”** nenhuma [...] Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a tentativa de constituir uma identidade baseada na **“raça”** é especialmente reacionária.

As palavras e expressões de outrem integradas ao discurso indireto, principalmente com utilização de aspas (“raça” “evidente” e “evidências”) sofrem um “estranhamento”, adquirem relevo. Sua coloração se destaca mais claramente, mas ao mesmo tempo voltam-se justamente para a direção que convém às atitudes do autor - sua ironia, seu humor (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p.163). A repetição das palavras com intermitência de acentuação serve como reforço de um novo colorido, ao pressupor a reação do autor. O acento do outro está presente nas palavras com aspas, mas é sufocado pelo próprio acento de T1.

Associado ao recurso das aspas, o mecanismo da série de perguntas para transmitir a afirmação do outro – marca de bivocalidade - já coloca em cena um atrito entre duas interpretações numa só palavra. O autor não só pergunta, mas também problematiza a afirmação do outro.

Trata-se, aqui, da forma de citação do discurso de outrem denominada pela teoria bakhtiniana de *discurso indireto analisador da expressão*. O autor está justamente desconstruindo o conceito de “raça” e querendo mostrar que as “evidências” da cor da pele não comprovam a existência de raças humanas, como acreditam os que são favoráveis às cotas. Essas palavras são colocadas entre aspas sinalizando a entonação avaliativa, o posicionamento do autor: ele não as aceita, mas as aproveita para moldá-las às suas intenções.

Em outros momentos, o autor intercala enunciados com a utilização de travessões duplos ou de parênteses, interrompendo sua fala como se a réplica do outro estivesse ali encravada, provocando uma mudança acentual e sintática.

T1:[...]É claro que isso não esgota o problema. Pois, apesar de cientificamente inepto - **por não corresponder a nada que exista no mundo biológico** - , aquele conceito continua a existir como fato ideológico e cultural.

T1:Pois o ato de classificar é também, necessariamente, um ato de hierarquizar: o grupo que **inventa** a classificação ocupa, invariavelmente, o topo da escala. **(Nenhuma classificação reflete o real; todas são invenções, mais úteis ou menos úteis.)**

Nesses dois excertos, as inserções de observações e conclusões entre parênteses servem para antecipar os temas básicos do discurso direto os quais são coloridos pelas entoações do autor. O discurso citado destaca-se sobre um fundo perceptivo que pertence metade ao autor e metade ao herói, todavia, fica claro que camufladamente houve imposição da vontade do autor. Tentando sempre provar a ineficiência do conceito de raças, o autor traz o discurso do outro na modalidade de discurso intercalado e o colore para adaptá-lo às suas intenções. Trata-se do chamado *discurso direto preparado*, em que o discurso direto “emerge como que de dentro do discurso indireto” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p.164).

Nas interações dialógicas de T1 com o conhecimento científico, fica evidente o colorido que o autor lhe dá para mostrar a verdade absoluta a respeito do conceito de raça. É um diálogo que se volta para questões da identidade do povo brasileiro, considerada por alguns como uma mistura de raças - a mestiçagem - e, portanto, a lei das cotas não condiz com essa realidade.

T1: *O que determina a cor de uma pessoa é a **quantidade de uma proteína, chamada melanina**, que todos nós *temos* na pele. Assim, *quando usamos* a cor da pele como classificação, *estamos afirmando* que as pessoas devem ser agrupadas e separadas conforme a **quantidade de melanina** que produzem. Mas **a melanina é apenas uma das 80.000 ou 100.000 diferentes proteínas que compõem o nosso corpo.***

T1: Como resultado, ***não somos nem brancos, nem negros – somos mestiços. Biológica e culturalmente mestiços.***

Nesses dois enunciados, as formas verbais no presente do indicativo trazem um valor semântico de duração, de ações e estados permanentes considerados como um fato real que data de muito tempo e deve durar por tempo indefinido. A esse fenômeno Fiorin chama de *presente durativo*, ou seja, é quando o momento da referência é mais longo que o momento da enunciação. No primeiro enunciado, os sintagmas verbais: “*o que determina*”, “*quando usamos*”, são exemplos de *presente durativo*, e “*estamos afirmando*”, segundo o mesmo autor, seria o *presente progressivo* (presente do indicativo do auxiliar estar + gerúndio). Nas outras formas verbais dos dois enunciados: *é*, *temos*, *não somos*, e *somos* ocorre o “presente omnitemporal ou gnômico, ou seja, é quando o momento de referência é ilimitado e, portanto, é o momento do acontecimento, [...] forma verbal mais utilizada pela ciência, pela religião, pela sabedoria popular” (FIORIN, 2005, p. 150-151).

Diante disso, podemos dizer que os enunciados trazem um tom de verdade científica, de dogma, de lei inquestionável: essa materialidade linguística - verbos no presente durativo e no *presente omnitemporal ou gnômico* mais a maneira como o enunciador constroi o seu posicionamento (seguro, decidido, determinado, categórico e didático) - para expor os dados trazidos da esfera das ciências biológicas - conferem ao discurso um valor de verdade universal, incontestável, e

um tom de autoridade, de conhecedor do assunto que lhe dá total credibilidade em relação aos seus argumentos.

Às vezes o autor age como se estivesse transmitindo o discurso interior - dos pensamentos e sentimentos da personagem. “Percebe-se a acentuação, a atividade empregada para organizar e abreviar o conteúdo a expressar” (Bakhtin/Volochinov, 1929/1995, p.165). Mesmo que a réplica do outro não esteja presente, projeta sua sombra e deixa vestígio no discurso. Trata-se da variante de discurso indireto *impressionista*, tal como:

T1: É que o combate ao racismo **frequentemente** envereda por tortuosos caminhos.

Outras vezes, o autor T1 polemiza abertamente com o interlocutor, antecipando possíveis ressalvas, retaliações, indagações. As avaliações e os acentos estão contaminados pelas suas intenções contraditórias, voltadas para uma luta de pontos de vista. Para seu intento, reitera e explicita seu ponto de vista e afirma sua posição em tom apreciativo categórico, por meio de expressões, como: *nenhuma, todos, não esgota, é claro*, como mostram os trechos abaixo:

T1: É claro que isso [o argumento exposto no mesmo parágrafo] **não esgota o problema.**

T1: Havendo uma infinidade de “raças” possíveis, **é claro que não há raça nenhuma.**

T1: Nenhuma classificação reflete o real; **todas** são invenções, mais úteis e menos úteis.

T1: Processo, **é claro**, assimétrico, como em **todos** os demais, em uma sociedade de resto tão desigual.

T1: Como resultado, **não somos** nem brancos nem negros – **somos mestiços.** Biológica e culturalmente mestiços.

Muitas vezes, o autor T1 faz uma série de perguntas que podem ser entendidas como sendo suas interrogações, mas também, ao mesmo tempo, como

perguntas da parte do interlocutor, dirigida a si mesmo. A entonação do enunciado sinaliza uma avaliação que se contrapõe a outros valores afirmados nesse contexto enunciativo, como nos excertos:

T1: Brancos são brancos e negros são negros. Porém, há muito tempo a ciência aprendeu a desconfiar de evidências. Também não é evidente que o Sol gira em torno da Terra? Não é evidente que a Terra é plana? O processo de conhecimento é sempre a superação de evidências.

T1: Mas definir quotas será o melhor caminho? Devemos fixar o que não é fixo, separa o que não é separado? Quem é negro e quem é branco no Brasil? Onde está a fronteira entre ambos? E os brancos pobres que são muitos, como ficam?

A série de questões provocativas cria um impacto como se autor colocasse em xeque o posicionamento do destinatário e dele ficasse aguardando uma atitude responsiva imediata, evitando contestação. As perguntas têm grande efeito sobre o interlocutor, pois as respostas - previstas pelo autor - são antecipadas pelo próprio colorido apreciativo. Trata-se da variante denominada, pela teoria bakhtiniana, de *discurso direto retórico*, que se assemelha ao discurso indireto livre. As interrogações, do discurso interior, deslocam-se para o destinatário para o qual o valor interrogativo cria uma força de interpelação, de argumentação, de persuasão.

Segundo Dahlet (2006), o “alto grau de propriedade” fornecido pelas interrogações densifica o conteúdo semântico para fins argumentativos, sendo que estes passam pela construção de um espaço conjugado (DAHLET, 2006,p.192-5). Sendo a interrogação um sinal interativo por excelência, instaura-se uma co-enunciação com responsabilidade partilhada, já que o autor que interroga não apenas transmite um conteúdo, mas também, pelo fato de ter tomado posição contra as cotas, diante das interrogações, apela para que o destinatário tome a mesma posição.

Em todo o texto, poucas vezes o autor T1 se instaura como sujeito discursivo usando a primeira pessoa: apenas no primeiro parágrafo, no quinto e no décimo primeiro (o texto é composto de treze parágrafos).

No quinto parágrafo, o autor usa a primeira pessoa, *eu*, por meio da forma verbal “*creio*”:

T1: “**Creio** que pelo menos três motivos ajudam a entender porque esse cadáver [o conceito de raças humanas] permanece insepulto e continua a perambular pelo mundo”.

Com a primeira pessoa, mais essa tonalidade apreciativa, o autor vai construindo discursivamente o seu posicionamento contra a adoção de cotas para negros.

No décimo primeiro parágrafo, também usa a primeira pessoa, “*eu*”, por meio da forma verbal “*ouvi*”:

T1: “A afirmação, que tantas vezes já **ouvi**, de que o Brasil é o país mais racista do mundo é uma patética manifestação de **nosso esporte** nacional favorito falar mal de **nós mesmos**”.

Nesse enunciado, além de o autor se instaurar como sujeito utilizando a primeira pessoa do singular, faz uso do “*nós*” inclusivo, já que “*nosso esporte*” e “*nós mesmos*” inclui o autor, o leitor e todos os brasileiros.

Em outros parágrafos, o autor usa, também como marcador linguístico, o *nós*, primeira pessoa do plural, por meio de formas verbais, como no excerto:

T1: No século 20, com o desenvolvimento da genética e da biologia molecular, o estudo do corpo humano ultrapassou largamente os aspectos morfológicos mais aparentes, como a cor da pele, que serviram de base para as classificações anteriores. **Passamos** a comparar os organismos a partir do conhecimento de estruturas muito mais íntimas e mais fundamentais[...]O que determina a cor de uma pessoa é a quantidade de uma proteína, chamada melanina, que todos **temos** na pele.

Nesses primeiros enunciados, o *nós* utilizado trata-se de *nós inclusivo*, sendo que com “*passamos*” e “*temos*” o autor inclui a si próprio e além de incluir todos os seres humanos, inclui, de forma especial, os pesquisadores, cientistas, que com o desenvolvimento da genética e biologia molecular puderam fazer seus estudos e chegar a algumas conclusões.

Já nos enunciados seguintes, com as formas verbais “*usamos*”, “*estamos*” e “*usarmos*” o autor parece não incluir mais os cientistas e pesquisadores – que já comprovaram as evidências da não existência de raças humanas - mas inclui as pessoas que se identificam como negras e as que fazem distinção entre raças

humanas. O pronome *nosso* já abarca todos os seres humanos, como se pode comprovar:

T1: Assim, quando **usamos** a cor da pele como critério de classificação, **estamos** afirmando que as pessoas devem ser agrupadas e separadas conforme a quantidade de melanina que produzem. Mas a melanina é apenas uma das 80.000 ou 100.000 diferentes proteínas que compõem **nosso** corpo.

T1: Se **usarmos** a melanina como critério classificador, os suecos Johansson e Peter pertencerão a uma raça[...] Mas, se **usarmos** outra proteína qualquer, nada impede que Johansson e Kumbere integrem a mesma raça[...]

Nos dois enunciados, abaixo, percebe-se que o “*nós*” instaurado pelas formas verbais *nascemos*, *fomos* e *somos* e pelo pronome possessivo *nosso*, não se refere mais a todos os seres humanos, mas refere-se, de forma especial, aos leitores que são brasileiros, excluindo pessoas de outras nacionalidades. Leitura que pode ser complementada pelo enunciado de que a fusão de subgrupos foi mais radical no Brasil (sociedade recente), como mostra o enunciado, com as palavras do autor:

T1: A fusão de subgrupos humanos, acelerada na modernidade, foi mais radical no Brasil do que em qualquer outra parte do mundo. Sociedade recente, **nascemos** no exato momento em que o reencontro se acelerou. Dadas as características da colonização portuguesa e **nosso** papel na divisão mundial do trabalho, **fomos** levados a realizar um monumental processo de miscigenação, que predominou sobre outras tendências.

T1: Como resultado, não **somos** nem brancos, nem negros **somos** mestiços. Biológica e culturalmente mestiços

Consideramos que os indicadores do enunciador e do destinatário propiciam um melhor entendimento da trama enunciativa e dos sentidos que vão sendo construídos.

Outro procedimento utilizado pelo autor é a colocação de um verbo introdutor – verbos *discendi* - em que na elaboração do enunciado ocorre uma transposição

elaborada do discurso do outro, mas não de forma mecânica, como se pode perceber no quadro a seguir.

Vozes reportadas	Verbos discendi
[...]o presidente Fernando Henrique	anunciou o apoio do Governo Federal a um conjunto de medidas politicamente corretas[...]
[...]pela então deputada Marta Suplicy	a primeira medida proposta a alguns anos é um avanço[...]
[...]por grande parte da esquerda	a segunda medida, também defendida a mesma clareza não se aplica a meu ver[...]
[...]com o desenvolvimento da genética e da biologia molecular [...]os aspectos morfológicos mais aparentes como a cor da pele,	que serviram de base para classificações anteriores.no século 20, o estudo do corpo humano ultrapassou largamente os aspectos morfológicos mais aparentes como a cor da pele.[...]
[...] a Ciência européia no século 19 [...] com bases de uma antropologia física	que tentou classificar os grandes grupos humanos, estabelecendo correlações entre características aparentes e aptidões[...].
No século 20, com o desenvolvimento da genética e da biologia molecular[...]	ficou demonstrado que ao longo da evolução, os grupos humanos conservaram uma semelhança espantosa; compartilham a mesma herança, com variações insignificantes.
Do ponto de vista genético e bioquímico	Criou-se um consenso de que as diferenças observáveis[...] não são biologicamente determinadas.
[...]ao longo da História [...]o conceito de “raças humanas”	foi remetido ao Museu onde estão expostas à galhofa as afirmações de que a Terra é plana, de que habitamos o centro do universo[...]
[...]a ciência contemporânea	obteve resultados surpreendentes.
A história	produziu logo um grande reencontro. Com ele, o intercambio genético voltou a prevalecer amplamente, interrompendo a incipiente tendência anterior.

Quadro 2 - Vozes reportadas em T1

Muitos desses excertos já foram mencionado ao longo das análises, porém deixamo-los no quadro para uma visualização dos discursos e dos interlocutores com os quais T1 manteve interações tensas na enunciação.

É possível perceber, pelas análises, que a palavra do outro suscita articulações específicas nas construções enunciativas e linguístico-discursivas, além de determinar a evolução do tema, as réplicas, as evasivas, os protestos. Percebe-se que o autor T1 dialoga com a Ciência, biologia, genética, do século 19, 20, com a história, entre outros, para provar a inexistência do conceito de raças. E que, portanto, o destinatário favorável às cotas está fadado ao fracasso, já que utilizar “raça” (discriminação racial) como critério de classificação dos sujeitos,

principalmente em um país miscigenado como o Brasil, torna-se comprovadamente impossível.

Enfim, o autor T1 sustenta seu ponto de vista, em entonações apreciativas, ao tratar a política de cotas como “prática de discriminação racial e de renovação de privilégios”. Defende o ponto de vista de que a imposição do sistema de cotas pode estigmatizar pessoas e reforçar preconceitos. Propõe que sejam efetivadas mudanças na educação pública garantindo uma escola universal, gratuita, de boa qualidade, onde todas as crianças possam conviver juntas e receber a mesma educação, pois “crianças que frequentam espaços públicos e têm amigos de todas as cores dificilmente serão racistas.

Texto 2 – T2 – julho/2002 – “*Ideologia tortuosa*” de Sueli Carneiro

O artigo T2 - *Ideologia tortuosa* - escrito por Sueli Carneiro, diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra - ocupa toda a extensão – as três colunas – da página 30, da edição do mês de julho. A autora, em atitude responsiva ativa, assume, já no título de seu artigo, uma posição de confronto, claramente explícita, ao título *Caminhos Tortuosos* do artigo de César Benjamin, publicado no mês anterior (junho/2002).

Trata-se de um discurso bivocal, uma *construção híbrida*: encontram-se fundidos dois tons no enunciado não havendo entre eles nenhuma fronteira formal, composicional e sintática. Desse modo, o título do artigo T2 - “*Ideologia tortuosa*” - pretende retomar e resignificar a posição estabelecida em T1 com o texto de título “*Tortuosos caminhos*”.

ideologia tortuosa

Sueli Carneiro

O mito de a desigualdade racial ser produto das diferenças educacionais também está em xeque

No artigo "Tortuosos Caminhos" publicado na revista *Caros Amigos* de junho último, César Benjamin, a propósito de questionar a adoção de cotas para negros, reproduz a fórmula clássica do *modus pensante* e *operandi* nos marcos de nossa democracia racial: o Brasil é um país mestiço, portanto é impossível determinar quem é negro e quem é branco. E, ainda que isso fosse possível, raça é um conceito falacioso já desmascarado pela ciência contemporânea e, por fim, "constituir uma identidade baseada na raça é especialmente reacionário", conclui Benjamin. Portanto, políticas afirmativas/cotas para negros seriam um anacronismo em nossa sociedade.

São argumentos de fácil aceitação pelo que reiteram das ideologias presentes no senso comum em que o elogio à mestiçagem e a crítica ao conceito de raça vem se prestando historicamente, não para fundamentar a construção de uma sociedade efetivamente igualitária do ponto de vista racial, e sim para nublar a percepção social sobre as práticas racialmente discriminatórias presentes em nossa sociedade.

A constatação da inexistência das raças e de que a diversidade intragrupo é maior do que entre os grupos diferentes, que a ciência vem nos revelando nos últimos tempos, não tem impacto sobre as diversas manifestações de racismo e discriminação em nossa sociedade e em ascensão no mundo, o que reafirma o caráter político do conceito de raça e a sua atualidade, a despeito de sua insustentabilidade do ponto de vista biológico.

Raça é hoje e sempre foi um conceito eminentemente político cujo sentido estratégico foi exemplarmente sintetizado pelo historiador Antony Mark em seu livro *Making Race and Nation*, onde ele afirma que: "Raça é uma questão central da política... porque o uso que as elites fizeram e fazem da diferença racial foi sempre com o objetivo de provar a superioridade branca e assim manter seus privilégios, à custa da escravidão e exploração. Essa atitude foi sempre compartilhada com os setores populares brancos interessados em se associar às elites. Historicamente, esse comportamento foi comum às elites do Brasil, da África do Sul e dos Estados Unidos".

A análise de César Benjamin deixa deliberadamente de fora os estudos atuais sobre as desigualdades raciais existentes no Brasil. Silencia também sobre as evidências empíricas da exclusão dos negros em todas as esferas privilegiadas da sociedade e sua concentração desproporcional nos bolsões de miséria e pobreza. Vivemos num país em que, segundo os estudos realizados pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), há 53 milhões de pobres e, desses, 22 milhões são indigentes. 65 por cento e 70 por cento, respectivamente, desses pobres e indigentes são pessoas negras.

O DIEESE, em parceria com o Inspir (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial), realizou outro estudo amplamente divulgado, o Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho, que nos informa, por exemplo, que em São Paulo a taxa de desemprego da população economicamente ativa está assim distribuída: 25 por cento para as mulheres negras, 20,9 por cento para os homens negros, 19,2 por cento para as mulheres brancas e 13,8 por cento para os homens brancos.

Dados divulgados pelos ministérios do Trabalho e da Justiça na publicação *Brasil, Gênero e Raça* demonstram os diferenciais

no rendimento médio nacional entre negros e brancos em salários mínimos: homem branco, 6,3 salários mínimos; mulher branca, 3,6; homem negro 2,9; mulher negra 1,7.

Porém, é a desagregação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) para negros e brancos que revela a magnitude da desigualdade racial no Brasil:

"O Brasil em 1999 foi classificado como um país de desenvolvimento humano mediano, ocupando a 79ª posição, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que é um instrumento de avaliação e mensuração das condições materiais e sociais de vida dos povos. Todavia, quando os indicadores de desenvolvimento humano são desagregados por sexo e raça da população negra no Brasil, conforme elaborado pela Federação de Associações de Órgãos de Assistência Social e Educação (FASE), evidenciam o impacto do racismo, fazendo com que o IDH relativo à população negra do Brasil ocupe a 108ª posição, em contraponto ao da população branca, que ocupa a 49ª posição."*

Os negros apresentam, em todos os indicadores sociais constituintes do IDH, brutais diferenças, das quais a mais dramática é uma esperança de vida, em média, seis anos inferior à dos brancos, variando até dois anos a menos quando desagregamos esse indicador por faixa etária ou região, como é o caso do Norte e Nordeste do país. O IDH da população negra brasileira ocupa cinco posições abaixo da África do Sul, país que até recentemente viveu sob o regime de *apartheid*.

Os diferentes IDHs encontrados para brancos e negros no Brasil refletem, por fim, a coexistência, num mesmo território, de dois países apartados.

Intencionalmente, César Benjamin passa também por cima do processo histórico que produziu essas desigualdades, ocultando os benefícios materiais e simbólicos auferidos pelos brancos:

- da escravização dos negros, a principal fonte da acumulação primitiva de capital do país e da construção da riqueza das elites que se revezavam no poder no Brasil;

- da forma como se processou a "abolição" da escravidão, sem qualquer tipo de reparação aos negros pelos séculos de trabalho escravo e sem a implementação de qualquer política de integração social da massa escrava "liberta";

- da substituição da mão-de-obra negra pelo imigrante europeu no processo de industrialização pós-escravidão; uma perspectiva eugênica claramente assinalada na Constituição de 1934.

- da restrição de sua participação política, visto que a Constituição de 1891 impedia o alistamento para as eleições aos mendigos e analfabetos (três anos após a abolição).

- da absoluta impunidade de que gozam as atitudes racistas e discriminatórias em nossa sociedade, em especial no mercado de trabalho, o que assegura o acesso privilegiado dos brancos aos postos de maior prestígio e remuneração;

- da desqualificação estética dos negros, em especial das mulheres negras;

- da indiferença social em relação às ações dos órgãos de repressão e dos grupos de extermínio sobre as populações pobres, majoritariamente negras.

A despeito de todas essas evidências, César Benjamin afirma: "(...) não somos nem brancos nem negros - somos mestiços. Biológica e culturalmente mestiços. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a tentativa de constituir uma identidade

baseada na 'raça' é especialmente reacionária. A afirmação, que tantas vezes já ouvi, de que o Brasil é o país mais racista do mundo é uma patética manifestação de nosso esporte nacional favorito - falar mal de nós mesmos".

Portanto, o negro é apenas uma realidade estatística para deleite acadêmico. Não tem concretude como credor social, demandador de políticas específicas em função das desigualdades de que padece, posto que essas são só reconhecíveis no plano virtual.

Pergunta-nos Benjamin: "Devemos fixar o que não é fixo, separar o que não está separado? Quem é negro e quem é branco no Brasil? Onde está a fronteira entre ambos?"

A carnalização das nossas relações raciais escamoteia a rigidez da segregação espacial e social que separa negros e brancos, ignora solenemente a concentração dos negros nas favelas, palafitas, cortiços, nas periferias das grandes cidades. Ou seja, encontra-se naturalizado o paradigma casa-grande e senzala, por isso trata-se com quase absoluta indiferença essas desigualdades raciais. E, no entanto, as poucas, tímidas e insuficientes iniciativas voltadas para o enfrentamento dessas desigualdades, como é o caso das cotas, encontram rapidamente uma oposição aguerrida.

É nisto que reside a perversidade do racismo brasileiro:

- Na negação patológica da dimensão racial das desigualdades sociais.

- Nos eufemismos que são utilizados para mascarar-las: se não há negros nem brancos, como poderá haver políticas específicas para negros? Ou, o problema no Brasil não é racial e sim social ou o que há é um *apartheid* social!

- Na intransigente recusa de instituição de qualquer mecanismo reductor das desigualdades raciais.

- Na defesa maníaca de propostas que postergam para as calendários o enfrentamento dessas realidades. A educação é sempre usada como panacéia nesses casos. Diz Benjamin que, em vez das cotas, "melhor" seria, por exemplo, garantir uma escola pública universal, gratuita e de boa qualidade, onde todas as crianças convivessem juntas e recebessem a mesma educação fundamental". Enquanto a escola pública de qualidade não vem, os negros devem esperar, de preferência "bem quietinhos", pois a reivindicação de política específica baseada na raça é, como diz o autor, "especialmente reacionária".

Mas o mito de a desigualdade racial ser produto das diferenças educacionais também está em xeque.

Somos oficialmente 45 por cento da população do país e apenas 2 por cento de nós adentram o ensino universitário. Esse é o patamar de "equidade" alcançado, por exemplo, pelas políticas de universalistas no campo da educação. Pior, a avaliação dessas políticas empreendida pelo IPEA constatou que, apesar da democratização do acesso ao sistema educacional e da melhoria dos níveis educacionais de negros e brancos, desde a década de 20 do século anterior até o presente a diferença de escolarização de negros e brancos mantém-se inalterada. A conclusão desses estudos é que as políticas universalistas não têm sido capazes de alterar o padrão de desigualdade racial.

O conceito de raça se instituiu para justificar a dominação, a escravidão e a exploração de um grupo racial sobre outro. Hoje, a negação da realidade social da "raça" e da necessidade que dela decorre de focalizar as políticas públicas nos segmentos historicamente discriminados se presta à perpetuação da exclusão e dos privilégios que a ideologia que o sustenta produziu e reproduz cotidianamente.

Sueli Carneiro é diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra. Pós-graduada em filosofia da educação pela Universidade de São Paulo.

* Documento da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras - Rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, páginas 1 e 2.

Figura 11 - Texto 2- T2 Caros Amigos – julho 2002, p. 30

O autor T2 refuta os argumentos de T1 e defende o ponto de vista de que "raça é um conceito político". Alega que as políticas universalistas não têm sido capazes de alterar o padrão de desigualdade racial e que o conceito de raça surgiu para legitimar a dominação. Considera que, hoje, negar a realidade social (e realidade biológica) de raça e sua história de discriminação é um ato que serve à perpetuação da desigualdade.

A autora constrói praticamente o texto todo com o uso da terceira pessoa – a não pessoa. Em um texto composto por dezessete parágrafos, apenas em cinco momentos ela se instaura como sujeito enunciativo, como nos excertos:

T2: Portanto, políticas afirmativas/cotas para negros seriam um anacronismo em **nossa** sociedade.

T2: Vivemos num país em que, segundo os estudos realizados pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), há 53 milhões de pobres e, desses, 22 milhões são indigentes. 65 por cento e 70 por cento, respectivamente, desses pobres e indigentes são pessoas negras.

T2: Pergunta-nos Benjamin: "Devemos fixar o que não é fixo, separar o que não está separado? Quem é negro e quem é branco no Brasil? Onde está a fronteira entre ambos?"

Nos dois primeiros enunciados, os marcadores enunciativos de instauração do sujeito discursivo podem ser considerados como "nós inclusivo" em que a autora se inclui e inclui também os destinatários de toda a sociedade brasileira. No terceiro enunciado, além dos leitores a autora inclui, de forma especial, o destinatário real - que motivou sua resposta: o autor do primeiro texto T1, César Benjamim, que se posicionou contra as cotas.

Em outros momentos, a autora usa o "nós inclusivo" que abarca, de forma especial, além de si própria, a sociedade negra e a sociedade branca, tal como no enunciado:

T2: A carnavalização das **nossas** relações raciais escamoteia a rigidez da segregação espacial e social que separa negros e brancos.

Às vezes, a autora usa o *nós* que inclui a si própria e os leitores negros, mas exclui leitores de "outras raças", ou seja, o leitor branco, alvo de todas as comparações mostradas em seu texto, com a finalidade de comprovar "práticas discriminatórias presentes em nossa sociedade":

T2: Somos oficialmente 45 por cento da população do país e apenas 2 por cento de nós adentram o ensino universitário.

Em grande parte das interações dialógicas com seu interlocutor real – T1, César Benjamim - a autora T2 (Sueli Carneiro) - toma-lhe a palavra como objeto de refutação. Trata-se de uma forma de discurso *bivocal* que Bakhtin (1963/2002)

chama de *polêmica aberta*: o discurso do autor está orientado para o discurso refutável do outro, que é o seu objeto. Todavia, mesmo que o surgimento do discurso do outro se dê de forma explícita no enunciado do autor, muitas vezes essa variante de discurso mescla-se com a *polêmica velada*, fazendo com que haja uma interrelação entre as tonalidades de uma e de outra, sempre com uma tensa mirada no discurso do outro, tais como nos excertos:

T2: César Benjamim **deixa deliberadamente de fora** os estudos atuais sobre as desigualdades raciais existentes no Brasil [...] **Silencia** também sobre as evidências da exclusão dos negros [...] **intencionalmente passa por cima** do processo histórico que produziu essa desigualdade **ocultando** os benefícios materiais e simbólicos auferidos pelos brancos [...].

T2: A carnavalização de nossas relações raciais **escamoteia** a rigidez da segregação espacial e social que separa negros de brancos. **Ignora solenemente** a concentração dos negros nas favelas, palafitas, cortiços, nas periferias das grandes cidades. Ou seja, encontra-se naturalizado o paradigma casa-grande e senzala, por isso trata-se com quase **absoluta indiferença** essas desigualdades sociais.

T2: É nisto que reside a perversidade do racismo brasileiro: na **negação patológica** da dimensão racial das desigualdades sociais [...] nos eufemismos que são usados para **mascará-las** [...] na **intransigente recusa** de instituição de qualquer mecanismo redutor das desigualdades raciais [...] na defesa **maníaca** de proposta que **postergam** para as calendas o enfrentamento dessa realidade.

Nesse caso, o autor integra palavras e maneiras de dizer do discurso de outrem, colocando-as abertamente entre aspas e lhe dá uma *coloração*, buscando efeitos que sugiram uma certa individualização discursiva. Trata-se do *discurso indireto analisador da expressão*.

Percebe-se, nos excertos, que para desqualificar o adversário T1, o polemista T2 usa escolhas lexicais que são coloridas com uma acentuação apreciativa, de “desvio” de comportamento. Os adjetivos: “*patológica*”, “*maníaca*”, “*sádica*”, e o substantivo “*vício*” caracterizam uma conduta que está na contramão da ética, da moral e dos bons costumes aceitos pela sociedade. Outras escolhas de intensa entonação apreciativa explicitam um sentido de “má fé”, tais como: os advérbios

deliberadamente”, *“intencionalmente”*; a expressão *“absoluta indiferença”*; as construções verbais *“deixa de fora”*, *“inventar”*, *“confundir”*, *“silencia”*, *“passa por cima”*, *“ocultando”*, *“escamoteia”*, *“ignora solenemente”*, *“Intransigente recusa”*, *“postergam”*, *“mascará-las”*.

De forma semelhante ao T1, o autor T2 utiliza as mesmas formas verbais: presente progressivo, nos dois primeiros enunciados; pretérito perfeito, nos dois seguintes; e presente omnitemporal ou gnômico nos dois últimos:

T2: [...]em que o elogio à mestiçagem e a crítica ao conceito de raça **vem se prestando** historicamente, não para fundamentar a construção de uma sociedade efetivamente igualitária[...]

T2: A constatação da inexistência das raças e de que a diversidade intragrupos é maior do que entre os grupos diferentes, que a ciência **vem nos revelando** nos últimos tempos, não tem impacto sobre as diversas manifestações de racismo e discriminação[...]

T2: O DIEESE, em parceria com o Inspir (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial), **realizou** outro estudo amplamente divulgado, o Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho[...]

T2: O conceito de raça se **instituiu** para justificar a dominação, a escravidão e a grupo racial sobre outro[...]

T2: [...] as diversas manifestações de racismo e discriminação em nossa sociedade e em ascensão no mundo, o que **reafirma** o caráter político do conceito de raça e a sua atualidade, a despeito de sua insustentabilidade do ponto de vista biológico

T2:Na defesa maníaca de propostas que **postergam** para as calendas o enfrentamento dessa realidade.

Além de buscar guarida nesses supradestinatários - ciências exatas e órgãos autorizados a auferir dados estatísticos - a autora insere observações e conclusões fazendo uso do discurso intercalado, tal como nos excertos:

T2: Intencionalmente, César Benjamin passa também por cima do processo histórico que produziu essas desigualdades, ocultando os benefícios materiais e simbólicos auferidos pelos brancos:

- da escravização dos negros, a principal fonte da acumulação primitiva de capital do país e da construção da riqueza das elites que se revezam no poder no Brasil;
- da forma como se processou a “abolição” da escravidão, sem qualquer tipo de reparação aos negros pelos séculos de trabalho escravo e sem a

implementação de qualquer política de integração social da massa escrava “liberta”;
– da indiferença social em relação às ações dos órgãos de repressão e dos grupos de extermínio sobre as populações pobres, majoritariamente negras.

A autora parece sentir a força da possível réplica do outro e antecipa os temas básicos do discurso direto, de forma intercalada, dando-lhe o colorido que convém ao seu intento. Trata-se do *discurso direto preparado*.

Nesse jogo linguístico-enunciativo-discursivo flagramos enunciados com tonalidades irônicas, em que a autora indica ao leitor que ali existe uma espécie de farsa ou simulação, isto é, usa uma estratégia discursiva que “cria um contexto de incongruência entre um sentido positivo e um negativo, em que a marca de literalidade deve ser recusada pelo interlocutor”(BENETTI, 2007, p.41), tal como em:

T2: Portanto, o negro é apenas uma realidade estatística para deleite acadêmico.

O encadeador discursivo-argumentativo de conclusão – “portanto” - que inicia esse enunciado, traz latente a palavra do “outro”, T1, que o autor T2 assimila, reelabora, reacentua e refuta. Para isso, T2 vale-se de um tom totalmente irônico que permite ao leitor perceber a constituição de um conjunto de representações sociais: uma postura de exaltação e de indignação, em que T2 demonstra que quer justamente dizer o contrário do que enunciou. Vejamos outra construção irônica:

T2:Diz Benjamin que, em vez das cotas, “melhor... seria, por exemplo, garantir uma escola pública universal, gratuita e de boa qualidade, onde todas as crianças convivessem juntas e recebessem a mesma educação fundamental”. Enquanto a escola pública de qualidade não vem, os negros **devem esperar, de preferência “bem quietinhos”**, pois a reivindicação de na raça é, como diz o autor, “especialmente reacionária”.

Evidencia-se o sarcasmo em tonalidade altamente irônica, por parte da autora T2. Da mesma forma, fica evidente que ela quer dizer exatamente o contrário: “que não se deve ficar esperando bem quietinho, mas sim agir”. Aciona-se no interlocutor a presença de um sentido-primeiro, que por contraponto às aspas – palavras do outro que a autora não assume – é “descartada” como absurdo, construindo-se o sentido segundo. O discurso irônico joga com a ambiguidade e convida o

destinatário à participação ativa na condição de co-produtor da significação (BRAIT, 1996). Esse excerto pode ser identificado como *discurso direto esvaziado*, pois a autora o constroi de maneira que “a caracterização objetiva do herói, feita pelo autor, lança espessas sombras sobre o seu discurso direto” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 1929/1995, p. 166), ou seja, não deixa claro, no discurso direto, o que é proferido e o que é citado.

Em vários enunciados, a autora T2 deixa claro o discurso de outrem por meio da utilização de um modalizador explícito, como nos enunciados a seguir:

T2: “Vivemos num país em que **segundo** os estudos realizados pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), há 53 milhões de pobres e, desses, 22 milhões são indigentes . E 65 por cento e 70 por cento, respectivamente, desses pobres e indigentes são pessoas negras.”

T2: O Brasil em 1999 foi classificado como um país de desenvolvimento humano mediano, ocupando a 7ª posição **segundo** o Índice de Desenvolvimento Humano [...].”

T2: “Todavia, quando os indicadores de desenvolvimento humano são desagregados por sexo e raça da população negra do Brasil, **conforme** elaborado pela Federação de Associação de Órgãos de Assistência Social e Educação (FASE), evidenciam o impacto do racismo [...].”

Nesses enunciados, o emprego de orações subordinadas conformativas – introduzidas pelos conectores lógico-semânticos “*segundo*” e “*conforme*” - trazem outras vozes que estão em consonância com a ideia defendida pela autora T2. Ou seja, são introduzidas vozes autorizadas, de outras esferas da comunicação - das ciências exatas como a matemática, a estatística; e de Institutos de pesquisa - para reforçar o ponto de vista que a autora quer defender e para garantir a adesão e a cumplicidade do leitor a esses argumentos.

Dentre os recursos utilizados na apreensão e citação da palavra alheia, a autora T2 usa verbos discendi os quais, mesmo indicando uma ação natural de um discurso, não assumem neutralidade ao se referirem à voz do outro. Por meio dessa variante, a autora manifesta seu posicionamento ideológico e articula suas entonações avaliativas. Trata-se de uma variante denominada, pela teoria bakhtiniana, de *discurso indireto analisador da expressão*. É uma forma muito utilizada em textos

que circulam na esfera jornalística, tal como nesse artigos de opinião analisados. Vejamos alguns exemplos:

Vozes reportadas	Verbos discendi
César Benjamin	a propósito de questionar a adoção de cotas para negros, reproduz a fórmula clássica do <i>modus pensante e operandi</i> nos marcos de nossa democracia racial[...]
[...]historiador Antony Mark em seu livro Making Race and Nation	onde ele afirma que: “Raça é uma questão central da política...porque o uso que as elites fizeram e fazem da diferença racial foi sempre com o objetivo de provar a superioridade branca e assim manter seus privilégios, à custa da escravidão e exploração[...]
A análise de César Benjamin	deixa deliberadamente de fora os estudos atuais sobre as desigualdades raciais existentes no Brasil
Dados divulgados pelos ministérios do Trabalho e da Justiça na publicação <i>Brasil, Gênero e Raça</i>	demonstraram os diferenciais no rendimento médio nacional entre negros e brancos em salários mínimos[...]
[...]a desagregação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) para negros e brancos	que revela a magnitude da desigualdade racial no Brasil[...]
[...]indicadores de desenvolvimento humano[...]elaborado pela Federação de Associações de Órgãos de Assistência Social de Educação (FASE)	evidenciam o impacto do racismo, fazendo com que o IDH relativo à população negra do Brasil ocupe a 108ª posição, em contraponto ao da população branca, que ocupa a 49ª posição.
O autor (César Benjamin)	diz (que) a reivindicação de política específica baseada na raça é “especialmente reacionária”.
[...]a avaliação dessas políticas empreendida pelo IPEA	constatou que, apesar da democratização do acesso ao sistema educacional[...] a diferença de escolarização de negros e brancos mantém-se inalterada.
<i>No Rio de Janeiro, os estudos</i>	chegam às mesmas conclusões: 70 por cento das pessoas mortas por policiais são negras ou pardas.
<i>Relatório sobre acidade de São Paulo</i>	diz que a raça é um fator que influencia nas mortes por assassinato: “Quanto mais escura é a pele da pessoa, mais suscetível ela está de ser vítima da polícia”.

Quadro 3 - Vozes reportadas em T2

A autora dialoga com instituições autorizadas apreendendo-lhe o discurso e citando-o, ora analisando os dados e as informações, ora conferindo-lhe uma entonação apreciativa de acordo com seus objetivos. Mesmo tratando-se de dados informativos, revestem-se de uma tonalidade que sinaliza o posicionamento da autora buscando guarida junto a esse supradestinário (instituições autorizadas). Faz citações de dados estatísticas e históricos; de fatos da experiência cotidiana; de dados de órgãos como o do IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do DIEESE, em parceria com o Inspir- Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial; do PNU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; da FASE - Federação de Associações de Órgãos de Assistência Social e Educação.

Percebe-se, com nitidez, que o discurso da autora centra-se em rebater o posicionamento de T1 e em evidenciar os dados de vários institutos de pesquisa governamentais e não governamentais a respeito do mapa da exclusão social do negro na sociedade brasileira.

Enfim, pela análise, fica evidente que da mesma forma que T1, a autora T2 usa variadas formas de apreensão e inserção do discurso do outro, dialogando com diferentes esferas da comunicação discursiva. Conforme dissemos, a autora defende o ponto de vista de que negar a realidade social e biológica de raça e sua história de discriminação é um ato que serve à legitimação da dominação e à perpetuação da desigualdade.

Antes de iniciar a análise do artigo seguinte, T3, fazemos aqui um parêntese para explicar que os três últimos artigos do corpus - T3, T4 e T5 - encontram-se na mesma edição da revista, setembro/2002. Trata-se do número da revista cuja capa C1 analisamos em primeiro lugar, por motivo de sua total consonância com o tema das cotas, conforme descrevemos anteriormente. Nesse número, a revista restitui a sequência ao tema emitindo as seguintes explicações no sumário, localizado na página 3: *“Debate: as cotas para negros. César Benjamin (contrário) responde a Sueli Carneiro, Aarão José Reis e Marcos Frenette (a favor)”*. E, no interior da revista, da página 18 à 22, distribui-se a sequência dos três textos. No canto esquerdo de cada uma dessas páginas, em toda a sua extensão vertical, ocupando todos os 33 centímetros, aparece a metade de uma das letras da palavra NEGRO. As letras são diagramadas em caixa alta e preenchidas de preto, com traços de 5 centímetros de espessura. (cf. p. 206, fig. 12).

Na página de início dos artigos, página 18, aparece, na extensão esquerda, na coluna um, parte da letra N, e, sobreposto a essa grande letra, no canto inferior do lado esquerdo da página, uma nota explicativa com a finalidade de fazer o destinatário entender ou retomar o desenvolvimento da interação verbal dessa cadeia de comunicação:

Na Caros Amigos de **junho último**, César Benjamin escreveu um artigo ("Tortuosos Caminhos") sobre a adoção de cotas para negros no serviço público (20 por cento). **Na edição seguinte, julho**, Sueli Carneiro, diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra, rebateu os argumentos de Benjamin. **Ao mesmo tempo**, dois outros estudiosos do tema – Samuel Aarão Reis e Marco Frenette – enviavam para a redação textos também criticando a

posição de **nosso** articulista. São os que publicamos **agora**, juntamente com a resposta tríplice de Benjamin.

O enunciador se instaura discursivamente por meio do pronome possessivo “*nosso*” em “*nosso articulista*” (“nosso: do corpo editorial da revista *Caros Amigos*). Esse *nós* que enuncia é um “*nós exclusivo*”, já que se restringe apenas à *Caros Amigos* (equipe de produção, articulistas, colaboradores) sem incluir o leitor usual da revista nem os interlocutores debatedores que são apresentados.

Os indicadores temporais de “*junho último*”, “*na edição seguinte, julho*”, “*ao mesmo tempo*”, e “*agora*” apontam para o percurso da revista no momento de embates sobre as cotas, em que ela assumiu um posicionamento; os momentos em que recebeu as réplicas dos interlocutores; e o momento - mês de setembro - em que estava publicando os outros textos da série polêmica.

Nesse enunciado de apresentação, o autor que primeiramente refutou o artigo do articulista, *César Benjamin*, foi identificado pelo nome e pelo lugar social que ocupa – “diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra” –, assim como os outros dois debatedores – “dois outros estudiosos do tema”. Já César Benjamim teve acrescido ao seu nome o lugar que ocupa na revista – “nosso articulista”. Novamente aparece a marca pessoal do enunciador, por meio da primeira pessoa do plural da forma verbal “publicamos” que se configura, também, como “nós exclusivo” (refere-se ao corpo editorial da revista e exclui os outros interlocutores). Essas marcas funcionam como estratégia de distanciamento, de assimetria na relação do enunciador, em seu papel institucional, com o destinatário. Pressupõe o compartilhamento de interesses e a cumplicidade apenas entre o corpo editorial e os colaboradores da revista.



Figura 12 - Texto 3 T3 – Caros Amigos- setembro, 2002, p.18 - 19

Ainda no início da sequência, entre as páginas 18 e 19, em que se vai “soletrando” a palavra NEGRO, aparece parte da letra E. Entre essas duas letras – N e E - e entre as duas páginas que se abrem formando uma única extensão em seis colunas, aparece no alto, na página da esquerda, a epígrafe: “*Debate quente*”, em caixa alta, de dois centímetros. Logo abaixo, vem a palavra NEGROS - para onde incide o foco de visão - ocupando a parte alta central das páginas da esquerda e da direita. Essa palavra encontra-se destacada em caixa alta, no tamanho de 7,5 centímetros.

Passamos, agora, para a análise dos três últimos textos que fazem parte de nosso corpus, conforme sequência apresentada.

Texto 3 – T3 - setembro/2002 - “Nosso bloco está disposto e é bonito, também temos o direito de desfilar na avenida” de Samuel Aarão Reis

O terceiro texto - T3 - que compõe o corpus “*Nosso bloco está disposto e é bonito, também temos o direito de desfilar na avenida*”, escrito por Samuel Aarão Reis - assessor da Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro - ocupa parte da página 18 e duas colunas da página 19, da edição de setembro.

Esse título, que se constitui um enunciado, encontra-se abaixo da chamada maior da página - *Debate quente – NEGROS* - em três linhas, com letras de um centímetro, em caixa alta. Devido à composição gráfico-textual da página, o título do texto, num primeiro olhar, aparenta ser o subtítulo. No canto direito, abaixo do título, há a assinatura do autor Samuel Aarão Reis. Esse autor, por meio de indicadores linguístico já presentes no título - o pronome possessivo “*nosso*” (em *nosso bloco*) e a forma verbal “*temos*” - marca-se como enunciador solidário ao destinatários - “bloco dos negros”. No entanto, esse “*nós*” exclui os leitores brancos e também a revista *Caros Amigos*, que motivou o debate por ter assumido posição contrária à adoção da política pública de cotas.

Além de se instaurar como sujeito enunciativo, já no título de texto, o autor utiliza, ao longo do artigo, o *nós* ora inclusivo ora exclusivo:

T3: Será que **vamos** hoje discutir se os negros têm ou não uma cultura própria, rica, específica?

T3: “**Queremos** ver respeitada **nossa** diferença em tudo aquilo que diga respeito à **nossa** identidade cultural, e **queremos** ser iguais em tudo aquilo que diga respeito à cidadania”, é a bandeira dos movimentos negros.

No primeiro enunciado, o *nós* é inclusivo: o autor se inclui e inclui também a revista, os leitores e outros possíveis interlocutores. De forma diferente, no segundo enunciado, o *nós* é exclusivo, pois o autor se inclui como classe negra, solidarizando-se com os movimentos negros pró-cotas, inclui-se nas lutas e reivindicações e exclui a revista, interlocutores e leitores que não sejam negros.

O autor T3, Samuel Aarão Reis, começa seu artigo com o enunciado: *Brasil, país de mestiços. Que beleza!* (Enunciado esse que irá perpassar toda a arquitetura de seu texto). Percebe-se que tal enunciado responde aos dizeres de César Benjamin, em T1 que tentou provar com dados das ciências e da biologia que o conceito se raça não existe, que “é um conceito ideológico e cultural”. Em T1, o autor conclui que “*como resultado, não somos nem brancos nem negros – somos mestiços*”.

T3, que se mostra favorável às cotas, responde aos argumentos de T1 fazendo ressoar personagens e aspectos sócio-culturais advindos da memória coletiva e colocando na cena enunciativa Darcy Ribeiro, Jorge Amado, Carnaval,

migração, religião, refutando a mestiçagem e imprimindo sua entonação avaliativa para mostrar que “a mestiçagem não passa de uma solução original, brasileira, para evitar o conflito entre as raças, pois essa luta [segundo ele] era, como ainda é, hoje, política, ideológica e cultural”. O autor argumenta que a ciência já tentou desmistificar a existência de raças e a superioridade de uma sobre as outras.

No enunciado: *Brasil, país de mestiços. Que beleza!* percebe-se o discurso refletido do outro em que a bivocalidade instaura uma polêmica de orientação *velada* com tonalidade irônica. O discurso do outro determina o discurso do autor e isso muda radicalmente a semântica da palavra “beleza”: ao lado do sentido concreto, surge um sentido segundo cuja orientação está centrada no discurso do outro. O colorido polêmico do discurso manifesta-se na entonação (BAKHTIN, 1963/2002).

A expressão “*país de mestiços*” - que funciona como aposto de “Brasil” e que é utilizada de forma repetida pelo autor T3 - sinaliza a tensão gradativa com o discurso do outro, à medida que ele vai colorindo com entonação irônica os argumentos centrais que aparecem no discurso de T1: “[...] *não somos nem brancos nem negros – somos mestiços. Biologicamente e culturalmente mestiços*”.

Entendemos que o enunciado “*Brasil, país de mestiços. Que beleza!*” sugere uma espécie de compartilhamento de saberes que devem estar disponíveis na memória desses dois interlocutores, por meio do qual o discurso irônico de T3 recria o tom da enunciação fornecendo, ali, os indicadores de que pretende construir um sentido-segundo, que se caracteriza por uma antífrase: *Que beleza!* O autor T3 quer, justamente, dizer o contrário do que esse enunciado significa.

Essa movimentação tensa é perceptível na sequência do texto, como se o autor T3 retomasse o texto de T1, lançasse uma mirada em cada parágrafo e quisesse reforçar o matiz de sua entonação, tendo em vista a possível reação de seu interlocutor. O resultado é a entonação avaliativa bem marcada, o colorido intenso, na repetição do enunciado com a palavra “mentira”, em substituição à palavra “beleza” que usou com sentido-segundo : “*Brasil, país de mestiços. Que mentira!*”

O conflito se intensifica tanto que na outra mirada que o autor dá em T1, é como se reconhecesse a força do enunciado do outro e jogasse todas as cores possíveis ao repetir o novo enunciado: “*Brasil, país de mestiços. Aqui, ó !*” Essa gradação sarcástica - “*Brasil, país de mestiços. Que beleza!*” “*Brasil, país de mestiços. Que mentira!*” “*Brasil, país de mestiços. Aqui, ó !*” - que vai surgindo ao

longo do texto e intercalando os argumentos de T3, faz supor o “fechamento” da atitude responsiva irônica do autor T3 para com o interlocutor T1, em forma de xingamento ou um gesto obscuro que demonstre desprezo, ódio, total discordância ao discurso de T1, que proclama ser o Brasil um país de mestiços ao enunciar: “*Como resultado, não somos nem brancos, nem negros – somos mestiços. Biológica e culturalmente mestiços*”.

Essa forma de atitude responsiva ativa encontra-se explicada nas abordagens do Círculo quando Bakhtin (1979/2003) alega que a *atitude responsiva ativa* manifesta-se também em forma de silêncio, de ação, de execução, de comportamento, de pensamento, de gestos, além de palavras.

Na sequência do artigo T3, percebe-se o insistente colorido irônico e exaltado, em que, veladamente, o autor refuta os argumentos de seu interlocutor T1, tal como posto no excerto:

T3:“O que é isso de identidade cultural? Somos todos brasileiros (mestiços?...), identidade cultural é invenção dos negros americanos, isso não existe aqui, isso é querer ir para o gueto”.

Aqui, o autor se vale de outros recursos linguístico-discursivos como aspas, reticências, parênteses, interrogações que são sinalizações importantes na construção dos sentidos. Integra palavras e maneiras de dizer do discurso de outrem de tal forma que sua subjetividade é mais claramente percebida. Ou seja, o autor dá uma *coloração* à fala do outro: como T1 centrou-se no discurso da mestiçagem, T3 refuta-o e ataca-o valendo-se de diferentes entonações apreciativas.

Outras vezes, ao perceber a força da réplica do outro, o autor articula uma brusca mudança na estrutura sintática e na acentuação apreciativa. O discurso do outro não está ali concretamente presente, “mas projeta sua sombra e deixa vestígios” sobre o discurso. Esses vestígios, com coloração intensa, podem se percebidos nas aspas e no discurso intercalado:

T3: Darcy Ribeiro e Jorge Amado brigavam na primeira metade do século passado contra setores conservadores da sociedade brasileira, com alguma influência no poder, defensores da “**pureza e da superioridade da raça branca**”, setores racistas, portanto, identificados com as ideias **nazistas** que então avançavam através do. Naqueles anos, após o fim da escravidão (**aliás, o Brasil foi o último dos países a acabar legalmente com o regime escravo**), os **racistas** brasileiros estavam preocupados em

"extirpar" do nosso país a **"mancha social"** formada pelas populações negras e mestiças.

T3: A capoeira também foi **proibida**. Ensinada e aprendida às **escondidas**, os mestres eram **perseguidos**, **presos**, **obrigados** a mudar de cidade. Um ataque geral a todas as manifestações públicas da cultura negra. **(Como se sabe, para destruir um povo, não é necessário matar cada uma das pessoas que o formam, é suficiente desmoralizar sua cultura.)**

T3: Naqueles anos, quem fosse progressista, contra o **racismo** e o **nazismo** defendia a necessidade da comunhão entre as raças, que passou a ser **confundida** com a mestiçagem – **uma solução original, brasileira, para evitar o conflito entre as raças**. A luta era, como ainda hoje, política, ideológica, cultural, sem abandonar o campo científico[...]

Observa-se que há uso frequente de inserções de observações e/ou conclusões intercalados entre parênteses ou entre travessões duplos, em que os temas básicos do discurso direto são antecipados pelo contexto e coloridos pelas entoações do autor. É a variedade de apreensão e transmissão da palavra alheia que a perspectiva bakhtiniana denomina de *discurso direto preparado* e até faz uma interessante análoga para explicar, dizendo que o discurso direto “emerge como que de dentro do discurso indireto – “como as esculturas de Rodin, em que a figura só parcialmente emerge da pedra” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV 1929/1995, p.164).

O autor T3 busca efeitos que sugiram uma certa individualização discursiva, como se as palavras fossem do autor T1, seu destinatário real. Para seu intento, a palavra alheia muitas vezes é colocada abertamente entre aspas: “pureza e da superioridade da “raça branca”, “setores racistas”, “extirpar”, “mancha social”. Bakhtin/Volochínov (1929/1995) denominam esse tipo de discurso de *discurso indireto analisador da expressão*. Por meio dessa variante, o autor manifesta seu posicionamento ideológico e articular suas entonações avaliativas. Aqui, pode-se dizer que há, também, características do *discurso direto esvaziado*, pois o autor não deixa claro no discurso direto o que é proferido e o que é citado.

O colorido da entonação de T3 tem por objetivo mostrar que os negros são discriminados e não têm espaço na sociedade brasileira – daí o ativismo à favor das cotas. Esse colorido pode ser percebido também nas palavras que negritamos nos excertos (além das observações intercaladas). O discurso do autor T3 é marcado

por escolhas lexicais que apresentam entonação valorativa de acusação ao racismo, ao preconceito, à opressão: “escravidão”, “racistas”, “extirpar”, “mancha social”. “racismo”, “nazismo”, “proibida”, “escondidas”, “perseguidos”, “presos”, “obrigados”.

Além das inserções de pequenas observações e/ou conclusões intercaladas entre parênteses ou entre travessões duplos, o autor T3 abre espaço no texto para inserir o discurso do outro de forma mais aparente. Menciona dados levantados por estudos e pesquisas, especialmente das duas últimas décadas que, segundo o autor, mostram a situação de brancos, negros e pardos.

São discursos já-ditos das ciências exatas como a matemática e a estatística, de que o autor se vale para citar dados numéricos; relatórios; pesquisas a respeito de renda, salário, educação, segurança, infância, mortalidade, entre outros, e tem por objetivo reforçar seu posicionamento a favor das cotas e polemizar o discurso do outro que é contra essa política. T3 Intercala dados baseados em provas concretas, procurando respaldo para suas intenções. Exemplificamos:

“Os dados levantados pelas pesquisas e estudos não deixam margem para dúvidas” (enunciado que introduz os dados intercalados).

Renda e salário – O salário médio de um negro é de 2,61 salários mínimos; já um pardo ganha 2,71; enquanto um branco, 5,6 salários mínimos. Famílias com renda de até meio salário mínimo: brancas, 12 por cento; pardas, 24,5 por cento; negras, 30,4 por cento.[...] Entre os 10 por cento das pessoas com maior renda no Brasil, 90 por cento **são** brancas. Já entre as 10 por cento com menor renda no Brasil, 70 por cento são negras e pardas. (**Mesmo** com a estabilidade econômica do real, nesta última década, **não houve** uma redução das diferenças raciais, segundo o IPEA.).

Educação – Um branco tem em média 7,5 anos de estudo, e os negros e pardos têm 5,1. O analfabetismo é maior entre os negros e pardos (21,6 e 20,7 por cento) que entre os brancos (8,4 por cento). **Ainda que** tenha havido progressos nas últimas décadas para o conjunto da população tanto na média de anos de estudo como nas taxas de analfabetismo, a diferença entre brancos, pardos e negros se **manteve** estável. E, com a mesma escolaridade, negros e pardos **ganham** em média 20 por cento menos que os brancos.

Segurança – Relatório sobre a cidade de São Paulo diz que a raça é um fator que influencia nas mortes por assassinato: **"Quanto mais escura é a pele da pessoa, mais suscetível ela está de ser vítima da polícia"**.[...]70 por cento das pessoas mortas por policiais **são** negras ou pardas. Nos presídios estão 76,8 de brancos para cada 100.000 habitantes e 280,5 de negros e pardos. Para os mesmos crimes, estes últimos **recebem** penas maiores.

Infância – Entre as crianças que trabalham 62 por cento **são** negras e pardas. A mortalidade infantil é de 29 por 1.000 nascidos para os brancos e 53 por 1.000 para os negros e pardos.

Observa-se que, nos dois primeiros enunciados, o autor utiliza os operadores de relações discursivas argumentativas: “mesmo” e “ainda que”, respectivamente, para introduzir suas entonações avaliativas, seu posicionamento. No terceiro enunciado, traz uma citação direta, para comprovar os números e dar veracidade às suas intenções.

Essas citações são marcas que denotam uma entonação de verdade incontestável e absoluta – os próprios verbos no presente do indicativo corroboram essa noção - por meio dos quais T3 se mostra solidário ao movimento negro em favor das cotas.

Como se vê, há nos artigos grande consonância com o discurso veiculado nas capas que fazem parte do *corpus*: a partir de retomadas de discursos de uma memória sócio-histórica, os enunciados fazem ressoar o discurso da desigualdade, da exclusão e da marginalidade do negro na sociedade brasileira,

Da mesma forma que em T1 e em T2, encontram-se as mesmas formas verbais em T3: presente durativo, nos dois primeiros enunciados e pretérito perfeito, nos dois últimos, tal como se pode observar:

*T3: No Rio de Janeiro, os estudos **chegam** às mesmas conclusões: 70 por cento das pessoas mortas por policiais são negras ou pardas.*

*T3: Quem luta pela transformação precisa estar atento ao surgimento dos novos atores e forças sociais. Que **começam** pequenos, mas **marcam** presença, pois **sacodem** a mesmice, **bagunçam** a rotina, **viram** a mesa, **questionam** as maiorias acomodadas, **põem** novas questões para a sociedade.*

*T3: Outra pesquisa **definiu** o grupo de risco nos casos de assassinatos no Rio de Janeiro: tem mais possibilidades de morrer quem é negro ou pardo[...]*

*T3: Os dados levantados pelas pesquisas e estudos não **deixaram** margem para dúvidas.*

Além disso, de forma semelhante aos outros autores, T3 também utilizou verbos discendi para citar o discurso do outro, fazendo-lhe arranjos com as

entonações avaliativas que convém aos seus objetivos, conforme se pode constatar no quadro:

Vozes reportadas	Verbos discendi
Jorge Amado	defende em seus romances tese semelhante: não haveria nenhum brasileiro que não fosse mestiço, mistura de brancos, índios e negros, e justamente daí nossa criatividade e beleza.
Darcy Ribeiro e Jorge Amado	brigavam na primeira metade do século passado contra setores conservadores da sociedade brasileira, com alguma influência no poder, defensores da “pureza e da superioridade da raça branca”, setores racistas, portanto, identificado com ideias nazistas com então avançavam através do mundo.
Darcy, Jorge Amado e outros tantos	debochavam daqueles brancos arrogantes que se achavam a raça pura: deixem disso, besteira isso de raça pura, isso não existe, todos nós somos mestiços.
[...]quem fosse progressista, contra o racismo e o nazismo	defendia a necessidade da comunhão entre as raças que passou a ser confundida com a mestiçagem[...]
[...]várias pesquisas e estudos	[...]vieram demonstrar que a tão falada mestiçagem do povo brasileiro era um engodo.
[...]os que pretendem a manutenção das desigualdades	levantam a bandeira da mestiçagem[...]
O próprio presidente da República, escorregando feio no preconceito	declara que “tem um pé na cozinha”.
Darcy Ribeiro, Jorge Amado	não perceberam o passar do tempo, que a bandeira que tinham levantado em sua juventude havia mudado de mãos[...], defendia hoje interesses outros contrários.
[...]novos atores e forças sociais	[...] questionam as maiorias acomodadas, põem novas questões para a sociedade.
Uma sociedade multicultural	reconhece e mais do que isso valoriza as diferentes culturas que se desenvolvem em seu meio.
Os descendentes de africanos no Brasil	mostraram ao longo dos anos de escravidão e opressão, a força de resistência de sua cultura, viva até hoje[...]
Senhores doutores	discutiam , com toda a gravidade que o assunto exigia, se os escravos tinham alma ou não.

Quadro 4 - Vozes reportadas em T3

Pelas análises e pelo quadro pode-se perceber que, como os dois outros debatedores, o autor T3 faz uso de diferentes formas de apreensão e inserção do discurso do outro, que vão além de mecanismos sintáticos mais comuns. Tenta desconstruir o conceito de mestiçagem em interação dialógica com discursos advindos de diferentes esferas (antropologia, literatura, cultura, entre outros), nelas buscando respaldo para tecer seu discurso. A entonação dada aos próprios verbos discendi mostra a sua indignação, o seu posicionamento extremamente tenso: *brigar, debochar, discutir*.

Texto 4 – T4 - junho/2002 – “Entre o Sonho e a Realidade” de Marcos Frenette.

O artigo T4 “Entre o Sonho e a Realidade” do jornalista Marcos Frenette - não articulista da *Caros Amigos* - publicado em setembro/2002, é uma réplica ao artigo de César Benjamin – T1 - publicado no mês de junho/2002. O texto de Frenette possui dezenove parágrafos e ocupa toda a página 20, que contém duas colunas, sendo uma, larga – de 16 centímetros – e a outra, com 8 centímetros. O título do artigo está no lado esquerdo superior, acima da coluna mais larga, grafado em caixa alta, com letras de um centímetro, na cor preta. Há, no canto esquerdo, a letra G de negro.



Figura 13 - Texto 4 T4 – Caros Amigos- setembro, 2002, p.20

A instauração do autor como sujeito enunciativo se dá apenas uma vez com a marca de primeira pessoa do singular e, outras vezes, com a marca de primeira pessoa do plural, tal como nos excertos:

T4: O artigo também afirma que **somos** todos "culturalmente mestiços". Não é bem assim. **De minha parte**, por exemplo, não **me** sinto e nem **me** vejo como mestiço.

T4: Deveríamos condenar esse tipo de "mestiçagem cultural", pois é lauto alimento para o cinismo e a hipocrisia. A verdadeira miscigenação ainda não aconteceu.

T4: Tentemos, entretanto, em lugar desse pente-fino no artigo em questão, entender de qual tipo de mentalidade ele é tributário.

T4: Pois bem, **tragamos** essa constatação filosófica e de método para o problema das políticas de cotas

T4: O segundo é este Brasil injusto e perverso que **conhecemos**.

Podemos perceber que apenas no primeiro enunciado, ao retomar o discurso de T1, o autor usa o *nós* exclusivo: inclui-se juntamente com os outros destinatários que são brasileiros e exclui os não-brasileiros. Já em todos os outros enunciados o *nós* é inclusivo, pois T4 inclui todos os destinatários reais e presumidos, e de forma especial a revista representada por César Benjamim – T1.

De forma semelhante aos três artigos anteriores, o autor T4 também usa as mesmas formas verbais: presente durativo, no primeiro enunciado; presente omnitemporal ou gnômico, nos dois seguintes e, o pretérito perfeito, no último.

T4:Conhecimento não **purifica** espíritos já poluídos pelo preconceito racial.

T4:A terra, certamente, não **é** plana; mas, com absoluta certeza, o preto **é** preto.

T4:O lugar da miscigenação **é** o terreno da neutralidade.

T4: Em filosofia existe o conceito de plano, que **designa** os diversos graus ou níveis da existência, cada um deles com características próprias e não redutíveis

T4: Maurício de Nassau **morreu**, Gustavo Capanema **morreu**, Anísio Teixeira **morreu**, Paulo Freire **morreu**, Darcy Ribeiro **morreu** – e muitos outros morrerão até surgir essa "escola pública universal".

Em outros momentos, o autor estabelece uma interação tensa com o destinatário T1, valendo-se de um processo discursivo irônico, recriando a tonalidade do discurso e fornecendo indicadores de que está interessado em construir um sentido segundo, conforme podemos perceber nos enunciados:

T4: Benjamin argumenta que a classificação de grupos humanos tendo como base a cor da pele é visível aos olhos e, como tal, evidente:
“Branco são branco e negro são negro. Porém, há muito tempo a ciência aprendeu a desconfiar das evidências. Também não é evidente que o Sol gira em torno da Terra? Não é evidente que a Terra é plana? O processo de conhecimento é sempre a superação de evidências”. **Isso quer dizer o quê? Que o preto é uma ilusão de ótica? Que um dia a ciência derrubará a teoria das cores de Goethe e o preto desaparecerá? A Terra certamente não é plana; mas com absoluta certeza o preto é preto.**

Nesse enunciado, a parte que está entre aspas faz remissão ao discurso alheio exatamente como foi proferido pelo autor T1. Liga-se a essa outra voz que faz gerar uma atitude responsiva ativa e ressonâncias dialógicas e liga-se, também, aos elos subsequentes da comunicação discursiva. Da mesma forma, a primeira pergunta e as outras subsequentes relacionam-se aos elos precedentes que as determinam, fazendo uma remissão irônica ao enunciado usado por T1.

As interrogações em *discurso direto retórico* constituem uma forma de interação dialógica em que ocorre uma co-enunciação. Tais perguntas exercem grande efeito sobre o interlocutor, pois o próprio colorido apreciativo antecipa as respostas que são supostamente previstas pelo autor.

Outras vezes, o autor articula uma repentina mudança na estrutura sintática e na acentuação apreciativa, ao perceber a força da réplica do outro, como nos dois excertos:

T4: Muitos enfeitam suas casas com magníficas estátuas africanas, elogiam a mulher negra e ridicularizam A Teoria das Desigualdades Raciais, de Gobineau – **fazem tudo isso ao tempo em que continuam perfeitamente racistas.**

T4: Mas que se pergunte a um negro se ele se sente culturalmente mestiço, e se descortinará um mundo psicológica e culturalmente dividido. Apesar das aparências (**aqui, sim, a ideia de "evidência" pode ser contestada**), pretos e brancos ainda têm sérias dificuldades em se misturar.

Essa mudança pode ser percebida no discurso intercalado e na entonação o que sinaliza a presença do discurso do outro na ocorrência de *discurso direto preparado*: o discurso direto emerge de dentro do discurso indireto.

Outras vezes, para acomodar-se aos objetivos do autor, a palavra alheia é colocada abertamente entre aspas:

T4: Deveríamos condenar esse tipo de "**mestiçagem cultural**", pois é lauto alimento para o cinismo e a hipocrisia. A verdadeira miscigenação ainda não aconteceu.

Com o uso das aspas, o autor dá uma coloração ao discurso para que surjam efeitos de uma certa individualização. Segundo a teoria do Círculo, trata-se do *discurso indireto analisador da expressão*. Por meio dessa variante, o autor pode manifestar seu posicionamento ideológico e articular suas entonações avaliativas.

Da mesma forma que T1, T2 e T3, o autor T4 apreende discursos alheios de diferentes esferas da comunicação discursiva e os cita utilizando modalidades diversas, a fim de construir seu posicionamento. A interação dialógica é tensa: O o autor T4 digladia com os enunciados de T1 e de todos os não favoráveis às cotas. Com o uso dos verbos *discendi* o autor articula formas às vezes sutis coloridas por entonações apreciativas que se acomodam aos seus objetivos. Os próprios verbos *discendi* já são escolhidos segundo os objetivos do autor, tal como se pode observar no quadro:

Vozes reportadas	Termos discendi
Benjamin	argumenta que a classificação de grupos humanos tendo como base a cor da pele é visível aos olhos e como tal evidente: "Branços são brancos e negros são negros[...]"
Sartre	escreveu que a maldição do negro é viver permanentemente encurralado na autenticidade da sua cor: a pele não é algo que se pode arrancar.

Benjamin	crê (que) nisso não há nenhum impedimento para o “processo de construção de uma sociedade mestiça”. Pelo contrário, isso ajudaria o negro a se reincluir nessa tal sociedade miscigenada com mais dignidade.
O artigo	também afirma que somos todos “culturalmente mestiços”. Não é bem assim. De minha parte, por exemplo, não me sinto e nem me vejo como mestiço.
[...]sendo comum o branco	desabafar : “Só poderia ser preto mesmo!” (quando brancos e pretos brigam entre si, as diferenças aparecem) [...]
Em Filosofia	existe o conceito de plano, que designa os diversos graus ou níveis da existência, cada um deles com características próprias e não redutíveis às características de outros graus ou níveis[...]
O filósofo francês Émile Boutrox	chamou (a isso) de “contingência da realidade”,
Esse equívoco intelectual permitiu a Benjamin	afirmar para criticar as cotas na universidade, que “deveríamos garantir uma escola pública universal, gratuita e de boa qualidade, onde todas as crianças convivessem juntas e recebessem a mesma educação fundamental”.

Quadro 5 - Vozes reportadas em T4

Pelas análises, percebe-se que o autor T4, em atitude responsiva ativa, centra seu discurso na refutação dos argumentos de T1 – que é contrário às cotas -, mas se expõe menos que os outros debatedores T2 e T3. Recorre a alguns filósofos e suas teorias, e também a outras vozes do cotidiano, para mostrar que o Brasil real é diferente daquele idealizado por T1 - seu destinatário real - e por todos os outros que também se posicionam contra as cotas. Considera que estes seus adversários usam argumentos fundamentados em um Brasil ilusório “*para desqualificar algo que visa uma interferência prática no Brasil real, concreto, e com realidades cotidianas e racistas facilmente verificáveis*”. Chega a admitir que a medida das cotas é “francamente antipática”, mas “*um tratamento de choque inadiável*”.

Artigo 5 - T5 - setembro/2002 - “Racismo Não” - de César Benjamim

Ainda no conjunto de artigos da edição de setembro, a *Caros Amigos* traz o texto T5 que é a tréplica de César Benjamim, articulista da revista, e se intitula: *Racismo Não*. Esse texto ocupa as páginas 21 e 22, sendo que, no canto esquerdo da primeira há a letra R e, na segunda, a letra O, ambas da palavra NEGRO - que abriu a página 18 desse número da revista. O título está na parte superior central, grafado em caixa alta, com letras de um centímetro, na cor preta.

O confronto se dá entre T5 e os opositores T2, T3 e T4, que refutam a seu primeiro texto e se posicionaram favoráveis às cotas. O autor T5 retoma os textos desses três adversários - que são seus destinatários reais – e se vale de diferentes formas de citação do discurso do outro, com entonações apreciativas coloridas por grande tensão. A interação torna-se mais conflituosa. O autor posiciona-se diante dos debatedores e de seus argumentos, ora frontalmente (*polêmica aberta*), ora de forma indireta (*polêmica velada*).

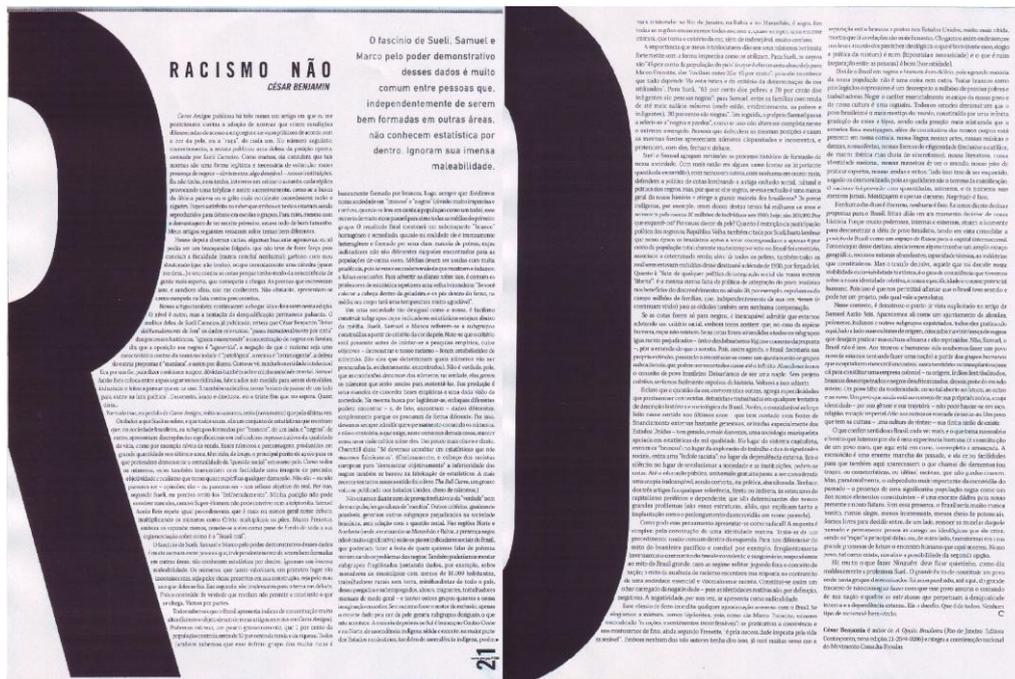


Figura 14 - Texto 5 T5 – Caros Amigos- setembro, 2002, p.21-22

O autor T5 instaura-se como sujeito usando várias vezes o pronome de primeira pessoa do singular “eu”, como nos dois primeiros enunciados seguintes. Na maioria das vezes, usa o *nós* inclusivo – incluindo a si próprio, os interlocutores debatedores e todos os brasileiros, como no terceiro enunciado. Outras vezes, lança mão do *nós* retórico, como no quarto enunciado (refere-se apenas a si próprio, mas usa o plural).

T5:Eu não tinha, nem tenho, interesse em estar o assunto, cada réplica provocando uma tréplica e assim sucessivamente, como se a busca da última palavra ou o grito mais estridente concedessem razão a alguém.

T5:Para mim, mesmo com a desvantagem de ter escrito primeiro, estava tudo de bom tamanho

T5:Abandonaríamos o conceito de povo brasileiro. **Deixaríamos** de ser uma nação. Sem projeto coletivo, **seríamos** facilmente expulsos da história.

T5:Se elogiamos a mistura, somos hipócritas, pois, como diz Marco Frenette, **estamos escondendo** "emoções e sentimentos inconfessáveis"; se **praticamos** a convivência e nos misturamos de fato, ainda segundo Frenette, "é pela necessidade imposta pela vida miserável".

Talvez, nesse último enunciado, utilize o pronome “nós” para se amplificar em uma pessoa mais maciça, mais solene e menos definida: é o “nós” de majestade. Em vários momentos, o autor T5 lança mão de escolhas lexicais que, pelas tonalidades avaliativas, desqualificam os adversários quanto ao desconhecimento, inconsistência e incoerência dos dados apresentados, tal como nos enunciados:

T5: “Os dados a que Sueli se refere [...] apresentam **discrepâncias significativas** [...], transmitem com facilidade uma imagem de precisão, objetividade e realismo que torna **supérflua** qualquer discussão.”

T5: “O fascínio de Sueli, Samuel e Marco pelo poder demonstrativo desses dados é muito comum entre pessoas que independentemente de serem bem formadas, **não conhecem estatísticas** por dentro. **Ignoram sua imensa maleabilidade**. Os números que tanto valorizam, em primeiro lugar, são **inconsistentes**, seja pelos **vícios** presentes em sua construção, seja pelo **mau uso** que deles fazem. Em segundo, são **irrelevantes** para o tema em debate. Pessoas que usam as mesmas fontes apresentam números **disparatados e incoerentes**.”

T5: “Dividir o Brasil em negros e brancos é um **delírio**; negar o caráter essencialmente mestiço de nosso povo e de nossa cultura é uma **cegueira**.”

Pode-se perceber que esses enunciados apresentam uma tonalidade forte de “negação”, “negatividade”, contida na materialidade dos prefixos e das próprias expressões, o que demonstra o forte entrecruzamento de valores sociais de interação contraditória (“**discrepâncias significativas**”; “**supérflua**” “**não conhecem estatística**”; “**ignoram sua maleabilidade**”; “**vício**”; “**mau uso**”; “**números inconsistentes, irrelevantes, disparatados, incoerentes**”, “**delírio**”, “**cegueira**”). Outras escolhas lexicais que compõem esses enunciados, embora não tragam

explicitamente a marca negativa, trazem-na implicitamente na acentuação colorida de seu significado: o adjetivo “supérflua” que significa **inútil** por excesso; **desnecessário**, que define o que **não** é essencial.

Outras escolhas lexicais trazem uma forte entonação apreciativa de negatividade: o substantivo “*vício*” que significa “defeito grave que torna uma pessoa **inadequada** para certos fins ou funções; inclinação para o mal; costume de proceder mal, desregramento habitual. Também o termo “*delírio*” que significa estado de obnubilação da consciência, isto é, estado de trevas, de escuridão, de **não** lucidez, de **não** iluminação. E o substantivo “*cegueira*” que também significa estado de quem tem a razão obscurecida (**sem** clareza), **falta** de lucidez, **falta** de bom senso (**não** lucidez).

Pode-se perceber nos enunciados de T5 que as formas de polêmica velada e polêmica aberta estão sempre interrelacionadas dialogicamente, fazendo com que o discurso apresente, ao mesmo tempo, articulações com tonalidades de uma e de outra sem que se possa fazer uma distinção.

Observa-se que em T5, como nos outros artigos analisados, há frequente uso de inserções de comentários intercalados entre parênteses, em que os temas básicos do discurso direto são antecipados pelo contexto e coloridos pelas entonações do autor. O discurso direto emerge como que de dentro do discurso indireto. É a variedade de citação direta do discurso alheio que a perspectiva bakhtiniana denomina de *discurso direto preparado*, tal como se pode observar nos enunciados:

T5: Logo, sempre que dividirmos nossa sociedade em "brancos" e "negros" (**divisão muito imprecisa e confusa, quando se leva em conta a população como um todo**), essa minoria de muito ricos puxará para cima todas as médias do primeiro grupo

T5: Note-se que o critério está presente antes de iniciar-se a pesquisa empírica, cujos objetivos – demonstrar o nosso racismo – **foram estabelecidos de antemão**. São eles que determinam quais números vão ser procurados (**e, evidentemente, encontrados**). Não é verdade, pois, que as conclusões decorram dos números; na verdade, elas geram os números que serão usados para sustentá-las.

Outras vezes, para seu intento, o autor T5 coloca a palavra alheia abertamente entre aspas:

T5:No lugar do sistema capitalista, entram os "**brancos**"; no lugar da exploração do trabalho e das desigualdades sociais, entra uma "**índole racista**"; no lugar da dependência externa, fica o silêncio; no lugar de revolucionar a sociedade e as instituições, pedem-se cotas.

T5:Não estamos diante nem de provas irrefutáveis da "**verdade**" nem de manipulações geradoras de "**mentira**". Outros critérios, igualmente possíveis, gerariam outros subgrupos prejudicados na sociedade brasileira, sem relação com a questão racial.

Em diversos momentos, fica evidente que o discurso do outro provoca cisões, evasivas, ressalvas, como pudemos perceber, também, nos outros quatro textos analisados – T1, T2, T3 e T4. Esse acontecimento mostra cada autor dando uma “mirada” na palavra alheia antes de dar sequência à polêmica. Essa “mirada” faz com que o autor tome consciência de si mesmo diante da palavra do outro. Nos textos anteriores, essa volta a si mesmo, depois de passar pela avaliação do outro, deu-se de forma constante, ora de forma aberta, ora de forma velada.

Em várias passagens de T4, o olhar do outro colaborando para a constituição da alteridade dos sujeitos do discurso dá-se de forma aberta, por meio do discurso intercalado. O autor dá uma mirada no discurso do outro - principalmente no dos autores debatedores e no dos leitores – e, por meio do discurso intercalado, em atitude responsiva, emite suas ressalvas, tal como nos enunciados abaixo:

T5: Houve depois diversas cartas, algumas bastante agressivas: eu só podia ser um branquinho folgado, que não teve de fazer força para concluir a faculdade (**nunca concluí nenhuma**); garboso com meu doutorado (**que não tenho**), ocupo comodamente uma cátedra (**quem me dera...**) e sou contra as cotas porque tenho medo da concorrência de gente mais esperta, que começaria a chegar. As pessoas que escreveram isso, e sandices afins, **não me conhecem**. Não obstante, apresentam-se como campeãs na luta contra preconceitos.

T5: [...]Como se vê, minha honestidade intelectual fica por um fio, para dizer o mínimo; surgem dúvidas também sobre minha sanidade mental.

T5: [...] E também radicaliza: corro "o risco de passar de um lado para outro na luta política". Desonesto, louco e direito, eis o triste fim que me espera. Quem diria...

Percebe-se, nesses enunciados, que o autor mira tensamente o discurso do outro e se manifesta prontamente, em atitude responsiva. No primeiro, mira o discurso do leitor comum; no segundo, o discurso de T2; e no terceiro, o discurso de T3.

Esse fenômeno é explicado pelas abordagens bakhtinianas, quando o filósofo russo trata da noção de excedente de visão e explica que nós não conseguimos nos ver por inteiro; necessitamos do olhar do outro para nos completar. Há, em nós, partes inacessíveis ao nosso próprio olhar que só são acessíveis ao outro. O outro sempre verá e saberá algo que nós, de nossa posição, diante dele, que nós próprios não podemos ver. É a exotopia do observador que, permitindo-lhe nos ver de fora, com o excedente de sua visão, de seu conhecimento, de sua posse, fará com que vejamos em nós mesmos algo a mais que não conseguiríamos ver. É a alteridade nos constituindo; é o outro em nós no nosso olhar sobre nós mesmos. (BAKHTIN, 1979/2003).

De forma semelhante aos textos anteriores - T1, T2, T3 e T4 - encontramos também em T5 as mesmas formas verbais: pretérito perfeito, nos dois primeiros enunciados e, presente durativo, nos três últimos:

T5:No número seguinte, coerentemente, a revista **publicou** uma defesa da posição oposta, assinada por Sueli Carneiro.

T5:Aos trancos e barrancos, nós **soubemos** fazer um povo novo (e estamos tentando fazer uma nação) a partir dos grupos humanos

T5:A escravidão é uma enorme mancha do passado, e ela **criou** facilidades para que também aqui aparecessem o que chamei de elementos (ou traços, ou características, ou ideias) racistas, que não predominaram

T5:Em uma sociedade tão desigual como a nossa, **é** facilímo construir subgrupos cujos indicadores estatísticos estejam abaixo da média.

T5:Dividir o Brasil em negros e brancos **é** um delírio, pois a grande maioria da nossa população não é uma coisa nem outra

Quanto aos já-ditos manifestando-se no fio do discurso, pode-se perceber que as formas de retomada produzem rupturas e deixam transparecer não só a dimensão de outros discursos exteriores que se intrometem no interior discursivo, mas também informações sobre o sujeito, sobre o enunciador, como acontece no enunciado:

T5: Os dados a que Sueli se refere [...] **transmitem com facilidade uma imagem de precisão, objetividade e realismo** que torna supérflua qualquer discussão.

O autor T1, por meio de uma oração subordinada adjetiva, retoma o enunciado do outro – os dados a que T2 se refere –, e critica sua falta de precisão, de objetividade e de veracidade, ou seja, de forma irônica, desqualifica o discurso alheio. O mesmo se dá no enunciado abaixo:

T5: Samuel repete igual procedimento, **multiplicando os números como Cristo multiplicou os pães.**”

Ao trazer a voz do discurso da esfera religiosa, como auxiliar de sua própria voz, afim de refutar o discurso de T3, o autor T5 faz uso da ironia criticando o exagero dos números apresentados pelo debatedor adversário. Usa o operador discursivo-argumentativo comparativo “como” que estabelece um sentido de conclusão a favor daquilo que T5 pretende argumentar. Vejamos outro enunciado em que o autor faz uso da ironia:

T5: “Os números não mentem jamais. **Mestiçagem é apenas discurso. Negritude é fato**”

Nesse enunciado, o contexto de incongruência é um tipo de antífrase, ou seja, os números mentem sim: “mestiçagem não é apenas discurso e negritude não é fato”. Assim, nesses dois últimos enunciados, o autor faz uma remissão irônica ao exagero de números, porcentagens e dados estatísticos que aparecem em T2, T3 e T4. Por meio das afirmações, nega, ironiza e atribui a responsabilidade dessa fala inadequada ao outro, colocando-o em cena na sua enunciação.

De forma semelhante aos outros artigos, T5 utiliza verbos *discendi* para fazer citação da palavra alheia, fazendo as articulações, as reelaborações e imprimindo-

lhes colorações pertinentes ao seu posicionamento ideológico. Com o uso de verbos *discendi* ocorre uma variante denominada pela teoria bakhtiniana de *discurso indireto analisador da expressão*.

Vozes reportadas	Verbos discendi
Caros Amigos	publicou há três meses um artigo em que eu me posicionava conta a adoção de normas que criem condições diferenciadas de acesso a empregos e serviços públicos de acordo com a cor da pele, ou a “raça”, de cada um.
As pessoas	que escreveram isso, e sandices afins, não me conhecem. Não obstante, apresentam-se como campeãs na luta contra preconceitos.
O melhor deles (artigos) de Sueli Carneiro,	já publicado, reitera que César Benjamin “deixa deliberadamente de fora” os dados relevantes, “passa intencionalmente por cima” dos processos históricos[...]
Samuel Aarão Reis	[...]também radicaliza : corro “o risco de passar de um lado para outro na luta política”. Desonesto, louco e legalista, eis o triste fim que me espera. Quem diria...
Os dados a que Sueli	se refere , e que todos usam são um conjunto de estatísticas que mostram que, na sociedade brasileira, os subgrupos formados por “brancos”, de um lado, e “negros”, de outro, apresentam discrepâncias significativas em indicadores[...]
Samuel Aarão Reis	repete igual procedimento que é mais ou menos geral nesse debate, multiplicando os números como Cristo multiplicou os pães.
Sueli, Samuel e Marco	referem-se a subgrupos construídos a partir do critério da cor da pele.
Churchill	dizia : “Só devemos acreditar em estatísticas que nós mesmos fabricamos”.
Pessoas que defendem a mesma posição e usam as mesmas fontes (de Sueli, Samuel e Marco)	apresentam números disparatados e incoerentes, e pretendem, com eles, fechar o debate.
Sueli e Samuel[...]	defendem a política de cotas lembrando a antiga exclusão social, cultural e política dos negros.
[...]como Marco Frenette	diz , estamos escondendo “emoções e sentimentos inconfessáveis” [...]

Quadro 6 - Vozes reportadas em T5

O autor retoma os discursos de seus três opositores e os refuta com enunciados de entonações coloridas por crescente tensão. Seu posicionamento manifesta-se ora em tons de polêmica aberta, ora de polêmica velada. Enfim, T5 posiciona-se veementemente contra as cotas. Dá ênfase às questões políticas econômicas e sociais, mencionando a situação de exclusão de algumas classes minoritárias nas várias regiões do Brasil. Diante disso, sugere que se leve em conta um conjunto maior de segmentos excluídos, tais como idosos, migrantes, desempregados, minifundistas, entre outros, e não o “confuso” e “indesejável” critério da cor.

Tendo feito análise dos artigos, passaremos à análise das cartas de leitores.

4.1.3 As Cartas de Leitores

Conforme expusemos no capítulo da metodologia, a sequência das cartas foi esta: na edição de agosto/2002, p. 6, cuja coluna traz o título “*Negros*”, foi publicada a carta CL1, da autoria de H.F.O., estudante de direito e de M. V. W., farmacêutica, de local não identificado.

Em outubro/2002, p. 6, na coluna de título “*Cotas para Negros*”, outras três cartas foram publicadas: CL2 – escrita por E. G., estudante de medicina, Recife - PE; CL3 – escrita por J. S. - cuja profissão não foi identificada, habitante de Feira de Santana – BA; e a CL4 – escrita por P. R. R. S., identificado como professor/diretor de escola municipal, da zona rural de Correntina – BA.

Na edição de novembro/2002, p. 7, sob o título “*Ainda as cotas*”, coletamos as cartas: CL5 - escrita por G. B. C., estudante de curso profissionalizante; e CL6 – escrita por C. A. S. G., identificado como graduado em Administração Pública, com mestrado em Ciências Políticas e com endereço eletrônico.

Carta do Leitor 1 - CL1 - agosto/2002

No interior da revista de agosto/2002, na página 5 da seção denominada “Caros Leitores” – que é a seção destinada às cartas dos leitores – aparece, na coluna de título *Negros*, a CL1. Escrita por um estudante de Direito e uma farmacêutica, com as devidas assinaturas, essa carta, em atitude responsiva ao artigo T1, “*Tortuosos Caminhos*”, de César Benjamin, publicado em junho/2002, ocupa um pouco mais da metade da terceira coluna da seção. Os autores escrevem:

CL1: “Ao ler o excelente artigo de César Benjamin na edição passada de Caros Amigos intitulado Caminhos Tortuosos que discorria sobre a ideia de criar cotas para garantir a presença de negros nos setores públicos [...] **me** deu uma impotência intelectual, pois **sou** da raça negra e tenho certeza de que se tivesse a oportunidade de estudar em boas escolas, não precisaria de cotas para passar em concursos públicos.

No início da carta, percebe-se que houve um silenciamento a respeito do texto *Ideologia Tortuosa* - de Sueli Carneiro, T2 - que fora publicado no mês de julho, em réplica ao artigo de César Benjamim. Portanto, ou os leitores escreveram antes da publicação do texto de Sueli, ou preferiram silenciar por motivo de assumirem um posicionamento compartilhado e solidário com o autor T1, César Benjamim, contra a adoção do sistema de cotas.

Embora a carta contenha duas assinaturas, o autor se instaura, no primeiro parágrafo, como sujeito enunciativo, por meio do pronome “*me*” e da forma verbal “*sou*”, marcadores de primeira pessoa “*eu*”. Com essa identificação, explicitam que pertencem à raça negra.

Em outros momentos da enunciação, o autor da carta passa a usar a primeira pessoa do plural “*nós*”, ora inclusivo ora exclusivo, por meio de diferentes marcadores:

CL1:*Conversando sobre o assunto com um grupo de amigos(de várias “cores”), **chegamos** ao início da história do Brasil, quando a separação entre a classe dominante e a **classe escrava** se dava pela cor da pele [...]*

CL1:*Nossa maior dúvida é: será que essas cotas não vão separar o que em meio milênio ainda não foi possível homogeneizar?*

Pode-se perceber que, nesses dois enunciados, o *nós* inclui apenas os autores do texto e seus amigos, com os quais dialogaram, mas exclui outros interlocutores. Já nos dois próximos, trata-se de um *nós* inclusivo, pois além de os autores da carta se incluírem, incluem, também, os destinatários presumidos.

CL1:*Será que **vamos** formalizar uma forma de racismo[...]?*

CL1:*A própria constituição (artigo 5º) **nos** coloca em igualdade, por que então a segregação?*

Nos dois enunciados seguintes, o autor inclui apenas a si próprio, o casal, e exclui os outros possíveis interlocutores:

CL1:***Gostaríamos** que um jurista ou um deputado ou um senador **nos** iluminasse com esclarecimentos dessas dúvidas.*

CL1:*Esperamos que essa lei que separa “pessoas” não seja aprovada, para que, no futuro, nossos filhos “café com leite” possam viver num país mais tolerante e livre de preconceitos.”*

No enunciado, abaixo, ocorre a forma de discurso direto retórico, com uma série de questionamentos. A entonação do enunciado é sinalizada por uma avaliação que se contrapõe a outros valores afirmados nesse contexto enunciativo. O autor se dirige a um supradestinatário – a Constituição Federal - com intenção de obter uma compreensão responsiva absolutamente verdadeira, pressuposta quer em um tempo histórico longínquo, quer em um tempo metafísico distante, como se pode observar:

CL1 *Conversando sobre o assunto das cotas com um grupo de amigos (de várias “cores”), chegamos ao início da história do Brasil, quando a separação entre a classe dominante e a classe escrava se dava pela cor da pele. [...]. Somos todos “misturados”[...]. A própria Constituição (artigo 5º) nos coloca em igualdade, por que então iniciar a segregação? Pensando na infinidade de possíveis combinações dos genes humanos para formar uma cadeia de DNA, Qual seria a interpretação da lei para irmãos de sangue, filhos de um casal em que um dos parceiros é negro e o outro é branco, que nasceram de “cores” diferentes? O mais “escurinho” terá direito a se inscrever entre os 20 por cento e o mais “clarinho” não terá? Como ficará a situação dos “pardos”? [...].Gostaríamos que um jurista ou deputado ou senador nos iluminasse com o esclarecimento dessas dúvidas. Esperamos que essa lei que separa “pessoas” não seja aprovada, para que, no futuro, nossos filhos “café com leite” possam viver num país mais tolerante e livre de preconceitos.”*

H.F.O. estudante de direito; M. V. W., farmacêutica.

De forma semelhante aos artigos, essa carta também dialoga com outros discurso que têm lugar na história e na memória, como se pode observar, ao longo dos enunciados mencionados, quando os autores remontam o discurso da escravidão; quando recorrem ao argumento autorizado da Lei – Constituição Federal - e da Ciências – Genética e cadeia de DNA.

Para se referirem aos negros, os autores dessa carta CL1 utilizaram diferentes eufemismos: *de várias cores, classe escrava, misturados, de cores diferentes, mais escurinho, mais clarinho, pardos, café com leite*. Essa modalização

tão marcada, cria um efeito de camuflagem, de preconceito às avessas e ao mesmo tempo de compartilhamento com o posicionamento de T1, que no último parágrafo de seu artigo traz o enunciado “*crianças de todas as cores dificilmente serão adultos racistas*”.

Os autores de CL1 explicitam suas dúvidas por meio de uma série de questionamentos e, em seguida, solicitam esclarecimentos. Faz-nos reportar às observações de Amorim (2009, p.37), quando essa autora diz que “é ela [a dúvida] que convoca a responsabilidade do sujeito no ato de reconhecimento de um pensamento” e que a existência da dúvida é o que confere ainda mais peso a uma assinatura, significando que o autor poderia não reconhecer um determinado pensamento como válido, poderia duvidar dele.

Além desses termos e expressões, negritados em CL1, há também, nos outros textos que fazem parte do *corpus*, uma grande variedade de expressões para designar o negro ou para fazer referência aos seus descendentes os quais podem ser considerados como eufemismos. São eles: em T1: *nigerianos, contingente originário da África, subgrupos humanos, mestiços, de todas as cores*; em T2: *paradigma casa-grande e senzala; grupo racial; segmentos historicamente discriminados*; em T3: *mancha social; africanos; pardos; tem um pé na cozinha*; em T4: *desigualdade racial; descendentes de africanos*; em T5: *pretos; questão racial; mestiços*.

O eufemismo caracteriza-se como uma figura de pensamento ou uma figura de linguagem constitutiva do discurso em que o falante tem o objetivo de minimizar um sentimento negativo, um tabu ou um fato desagradável da realidade. Dessa forma, pode-se dizer que o conceito de eufemismo é indissociável da concepção de tabu, tornando-se uma alternativa de designação direta ou explícita por meio do uso da linguagem.

Percebe-se que, no uso cotidiano, o eufemismo é empregado ora com uma função de suavizar uma palavra, um termo, uma frase, um texto, um enunciado, um discurso, em sentido mais amplo; ora com o intuito de ludibriar, manipular, desviar, mascarar o sentido, principalmente quando usado na mídia ou na política. Nesse sentido, usa-se desviar as pessoas de um fato sério e iminente, não como forma de educação, mas para camuflar o sentido de uma dado enunciado ou de um evento.

Para o gramático Evanildo Bechara (2006), o eufemismo deixou de mover a culpa de um interlocutor polido para dinamizar estratégia retórica de quem se

comunica com o público como os políticos e a mídia. De forma geral, desvia-se o seu foco principal e amplia-se sua interface pública, com o intuito meramente de obter resultados positivos para si próprio, por meio da criação e da motivação retórica. Dessas abordagens, advém a percepção de que os autores das cartas e dos artigos devem estar se valendo de uma linguagem politicamente correta.

É perceptível que as diferentes escolhas usadas nos enunciados (“*negro*”, “*preto*”, “*de várias cores*”; “*pardo*”, “*mestiço*”, “*mais clarinho*”, “*de cores diferentes*”, “*mais escurinho*”, “*café com leite*”, *afro-descendentes*, *afro-brasileiros*, *filhos de escravos africanos*, etc.), produzem um efeito de sentido decorrente do posicionamento assumido diante delas e da entonação apreciativa que recebe em cada contexto.

Assim, a escolha “*preto*”, tão recriminada pelos movimentos negros e por defensores de uma linguagem “politicamente correta”, está sendo usada no próprio discurso a favor das cotas e, portanto, o efeito de sentido é diferente daquele produzido no discurso que se posiciona contra as cotas.

Da mesma forma, a sequência “*descendentes de escravos africanos*”, usada em práticas discursivas a favor das cotas produz um efeito de sentido de denúncia, pois quer mostrar a situação de vítima, de segregação dos negros. Já as escolhas “*mais clarinho*”, “*mais escurinho*”, “*café com leite*”, e as formas “*de várias cores*”, “*de cores diferentes*”, “*de todas as cores*” (estas últimas para dizer que o negro está incluído em um grupo que contém pessoas de diferentes raças), parecem ser eufemismos, pois tentam amenizar, de forma exagerada, a escolha lexical “negro”. O emprego desses eufemismos pode se configurar como uma forma de preconceito

Essa tentativa de amenizar ou de camuflar a escolha lexical “negro” para lhe imprimir uma nova significação, leva-nos à reflexão de que, segundo a teoria do Círculo de Bakhtin, para compreender a evolução histórica do tema e das significações, é indispensável levar em conta a *apreciação social*, pois na enunciação viva, cada elemento contém, ao mesmo tempo, um *sentido* e uma *apreciação*. Uma nova significação se descobre na antiga e por meio da antiga, porém com a finalidade de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la. Pode-se dizer, então, que “a mudança de significação é sempre uma *reavaliação* - o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro”(BAKHTIN/VOLOCHÍNOV,1929/1995, p. 13).

CL2, CL3, CL4 - outubro/2002

A revista do mês de outubro publicou três Cartas de Leitores - CL2, CL3, CL4 que se encontram na página 6 da revista, na seção “Caros Leitores”. Todas elas estão na primeira coluna da esquerda, uma abaixo da outra, apresentadas com o título *Cotas para Negros*. Os leitores assumem um posicionamento a respeito sistema de cotas, em atitude responsiva à leitura que fizeram dos artigos publicados na edição do mês anterior.

Carta do Leitor 2 - CL2 outubro/2002

A CL2 ocupa 15 linhas da coluna em que está inserida e apresenta o nome e o sobrenome da leitora, além do nome da cidade em que mora. Identifica-se como mestiça, estudante de medicina, tal como se pode comprovar a seguir.

***CL2: Sou** estudante de medicina, **estudei** em escola particular, e diria que **sou mestiça**. **Minha** opinião era de que a melhoria das condições sociais e da escola pública iria garantir a **igualdade** de acesso ao ensino superior, e tinha muito receio de que as cotas pudessem promover a discriminação e incentivá-la dentro da universidade. Após ler o artigo “Ideologia Tortuosa” de Sueli Carneiro na edição de julho de 2002, **mudei totalmente** a minha concepção sobre o assunto: concordo que **os danos à população negra foram tantos e de magnitude tal, que perdurarão por muitos anos**. Ainda **tenho** receio de que haja discriminação dentro da universidade por causa das cotas, mas **sabemos** que ela já acontece sem cotas. Será que **devemos fazer a população negra esperar mais anos e anos por uma igualdade social?** E. G. Recife, PE*

A autora CL2 se instaura como sujeito utilizando a forma verbal de primeira pessoa “sou” e continua utilizando-a ao longo da carta. Porém, no final, passa a usar o *nós* inclusivo que aparece duas vezes, quando ela se inclui e também inclui os outros interlocutores – leitores (brancos e negros), autores e a revista. A forma verbal “diria”, no futuro do presente, tem uma tonalidade de incerteza quanto a sua identidade em se declarar mestiça, como se pode observar no enunciado:

CL2: *Sou* estudante de medicina, **estudei** em escola particular, e **diria** que **sou** mestiça.

CL2: *Será que* **devemos** fazer **a população negra esperar mais anos e anos por uma igualdade social?**

A leitora assume ter mudado “totalmente” a opinião após ter lido o artigo T2, mesmo sem expor explicitamente que passou a ser favorável à política de cotas, como T2:

CL2: *Após ler o artigo “Ideologia Tortuosa” de Sueli Carneiro na edição de julho de 2002, mudei totalmente a minha concepção sobre o assunto:*

O advérbio “totalmente” dá uma entonação colorida de “decisão” ao enunciado, ou seja, significa que “não resta nenhuma dúvida”. Essa influência que o discurso do outro exerce sobre a leitora, pode ser explicada pelas orientações de Bakhtin quando esse autor diz que o sujeito se percebe a si próprio em uma coletividade - no mundo, na humanidade, na nação, na sociedade, na família - e necessita do olhar do outro para se completar.

Além disso, a CL2 faz ressoar já-ditos da memória coletiva, uma vez que se volta voltando-se para questões do passado histórico tais como a segregação racial e a luta pela igualdade (Direitos Cívicos e Humanos), como se pode observar nos enunciados:

CL2: Concordo que os **danos à população negra** foram tantos e de magnitude tal, que **perdurarão por muitos anos**.

CL2: *Ainda tenho receio de que haja **discriminação** dentro da universidade por causa das cotas,*

CL2: *Será que **devemos** fazer **a população negra esperar mais anos e anos por uma igualdade social?***

A pergunta desse último enunciado dirigida provavelmente a um supradestinatário também é marca de bivocalidade, pois a autora CL2, de forma velada, problematiza a afirmação do outro que é favorável às cotas.

Carta do Leitor 3 – CL3 - outubro/2002

A CL3 ocupa 5 linhas da coluna intitulada “Cotas para Negros” e traz a assinatura do leitor, além do nome de sua cidade de origem. Essa leitora CL3 identifica-se, de forma explícita, como pobre e negra e assume um posicionamento contra as cotas, em solidariedade ao T1, como se pode observar:

*CL 3: Sobre a questão da política das cotas para os negros, **junto-me** a César Benjamin numa **posição ardentemente contra**. Apenas gostaria de sublinhar que **sou pobre e negra** e as **minhas** dificuldades são as mesmas do branco pobre. É preciso lutar por escolas públicas de qualidade e não aprovar políticas que tendem a intensificar o racismo no Brasil.*

J. S. - Feira de Santana, BA

Com a forma verbal “junto-me” [a César Benjamin], a autora se instaura como sujeito e em todo o restante da carta usa a primeira pessoa. Semelhante à carta anterior, a autora CL3 assume um posicionamento baseando-se na posição de T1, que é contra as cotas. A entonação avaliativa dada ao seu posicionamento está expressa no advérbio “ardentemente” usado para intensificar o adjetivo “contra”. Essa leitora considera a questão da exclusão social não como um problema a ser resolvido pelo critério “cor da pele”, mas sim pelo critério sócio-econômico.

Carta do Leitor 4 – CL4 - outubro/2002

A CL4 ocupa 11 linhas da coluna e tem a assinatura do leitor, além da identificação da cidade em que mora. Esse leitor, CL4, identifica-se como professor “*que exerce a função de diretor*”, o que dá um tom de discurso autorizado à sua carta, ou seja, ao seu enunciado, tal como se pode observar:

*CL4: Como **professor que exerce a função de diretor** em uma escola municipal em zona rural, nas proximidades da cidade de Correntina, Bahia, **posso** perceber no dia-a-dia a tamanha **injustiça** que se faz para com os negros deste país. **Somos** a continuidade de uma raça que, ao longo dos séculos, foi **obrigada** a **servir**, a **sorrir** e **concordar**, sem **reaver** nada, **absolutamente** nada em compensação. Agora não **queremos** somente o*

*convívio social amigável, sem preconceito. O passado **nos** outorga **crédito maior**. Para fins de **resgate de dívida**, o negro deveria ter não apenas uma adoção de cotas, mas um **privilegio maior** em todos os direitos sociais existentes no país, para que assim a classe branca, dominante, com seus admiradores, comece a **pagar a dívida eterna** que contraiu com o negro.*
P.R. R. S. - Correntina, BA

O autor se instaura-se como sujeito usando a forma verbal “posso”, primeira pessoa do singular. Depois, assume a primeira pessoa do plural, o *nós* exclusivo, porque se inclui e inclui apenas os negros. E no final, usa a terceira pessoa - que Benveniste (1946/1995, p. 225; 1965/1989) considera como a não-pessoa – para se referir a si próprio e aos negros, conforme se pode observar na sequência dos enunciados:

CL4: *Como professor que exerce a função de diretor em uma escola municipal em zona rural, nas proximidades da cidade de Correntina, Bahia, **posso** perceber no dia-a-dia a tamanha injustiça que se faz para com os negros deste país.*

CL4: ***Somos** a continuidade de uma raça que, ao longo dos séculos, foi obrigada a servir, a sorrir e concordar, sem reaver nada, absolutamente nada em compensação.*

CL4: *Agora não **queremos** somente o convívio social amigável, sem preconceito.*

CL4: *Para fins de resgate de dívida, **o negro deveria** ter não apenas uma adoção de cotas, mas um **privilegio maior**.*

A carta CL4 apresenta uma tonalidade polêmica extremamente acentuada, desde seu início, e esse colorido polêmico vai se intensificando ao longo de seu discurso. A entonação avaliativa das escolhas lexicais revelam uma interação dialógica construída sob grande tensão de vozes sociais, tais como: a opressão da classe escrava: “*ao longo dos séculos, foi obrigada a servir, a sorrir e concordar*”; a moral ressentida: “*sem reaver nada, absolutamente nada*”; a dívida social para com a ancestralidade: “*o passado nos outorga crédito maior*”, “*para fins de resgate de dívida*”, “*comece a pagar a dívida eterna que contraiu com o negro*”; o reconhecimento: “*nos outorga crédito maior*”, “*não apenas uma adoção de cotas,*

mas um privilegio maior". São escolhas lexicais que remotam o discurso ancestral da exclusão do negro na sociedade brasileira.

As duas últimas cartas de leitores, CL5 e CL6, encontram-se na revista do mês de novembro/2002", na coluna intitulada "Ainda Cotas". da Seção "Caros Leitores".

Carta do Leitor 5 – CL5 - novembro/2002

A CL5 ocupa 9 linhas da coluna intitulada *Ainda Cotas*, da seção "Caros Leitores" e traz a assinatura do leitor e seu endereço eletrônico. Sua instauração como sujeito discursivo dá-se com o uso da forma verbal de primeira pessoa do singular "perdoe-me", logo no início de sua manifestação verbal. O autor CL5 se mantém nesse lugar até o final da carta e tem como destinatário real o autor da CL4 que se identificou como professor/diretor.de escola pública municipal da zona rural

***CL5: Perdoe-me** o leitor Paulo Roberto, mas dizer "a classe branca dominante... comece a pagar...". **Concordo** que a **história do negro no Brasil é repugnante, contudo, justiça social significa equidade** sem privilégio de ninguém. Como ficam **caras** como eu, que tenho a pele branca, nasci no interior, estudei em escola pública, fiz um curso profissionalizante noturno, trabalho desde os 11 anos e hoje acordo às 5 da manhã, ando mais trinta minutos a pé para economizar **grana**, chego meia-noite, ralando para entrar na faculdade? Também **quero** privilégios por ter nascido pobre! Somente a igualdade pode **reverter este quadro de caos**.*

G. B. C., quimerabrasil@aol.com

O que se percebe nessa carta, segundo explicações de Bakhtin (1975/2002), é um plurilinguismo dialogizado, social, ou seja, uma língua do dia, da época, de um grupo social, de uma geração, de um gênero, de uma tendência que na enunciação pode ser entendida como unidade contraditória e tensa de duas tendências opostas de vida verbal. O autor de CL5 emprega palavras características de um determinado grupo social, tais como "caras", "grana", "ralando" (que são gírias) e, ao mesmo tempo, expressões da norma culta elaborada, inclusive o uso do pronome enclítico na forma verbal "perdoe-me", dentre outras, como nos dois enunciados seguintes:

CL4: *Perdoe-me* o leitor Paulo Roberto, mas dizer “a classe branca dominante... comece a pagar...”.

CL4: *Concordo que a história do negro no Brasil é repugnante, contudo, justiça social significa equidade.*

CL4: *Somente a igualdade pode reverter este quadro de caos.*

Nesse emprego ambíguo do discurso do outro o autor o reveste de intenções hostis, acentuando-o a seu modo com expressões de indignação, ironia, zombaria, deboche. Conforme foi possível observar, essa articulação se dá já no início da carta, quando o autor pede perdão usando a forma verbal do modo imperativo, com o pronome enclítico, além de um conector que estabelece uma relação de contraste –“mas”- para introduzir o discurso do outro, citado entre aspas. Em seguida, mescla a carta com gírias e norma culta elaborada. Além disso, as próprias reticências colocadas no discurso do outro evidenciam uma construção duplamente acentuada. A interrogação e a exclamação também mostram a indignação e a ironia do “cara”, autor de CL5, para com o professor/diretor, autor de CL4. Esse discurso pode ser caracterizado como *discurso citado antecipadamente e disseminado, oculto*, já que há antecipação das características do discurso do outro e um julgamento de valor do narrador. O discurso pertence a dois contextos que se entrecruzam: o discurso do autor (irônico, gozador) e ao do outro (tenso, formal, que não tem nada de irônico).

Carta do Leitor 6 – CL6 - novembro/2002

A CL6 ocupa 8 linhas da coluna intitulada *Ainda Cotas*, da seção “Caros Leitores” e, de forma semelhante à carta anterior, traz a assinatura do leitor e seu endereço eletrônico. Bem no início da carta, o autor se instaura como sujeito discursivo empregando a forma verbal de primeira pessoa do singular “sou”. Depois, usa a primeira do plural - o *nós* inclusivo - com o qual se inclui, inclui todos os outros interlocutores e os habitantes do país.

CL6: *Sou negro, formado em administração pública, por uma universidade federal, com mestrado em ciência política. Sei o que **sofri** para chegar até aqui. **Portanto, sei muito bem** que **somente** através de uma política de ação afirmativa **poderemos** diminuir a diferença entre brancos e negros (pretos e pardos) que existe neste país. Diversas pesquisas, inclusive da Unesco, colocam que a diferença de renda **não pode ser** explicada apenas pela diferença de escolaridade: mesmo com níveis de escolaridade iguais, os brancos ganham mais que os negros.*

C. A. S. G. eppaula@uol.com.br

Apresentando-se como graduado em Administração Pública e pós-graduado em Ciências Políticas, por uma universidade federal, o autor dá ao discurso uma entonação de autoridade. Essa entonação é reforçada pelo conector “portanto” que introduz uma oração conclusiva a qual corrobora essa entonação. Além disso, o verbo “saber” que por si só já apresenta uma tonalidade bastante colorida e, ainda acompanhado pelo advérbio “muito” - intensificador do advérbio “bem” - confere ao discurso um colorido ascendente, uma voz de decisão, de “última palavra”. De forma semelhante aos outros textos, o autor CL6 se dirige a um supradestinatário - a Unesco - convocando-lhe a autoridade como “poder decisório”, “poder de “determinação”. Esse poder de decisão torna-se mais acentuado com a negação colorindo a locução verbal “poder ser”: “diversas pesquisas, inclusive da **Unesco**, colocam que a diferença de renda **não pode ser** explicada apenas pela diferença de escolaridade” [...]

4.3 Discurso, história e memória

Diante de nosso objeto de pesquisa, pudemos evidenciar a importância das noções de memória na construção dos discursos. A multiplicidade de vozes tensas e polêmicas sobre o sistema de cotas faz ressoar dos “elos intermináveis da memória” outros enunciados situados em uma temporalidade histórica e social. Ou seja, os enunciados entrecidos pelos interlocutores apresentam ecos de outros enunciados aos quais estão ligados pela identidade da esfera de comunicação discursiva, conforme evidenciamos nas análises tanto das capas, como dos artigos e das cartas de leitores, ao tratarmos da presença do discurso de outrem.

O sistema de cotas tornou-se um palco em que visões de mundo, opiniões, correntes, teorias de diferentes apreciações valorativas digladiam-se em polêmica ora velada ora aberta. Enunciados já-ditos foram assimilados, reelaborados, reacentuados e novamente lançados na cadeia de comunicação discursiva. Esse confronto de ideias sobre as cotas lhe confere um caráter de *inacabamento*, noção basilar na teoria dialógica bakhtiniana: enunciados foram ditos, são ditos e estão por dizer.

As interações dialógicas entre discursos de diferentes esferas da comunicação discursiva, de diferentes contextos socio-históricos foram bastante perceptíveis nos enunciados de nosso corpus de estudo. Poderíamos rastrear a *memória do objeto* (Amorim, 2009b) buscando os intermináveis elos constitutivos dos discursos, dos sujeitos, da relação estabelecida entre eles e dos diferentes sentidos produzidos em cada enunciação, que comprovaríamos as palavras de Bakhtin ao dizer que o enunciado é como uma mônada de Leibniz: “reflete o processo do discurso, os enunciados dos outros, e antes de tudo os elos precedentes da cadeia (às vezes os mais imediatos, e vez por outra até os mais distantes – os campos da comunicação cultural)” (BAKHTIN,1979/2003, p. 229).

Assim, como fechamento de nossas inacabadas análises, mencionamos outros enunciados que também evidenciam a *memória do objeto* renascendo e se renovando na ininterrupta cadeia da comunicação discursiva:

O autor T3, para refutar o discurso da mestiçagem da identidade brasileira, tal como proposto por T1, argumenta:.

T3: *O próprio presidente da República, escorregando feio no preconceito, declara que “**tem um pé na cozinha.**” [ditado popular]*

O que ocorre é que esse autor, no debate sobre as cotas, retoma o enunciado “tem um pé na cozinha”, atribuindo-o ao *presidente da República* (que na época - 2002 - era o presidente Fernando Henrique Cardoso). Essa expressão popular, por sua vez, remonta discursos de temporalidades histórico-sociais mais imediatas e outras mais distantes que também foram construídos sob tensões, valores, e que convocaram e ainda convocam novas apreciações e novos sentidos.

Na época das eleições presidenciais de 1994, o então candidato, Fernando Henrique Cardoso, proferiu publicamente esse enunciado pretendendo, com isso,

em atitude responsiva, esquivar-se da acusação de que seria preconceituoso. Nessa época o candidato convoca o discurso da mestiçagem como constitutivo da identidade brasileira, o que ele mesmo defendera, como sociólogo, em outros tempos.

Nesse embate discursivo, em 1994, alguns órgãos da mídia assumiram outras posições diante desse enunciado, entendendo que justamente na própria retomada do ditado popular pelo candidato Fernando Henrique Cardoso, estaria o preconceito: o lugar subalterno de servidão do negro na cozinha dos antigos senhores, o que convoca outros discursos, como o da segregação dos escravos. Diante do posicionamento dos órgãos de comunicação, em geral, o candidato retomou seu próprio discurso, reelaborou-o e tentou lhe dar nova acentuação. Mas o momento único da enunciação estava gravado e foi novamente colocado em cena pela mídia o que motivou e constituiu novas polêmicas, novos discursos e novos sentidos.³⁰

Ainda dentro da renovação dos discursos e dos sentidos, podemos citar o enunciado do autor T4 em réplica a T1:

*T4: Usemos uma imagem para explicar esse **samba do crioulo doido** que anda passando por debate sério [...] [música]*

Dentre as várias significações atribuídas à palavra crioulo, uma delas é a acepção usada, no Brasil, para designar uma pessoa negra. E essa escolha lexical já remonta e retoma o dialeto crioulo usado pelo habitantes de Cabo Verde, no continente africano. Associado ao epíteto doido (“crioulo doido”, isto é, louco, alienado, demente) o enunciado convoca, também, outros embates, outros discursos, assim manifestos no decorrer da História brasileira:

A expressão “samba do crioulo doido” surgiu entre os anos 30 e 50, quando as escolas de samba passaram a ter regulamentos para os desfiles. Tais regulamentos exigiam temas de enredo que contassem somente a História do Brasil. Essa exigência alterou as estruturas das composições musicais que passaram a ter letras bem maiores e descritivas, contando literalmente a história do episódio retratado e muitas vezes com equívocos e contradições. Décadas mais tarde, 1968,

³⁰ Disponível em : almanaque.folha.uol.com.br/brasil_01jun1994.htm. Acesso em 12 de março de 2011.

o escritor e jornalista Sérgio Porto, de pseudônimo Stanislaw Ponte Preta, faz uma canção cuja letra ironiza essa obrigatoriedade imposta às escolas de samba.

A música de Sérgio Porto, em seu enredo, descreve que Chica da Silva obrigou a Princesa Leopoldina a se casar com Tiradentes e este, depois de eleito como Pedro Segundo, procurou o padre José de Anchieta e, juntos - Anchieta e D. Pedro - proclamaram a escravidão. Dentre outros “disparates”, a letra reúne em um só contexto personalidades de épocas e lugares distintos, em condições absurdas. Dessa forma, novos sentidos foram construídos através dos tempos.

O enunciado “*samba do crioulo doido*”, uma alusão às “gafes” nas letras e aos compositores que em geral eram negros e, na maioria das vezes, analfabetos passou a ser usada, no Brasil, para se referir a coisas e/ou textos sem sentido, mirabolantes e sem nexos.

Podemos dizer que esse enunciado presente nos textos analisados é uma paródia - discurso bivocal de orientação vária, assim denominado por Bakhtin. Nesse tipo de variedade, o autor instala, no discurso do outro, uma segunda voz e a reveste de novos acentos, hostilizando-a em posição diametralmente oposta. O discurso se converte em um palco de luta entre duas vozes que não se separam apenas pela distância entre os pontos de vista, mas também pela posição de hostilidade.

Evidencia-se que o enunciado sempre é novo e velho ao mesmo tempo “[...] *renasce e se renova* em cada nova etapa [...], é representante da memória criativa [...] e por isto tem a capacidade de assegurar a *unidade e a continuidade*” (BAKHTIN, 1963/2002, p. 106).

Em outro enunciado, o autor T1 havia dito que não se pode acreditar nas “evidências” (cor da pele), assim como na evidência de que a Terra é plana ou de habitar o centro do universo. Diante disso, o debatedor T4 retoma o discurso de T1 para refutá-lo:

T4: Isso quer dizer o quê? Que o preto é uma **ilusão de ótica**? Que um dia a ciência derrubará a **teoria das cores** de Goethe e o preto desaparecerá? A Terra certamente não é plana; **mas com absoluta certeza o preto é preto**. [autoridade da literatura, das artes]

Além do colorido da série de perguntas, que já cria um embate com o interlocutor em uma polêmica velada, o autor T4, respondendo a T1 para refutar

sobre a “evidência” da cor da pele negra, busca na memória coletiva a teoria das cores de Goethe. Segundo explicações advindas no desenvolver da História, no século XIX, Johann Wolfgang von Goethe, escritor alemão e pensador apaixonado pela questão da cor, passou trinta anos fazendo incursões pelo campo da ciência, tentando terminar um tratado sobre as cores que poria abaixo a teoria de Newton. Na polêmica, a principal objeção de Goethe a Newton era de que a luz branca não podia ser constituída por cores, cada uma delas mais escura que o branco. Assim, ele defendia a ideia das cores serem resultado da interação da luz com a “não-luz” ou a escuridão³¹.

Como se vê, essas questões polemizadas no século XIX, a respeito da luz (branco) e “não-luz” (escuridão), ressoaram da memória coletiva para a questão da polêmica de definição de raça, de mestiçagem, de identidade do povo brasileiro (brancos e “não-brancos”) tendo como pano de fundo as cotas.

Enfim, a *memória do objeto* não só renasce, mas também se renova fazendo com que o enunciado seja capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas das mudanças sociais [...] O enunciado é o *indicador* mais sensível das tranformações sociais.

Nesse capítulo, apresentamos a análise e discussão dos dados recuperando as diversas vozes que se confrontam em tensões e embates discursivos na construção do discurso sobre as cotas.

No capítulo seguinte - considerações finais – apresentaremos de forma breve as reflexões a respeito do desenvolvimento desta pesquisa e os resultados obtidos por meio das análises.

³¹ Disponível em www.cefala.org/~leoca/artes/farbenlehre/farbenlehre.pdf. Acesso em 28 de maio de 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Seja paciente com as coisas
não resolvidas
em seu coração...
Tente amar as próprias questões...
Não procure agora as respostas
que não podem ser dadas,
pois você não seria capaz
de vivê-las.
E o mais importante,
é viver tudo.
Viva as questões agora.
Talvez você possa então,
pouco a pouco,
sem mesmo perceber,
Conviver, algum dia distante,
com as respostas.*

Rainer Maria Rilke

Nosso trabalho foi conduzido pela hipótese de que a questão do sistema de cotas na mídia, de forma especial na revista *Caros Amigos*, é entretida por vozes que se articulam em interações discursivas tensas e conflitantes o que, além de refletir e refratar a polêmica da identidade brasileira, possibilita reflexões de como se dá a formação dos discursos e da opinião dos interlocutores a respeito da inclusão/exclusão do negro na sociedade brasileira.

Para trabalhar com esses pressupostos, tivemos por objetivo verificar como se dá, na mídia, a construção do discurso sobre o sistema de cotas no Brasil e como ele se insere no debate sobre a exclusão/inclusão do negro na sociedade brasileira.

Tentamos ampliar o foco sobre a importância da ação da mídia nas práticas discursivas da sociedade brasileira procurando identificar a maneira como as diferentes vozes se manifestam verbo-visualmente para atribuir sentido aos conflitos, estabelecidos entre elas, e evidenciar os principais mecanismos linguísticos, enunciativos e discursivos que são engendrados na construção do discurso sobre as cotas.

Inicialmente, evidenciamos como se deu a percepção do objeto de pesquisa e alguns caminhos percorridos para a definição do corpus explicitando os motivos

que nos levaram à escolha da *Caros Amigos* – uma revista diferenciada, inovadora, de cultura.

Para contextualizar as questões que nos propusemos estudar, apresentamos, no primeiro capítulo, uma retrospectiva histórica tentando mostrar o que são as cotas, quando e onde surgiram, em que fundamentos legais e éticos se apoiam, qual é o principal papel de sua implantação no Brasil e como a imprensa brasileira se insere nesse debate.

Citamos brevemente o período pós Segunda Guerra Mundial, 1945, em que, com o fortalecimento do Estado de Bem Estar Social criaram-se diferentes organismos internacionais com o objetivo de remediar as desigualdades e sofrimentos deflagrados pela Guerra. Além disso, descrevemos a experiência dos Estados Unidos frente às políticas de ação afirmativas - “positive action” -, na década de 60, e sua influência na eclosão de outros movimentos de cunho reivindicatório, em diferentes países, cuja noção central é a noção de inclusão, de igualdade de direitos e de oportunidades para grupos minoritários - negros, mulheres, homossexuais - o que passa a colocar em destaque o conceito de “minorias”.

Expusemos o cenário de redemocratização do Brasil, destacando as mudanças político-sociais voltadas para os direitos individuais e coletivos e a preocupação do Estado em propor políticas reparatórias, visando ao direito de igualdade, à inclusão social e à inclusão escolar previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988. Diante desses fatores, mostramos a amplitude que a política de cotas assumiu, a partir da aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, da Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001, que instituiu cotas de até 40% para as populações negras e pardas no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e à Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Evidenciamos a efervescência do embate discursivo da exclusão dos negros na sociedade brasileira, principalmente no ano de 2002, quando a primeira universidade pública – Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ - passou a adotar o sistema de cotas previsto nessa lei e como as políticas de inclusão ganharam espaço na mídia impressa. Trouxemos a referência de diferentes textos que passaram a circular nos espaços de interação comunicativa, mostrando primeiramente textos midiáticos (artigos, reportagens, entrevistas) e, em seguida, textos acadêmicos (artigos, dissertações e teses) e os embates deles advindos.

Ainda no primeiro capítulo, expusemos que, dado à relevância que a questão das cotas passou a ter na sociedade brasileira, criando tensões crescentes, gerando novos discursos, houve uma motivação para que vários estudos sobre o tema fossem realizados. E, diante do fato de que esses estudos voltam-se mais especificamente para aspectos jurídicos, filosóficos, ideológicos, e éticos, no que diz respeito ao sistema de cotas, propusemos esta pesquisa que se distingue das outras pelos seguintes aspectos: considera a interação verbal como princípio fundador da linguagem; investiga e analisa a materialidade verbo-visual de textos de uma revista de cultura; evidencia como as diferentes vozes presentes nos discursos dialogam e como contribuem para a construção do discurso sobre as cotas.

Após evidenciar essas questões, refletimos, no terceiro capítulo, sobre as noções da teoria dialógica - desenvolvida por Bakhtin e seu Círculo - que foram norteadoras de nossas análises. Dialogamos principalmente com os conceitos de interação verbal, enunciado, formas de presença do discurso de outrem, polêmica aberta e polêmica velada, evidenciando que essas noções estão intrinsecamente ligadas à produção de sentidos dos textos da mídia, de modo especial da série polêmica sobre as cotas veiculada na revista *Caros Amigos*.

A partir do diálogo com essas noções apresentamos, no capítulo 3, a descrição e a caracterização dos participantes do evento discursivo. Tendo em vista que preferimos mencionar, juntamente com as considerações iniciais, a forma como se deu a escolha do *corpus*, deixamos espaço, no capítulo de procedimentos metodológicos, para fazer uma descrição histórica da revista *Caros Amigos*, evidenciando suas condições de produção e seus interlocutores.

A fim de responder às nossas perguntas, no capítulo quatro, analisamos no primeiro momento as seis capas que compõem o *corpus*, considerando-as um grande enunciado verbo-visual que, situado em uma temporalidade sócio-histórica, funciona como mecanismo enunciativo-discursivo, carregado de apreciações, de entonações avaliativas e, portanto, de sentidos.

Em seguida, analisamos os artigos e posteriormente as cartas de leitores, identificando as marcas de instauração dos sujeitos participantes do evento discursivo, as formas de citação do discurso do outro, as entonações avaliativas, as réplicas polêmicas de orientação velada e de orientação aberta.

No diálogo com essas noções norteadoras, percebemos que, no conjunto de textos por nós analisados, a interação verbal atualiza-se por meio de enunciados

concretos que se realizam de forma dinâmica e ininterrupta, abrindo espaço para possíveis respostas e pondo em jogo manifestações inseridas não somente em um contexto situacional imediato, mas principalmente em um contexto sócio-histórico mais amplo marcado por valores que evidenciam diferentes pontos de vista, teorias, opiniões, conceitos, advindos de diferentes esferas da comunicação discursiva.

Analisando a materialidade verbo-visual dos textos, em seus aspectos linguísticos, enunciativos e discursivos, foi possível perceber que nos enunciados há nítida predominância do discurso bivocal (discurso refletido do outro) em forma de polêmica velada, ou seja, o discurso do autor volta-se para o seu objeto e ataca indiretamente o discurso do outro fazendo o discurso se chocar com o discurso do outro. Outras vezes, a polêmica torna-se aberta: o autor tem como objeto o discurso do outro, o qual refuta. Ocorrem passagens inesperadas de uma orientação polêmica para a outra, porém com incidência de interrelação entre elas: polêmica velada com colorido de polêmica aberta e polêmica aberta com tons de polêmica velada.

Encontramos várias ocorrências de acento deturpado do outro: o autor coloca certas expressões abertamente entre aspas e lhes dá uma *coloração* buscando efeitos que sugiram uma certa individualização discursiva, ou seja, que as palavras foram proferidas pelo outro. Ficou evidente que, nesse caso, os dois pontos de vista que aí ocorrem podem ser assim interpretados: uma forma é como o próprio autor compreende as expressões e quer que os outros as entendam, e a outra é a forma como o outro pode entendê-la. Recorrendo a Bakhtin, vemos que ele denomina essa variedade de forma de presença do discurso do outro de *discurso indireto analisador da expressão*. Há momentos, em que se percebe uma gradação da intensificação do acento do outro: à medida que se intensifica o acento do outro, intensifica-se também o acento do autor que ao outro se contrapõe, deixando entrever a sobreposição de uma à outra, ou a fusão delas numa só enunciação, ocasionando uma dissonância extremamente tensa.

Foi possível perceber, também, muitos momentos em que, na polêmica, o autor não adota o acento que existe no discurso do outro, mas não deixa de reconhecer a sua força e passa a emitir ressalvas, insinuações, evasivas, modificando a estrutura de seu próprio texto. Ocorre, então, o *discurso antecipado*: o discurso do autor procede do possível discurso do outro, discurso esse que o autor antecipa e lhe dá um colorido por meio de entonações específicas. É o que

Bakhtin/Volochínov (1929/1995, p.164) chamam de *discurso direto preparado*: o discurso direto “emerge como que de dentro do discurso indireto”. Nesse caso, observam-se alterações na estrutura sintática e acentual, muitas vezes com utilização de discurso intercalado entre parênteses ou entre travessões duplos.

De forma semelhante, às vezes o autor constroi o contexto narrativo de tal forma que não deixa claro, no discurso direto, o que é proferido e o que é citado. As apreciações avaliativas inseridas, pelo autor, na apresentação objetiva do discurso do outro, cria opacidade mais intensa sobre o discurso direto. Trata-se do *discurso direto esvaziado*.

Um fenômeno bastante evidente nos textos é que, no desenrolar da polêmica, o autor parece estar a todo instante olhando tensamente o outro e o discurso do outro para carregar e intensificar o acento avaliativo, tendo em vista a possível reação do outro. Olha e desfere as avaliações. Olha novamente e profere novas avaliações.

Esse fenômeno é explicado com bastante clareza, quando Bakhtin (1979/2003) diz que tanto a composição quanto o estilo do enunciado dependem do destinatário e de como o falante o percebe e o representa para si: qual é a força e a influência dele no enunciado, até que ponto ele está a par da situação, se dispõe de conhecimento, quais são suas convicções, concepções, simpatias, antipatias e preconceitos a respeito do ponto de vista que está sendo enunciado. Ficou evidente nas análises que os autores dos textos assumem um posicionamento baseando-se sempre no valor estabelecido pelo outro.

Comprovamos que uma análise da materialidade linguística, fundamentada na perspectiva dialógica, evidencia com mais nitidez o colorido polêmico dos textos nas entonações, nas construções sintáticas, nas interrogações em série ou individuais, nas escolhas lexicais (adjetivos, negativas, advérbios, nominalizações), formas verbais, entre outros.

Evidenciamos, também, que uma forma bastante utilizada nos textos é a introdução do discurso direto com auxílio do verbo introdutor, verbo *discendi*. Isso se deve ao fato de não ser possível transpor totalmente para o discurso indireto os elementos afetivos e emocionais já que eles são expressos nas formas de enunciação e não no conteúdo. Assim, o autor toma esses elementos, e os transpõe ao enunciado como um comentário do verbo *discendi* acrescido de observações,

comentários. Nesse caso, pela própria escolha do verbo, pode-se identificar alguma apreciação valorativa que o autor imprime.

Enfim, diante das análises feitas, podemos dizer que nos textos há predominância de utilização, pelos autores, de processos *pictóricos*: não há uma demarcação das fronteiras entre o discurso que cita e o discurso citado, mas sim atenuação dos contornos exteriores do discurso de outrem com a finalidade de colori-lo com suas entoações, o seu humor, a sua ironia, a sua indignação, o seu ódio, o seu desprezo. Ou seja, há utilização de formas linguísticas, enunciativas e discursivas sutis que permitem ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem, incorporando-o como se pertencesse originalmente à sua enunciação.

Todavia, flagrar, e apreender, com precisão, modalidades e tipos de discurso, formas de citação do discurso de outrem, torna-se uma tarefa difícil, devido à interrelação constante que há entre as duas orientações polêmicas: aberta e velada, e também em virtude das variantes de citação do discurso de outrem estarem entrelaçadas por uma linha muito tênue. Tornou-se difícil, nas análises, a identificação precisa de uma e de outra, de forma isolada. Da mesma forma, foi difícil determinar o princípio e fim de cada uma isoladamente.

A esse respeito, temos um consolo e respaldamo-nos nas palavras do próprio Bakhtin, ao explicar essa dificuldade, quando ele reconhece que a classificação que fez, dos tipos e modalidades de discurso, tem, “evidentemente” um “caráter apenas abstrato”, já que o enunciado concreto pode pertencer simultaneamente a diversas variedades e tipos. Isso porque as relações de reciprocidade com a palavra do outro no contexto vivo e concreto têm caráter dinâmico e não estático: “a interrelação das vozes no discurso pode variar acentuadamente: o discurso orientado para um único fim pode converter-se em discurso orientado para diversos fins; a dialogação interna pode intensificar-se ou atenuar-se; o tipo passivo pode tornar-se ativo, etc.” (BAKHTIN, 1963/2002, p.199).

As análises mostraram que as relações dialógicas entretecidas entre os textos que compõem o corpus de estudo – capas (imagens, chamadas, composição gráfico-discursiva) artigos e cartas de leitores -, evidenciam a forma como a revista constroi o discurso sobre o sistema de cotas, assumindo um posicionamento de resistência frente a essa política. De forma velada, por meio das entoações avaliativas, tendo como pano de fundo o tema das cotas, polemiza a questão da

identidade do povo brasileiro e da exclusão/inclusão social de outros grupos minoritários.

Enfim, este trabalho demonstra que a revista *Caros Amigos* coloca em cena vozes advindas de diferentes esferas da comunicação discursiva, fazendo emergir discursos situados em uma temporalidade social, histórica, e cultural: o discurso ancestral da exclusão do negro na sociedade brasileira, os discursos da genética, da antropologia, da sociologia sobre o conceito de raça e de mestiçagem, enfim, sobre a construção da identidade brasileira, que faz emergir o discurso da inclusão.

Além disso, esta pesquisa permite dizer que um estudo sobre o sistema de cotas, pautado pela teoria dialógica, identificou vozes sociais que perpassam os discursos da mídia, desvelando os sentidos advindos das tensões e dos embates entre os interlocutores. E é no confronto dos valores, das entonações, das visões de mundo diante desse objeto de estudo que se dá a construção dos sujeitos, dos discursos, das identidades e dos sentidos, contribuindo para as transformações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal. In: SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. S.(org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 255-275.

ALENCASTRO, L.F. As cotas e a história nacional. *Revista Veja*, 19 de março, 2003. p. 20.

AMORIM, M. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: FREITAS, M. T.; SOUZA, S. J.; KRAMER, S. (org). *Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003, p.11-25.

_____. *O pesquisador e seu outro*. São Paulo: Editora Musa, 2004.

_____. *Raconter, démontrer, survivre: formes de savoirs et de discours dans la culture contemporaine*. Ramonville Saint-Agne : Éditions Érès, 2007.

_____. *Para uma filosofia do ato: "válido e inserido no contexto"*. In: BRAIT, B.(org). *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009, p.17 – 43.

_____. *Memória do objeto – uma transposição bakhtiniana e algumas questões para a educação*. In: BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-22, 1o sem. 2009b. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

ANDRADE, R. de. *Fotografia e Antropologia: olhares fora-dentro*. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002.

ARANHA, C. S. G. *Exercícios do olhar: conhecimento e visualidade*. São Paulo : Editora UNESP ; Rio de Janeiro : FUNARTE, 2008.

ARBACHE, A. P. *A política de cotas raciais na universidade pública brasileira: um desafio ético*. Tese de Doutorado do PPG em Educação e Currículo da PUC-SP, 2006.

AZEREDO, S. Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença – pensando a política de cotas na universidade. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 738-755, setembro-dezembro/2005.

AZEVEDO, C.M.M. Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça?. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 213-239, jan./abr.2004. <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a10n121.pdf>

_____. *Cota racial e jargão policial na universidade: para onde vamos?* In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 63-66.

_____. Tirando alguns esqueletos do armário acadêmico. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 77-85.

_____. Institucionalização da 'Raça Negra' ou Luta contra o Racismo? In: *Revista Aulas*, nº 3, dezembro 2006/março 2007.

BAJTIN, M./MEDVEDEV, P. N. *El método formal en los studios literários*. Trad. Tatiana Bubnova. Madrid: Alianza Editorial, 1994 [original russo de 1928]

BAKHTIN, M. O discurso no romance. In: _____ *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al., 5ª ed., São Paulo: Hucitec – Annablume, 2002, p. 71-210.[original russo publicado em 1975]

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2002. [original russo publicado em 1963]

_____. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. [original russo publicado em 1979].

_____. Os gêneros do discurso. In: _____ *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.262 - 306. [original russo publicado em 1979]

_____. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 307-335 [original russo publicado em 1979].

_____. O autor e a personagem na atividade estética. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 3-90 [original russo publicado em 1979].

_____. Discourse in the novel. In: M. Holquist (*The dialogue imagination*. Trans. By C. Emerson and M. Holquist. Austin: University of Texas Press 1981.

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V.N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995.[original russo publicado em 1929]

BARROS, D.L.P. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C.A.; TEZZA, C; CASTRO, G.(org.) *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BENETTI, M. A ironia como estratégia discursiva da revista *Veja*. In: *Líbero*, nº 20, dez. 2007, p.37 – 47.

BENVENISTE, E. Da Subjetividade na Linguagem. In:_____ *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Estrutura das relações de pessoa do verbo. [1946]. In: *Op. Cit.*

_____. A natureza dos pronomes. [1956]. In: *Op. Cit.*

_____. Da subjetividade na linguagem. [1958]. In: *Op. Cit.*

_____. As relações de tempo no verbo francês. [1959]. In: *Op. Cit.*

_____ A forma e o sentido na linguagem. [1967]. In: *Op. Cit.*

_____. *Problemas de Linguística Geral II*. Trad. Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 1989.

_____. O aparelho formal da enunciação. [1970]. In: *Op. Cit.*

BORTOLINI, M.C. A genética e a peritagem racista. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 109-111.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In BRAIT, B.(org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 9 – 31.

_____ Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In BRAIT, B. (org). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005a, p.87 – 98.

_____ Contribuições bakhtinianas para análise do verbo-visual. In: BASTOS, N. B. (org). *Língua portuguesa: lusofonia – memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC, 2008, p. 257 – 269.

_____ Estilo. In: BRAIT, B.(org.) *Bakhtin: conceitos chave*. São Paulo: Contexto, 2005b, p. 79 – 102.

_____ *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____ O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, M. R. e BARONAS, R. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Paulo: Claraluz, 2003b, p.19 – 30.

_____.As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, D.L.P.e FIORIN, J. L. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003a.

_____Enunciação e intersubjetividade. In: Letras. Porto Alegre:PPGL Editores, julho/dezembro, 2006, p.37-50.

CAPOTORTI, F. Etude des droits des personnes appartenant aux minorités ethniques, religieuses et linguistiques, New York, Nations Unies, 1979, E/CN.4/Sub.2/384/Rev.1, § 568.. *Les Cahiers de Droit*, vol. 27, n° 1, mars 1986, p. 293-298. <http://id.erudit.org/iderudit/042740ar>

CAROS AMIGOS. Edições de junho a novembro de 2002

CARVALHO, M.R.G. Breves reflexões suscitadas pelo artigo “Política de cotas raciais, os ‘olhos da sociedade’ e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)”. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 113-118.

CASHMORE, E. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000.

CLARK, K.;HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Trad. J. Guinsgurg. São Paulo: Perspectiva, 2004

CORRÊA, Mariza. Os ciclistas de Brasília. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 119-122.

CORTELLA, M.S. O negro é invisível. Revista Isto é, 5 de março de 2003, p. 7-11.

DAHLET, V. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

DONDIS, A. D. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DUARTE, L.F.D. Pungente retrato do universalismo apunhalado. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 51-55.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Fator, 1983, p.188-190.

FARACO, C..A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p.37-60

FERNANDES, C.F. (Re)tratos discursivos dos sem terra. Uberlândia: Edufu, 2007.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2005.

FOLHA DE S. PAULO. Justiça do Rio concede segunda liminar contra o vestibular com cotas da UERJ. 20 de fevereiro de 2003. Caderno Cotidiano, p. 04

FOUCAULT, M. (2007) *Arqueologia Do Saber*. Trad. Luiz F. Baeta Neves. 7 Ed. Rio De Janeiro: Forense Universitária,1969/ 2007 [1ª. Ed. Francesa, 1969]

_____ *Isto não é um cachimbo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FRANÇA, R. Não deu certo. Sistema de cotas para negros, pardos e alunos de escolas públicas desmoraliza o vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Veja*, 26 de fevereiro, 2003, p. 70-71.

FRANCO, M. *Espectros na Mídia: políticas afirmativas ou políticas da piedade? O sofrimento do outro no contexto do "último homem"*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação. UFRJ, 2006.

FRY, P. Ossos do ofício. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 123-125.

FRY, P.; MAGGIE, Y.; et alli. *Divisões Perigosas: políticas raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOLDEMBERG, J. As cotas nas universidades públicas. *Folha de S. Paulo, Tendências / Debates*, 8 de abril de 2004. p. A3

GOMES, J. B. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito Como instrumento de transformação social*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.

GRILLO, S. V. de C. Esfera e campo. In: BRAIT, B. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 133-160.

GUIMARÃES, A.S.A. Acesso de negros às universidades públicas. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 247-268, março/2003. <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf>

_____. A.S.A. Entre o medo de fraudes e o fantasma das raças. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 51-55.

GUIMARÃES, L. *As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2003b.

HARRIS, M. Les Relations Raciales à Minas Velha, Communauté Rurale de la Région Montagneuse du Brésil Central", in WAGLEY, C. *Races et Classes dans le Brésil Rural*, Paris, UNESCO. 1952
sites.google.com/site/uspensinasociologia/bibliografia.../raca-e-identidade

HASENBALG, C. *Discriminações e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

HILLMAN, J. *Estúdio & Alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial. Mapa da população negra no mercado de trabalho. São Paulo: DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio- Econômicos, 1999.

KAMEL, A. Cotas, um erro já testado. O Globo, Opinião, p. 7, Terça-feira, 29 de junho de 2004

LENZ CÉSAR, R. C. *Acesso à justiça para minorias raciais no Brasil: é a ação afirmativa o melhor caminho? Riscos e acertos no caso da UERJ*. Tese de Doutorado. Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UERJ- RJ, 2004.

_____. *Questões jurídicas do sistema de reserva de vagas na universidade brasileira: um estudo comparado entre UERJ, a UNB e a UNEB*. Rio de Janeiro: LPP/PPCOR, 2004.

LEWGOY, B. Cotas raciais na UnB: as lições de um equívoco. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 57-61.

LIMA.E. J. de *As astúcias da função-autor no discurso jornalístico: uma análise da posição de um jornal paranaense sobre as cotas* é o título da dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá - PR, 2006.

LIMA, M. Ser negro no Brasil: do ônus ao bônus? In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 103-108.

MAGALHÃES, C. Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens . In: Revista Linguagem em (Dis)curso. Volume 4, n^o especial, 2004

MAGGIE, Y. Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 131-137.

_____. Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, (2005, v. 20, n. 58, jun. p. 5-26.

MAGGIE, FRY, P. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras, texto dos autores (2004) <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a08v1850.pdf>

MAGNOLI, D. Identidades raciais, sociedade civil e política no Brasil. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_22_em_06_04_2008_19_28_59.pdf. Acesso em 17 de outubro de 2010.

MAIO, M.C. e SANTOS, R.V. As cotas raciais nos horizontes da antropologia: uma tréplica. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 139-154.

MAIO, M.C. e SANTOS, R.V. Políticas de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). In:

STEIL, C. A. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 11-50.

MARTINS, A. R. N. *A polêmica construída racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros*. Tese de Doutorado. Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas da UFB – GO, 2004.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 757-776, Especial – Out. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em julho de 2005.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas *Sociedade e Cultura*, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43

NEVES, P.S.C. e LIMA, M.E.O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. In: *Revista Brasileira de Educação*, V. 12, nº 34, janeiro/abril 2007, p. 17-38.

NOBRE, Noéli. Cota para negros embala polêmica. *Correio Braziliense*, 22 de abril, 2002 Paulo: EDUSP, 2003a, p. 11- 27.

PENA, S.D.J. O preocupante caso do vestibular da Universidade de Brasília. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 127-129.

PEREIRA FILHO, F. J. B. *Caros amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2004.

PEREIRA, A. M. “Um raio em céu azul”. Reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, nº 3, 2003, pp.463-482

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, v. 2, n.3, p. 3-5. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

REMILLARD, Gil. Les droits des minorités. In: *Atas da II Conferência Internacional de Direito Constitucional*. Quebec, 5 – 8 março 1986. <http://id.erudit.org/iderudit/042740ar>
www.erudit.org/revue/cd/1986/v27/n1/042740ar.pdf

REMILLARD, Gil. Les droits des minorités. In: *Les Cahiers de Droit*, vol. 27, nº 1, mars 1986, p. 13-22 www.erudit.org/revue/cd/1986/v27/n1/042740ar.pdf
Les Cahiers de Droit 13

REVISTA PESQUISA FAPESP. Nº 96, Seção Cartas, fevereiro de 2004, p. 5.
“Sobre a implementação de cotas e outras ações afirmativas para os afro-brasileiros”, artigo de Silva, L. F. M. (2004)

RIBEIRO, G.L Tirando alguns esqueletos do armário acadêmico In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 77- 85.

_____ O mestiço no armário e o Triângulo Negro no Atlântico. Para um multiculturalismo híbrido. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 71-76.

SALZANO, F.M. Raça, racismo e direitos humanos. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 67-70.

SANSONE, L. O bebê e a água do banho - a ação afirmativa continua importante, não obstante os erros da UnB! In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 93-97.

SATO, S. Cotas para negros não resolvem desigualdades. Estado de São Paulo, 18 de fevereiro de 2003.

SCHWARCZ, L.M. O retorno do objetivismo ou dos males de ser científico. In: STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 87-91.

SILVA, A. C. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Luiz Fernando Martins da. *Sobre a implementação de cotas e outras ações afirmativas para os afro-brasileiros*. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n.63,1 mar.2003. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3823>>. Acesso em: 01 abril 2007

SISS, Ahyas. Afro-brasileiros., cotas e ação afirmativa: razões históricas. Quartet, PENESB, 2003.

SKLIAR, C. A Materialidade da Morte e o Eufemismo da Tolerância: Duas faces, dentre milhões de faces, desse monstro (humano) chamado racismo. IN: Souza, R. M. de & Gallo, S. *Educação do Preconceito. Ensaios sobre poder e resistência*. Campinas: Editora Alínea, 2004, p.82-83.

SOBRAL, A. Ético e Estético. Na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 103-121.

SODRÉ. M. *Por um conceito de minoria*. In: PAIVA, R & BARBALHO, A. (Org.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

SONTAG, S. *Ensaios sobre fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

SOUZA, G T. *Introdução à teoria do enunciado concreto*. São Paulo: Humanitas, 2002.

SOUZA, S. Entrevista 10 anos de Caros Amigos. In: *Carta Maior*, de 23 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/.../materiaMostrar.cfm?Acesso> em 22 de abril de 2008

STEIL, Carlos Alberto. (Org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

TODOROV, T. *Le principe diologique*. Paris: Seul, 1981.

TURRA, C.; VENTURI, G. *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.

WAGLEY, C. 1952 *Race et classe dans le Brésil rural*, Paris, UNESCO.

WERNECK, F. O Estado de S. Paulo on-line. Disponível em estadao.com.br, 18 de fevereiro de 2003. Acesso em 06 de maio de 2003.

WEBGRAFIA

http://www.unesco.org.br/unesco/sobreaUNESCO/index_html/mostra_documento. Acesso em 22 de janeiro de 2010

http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A9sar_Benjamin"

<http://www.cartamaior.com.br/.../materiaMostrar.cfm?>

www.filmesdecinema.com.br > Acesso em 26 de julho de 2008

www.facs.br/revistajuridica/edicao_agosto2004/discente/disc04.doc

http://www.achegas.net/numero/cinco/1_fernando_2.htm. Acesso em 18 de janeiro de 2008.

www.facs.br/revistajuridica/edicao_agosto2004/discente/disc04.doc. Acesso em 22 de abril de 2009

www.cefala.org/~leoca/artes/farbenlehre/farbenlehre.pdf. Acesso em 02 de maio de 2011

www.geledes.org.br/.../9945-dre-sueli-carneiro--qle-racisme-produit-une-fausse-conscience-de-superiorite-q - 15 de abril de 2009

alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.../92c5d19ef1cac546032569c40069afa7?...Último Acesso em 05 de janeiro de 2011.

http://www.unesco.org.br/unesco/sobreaUNESCO/index_html/mostra_documento. Acesso em 22 de janeiro de 2010).

www.educaterra.terra.com.br/vizentini/.../artigo_75.htm .Acesso em 14 outubro de 2010.

www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/subcomissao.htm. Acesso em 18 de novembro, 2010.

www.missionofportugal.org/.../index.php?....Acesso em 18 de novembro de 2010.

<http://id.erudit.org/iderudit/042740ar>.Acesso em 22 de janeiro de 2010.

<http://www.legislacao.planalto.gov.br/.../lei%207.853-1989?..> Acesso em 19 de dezembro, 2010.

michaelis.uol.com.br/ - Acesso em 15 de dezembro 2010.

unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf. Acesso em 16 de dezembro, 2010.

www.seppir.gov.br/ Último acesso em 10 de janeiro de 2011.

<http://blogdojuca.uol.com.br>. Acesso em 14 de abril de 2011.

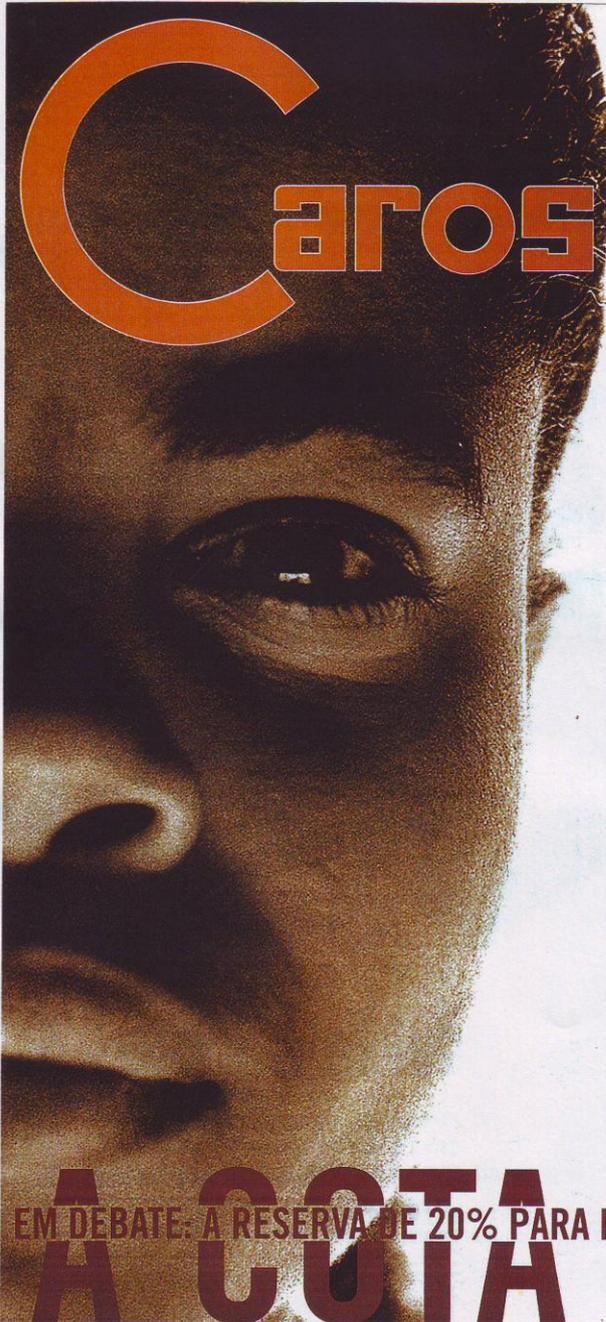
mosaicodobrasil.tripod.com/id49.html. Acesso em 19 de abril de 2011.

almanaque.folha.uol.com.br/brasil_01jun1994.htm. Acesso em 12 de março de 2011

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1 - Capa 4 - C4 – Caros Amigos - setembro, 2002
- Anexo 2 - Capa1- C1 - Caros Amigos – junho, 2002
- Anexo 3 - Capa 3 - C3 – Caros Amigos - agosto, 2002
- Anexo 4 - Capa 2 - C2 - Caros Amigos - julho, 2002
- Anexo 5 - Capa 5 - C5 – Caros Amigos - outubro, 2002
- Anexo 6 - Capa 6 - C6 – Caros Amigos - novembro, 2002
- Anexo 7 - Texto1 - T1 - Caros Amigos - junho, 2002, p.13
- Anexo 8 - Texto 2 - T2 - Caros Amigos – julho 2002, p. 30
- Anexo 9 - Texto 3 - T3 – Caros Amigos - setembro, 2002, p.18 - 19
- Anexo 10 - Texto 4 - T4 – Caros Amigos- setembro, 2002, p.20
- Anexo 11 - Texto 5 - T5 – Caros Amigos- setembro, 2002, p.21-22
- Anexo 12 – Carta de Leitor 1 – CL1 – Caros Amigos – agosto, 2002, p.6
- Anexo 13 – Cartas de Leitor 2, 3 e 4 – CL2, CL3 e CL4 – Caros Amigos – outubro, 2002, p.6
- Anexo 14 – Carta de Leitor 5 e 6 – CL5, CL6 – Caros Amigos – novembro, 2002, p.7



ANO VI NÚMERO 66 SETEMBRO 2002 R\$ 5,50

Caros AMIGOS

ENTREVISTA EXPLOSIVA
WASHINGTON
NOVAES
SINAL
VERMELHO
NO MEIO AMBIENTE
CLAUDIUS E AS
ELEIÇÕES

EM DEBATE: A RESERVA DE 20% PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS

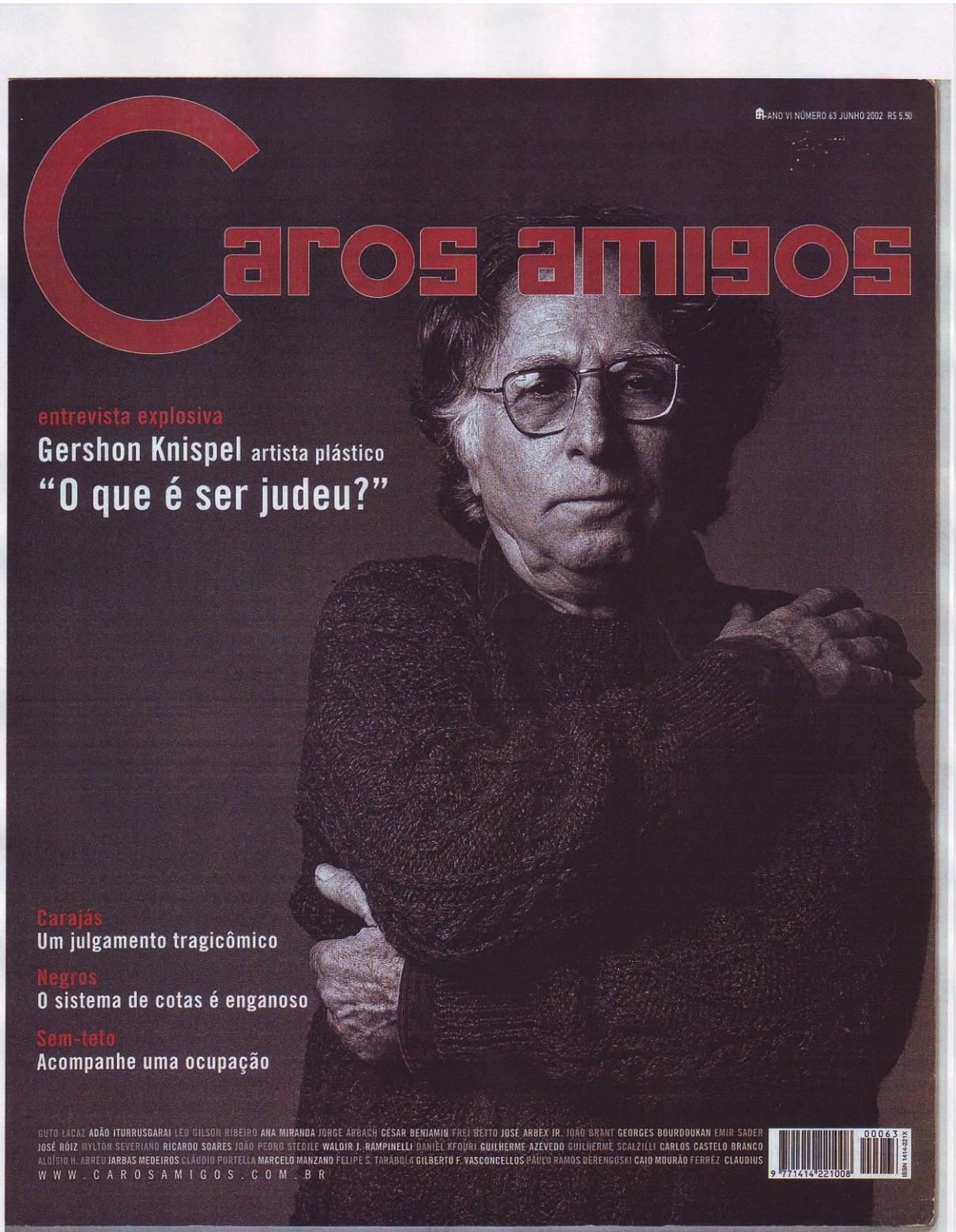
A COTA NEGRA

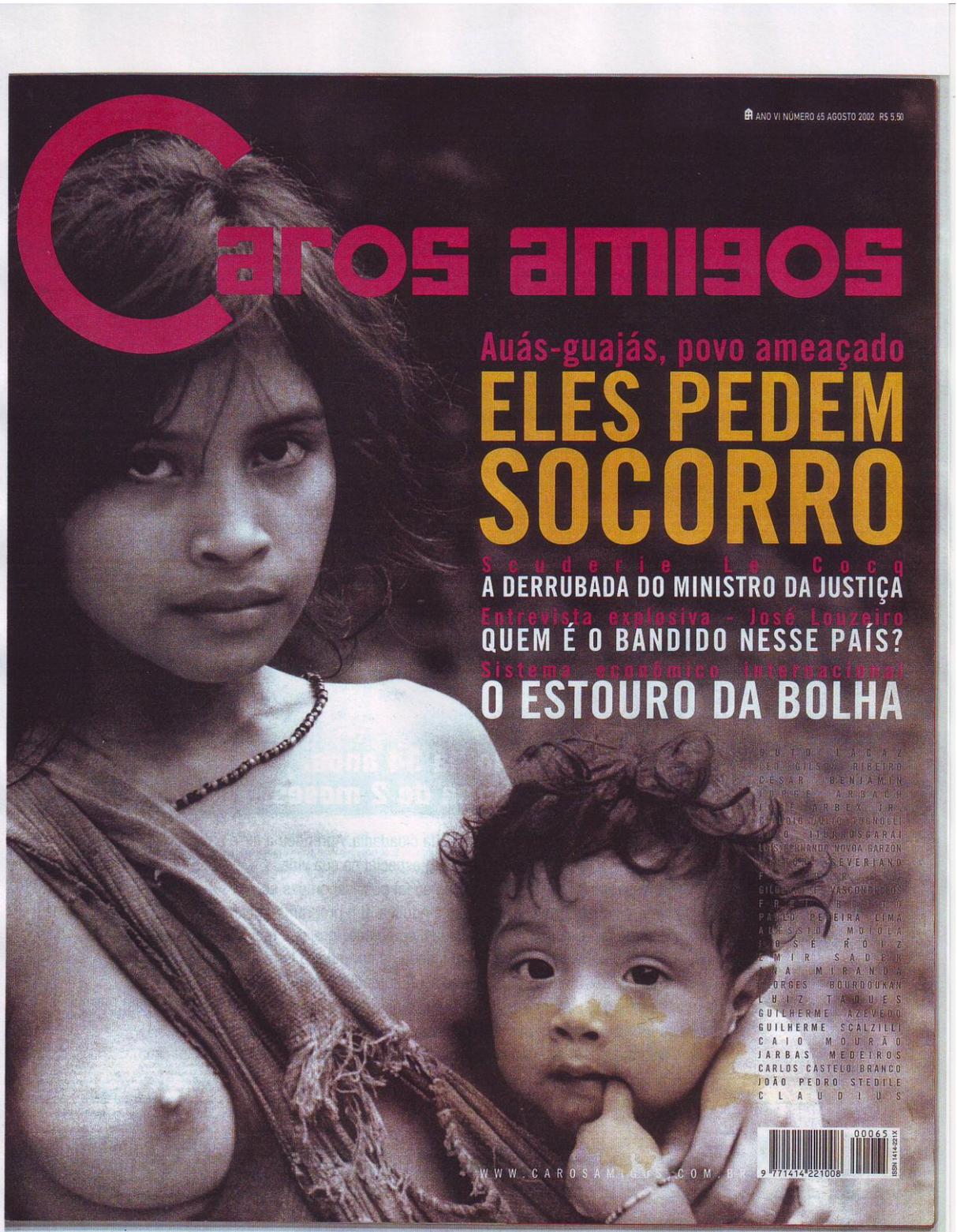
GUTO LACAZ LEO GILSON RIBEIRO ANA MIRANDA GUILHERME SCALZILLI MYLTON SEVERIANO JOÃO PEDRO STEDILE JARBAS MEDEIROS FRANCISCO C. GARISTO JOSÉ ARBEX JR. GILBERTO F. VASCONCELLOS SAMUEL AARÃO REIS MARCO FRENETTE CÉSAR BENJAMIN ADÃO ITURRUGARAI DANIEL RYO NATALIA VIANA GUILHERME AZEVEDO JOSÉ RÓIZ FREI BETTO GEORGES BOURDOUKAN CAIO MOURÃO EMIR SADER FERRÉZ CARLOS CASTELO BRANCO JORGE ARBACH RENATO POMPEU

WWW.CAROSAMIGOS.COM.BR



00066
9 771414 221006
ISSN 1414-221X





ANO VI NÚMERO 65 AGOSTO 2002 R\$ 5,50

CAROS AMIGOS

Auás-guajás, povo ameaçado

ELES PEDEM SOCORRO

Scuderie Le Cocq
A DERRUBADA DO MINISTRO DA JUSTIÇA

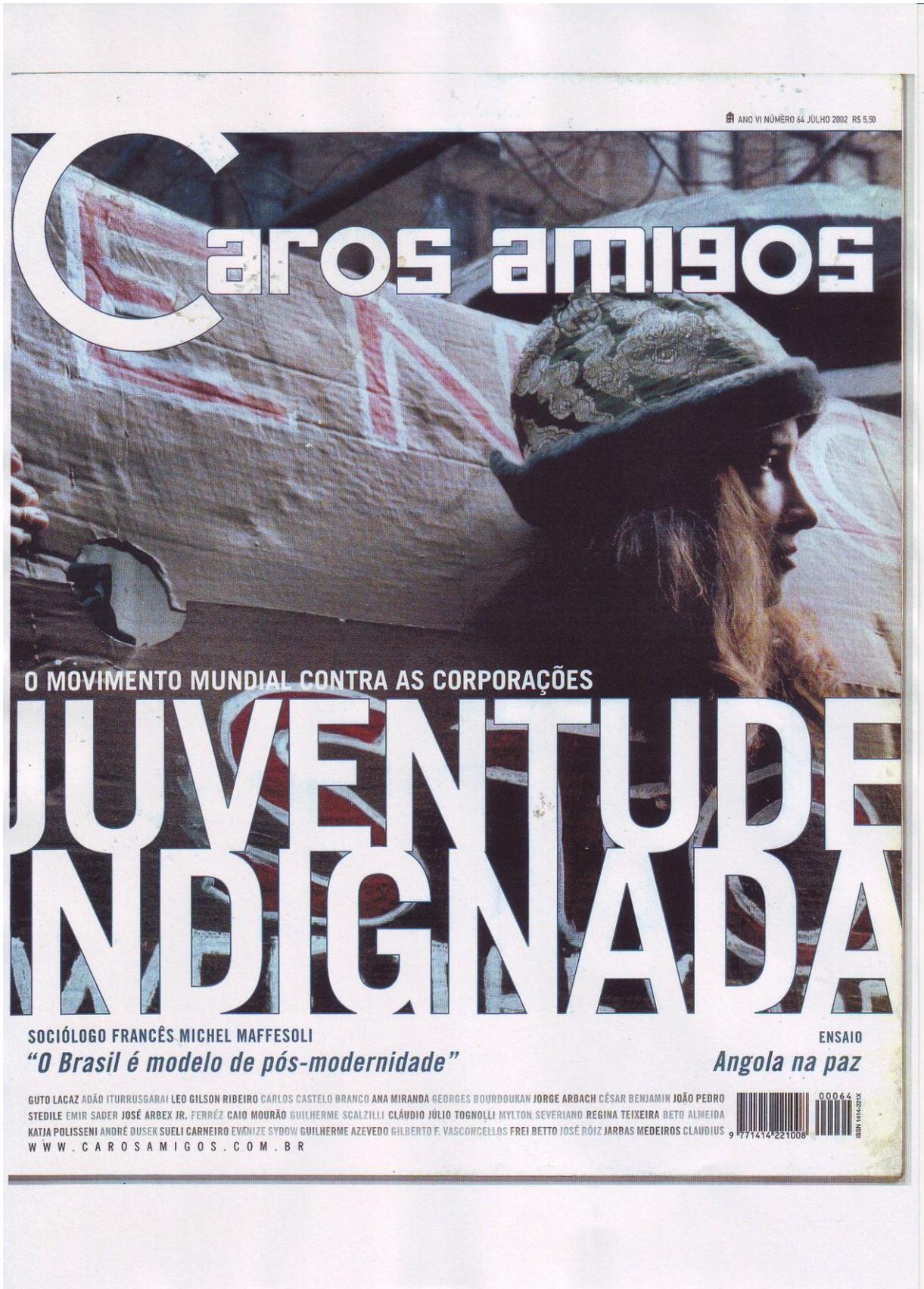
Entrevista explosiva - José Louzeiro
QUEM É O BANDIDO NESSE PAÍS?

Sistema econômico internacional
O ESTOURO DA BOLHA

PAULO LACAZ
LEONARDO RIBEIRO
CESAR BENJAMIN
DORIVAL ARIBACH
JOSÉ CARIBEIX JR
RAUL GILLO PENDELE
ALDO LUIZ BARAJ
MISERHONDO NOVO BARON
FREDERICO SEVERIANO
FRANCISCO
GILBERTO VASCONCELOS
FRANCISCO
PAULO PEREIRA LIMA
ALESSANDRO MODOLEA
ROSE ROTTZ
EMILIO SANDER
ENANIMIRANDA
GORGES BOURBOUKAN
LUIZ TAUDES
GUILHERME AZEVEDO
GUILHERME SCALZILLI
CAIO MOURÃO
JARBAS MEDEIROS
CARLOS CASTELO BRANCO
JOÃO PEDRO STEDILE
CLAUDIOS

00065
ISSN 1414-211X
9 771414 221008

WWW.CAROSAMIGOS.COM.BR



ANO VI NÚMERO 44 JULHO 2002 R\$ 5,50

Caros Amigos

O MOVIMENTO MUNDIAL CONTRA AS CORPORAÇÕES

JUVENTUDE INDIGNADA

SOCIÓLOGO FRANCÊS MICHEL MAFFESOLI
“O Brasil é modelo de pós-modernidade”

ENSAIO
Angola na paz

GUTO LACAZ ADÃO ITURRUGARAI LEO GILSON RIBEIRO CARLOS CASTELO BRANCO ANA MIRANDA GEORGES BOURDOUKAN JORGE ARBACH CÉSAR BENJAMIN JOÃO PEDRO STEDILE EMIR SADER JOSÉ ARBEX JR. FERRÉZ CAIO MOURÃO GUILHERME SCALZILLI CLÁUDIO JÚLIO TOGNOLLI MYLTON SEVERIANO REGINA TEIXEIRA BETO ALMEIDA KATJA POLISSENI ANDRÉ DUSEK SUELI CARNEIRO EVÂNIZE SYDOW GUILHERME AZEVEDO GILBERTO F. VASCONCELLOS FREI BETTO JOSÉ RÓIZ JARBAS MEDEIROS CLAUDIUS
WWW.CAROSAMIGOS.COM.BR







TORTUOSOS CAMINHOS

CÉSAR BENJAMIN



Aproveitando o ano eleitoral, o presidente Fernando Henrique anunciou o apoio do governo federal a um conjunto de medidas politicamente corretas, com destaque para o reconhecimento civil da união de pessoas de mesmo sexo e a reserva, para negros, de 20 por cento das vagas no serviço público. A primeira medida, proposta há alguns anos pela então deputada Marta Suplicy, é um avanço: duas pessoas adultas podem decidir quem desejam amar e com quem vão viver, e qualquer união estável deve ser geradora de direitos, respeitando-se a vontade expressa por ambas as partes. A mesma clareza não se aplica, a meu ver, à segunda medida, também defendida por grande parte da esquerda. É que o combate ao racismo freqüentemente envereda por tortuosos caminhos.

A construção do conceito de "raças humanas" foi o empreendimento mais importante da ciência européia no século 19. Nessa época, uma parafernália de métodos estatísticos e de sistemas de medição de cada parte do corpo lançou as bases de uma antropologia física que tentou classificar os grandes grupos humanos, estabelecendo correlações entre características aparentes e aptidões. O trabalho consumiu décadas, envolveu cientistas prestigiosos e produziu grande quantidade de resultados numéricos aparentemente respeitáveis, com suas respectivas interpretações. O sentido desse esforço era óbvio. Ele visava estabelecer bases biológicas que legitimassem a expansão colonial das potências européias, então em pleno vapor. O colonialismo passava a ser uma expressão da supremacia natural de povos mais aptos.

No século 20, com o desenvolvimento da genética e da biologia molecular, o estudo do corpo humano ultrapassou largamente os aspectos morfológicos mais aparentes, como a cor da pele, que serviram de base para as classificações anteriores. Passamos a comparar os organismos a partir do conhecimento de estruturas muito mais íntimas e mais fundamentais. Os resultados demoliram as bases conceituais das pesquisas anteriores. Ficou demonstrado que, ao longo da evolução, os grupos humanos conservaram uma semelhança espantosa; compartilham a mesma herança, com variações insignificantes.

As diferenças genéticas que se encontram entre duas pessoas escolhidas aleatoriamente em um mesmo grupo (dois nigerianos, por exemplo) não diferem estatisticamente das diferenças existentes entre duas pessoas de distintos grupos (um nigeriano e um sueco, por exemplo). Do ponto de vista genético e bioquímico não se descobriu nenhum critério válido para juntar e separar as pessoas. Criou-se um consenso de que as diferenças observáveis na linguagem, nos costumes, nos valores, nos atributos morais, nas atitudes estéticas etc. não são biologicamente determinadas.

Desde então, o conceito de "raças humanas" foi remetido ao museu onde estão expostas à galhofa as afirmações de que a Terra é plana, de que habitamos o centro do universo, de que os corpos graves tendem ao repouso e outras idéias que (des)organizaram o pensamento da humanidade ao longo da

história. Afirmou-se, em seu lugar, a unidade essencial da nossa espécie. É claro que isso não esgota o problema. Pois, apesar de cientificamente inepto – por não corresponder a nada que exista no mundo biológico –, aquele conceito continua a existir como fato ideológico e cultural. Creio que pelo menos três motivos ajudam a entender por que esse cadáver permanece insepulto e continua a perambular pelo mundo.

O primeiro: a classificação de grupos humanos tendo como base a cor da pele (e outros atributos associados, como a forma do cabelo) é visível aos olhos e, como tal, "evidente". Brancos são brancos e negros são negros. Porém, há muito tempo a ciência aprendeu a desconfiar de "evidências". Também não é "evidente" que o Sol gira em torno da Terra? Não é "evidente" que a Terra é plana? O processo de conhecimento é sempre a superação de "evidências". O mesmo ocorreu neste caso. O que determina a cor de uma pessoa é a quantidade de uma proteína, chamada melanina, que todos temos na pele. Assim, quando usamos a cor da pele como critério de classificação, estamos afirmando que as pessoas devem ser agrupadas e separadas conforme a quantidade de melanina que produzem. Mas a melanina é apenas uma das 80.000 ou 100.000 diferentes proteínas que compõem nosso corpo. Surge a questão: por que ela, e não outra proteína qualquer, deve ser usada como referência?

Seguindo essa trilha, a ciência contemporânea obteve resultados surpreendentes. Se usarmos a melanina como critério classificador, os suecos Johansson e Peter pertencerão a uma "raça", enquanto os nigerianos Kumbere e Tongo pertencerão a outra. Mas, se usarmos outra proteína qualquer, nada impede que Johansson e Kumbere integrem a mesma "raça", pela semelhança de sua composição bioquímica nesse aspecto, enquanto Peter e Tongo integrem uma outra. O mesmo procedimento pode se repetir quantas vezes se desejar, gerando infinitos rearranjos quando se considera a humanidade como um todo. Havendo uma infinidade de "raças" possíveis, é claro que não há "raça" nenhuma.

Um segundo motivo para a sobrevivência ideológica desse conceito é que tal classificação, como outras, corresponde a interesses. Pois o ato de classificar é também, necessariamente, um ato de hierarquizar: o grupo que inventa a classificação ocupa, invariavelmente, o topo da escala. (Nenhuma classificação reflete "o real"; todas são invenções, mais úteis ou menos úteis.)

O terceiro motivo é um pouco chocante: a idéia de que existem raças humanas, dotadas de diferentes aptidões, não contraria nenhuma lei da biologia. Portanto, não é absurda. Quando populações de uma mesma espécie se separam no espaço e se reproduzem isoladas ao longo de muitas gerações, elas tendem a acumular diferenças, que podem se inscrever em seus códigos genéticos e, no longo prazo, resultar em raças diferentes. Isso ocorreu em muitas espécies animais (pastores alemães e pequineses são diferentes raças de cães de uma mesma espécie) e também começou a ocorrer na espécie humana.

A partir de um contingente originário da África, o *Homo*

sapiens se espalhou pelo mundo, e seus subgrupos começaram a acumular diferenças. Se o isolamento demorasse muito mais tempo, provavelmente produziria "raças" humanas. Mas nossa espécie é muito recente, e sua divisão em subgrupos isolados não foi suficientemente longa. A humanidade cresceu, se multiplicou, se deslocou e ocupou todo o planeta. A história produziu logo um grande reencontro. Com ele, o intercâmbio genético voltou a prevalecer amplamente, interrompendo a incipiente tendência anterior. Reiniciou-se um processo de homogeneização, antes que se formassem raças diferentes. Nossa unidade humana fundamental é um fato histórico, e não uma imposição metafísica ou uma lei biológica.

A fusão de subgrupos humanos, acelerada na modernidade, foi mais radical no Brasil do que em qualquer outra parte do mundo. Sociedade recente, nascemos no exato momento em que o reencontro se acelerou. Dadas as características da colonização portuguesa e nosso papel na divisão mundial do trabalho, fomos levados a realizar um monumental processo de miscigenação, que predominou sobre outras tendências. Processo, é claro, assimétrico, como todos os demais, em uma sociedade de resto tão desigual.

Como resultado, não somos nem brancos, nem negros – somos mestiços. Biológica e culturalmente mestiços. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a tentativa de constituir uma identidade baseada na "raça" é especialmente reacionária. A afirmação, que tantas vezes já ouvi, de que o Brasil é o país mais racista do mundo é uma patética manifestação de nosso esporte nacional favorito – falar mal de nós mesmos.

Os elementos culturais e ideológicos racistas, que subsistem entre nós, não interromperam nem conseguirão interromper o processo de construção de uma sociedade mestiça, cuja unidade tem sido dada pela bela capacidade de criar e recriar uma cultura de síntese. Mesmo assim, aqueles elementos precisam ser combatidos. Mas definir quotas será o melhor caminho? Devemos fixar o que não é fixo, separar o que não está separado? Quem é negro e quem é branco no Brasil? Onde está a fronteira entre ambos? E os brancos pobres, que são muitos, como ficam?

Melhor do que copiar também nisso os Estados Unidos – uma sociedade multiétnica, mas não essencialmente mestiça – seria, por exemplo, garantir uma escola pública universal, gratuita e de boa qualidade, onde todas as crianças convivessem juntas e recebessem a mesma educação fundamental. Crianças que brincam em *playgrounds*, viajam em automóveis vedados e estudam em escolas particulares, altamente seletivas, tendem a crescer com medo e raiva dos diferentes. Crianças que freqüentam espaços públicos e têm amigos de todas as cores dificilmente serão adultos racistas. □

César Benjamin é autor de *A Opção Brasileira* (Editora Contraponto, 1998, nona edição) e integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular.

ideologia tortuosa

Sueli Carneiro

No artigo "Tortuosos Caminhos" publicado na revista *Caros Amigos* de junho último, César Benjamin, a propósito de questionar a adoção de cotas para negros, reproduz a fórmula clássica do *modus pensante* e *operandi* nos marcos de nossa democracia racial: o Brasil é um país mestiço, portanto é impossível determinar quem é negro e quem é branco. E, ainda que isso fosse possível, raça é um conceito falacioso já desmascarado pela ciência contemporânea e, por fim, "constituir uma identidade baseada na raça é especialmente reacionário", conclui Benjamin. Portanto, políticas afirmativas/cotas para negros seriam um anacronismo em nossa sociedade.

São argumentos de fácil aceitação pelo que reiteram das ideologias presentes no senso comum em que o elogio à mestiçagem e a crítica ao conceito de raça vem se prestando historicamente, não para fundamentar a construção de uma sociedade efetivamente igualitária do ponto de vista racial, e sim para nublar a percepção social sobre as práticas racialmente discriminatórias presentes em nossa sociedade.

A constatação da inexistência das raças e de que a diversidade de intragrupos é maior do que entre os grupos diferentes, que a ciência vem nos revelando nos últimos tempos, não tem impacto sobre as diversas manifestações de racismo e discriminação em nossa sociedade e em ascensão no mundo, o que reafirma o caráter político do conceito de raça e a sua atualidade, a despeito de sua insustentabilidade do ponto de vista biológico.

Raça é hoje e sempre foi um conceito eminentemente político cujo sentido estratégico foi exemplarmente sintetizado pelo historiador Antony Mark em seu livro *Making Race and Nation*, onde ele afirma que: "Raça é uma questão central da política... porque o uso que as elites fizeram e fazem da diferença racial foi sempre com o objetivo de provar a superioridade branca e assim manter seus privilégios, à custa da escravidão e exploração. Essa atitude foi sempre compartilhada com os setores populares brancos interessados em se associar às elites. Historicamente, esse comportamento foi comum às elites do Brasil, da África do Sul e dos Estados Unidos".

A análise de César Benjamin deixa deliberadamente de fora os estudos atuais sobre as desigualdades raciais existentes no Brasil. Silencia também sobre as evidências empíricas da exclusão dos negros em todas as esferas privilegiadas da sociedade e sua concentração desproporcional nos bolsões de miséria e pobreza. Vivemos num país em que, segundo os estudos realizados pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), há 53 milhões de pobres e, desses, 22 milhões são indigentes: 65 por cento e 70 por cento, respectivamente, desses pobres e indigentes são pessoas negras.

O DIEESE, em parceria com o Inspir (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial), realizou outro estudo amplamente divulgado, o Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho, que nos informa, por exemplo, que em São Paulo a taxa de desemprego da população economicamente ativa está assim distribuída: 25 por cento para as mulheres negras, 20,9 por cento para os homens negros, 19,2 por cento para as mulheres brancas e 13,8 por cento para os homens brancos.

Dados divulgados pelos ministérios do Trabalho e da Justiça na publicação *Brasil, Gênero e Raça* demonstram os diferenciais

no rendimento médio nacional entre negros e brancos em salários mínimos: homem branco, 6,3 salários mínimos; mulher branca, 3,6; homem negro 2,9; mulher negra 1,7.

Porém, é a desagregação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) para negros e brancos que revela a magnitude da desigualdade racial no Brasil:

"O Brasil em 1999 foi classificado como um país de desenvolvimento humano mediano, ocupando a 79ª posição, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que é um instrumento de avaliação e mensuração das condições materiais e sociais de vida dos povos. Todavia, quando os indicadores de desenvolvimento humano são desagregados por sexo e raça da população negra no Brasil, conforme elaborado pela Federação de Associações de Órgãos de Assistência Social e Educação (FASE), evidenciam o impacto do racismo, fazendo com que o IDH relativo à população negra do Brasil ocupe a 108ª posição, em contraponto ao da população branca, que ocupa a 49ª posição."*

Os negros apresentam, em todos os indicadores sociais constitutivos do IDH, brutais diferenças, das quais a mais dramática é uma esperança de vida, em média, seis anos inferior à dos brancos, variando até doze anos a menos quando desagregamos esse indicador por faixa etária ou região, como é o caso do Norte e Nordeste do país. O IDH da população negra brasileira ocupa cinco posições abaixo da África do Sul, país que até recentemente viveu sob o regime de *apartheid*.

Os diferentes IDHs encontrados para brancos e negros no Brasil refletem, por fim, a coexistência, num mesmo território, de dois países apartados.

Intencionalmente, César Benjamin passa também por cima do processo histórico que produziu essas desigualdades, ocultando os benefícios materiais e simbólicos auferidos pelos brancos:

– da escravização dos negros, a principal fonte da acumulação primitiva de capital do país e da construção da riqueza das elites que se revezam no poder no Brasil;

– da forma como se processou a "abolição" da escravidão, sem qualquer tipo de reparação aos negros pelos séculos de trabalho escravo e sem a implementação de qualquer política de integração social da massa escrava "liberta";

– da substituição da mão-de-obra negra pelo imigrante europeu no processo de industrialização pós-escravidão; uma perspectiva eugenista claramente assinalada na Constituição de 1934.

– da restrição de sua participação política, visto que a Constituição de 1891 impedia o alistamento para as eleições aos mendigos e analfabetos (três anos após a abolição).

– da absoluta impunidade de que gozam as atitudes racistas e discriminatórias em nossa sociedade, em especial no mercado de trabalho, o que assegura o acesso privilegiado dos brancos aos postos de maior prestígio e remuneração;

– da desqualificação estética dos negros, em especial das mulheres negras;

– da indiferença social em relação às ações dos órgãos de repressão e dos grupos de extermínio sobre as populações pobres, majoritariamente negras.

A despeito de todas essas evidências, César Benjamin afirma: "(...) não somos nem brancos nem negros – somos mestiços. Biológica e culturalmente mestiços. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a tentativa de constituir uma identidade

O mito de a desigualdade racial ser produto das diferenças educacionais também está em xeque

baseada na 'raça' é especialmente reacionária. A afirmação, que tantas vezes já ouvi, de que o Brasil é o país mais racista do mundo é uma patética manifestação de nosso esporte nacional favorito – falar mal de nós mesmos".

Portanto, o negro é apenas uma realidade estatística para deleite acadêmico. Não tem concreção como credor social, demandador de políticas específicas em função das desigualdades de que padece, posto que essas são só reconhecíveis no plano virtual.

Pergunta-nos Benjamin: "Devemos fixar o que não é fixo, separar o que não está separado? Quem é negro e quem é branco no Brasil? Onde está a fronteira entre ambos?"

A carnavalização das nossas relações raciais escamoteia a rigidez da segregação espacial e social que separa negros e brancos. Ignora solenemente a concentração dos negros nas favelas, palafitas, cortiços, nas periferias das grandes cidades. Ou seja, encontra-se naturalizado o paradigma casa-grande e senzala, por isso trata-se com quase absoluta indiferença essas desigualdades raciais. E, no entanto, as poucas, tímidas e insuficientes iniciativas voltadas para o enfrentamento dessas desigualdades, como é o caso das cotas, encontram rapidamente uma oposição aguerrida.

É nisto que reside a perversidade do racismo brasileiro:

– Na negação patológica da dimensão racial das desigualdades sociais.

– Nos eufemismos que são utilizados para mascarar-las: se não há negros nem brancos, como poderá haver políticas específicas para negros? Ou, o problema no Brasil não é racial e sim social ou o que há é um *apartheid* social!

– Na intransigente recusa de instituição de qualquer mecanismo reductor das desigualdades raciais.

– Na defesa maníaca de propostas que postergam para as calendas o enfrentamento dessa realidade. A educação é sempre usada como panacéia nesses casos. Diz Benjamin que, em vez das cotas, "melhor... seria, por exemplo, garantir uma escola pública universal, gratuita e de boa qualidade, onde todas as crianças convivissem juntas e recebessem a mesma educação fundamental". Enquanto a escola pública de qualidade não vem, os negros devem esperar, de preferência "bem quietinhos", pois a reivindicação de política específica baseada na raça é, como diz o autor, "especialmente reacionária".

Mas o mito de a desigualdade racial ser produto das diferenças educacionais também está em xeque.

Somos oficialmente 45 por cento da população do país e apenas 2 por cento de nós adentram o ensino universitário. Esse é o patamar de "equidade" alcançado, por exemplo, pelas políticas de universalistas no campo da educação. Pior, a avaliação dessas políticas empreendida pelo IPEA constatou que, apesar da democratização do acesso ao sistema educacional e da melhoria dos níveis educacionais de negros e brancos, desde a década de 20 do século anterior até o presente a diferença de escolarização de negros e brancos mantém-se inalterada. A conclusão desses estudos é que as políticas universalistas não têm sido capazes de alterar o padrão de desigualdade racial.

O conceito de raça se instituiu para justificar a dominação, a escravidão e a exploração de um grupo racial sobre outro. Hoje, a negação da realidade social da "raça" e da necessidade que dela decorre de focalizar as políticas públicas nos segmentos historicamente discriminados se presta à perpetuação da exclusão e dos privilégios que a ideologia que o sustenta produziu e reproduz cotidianamente. C

Sueli Carneiro é diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra. Pós-graduada em filosofia da educação pela Universidade de São Paulo.

* Documento da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras – Rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, páginas 1 e 2.

Na Caros Amigos de Junho último, César Benjamin escreveu um artigo ("Tortuosos Caminhos") sobre a adoção de cotas para negros no serviço público (20 por cento). Na edição seguinte, julho, Sueli Carneiro, diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra, rebateu os argumentos de Benjamin. Ao mesmo tempo, dois outros estudiosos do tema – Samuel Aarão Reis e Marco Frenette – enviavam para a redação textos também criticando a posição de nosso articulista. São os que publicamos agora, juntamente com a resposta tríplice de Benjamin.

DEBATE QUENTE NEGR

NOSSO BLOCO ESTÁ DISPOSTO E É BONITO, TAMBÉM TEMOS O DIREITO DE DESFILAR NA AVENIDA

SAMUEL AARÃO REIS

Brasil, país de mestiços. Que beleza!

Nos sonhos de Darcy Ribeiro esta seria a grande contribuição brasileira para a civilização humana, a mistura das raças nos garantindo um espaço único e original entre os povos do mundo. Jorge Amado defende em seus romances tese semelhante: não haveria nenhum brasileiro que não fosse mestiço, mistura de brancos, índios e negros, e justamente daí nossa criatividade e beleza.

Como esses dois intelectuais brasileiros do mais alto gabarito, progressistas, engajados na luta social, chegaram a essas idéias?

É necessário conhecer a época em que eles formaram suas idéias.

Darcy Ribeiro e Jorge Amado brigavam na primeira metade do século passado contra setores conservadores da sociedade brasileira, com alguma influência no poder, defensores da "pureza e da superioridade da raça branca", setores racistas, portanto, identificados com as idéias nazistas que então avançavam através do mundo. Naqueles anos, após o fim da escravidão (aliás, o Brasil foi o último dos países a acabar legalmente com o regime escravo), os racistas brasileiros estavam preocupados em "extirpar" do nosso país a "mancha social" formada pelas populações negras e mestiças. Seriam essas populações as responsáveis pelo nosso atraso político, econômico, cultural. E, com esse objetivo, tais setores conservadores estavam conseguindo algumas vitórias.

Na migração existiam orientações explícitas para dificultar a entrada de africanos no nosso país. Na diplomacia e na Marinha, nossos representantes no estrangeiro, negros e mestiços não eram aceitos.

A religião de origem africana era proibida, perseguida pela polícia, que invadia terreiros, quebrava tudo, batia nas pessoas, seqüestrava os objetos sagrados de culto. Apenas em 1952 o candomblé passou a ser permitido, assim mesmo, pasmem!, com a obrigatoriedade de se registrar nas secretarias de Segurança.

O Carnaval na época era o do corso, automóveis desfilando pelas avenidas, batalhas de confete, as pessoas bem-nascidas, brancas, se divertindo; quando os negros formavam seus blocos, eram dispersados pela polícia, badrneiros! – os negros, para driblar a repressão, criaram os blocos de índios, famosos até hoje. A capoeira também foi proibida. Ensinada e aprendida às escondidas, os mestres eram perseguidos, presos, obrigados a mudar de cidade.

Um ataque geral a todas as manifestações públicas da cultura negra. (Como se sabe, para destruir um povo, não é necessário matar cada uma das pessoas que o formam, é suficiente desmoralizar sua cultura.)

Darcy, Jorge Amado e outros tantos debochavam daqueles brancos arrogantes que se achavam raça pura: deixem disso, besteira isso de raça pura, isso não existe, todos nós somos mestiços. Naqueles anos, quem fosse progressista, contra o racismo e o nazismo defendia a necessidade da comunhão entre as raças, que passou a ser confundida com a mestiçagem – uma solução original, brasileira, para evitar o conflito entre as raças. A luta era, como ainda hoje, política, ideológica, cultural, sem abandonar o campo científico no qual a

ROS

existência de raças e a superioridade de umas sobre as outras já estavam completamente desmistificadas.

Brasil, país de mestiços. Que mentira!

Na segunda metade do século que acaba de se encerrar, em especial nas últimas duas décadas, várias pesquisas e estudos, distinguindo a situação de brancos, negros e pardos, vieram demonstrar que a tão falada mestiçagem do povo brasileiro era um engodo. As desigualdades entre brancos de um lado e negros e pardos de outro não só eram grandes, como se mantinham estáveis após cem anos do fim da escravidão. Já entre pardos e negros, as diferenças eram insignificantes.

Os dados levantados pelas pesquisas e estudos não deixaram margem para dúvidas.

Renda e salário – O salário médio de um negro é de 2,61 salários mínimos; já um pardo ganha 2,71; enquanto um branco, 5,6 salários mínimos.

Famílias com renda de até meio salário mínimo: brancas, 12 por cento; pardas, 24,5 por cento; negras, 30,4 por cento. Famílias com renda de mais de cinco salários mínimos: brancas, 14,8 por cento; negras, 3,3 por cento; pardas, 3,3 por cento.

Entre os 10 por cento das pessoas com maior renda no Brasil, 90 por cento são brancas. Já entre as 10 por cento com menor renda no Brasil, 70 por cento são negras e pardas.

(Mesmo com a estabilidade econômica do real, nesta última década, não houve uma redução das diferenças raciais, segundo o IPEA.)

Educação – Um branco tem em média 7,5 anos de estudo, e os negros e pardos têm 5,1. O analfabetismo é maior entre os negros e pardos (21,6 e 20,7 por cento) que entre os brancos (8,4 por cento).

Ainda que tenha havido progressos nas últimas décadas para o conjunto da população tanto na média de anos de estudo como nas taxas de analfabetismo, a diferença entre brancos, pardos e negros se manteve estável. E, com a mesma escolaridade, negros e pardos ganham em média 20 por cento menos que os brancos.

Segurança – Relatório sobre a cidade de São Paulo diz que a raça é um fator que influencia nas mortes por assassinato: "Quanto mais escura é a pele da pessoa, mais suscetível ela está de ser vítima da polícia". No Rio de Janeiro, os estudos chegam às mesmas conclusões: 70 por cento das pessoas mortas por policiais são negras ou pardas. Outra pesquisa definiu o grupo de risco nos casos de assassinatos no Rio de Janeiro: tem mais possibilidades de morrer quem é negro ou pardo, solteiro, idade de 20 a 30 anos, e mora na Baixada Fluminense.

Nos presídios estão 76,8 de brancos para cada 100.000 habitantes e 280,5 de negros e pardos. Para os mesmos crimes, estes últimos recebem penas maiores.

Infância – Entre as crianças que trabalham, 62 por cento são negras e pardas. A mortalidade infantil é de 29 por 1.000 nascidos para os brancos e 53 por 1.000 para os negros e pardos.

Muitos foram os números levantados e abrangem os mais variados campos de atividade. Não serão citados todos aqui. Importante é verificar que as conquistas da população negra nos últimos anos não foram resultado apenas nem principalmente de estudos e pesquisas. Essas conquistas foram resultado da luta e da organização crescente dos movimentos negros que passaram a expressar cada vez com mais força suas reivindicações.

Se na primeira metade do século as belezas da mestiçagem eram cantadas em prosa e em verso para enfrentar os racistas que tinham como ideal a pureza e a superioridade, e o domínio também, da raça branca, hoje a situação é outra – diante do avanço dos movimentos negros que querem mudanças, aqueles que não as desejam, os que pretendem a manutenção das desigualdades levantam a bandeira da mestiçagem: "Mudar para que, somos todos mestiços, somos todos iguais, uma e outra injustiça serão sanadas com o tempo, mais investimentos na educação, algumas medidas de emergência aqui e ali, tudo irá se arranjando, todos irão se incluindo nesta nossa sociedade que desde já é de todos, é mestiça". O próprio presidente da República, escorregando feio no preconceito, declara que "tem um pé na cozinha".

As idéias são fortes e muitas delas sobrevivem à época que as geraram.

Mas as idéias, com o passar do tempo, podem mudar de lado. A mesma idéia, numa época instrumento de luta das forças sociais transformadoras, em outra pode passar a ser arma daqueles que não querem mudanças. Darcy Ribeiro, Jorge Amado não perceberam o passar do tempo, que a bandeira que tinham levantado em sua juventude havia mudado de mãos, defendia hoje interesses outros, contrários. Não perceberam em especial, e isso o mais importante, o crescimento dos movimentos negros e suas novas reivindicações.

Quem luta pela transformação precisa estar atento ao surgimento dos novos atores e forças sociais. Que começam pequenos, mas marcam presença, pois sacodem a mesmice, bagunçam a rotina, viram a mesa, questionam as maiorias acomodadas, põem novas questões para a sociedade. As idéias não existem soltas no ar, estão coladas a determinados movimentos sociais e políticos. Quem fica apenas no plano das idéias não vê os movimentos sociais mutantes e em confronto, corre o risco de passar de um lado para outro na luta política.

Hoje, a cada dia que passa, mais e mais pessoas estão sensibilizadas para a necessidade de enfrentar a desigualdade racial no Brasil. Não há mais como escondê-la, daí que as políticas de ação afirmativa ganhem mais adeptos. É preciso fazer alguma coisa. E agora.

Brasil, país de mestiços. Aqui, ó!

As políticas de ação afirmativa buscam incluir os negros e pardos em nossa sociedade. Mas inclui-os como? No mundo branco ou numa sociedade multicultural e pluriétnica? Está aí, hoje, a verdadeira linha divisória entre o racismo e o não-racismo. As políticas de ação afirmativa só têm sentido se e quando costuradas pelo reconhecimento e pela valorização da identidade cultural dos negros. Fora disso serão pontuais, paliativas, paternalistas, e com fracasso anunciado.

"O que é isso de identidade cultural? Somos todos brasileiros (mestiços?...), identidade cultural é invenção dos negros americanos, isso não existe aqui, isso é querer ir para o gueto."

As comunidades negras não querem ir para gueto nenhum. Querem justamente sair do gueto em que hoje se encontram. Uma sociedade multicultural reconhece e, mais do que isso, valoriza as diferentes culturas que se desenvolvem em seu meio. E, numa situação de igualdade de direitos, a tendência é o diálogo e a troca entre as diversas culturas, enriquecendo a sociedade.

Índios, judeus, árabes, poloneses, alemães, italianos, portugueses etc. preservam sua cultura dentro de nossa sociedade e, ao mesmo tempo, são brasileiros. Cada uma destas etnias formadoras do povo brasileiro, cada uma com sua contribuição específica, passou por momentos de maior ou menor fechamento, maior ou menor abertura, em relação às outras culturas, o que não nega seu direito inalienável de preservar a própria cultura.

Os descendentes de africanos no Brasil mostraram ao longo dos anos, de escravidão e opressão, a força de resistência de sua cultura, viva até hoje, com enormes contribuições na construção da sociedade brasileira. Por que então inventar para os negros um caminho de integração à sociedade diferente daquele aceito para os outros grupos étnicos? Por que para os negros a integração deveria se dar indivíduo por indivíduo, um de cada vez, e não como grupo étnico? Por que impedir que os negros preservem sua identidade, cultuem suas tradições, tenham orgulho de suas representações, e colocar isso como condição para que se integrem à sociedade brasileira?

Alguns séculos atrás, senhores doutores discutiam, com toda a gravidade que o assunto exigia, se os escravos tinham alma ou não. Será que vamos hoje discutir se os negros têm ou não uma cultura própria, rica, específica? O que é um povo, o que é um homem, uma mulher despossuídos de sua cultura, se a cultura é a alma e a dignidade de cada um?

"Queremos ver respeitada nossa diferença em tudo aquilo que diga respeito à nossa identidade cultural, e queremos ser iguais em tudo aquilo que diga respeito à cidadania", é a bandeira dos movimentos negros.

Samuel Aarão Reis é assessor da Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

Na discussão sobre cotas para negros,
cada vez mais se confunde a necessidade
de políticas emergenciais de inclusão
social com planos estruturais de
longuíssimo prazo

ENTRE O SONHO E A REALIDADE

MARCO FRENETTE

Em artigo na *Caros Amigos* passada, César Benjamin se serviu da história e da ciência para criticar a política de cotas. Involuntariamente, acabou reforçando alguns equívocos que cercam essa discussão.

Seu resumo da construção e posterior indefensabilidade científica do conceito de raças é irretocável. Ocorre, porém, que nisso todos estão de acordo; incluindo aí muitos racistas. E aqui já se encontra a primeira fragilidade argumentativa da crítica de Benjamin: a crença implícita de que o racismo é fruto direto da ignorância. Conhecimento não purifica espíritos já poluídos pelo preconceito racial. Muitos enfeitam suas casas com magníficas estátuas africanas, elogiam a mulher negra e ridicularizam *A Teoria das Desigualdades Raciais*, de Gobineau – fazem tudo isso ao tempo em que continuam perfeitamente racistas.

As coisas são assim porque há forte componente irracional no racismo. Exibam-se conhecimentos científicos, critique-se à vontade o conceito de raça, varrasse-o da Terra, e nada mudará: o negro continuará sofrendo por ser negro. Não se apaga a realidade das coisas destruindo-lhes os símbolos.

Benjamin argumenta que a classificação de grupos humanos tendo como base a cor da pele é visível aos olhos e, como tal, evidente: "Branços são brancos e negros são negros. Porém, há muito tempo a ciência aprendeu a desconfiar de 'evidências'. Também não é evidente que o Sol gira em torno da Terra? Não é evidente que a Terra é plana? O processo de conhecimento é sempre a superação de evidências".

Isso quer dizer o quê? Que o preto é uma ilusão de óptica? Que um dia a ciência derrubará a teoria das cores de Goethe e o preto desaparecerá? A terra, certamente, não é plana; mas, com absoluta certeza, o preto é preto.

Mais importante que o surrado esvaziamento biológico do conceito de raça é admitir que a cor da pele é o fato fundador da questão racial negra. Sartre escreveu que a maldição do negro é viver permanentemente encurralado na autenticidade da sua cor: a pele não é algo que se possa arrancar. Portanto, tentar diminuir a importância do conceito de raça na emancipação do negro é uma forma de lhe negar aquilo que é justamente a causa de seu sofrimento, mas, também, a base de sua auto-estima e de sua possibilidade de emancipação da tutela branca: a sua negritude.

Nisso não há, como crê Benjamin, nenhum impedimento para o "processo de construção de uma sociedade mestiça". Pelo contrário, isso ajudaria o negro a se reincluir nessa tal sociedade miscigenada com mais dignidade. Não por baixo ou por cima do branco, mas em pé de igualdade.

O artigo também afirma que somos todos "culturalmente mestiços". Não é bem assim. De minha parte, por exemplo, não me sinto e nem me vejo como mestiço. Mas que se pergunte a um negro se ele se sente culturalmente mestiço, e se descortinará um mundo psicológico e culturalmente dividido. Apesar das aparências (aqui, sim, a idéia de "evidência" pode ser contestada), pretos e brancos ainda têm sérias dificuldades em se misturar. Podemos até desambalar para o social: nos bairros pobres, brancos e pretos só se misturam pela necessidade imposta por uma vida miserável. Porém, quando brigam entre si, as diferenças aparecem, sendo comum o branco desabafar: "Só poderia ser preto mesmo!" Deveríamos condenar esse tipo de "mestiçagem cultural", pois é lauto alimento para o cinismo e a hipocrisia. A verdadeira miscigenação ainda não aconteceu.

Mas a miscigenação não é nem o problema nem a solução para o racismo. Ela não é, também, nem boa nem ruim em si. É apenas um fato social, biológico e humano, que muitos – tanto à esquerda como à direita – tentam transformar em algo positivo ou negativo de acordo com suas conveniências. O lugar da miscigenação é o terreno da neutralidade.

No relacionamento inter-racial, porém, estão algumas das chaves que possibilitarão melhor compreensão da questão racial brasileira, por um mergulho nas emoções e nos sentimentos inconfessáveis que permeiam o preconceito e o estranhamento racial que há entre pretos e brancos. É nesse contexto, e não em outro, que o conceito de raça se torna instrumento conceitual indispensável.

Tentemos, entretanto, em lugar desse pente-fino no artigo em questão, entender de qual tipo de mentalidade ele é tributário. Em filosofia existe o conceito de plano, que designa os diversos graus ou níveis da existência, cada um deles com características próprias e não redutíveis às características de outros graus ou níveis. Quer dizer, cada plano de realidade é regido por leis próprias, que apenas "dialogam" com outros planos, mas sem se misturar.

A isso o filósofo francês Émile Boutroux chamou de "contingência da realidade". Do respeito e da compreensão dessa contingência vem a espinha dorsal de qualquer raciocínio que busque a inteligibilidade necessária a objetos práticos. Mas, sempre que esses planos de realidade se misturam indiscriminadamente, acachapa-se o mundo, estabelece-se a confusão no debate intelectual, e os argumentos viram reféns das necessidades ideológicas dos debatedores. É o surgimento, no mundo das idéias, do *nonsense*.

Pois bem, tragamos essa constatação filosófica e de método para o problema das políticas de cotas. Tanto os argumentos a favor como os contra saem basicamente da reflexão sobre dois Brasis: o ideal e o real.

O primeiro seria aquele país democrático e justo, onde todos teriam direito a boa educação e a oportunidades iguais. Submetidos a um Estado meritocrático, os melhores cérebros teriam destaque na sociedade, independentemente de cor ou raça. Para o resto, sobriaria justiça social, e, assim, se criariam uma elite mestiça e um povo sadio e feliz.

O segundo é este Brasil injusto e perverso que conhecemos, onde a população negra oscila entre 35 e 45 por cento do total (dependendo da estatística e do critério de determinação de cor utilizados) e, no entanto, amarga uma completa invisibilidade social.

Neste ponto é que entra a mistura dos dois planos de realidade que o filósofo camelou para formular, talvez inutilmente. Baseada na realidade, a política de cotas surge como uma medida um tanto quanto desesperada e francamente antipática, sendo, no entanto, um tratamento de choque inadiável. Já os que são contra as cotas usam argumentos tirados de um Brasil ilusório para desqualificar algo que visa uma interferência prática no Brasil real, concreto, e com realidades cotidianas e racistas facilmente verificáveis.

Esse equívoco intelectual permitiu a Benjamin afirmar, para criticar as cotas nas universidades, que "deveríamos garantir uma escola pública universal, gratuita e de boa qualidade, onde todas as crianças convivessem juntas e recebessem a mesma educação fundamental." Argumentos não podem ficar migrando de uma esfera para outra. "Deveríamos garantir", só que não garantimos... Maurício de Nassau morreu, Gustavo Capanema morreu, Anísio Teixeira morreu, Paulo Freire morreu, Darcy Ribeiro morreu – e muitos outros morrerão até surgir essa "escola pública universal".

Portanto, acenar com um Brasil futuro para desqualificar a política de cotas é dar um golpe baixo na inteligência. Usemos de uma imagem para explicitar esse samba do crioulo doído que anda passando por debate sério. Digamos que um homem está gravemente ferido. Ele sangra muito, e pede ajuda a outro: "Chame um médico, rápido, senão morrerei". O homem saudável ouviu isso e, calmamente, cheio de complacência oriunda de uma visão de futuro que o faz crer superior, responde: "Meu caro, o Brasil tem um projeto de civilização que vingará, o mais tardar, daqui a cem anos, daí teremos médico e hospitais para todos. Faça o favor de esperar".

O que pede por um médico representa os negros que querem soluções para suas atuais vidas, e não para as próximas reencarnações; o que substitui a urgência de um médico por um projeto futuro e desejável de justiça social representa todos os viajantes do túnel do tempo, que, sádica ou docemente, se comprazem com o vício psicológico de confundir sonho com realidade.

Marco Frenette é jornalista.

RACISMO NÃO

CÉSAR BENJAMIN

Caros Amigos publicou há três meses um artigo em que eu me posicionava contra a adoção de normas que criem condições diferenciadas de acesso a empregos e serviços públicos de acordo com a cor da pele, ou a "raça", de cada um. No número seguinte, coerentemente, a revista publicou uma defesa da posição oposta, assinada por Sueli Carneiro. Como muitos, ela considera que tais normas são uma forma legítima e necessária de estimular maior presença de negros – obviamente, algo desejável – nessas instituições. Eu não tinha, nem tenho, interesse em discutir o assunto, cada réplica provocando uma tréplica e assim sucessivamente, como se a busca da última palavra ou o grito mais estridente concedesse razão a alguém. Fiquei satisfeito ao saber que ambos os textos estavam sendo reproduzidos para debate em escolas e grupos. Para mim, mesmo com a desvantagem de ter escrito primeiro, estava tudo de bom tamanho. Meus artigos seguintes versaram sobre temas bem diferentes.

Houve depois diversas cartas, algumas bastante agressivas: eu só podia ser um branquinho folgado, que não teve de fazer força para concluir a faculdade (nunca concluí nenhuma); garboso com meu doutorado (que não tenho), ocupo comodamente uma cátedra (quem me dera...) e sou contra as cotas porque tenho medo da concorrência de gente mais esperta, que começaria a chegar. As pessoas que escreveram isso, e sandices afins, não me conhecem. Não obstante, apresentam-se como campeãs na luta contra preconceitos.

Novos artigos também continuaram a chegar. Mais dois saem nesta edição. O nível é outro, mas a tentação da desqualificação permanece pulsante. O melhor deles, de Sueli Carneiro, já publicado, reitera que César Benjamin "deixa deliberadamente de fora" os dados relevantes, "passa intencionalmente por cima" dos processos históricos, "ignora solenemente" a concentração de negros em favelas; diz que a oposição aos negros é "aguerrida", a negação de que o racismo seja uma característica central da nossa sociedade é "patológica", a recusa é "intransigente", a defesa de outras propostas é "maniaca", e assim por diante. Como se vê, minha honestidade intelectual fica por um fio, para dizer o mínimo; surgem dúvidas também sobre minha sanidade mental. Samuel Aarão Reis coloca entre aspas argumentos ridículos, fabricados sob medida para serem demolidos, induzindo o leitor a pensar que eu os usei. E também radicaliza: corro "o risco de passar de um lado para outro na luta política". Desonesto, louco e direitista, eis o triste fim que me espera. Quem diria...

Por tudo isso, e a pedido de *Caros Amigos*, volto ao assunto, creio (novamente) que pela última vez. Os dados a que Sueli se refere, e que todos usam, são um conjunto de estatísticas que mostram que, na sociedade brasileira, os subgrupos formados por "brancos", de um lado, e "negros", de outro, apresentam discrepâncias significativas em indicadores representativos da qualidade de vida, como por exemplo níveis de renda. Esses números e percentagens, produzidos em grande quantidade nos últimos anos, têm sido, de longe, o principal ponto de apoio para os que pretendem demonstrar a centralidade da "questão racial" em nosso país. Como todos os números, estes também transmitem com facilidade uma imagem de precisão, objetividade e realismo que torna quase supérflua qualquer discussão. Não são – ou não parecem ser – opiniões; são – ou parecem ser – um reflexo objetivo do real. Por isso, segundo Sueli, eu preciso omiti-los "deliberadamente". Minha posição não pode conviver com eles, como o Super-Homem não pode conviver com a kriptonita. Samuel Aarão Reis repete igual procedimento, que é mais ou menos geral nesse debate, multiplicando os números como Cristo multiplicou os pães. Marco Frenette, embora os exponha menos, remete-se a eles como pano de fundo de toda a sua argumentação sobre como é o "Brasil real".

O fascínio de Sueli, Samuel e Marco pelo poder demonstrativo desses dados é muito comum entre pessoas que, independentemente de serem bem formadas em outras áreas, não conhecem estatística por dentro. Ignoram sua imensa maleabilidade. Os números, que tanto valorizam, em primeiro lugar são inconsistentes, seja pelos vícios presentes em sua construção, seja pelo mau uso que deles se faz. Em segundo, são irrelevantes para o tema em debate. Pois o conteúdo de verdade que revelam não permite a conclusão a que se chega. Vamos por partes.

Todos sabemos que o Brasil apresenta índices de concentração muito altos (foi este o objeto de um de meus artigos recentes em *Caros Amigos*). Podemos estimar, um pouco grosseiramente, que 1 por cento da população controla cerca de 50 por cento da renda e da riqueza. Todos também sabemos que esse ínfimo grupo dos muito ricos é

O fascínio de Sueli, Samuel e Marco pelo poder demonstrativo desses dados é muito comum entre pessoas que, independentemente de serem bem formadas em outras áreas, não conhecem estatística por dentro. Ignoram sua imensa maleabilidade.

basicamente formado por brancos. Logo, sempre que dividirmos nossa sociedade em "brancos" e "negros" (divisão muito imprecisa e confusa, quando se leva em conta a população como um todo), essa minoria de muito ricos puxará para cima todas as médias do primeiro grupo. O resultado final mostrará um subconjunto "branco" homogêneo e remediado, quando na realidade ele é imensamente heterogêneo e formado por uma clara maioria de pobres, cujos indicadores não são diferentes daqueles encontrados para as populações de outras cores. Médias devem ser usadas com muita prudência, pois às vezes escondem mais do que mostram e induzem a falsas conclusões. Para advertir os alunos sobre isso, é comum os professores de estatística repetirem uma velha brincadeira: "Se você colocar a cabeça dentro da geladeira e os pés dentro do forno, na média seu corpo terá uma temperatura muito agradável".

Em uma sociedade tão desigual como a nossa, é fácil construir subgrupos cujos indicadores estatísticos estejam abaixo da média. Sueli, Samuel e Marco referem-se a subgrupos construídos a partir do critério da cor da pele. Note-se que o critério está presente antes de iniciar-se a pesquisa empírica, cujos objetivos – demonstrar o nosso racismo – foram estabelecidos de antemão. São eles que determinam quais números vão ser procurados (e, evidentemente, encontrados). Não é verdade, pois, que as conclusões decorram dos números; na verdade, elas geram os números que serão usados para sustentá-los. Sua produção é uma maneira de conceder bases empíricas a uma dada visão da sociedade. Na mesma busca por legitimar-se, enfoques diferentes podem encontrar – e, de fato, encontram – dados diferentes, simplesmente porque os procuram de forma diferente. Por isso, devemos sempre admitir que o pensamento comanda os números, e não o contrário, o que exige, neste como nos demais casos, manter acesa uma visão crítica sobre eles. Um pouco mais clínico e direto, Churchill dizia: "Só devemos acreditar em estatísticas que nós mesmos fabricamos". (Curiosamente, o esforço dos racistas europeus para "demonstrar objetivamente" a inferioridade dos negros também se baseou na fabricação de estatísticas. A mais recente tentativa nesse sentido foi o livro *The Bell Curve*, um grosso volume publicado nos Estados Unidos, cheio de números.)

Não estamos diante nem de provas irrefutáveis da "verdade" nem de manipulações geradoras de "mentira". Outros critérios, igualmente possíveis, gerariam outros subgrupos prejudicados na sociedade brasileira, sem relação com a questão racial. Nas regiões Norte e Nordeste (onde, excetuando-se Maranhão e Bahia, a presença negra não é muito significativa) estão os piores indicadores sociais do Brasil, que poderiam fazer a festa de quem quisesse falar de pobreza minimizando os problemas dos negros. Também poderíamos montar subgrupos fragilizados juntando dados, por exemplo, sobre moradores de municípios com menos de 10.000 habitantes, trabalhadores rurais sem terra, minifundistas de todo o país, desempregados e subempregados, idosos, migrantes, trabalhadores manuais de modo geral – e tantos outros grupos quantos a nossa imaginação conceber. Se o racismo fosse o motor da exclusão, apenas o recorte dado pela cor da pele geraria subgrupos desiguais, o que não acontece. A maioria de pobres no Sul é branca; no Centro-Oeste e no Norte, de ascendência indígena nítida e recente; na maior parte dos Estados nordestinos, também de ascendência indígena, porém ▶

mais misturada; no Rio de Janeiro, na Bahia e no Maranhão, é negra. Em todas as regiões encontramos todas as cores e, quase sempre, uma enorme mistura, que torna o critério da cor, além de indesejável, muito confuso.

A importância que meus interlocutores dão aos seus números contrasta fortemente com a forma imprecisa como os utilizam. Para Sueli, os negros são "45 por cento da população do país" (o que é claramente absurdo); para Marco Frenette, eles "oscilam entre 35 e 45 por cento", pois ele reconhece que tudo depende "da estatística e do critério da determinação de cor utilizados". Para Sueli, "65 por cento dos pobres e 70 por cento dos indigentes são pessoas negras"; para Samuel, entre as famílias com renda de até meio salário mínimo (onde estão, evidentemente, os pobres e indigentes), "30 por cento são negras". Em seguida, o próprio Samuel passa a referir-se a "negros e pardos", como se isso não alterasse completamente o universo abrangido. Pessoas que defendem as mesmas posições e usam as mesmas fontes apresentam números disparatados e incoerentes, e pretendem, com eles, fechar o debate.

Sueli e Samuel agregam remissões ao processo histórico de formação de nossa sociedade. Com mais razão em alguns casos (como na importante questão da escravidão), com menos em outros, com nenhuma em outros mais, defendem a política de cotas lembrando a antiga exclusão social, cultural e política dos negros. Mas, por que só dos negros, se essa exclusão é uma marca geral da nossa história e atinge a grande maioria dos brasileiros? Os povos indígenas, por exemplo, eram donos destas terras há milhares de anos e somavam pelo menos 10 milhões de indivíduos em 1500; hoje, são 300.000. Por que esquecê-los? Por causa da cor da pele? Quanto à restrição da participação política dos negros na República Velha, também citada por Sueli, basta lembrar que nessa época os brasileiros aptos a votar correspondiam a apenas 4 por cento da população total; durante muito tempo o voto no Brasil foi censitário, associado a determinada renda; além de todos os pobres, também todas as mulheres estavam excluídas desse direito até a década de 1930, por força de lei. Quanto à "falta de qualquer política de integração social da massa escrava 'liberta'", é a mesma eterna falta de política de integração do povo brasileiro nos benefícios do desenvolvimento; no século 20, por exemplo, expulsamos do campo milhões de famílias, que, independentemente de sua cor, vieram (e continuam vindo) para as cidades também sem nenhuma compensação.

Se as cotas forem só para negros, é inescapável admitir que estamos adotando um critério racial, embora todos aceitem que, no caso da espécie humana, raças não existem. Se as cotas forem estendidas a todos os subgrupos igualmente prejudicados – único desdobramento lógico e coerente da proposta –, pior a emenda do que o soneto. Pois, assim agindo, o Brasil decretaria sua própria extinção, passando a reconhecer-se como um agrupamento de grupos subnacionais, que podem ser recortados quase até o infinito. Abandonaríamos o conceito de povo brasileiro. Deixaríamos de ser uma nação. Sem projeto coletivo, seríamos facilmente expulsos da história. Voltarei a isso adiante.

É claro que a questão da cor, como muitas outras, agrega especificidades que precisam ser conhecidas, debatidas e trabalhadas em qualquer tentativa de descrição histórica e sociológica do Brasil. Porém, o considerável esforço feito nesse sentido nos últimos anos – que tem contado com fontes de financiamento externas bastante generosas, oriundas especialmente dos Estados Unidos – tem gerado, o mais das vezes, uma sociologia maniqueísta apoiada em estatísticas de má qualidade. No lugar do sistema capitalista, entram os "brancos"; no lugar da exploração do trabalho e das desigualdades sociais, entra uma "indole racista"; no lugar da dependência externa, fica o silêncio; no lugar de revolucionar a sociedade e as instituições, pedem-se cotas. Até a educação pública, universal e gratuita passa a ser considerada uma utopia inalcançável, sendo como tal, na prática, abandonada. Nenhum dos três artigos faz qualquer referência, direta ou indireta, às estruturas do capitalismo periférico e dependente, que são determinantes dos nossos grandes problemas (são essas estruturas, aliás, que explicam tanto a implantação como o prolongamento da escravidão em nosso passado).

Como pode esse pensamento apresentar-se como radical? A resposta é simples: pela construção de uma identidade reativa. Trata-se de um procedimento muito comum dentro da esquerda. Para nos diferenciar do mito do brasileiro pacífico e cordial, por exemplo, freqüentemente inventamos o contramito do brasileiro violento e sanguinário; respondemos ao mito do Brasil grande, caro ao regime militar, jogando fora o conceito de nação; o mito da ausência de racismo encontrou sua resposta no contramito de uma sociedade essencial e visceralmente racista. Constitui-se assim um olhar carregado de negatividade – pois as identidades reativas são, por definição, negativas. A negatividade, por sua vez, se apresenta como radicalidade.

Esse círculo de ferro interdita qualquer aproximação amorosa com o Brasil. Se elogiamos a mistura, somos hipócritas, pois, como diz Marco Frenette, estamos escondendo "emoções e sentimentos inconfessáveis"; se praticamos a convivência e nos misturamos de fato, ainda segundo Frenette, "é pela necessidade imposta pela vida miserável". Embora nenhum dos três autores tenha dito isso, já ouvi muitas vezes que a

separação entre brancos e pretos nos Estados Unidos, muito mais nítida, mostra que lá as relações são mais honestas. Chegamos assim onde sempre nos leva o mundo dos pastiches ideológicos: o que é bom (neste caso, elogio e prática da mistura) é ruim (hipocrisia e necessidade), e o que é ruim (separação entre as pessoas) é bom (honestidade).

Dividir o Brasil em negros e brancos é um delírio, pois a grande maioria da nossa população não é uma coisa nem outra. Tratar brancos como privilegiados e oprimidos é um desrespeito a milhões de pessoas pobres e trabalhadoras. Negar o caráter essencialmente mestiço do nosso povo e da nossa cultura é uma cegueira. Todos os estudos demonstram que o povo brasileiro é o mais mestiço do mundo, constituído por uma infinita gradação de cores e tipos, sendo cada geração mais misturada que a anterior. Essa mestiçagem, além de constitutiva dos nossos corpos, está presente em nossa comida, nossa língua, nossas artes, nossas músicas e danças, nossas festas, nossas formas de religiosidade (inclusive a católica, de matriz ibérica mas cheia de sincretismo), nossa literatura, nossa identidade nacional, nossas maneiras de ver o mundo, nosso jeito de praticar esportes, nossas lendas e mitos. Tudo isso tem de ser esquecido, negado ou desmoralizado, pois as qualidades são o terreno da mistificação. O racismo foi provado com quantidades, números, e os números não mentem jamais. Mestiçagem é apenas discurso. Negritude é fato.

Nenhuma das duas é discurso, nenhuma é fato. Estamos diante de duas propostas para o Brasil, feitas aliás em um momento decisivo de nossa história. Forças muito poderosas, internas e externas, atuam ativamente para desconstruir a ideia de povo brasileiro, tendo em vista consolidar a posição do Brasil como um espaço de fluxos para o capital internacional. Para escapar desse destino, ainda temos alguns trunfos: um amplo espaço geográfico, recursos naturais abundantes, capacidade técnica, as indústrias que constituímos. Mas o trunfo decisivo, aquele que vai decidir nossa viabilidade ou inviabilidade histórica, é o grau de consciência que tivermos sobre a nossa identidade coletiva, a nossa especificidade e o nosso potencial humano. Pois isso é que nos permitirá afirmar que o Brasil tem sentido e pode ter um projeto, pelo qual vale a pena lutar.

Nesse contexto, é desastroso o ponto de vista explicitado no artigo de Samuel Aarão Reis. Aparecemos ali como um agrupamento de alemães, poloneses, italianos e outros subgrupos expatriados, todos eles praticando aqui, lado a lado, suas culturas de origem, colocados na vizinhança de negros que desejam praticar sua cultura africana e são reprimidos. Não, Samuel, o Brasil não é isso. Aos brancos e barrancos, nós sobemos fazer um povo novo (e estamos tentando fazer uma nação) a partir dos grupos humanos que o capitalismo mercantil encontrou neste território ou transplantou para cá para constituir uma empresa colonial – na origem, índios destribilizados, brancos des europeizados e negros des africanizados, depois gente do mundo inteiro. Um povo filho da modernidade, como tal aberto ao futuro, ao outro e ao novo. Um povo que ainda está no começo de sua própria história, e cuja identidade – por sua gênese e sua trajetória – não pode basear-se em raça, religião, vocação imperial, ódio aos outros ou vontade de isolar-se. Um povo que tem na cultura – uma cultura de síntese – sua única razão de existir.

O que confere sentido ao Brasil, cada vez mais, e o que torna necessário e bonito que lutemos por ele é essa experiência humana de constituição de um povo novo, que aqui está em curso, incompleta e ameaçada. A escravidão é uma enorme mancha do passado, e ela criou facilidades para que também aqui aparecessem o que chamei de elementos (ou traços, ou características, ou ideias) racistas, que não predominaram. Mas, paradoxalmente, o subproduto mais importante da escravidão do passado – a presença de uma significativa população negra como um dos nossos elementos constituintes – é uma enorme dádiva para nosso presente e nosso futuro. Sem essa presença, o Brasil seria muito menos bonito, menos alegre, menos interessante, menos cheio de potenciais. Somos livres para decidir entre, de um lado, remover as mazelas daquele passado e permanecer presos às categorias ideológicas que ele criou, sendo as "raças" a principal delas, ou, de outro lado, transformar em uma grande promessa de futuro o encontro humano que aqui ocorreu. Nosso povo, tal como existe, nos abre a possibilidade da segunda opção.

Há muito o que fazer. Ninguém deve ficar quietinho, como diz maldosamente a professora Sueli. O grande êxito de constituir um povo onde havia grupos desenraizados foi acompanhado, até aqui, do grande fracasso de não conseguir fazer com que esse povo assumia o comando de sua nação e quebrasse as estruturas que perpetuam a desigualdade interna e a dependência externa. Eis o desafio. Que é de todos. Nenhum tipo de racismo é bem-vindo. C

César Benjamin é autor de *A Opção Brasileira* (Rio de Janeiro, Editora Contraponto, nona edição, 21-2544-0206) e integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular.

ANEXO 12

CAROS LEITORES

versidade Clark, em Massachusetts, nos Estados Unidos), do Inpaz, em sua palestra no ENA, "nossa geração não será lembrada pelos poucos que fizeram muito, mas pela imensa maioria que se calou vendo o mundo dar errado".

Júlia Benedini, Rio Claro, SP

VERGONHA

Numa quarta-feira, 17 de julho, fui a uma agência da Caixa Econômica Federal, que, em época de pagamento de FGTS, é um verdadeiro caos. Nessa agência assisti a uma cena que muitos podem considerar piegas, outros, constrangedora, e mesmo alguns talvez até a considerem normal; para mim, foi humilhante. Naquele momento tive vergonha de ser brasileiro, vamos ao relato. Um senhor, aparentando ter uns 50 anos, roupas simples, retira do bolso sua carteira profissional (para os mais jovens, esclareço que carteira profissional é um documento azul que todo trabalhador deve ter, mas que os empresários estão preferindo ignorar). Pelo que pude perceber, esse senhor estava recebendo seu seguro-desemprego e, no momento de assinar o comprovante de recebimento do seguro, o constrangimento começou. Com voz quase imperceptível e percebendo que todos na fila o observavam, ele balbuciou mais do que falou: "Senhor, eu não sei escrever...". O caixa então pediu o polegar do trabalhador para marcar as digitais no recibo. O braço do homem parecia pesar uma tonelada. Era evidente o seu desconforto, a sua vergonha de ser analfabeto.

Escrevo a vocês para dizer o que deveria ter dito a ele naquela hora: "Amigo, vergonha quem deve sentir sou eu, que sei ler e escrever e não lhe ensino. Vergonha quem deve sentir é o país, de não ter lhe dado oportunidade de estudar. Desculpe-nos por tudo. Por ter lhe dado um cartão magnético, para o senhor retirar sua esmola, e não ter lhe ensinado a ler para saber usar a máquina da qual sai dinheiro. Desculpe-nos obrigá-lo a sujar os dedos, quando era nossa obrigação ensiná-lo a escrever.

José Paulo da Silva Costa Jr., Recife, PE

COMPARAÇÕES

No dia 6 de outubro será decidido qual é o lugar mais perigoso do Brasil: o Senado ou o Morro do Alemão. Atualmente em destaque nos noticiários de todo o país, o Morro do Alemão é apontado como um dos lugares mais perigosos por causa do poder dos traficantes e, principalmente, por ter sido nesse local que o conhecido jornalista Tim Lopes foi assassinado. O Senado, por sua vez, corre o risco de ter entre os seus 81 representantes nada menos que três canastrões da política nacional.

Liderando as pesquisas de opinião em seus respectivos redutos eleitorais, ACM, Jader Barbalho e Rosena Sarney já estão com um pé no Senado – conforme as pesquisas atestam –, faltando apenas a homologação do resultado durante a eleição de outubro.

Aos fatos. Os três foram acusados de corrupção quando ainda estavam ocupando cargos públicos: ACM foi denunciado como o mandante da fraude que quebrou o sigilo do painel eletrônico do Senado, durante a votação que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão; Jader Barbalho foi acusado de desviar dinheiro de aplicações do Banpará, quando governador do Pará, para contas particulares, além de ter participado de operações fraudulentas na emissão de títulos da dívida agrária (TDAs), quando era ministro da Reforma Agrária, e de pressionar dirigentes da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para a aprovação de projetos de amigos e aliados; já Rosena Sarney foi obrigada a desistir da candidatura à presidência da República por não conseguir explicar a origem do 1,34 milhão de reais encontrado na empresa Lunus, de propriedade sua e de seu marido Jorge Murad, e pelo desvio de 44 milhões de reais liberados pela Sudam e que seriam para a construção da Usimar, no Maranhão.

Esses fatos, aliados ao histórico político de cada um, mostram que um político dessa estirpe não perde o poder de forma fácil. Basta analisar o caso de Alagoas, que está prestes a eleger o único presidente forçado a deixar o cargo por denúncias de corrupção, Fernando Collor de Mello, que desistiu de concorrer a uma vaga no Senado e é o principal candidato ao governo de Alagoas, liderando as pesquisas de opinião.

Poderíamos comparar a grandeza de qualquer ato desses políticos aos delitos cometidos por um Elias Maluco ou Fernandinho Beira-Mar. A dor de cabeça que eles dão ao país é a mesma. Assim como o Senado tem político sério, o Morro do Alemão também não é composto apenas de traficantes e perversos. Esses dois lugares têm muito em comum, diferenciando-se mais pela localização do que pela indole daqueles que os lideram. Só uma coisa é certa: a briga vai ser feia.

Bruno Araújo, BA

GERSHON

Gostaria de parabenizá-los pela entrevista com o artista Gershon Knispel, simplesmente adorei. Parabéns ao artista pela iniciativa e coragem, pela capacidade de dizer não quando a maioria diz sim. Que nós, brasileiros, possamos seguir seu exemplo e deixar de baixar nossas cabeças a essa manipulação eleitoral que está acontecendo ultimamente, em que nosso governo deixa o dólar subir até onde quiser para culpar o candidato mais cotado

(oposição), fazendo com que o povo fique com medo e continue com esse reinado de interesses internacionais.

Débora Fernandes, São Paulo, SP

NEGROS

Ao ler o excelente artigo de César Benjamim, na edição passada de *Caros Amigos*, intitulado "Caminhos Tortuosos", que discorria sobre a idéia de criar cotas para garantir a presença de negros nos setores públicos, me deu uma sensação de impotência intelectual, pois sou da raça negra e tenho certeza de que, se tivesse a oportunidade de estudar em boas escolas, não precisaria de cotas para passar em concursos.

Conversando sobre o assunto com um grupo de amigos (de várias "cores"), chegamos ao início da história do Brasil, quando a separação entre a classe dominante e a classe escrava se dava pela cor da pele. A mistura começou quando o patrão branco fez o primeiro filho na negra escrava... e quinhentos anos depois a mistura ainda não está completa... Hoje não é mais possível separar quem é patrão ou escravo pela cor da pele. Somos todos "misturados". Nossa maior dúvida é: será que essas cotas não vão separar o que em meio milênio ainda não foi possível homogeneizar? Será que não vamos formalizar uma forma de racismo que poderia desaparecer se a escola pública fosse capaz de formar cidadãos na sua mais perfeita concepção e os colocasse em condições de serem aprovados sem condições especiais? A própria Constituição (artigo 5º) nos coloca em igualdade, porque então iniciar a segregação? Imagine fazer a inscrição para o concurso com duas filas – uma para negros e outra para brancos –, o início da separação. Como seriam vistos os negros aprovados nesse concurso? Seriam vistos como verdadeiramente capazes? Seriam marginalizados por terem sido beneficiados com 20 por cento das vagas?

Pensando na infinidade de possíveis combinações dos genes humanos para formar uma cadeia de DNA, qual seria a interpretação da lei para irmãos de sangue, filhos de um casal em que um dos parceiros é negro e o outro é branco, que nasceram de "cores" diferentes? O mais "escurinho" terá direito a se inscrever entre os 20 por cento e o mais "clarinho" não terá? Como ficará a situação dos "pardos"?

Gostaríamos que um jurista ou um deputado ou um senador nos iluminasse com o esclarecimento dessas dúvidas. Esperamos que essa lei que separa "pessoas" não seja aprovada, para que, no futuro, nossos filhos "café com leite" possam viver num país mais tolerante e livre de preconceitos.

Humberto Ferreira de Oliveira, estudante de direito
Margarete do Valle Werneck, farmacêutica

Serviço de atendimento ao assinante

Informações sobre

mudança de endereço;
recebimento da revista; vigência;
renovação e pagamento;
telefone: (11) 3981-5252

Para falar conosco

Redação
redacao@carosamigos.com.br
arte@carosamigos.com.br
webmaster@carosamigos.com.br
Livros
casamarlivros@uol.com.br
Circulação
circulacao@carosamigos.com.br
Publicidade
publicidade@carosamigos.com.br
telefone: 3819-0130
fax (24 horas): 3819-5710
rua Fidalga, 162, CEP 05432 000
São Paulo, SP

Para assinar a revista e solicitar números atrasados

Grande São Paulo: (11) 3981-5130
Outras localidades:
LIGUE GRÁTIS 0800-707-1116
(esse telefone não aceita ligações de celulares e da Grande São Paulo)
fax (24 horas): 3981-5152
assinaturas@carosamigos.com.br

CAROS LEITORES

COTAS PARA NEGROS

Sou estudante de medicina, estudei em escola particular, e diria que sou mestiça. Minha opinião era de que a melhoria das condições sociais e da escola pública iria garantir a igualdade de acesso ao ensino superior, e tinha muito receio de que as cotas pudessem promover a discriminação e incentivá-la dentro da universidade. Após ler o artigo "Ideologia Tortuosa" de Sueli Carneiro na edição de julho de 2002, mudei totalmente a minha concepção sobre o assunto: concordo que os danos à população negra foram tantos e de magnitude tal, que perdurarão por muitos anos. Ainda tenho receio de que haja discriminações dentro da universidade por causa das cotas, mas sabemos que ela já acontece sem cotas. Será que devemos fazer a população negra esperar mais anos e anos por uma igualdade social?

Eline Gomes, Recife, PE

Sobre a questão das políticas de cotas para os negros, junto-me a César Benjamin numa posição ardentemente contra. Apenas gostaria de sublinhar que sou pobre e negra e as minhas dificuldades são as mesmas do branco pobre. É preciso lutar por escolas públicas de qualidade e não aprovar políticas que tendem a intensificar o racismo no Brasil.

Jacira Santana, Feira de Santana, BA

Como professor que exerce a função de diretor em uma escola municipal em zona rural, nas proximidades da cidade de Correntina, Bahia, posso perceber no dia-a-dia a tamanha injustiça que se faz para com os negros deste país. Somos a continuidade de uma raça que, ao longo dos séculos, foi obrigada a servir, a sorrir e concordar, sem reaver nada, absolutamente nada em compensação. Agora não queremos somente o convívio social amigável, sem preconceito. O passado nos outorga crédito maior. Para fins de resgate de dívida, o negro deveria ter não apenas uma adoção de cotas, mas um privilégio maior em todos os direitos sociais existentes no país, para que assim a classe branca, dominante, com seus admiradores, comece a pagar a dívida eterna que contraiu com o negro.

Paulo Roberto R. da Silva, Correntina, BA

ARCEBISPO DE BAGDÁ

Na edição de setembro me chamou atenção a matéria do Renato Pompeu sobre arcebispo ortodoxo em Bagdá. Bem, de saída, temos de deixar claro que Saddam é um ditador sanguinário que, entre outros, tentou resolver o problema étnico com os curdos eliminando-os (bem verdade que os curdos eram armados e insuflados por "almas caridosas" do exterior, mas isso não justifica). Saddam, como diversos outros líderes árabes, utiliza-se da religião islâmica para inebriar as massas. Mistura muito usada também no Ocidente "civilizado".

A religião ortodoxa está de bem com o regime e traz um testemunho interessante, difícil de achar na mídia tradicional. É uma segunda opinião sobre o que se passa naquele país que foi deixado à fome pelo embargo da ONU e dos EUA. Bush é um ditador horrendo como todos os outros, seu diferencial é a capacidade de destruição. Esse cabeça-de-vento pode a qualquer momento destruir uma nação inteira em nome dos "interesses americanos". Qual será o desfecho dessa insensatez?

Alexandre Stolte, Gravataí, RS

Ao ler a entrevista marcante de Gershon Knispel, me veio imediatamente à lembrança um trecho do Novo Testamento em que Jesus, ao avistar um dos seus posteriores apóstolos, diz de Natanael: "Eis aí um verdadeiro israelita, em que não há dolo". Ser judeu certamente não justifica que se mate tanto por terras, ainda que sejam terras sagradas para eles. Vai se tornando cada vez mais clara a situação no Oriente Médio e, se Israel não se livrar da truculência, acabará por despertar a ira do mundo contra si. Gershon presta um excelente favor ao Brasil explicando por que há judeu e judeu, israelita e israelita, retomando as intenções iniciais do justo Herzl. Não poderia haver mais clareza sobre o conflito Israel-Palestina, as lutas internas pela paz, a relativização da idéia de terror e terrorismo. O poder israelense age como se Israel fosse um povo sem passado; mas há passado de sobra, e com ele, suas lições. E quem repete os erros do passado... Quem os esquece...

Carlos Alberto S. Marques, São Paulo, SP

ALCA

Alguém achou absurdo João Pedro Stedile convocar

os brasileiros a se opor à ALCA. ("E os que se iludem com a possibilidade de acordos, seria melhor mudarem-se logo para Miami!") Tenho medo de quem não tem medo dos EUA e do guloso Bushinho, que prega uma versão globalizada da doutrina Monroe. A ALCA sepultará a liderança que o Brasil tem conquistado no Mercosul e, pior, reduzirá nosso poder de decisão política externa e internamente. Caminharemos para uma soberania política simbólica, de legitimação das ordens que vierem do país mais poderoso do mundo. Stedile às vezes exagera, mas defender nossa não-aliança com os EUA é uma questão de saber o que é soberania nacional. Não defendo o isolacionismo, mas os EUA nunca foram a melhor saída. O problema é que muitos brasileiros amam o Brasil e, por isso mesmo, querem que aqui seja Miami... Brasil: um nome sem país? Até quando?

Marcela Andrade, marcelacandrade@terra.com.br

Há muito tempo venho acompanhando, através desta revista, todo o processo de articulação para a imposição da ALCA. Observo como há um certo alheamento por parte da população sobre o significado disso. Entretanto, vejo como maior problema a vergonhosa omissão da grande mídia e do grande empresariado brasileiro, que se exime da responsabilidade de anunciar e denunciar o perigo que representa a ALCA sob a liderança dos EUA. Entendo que, se os empresários brasileiros optarem pelo caminho em defesa da pátria, de um Brasil para os brasileiros, nenhum país ou órgão internacional, como o FMI, possa nos ditar o caminho que devemos seguir.

Reimundo Côrtes, Jequié, BA

HÉLIO ALCÂNTARA

Lúcido e emocionante, o artigo do jornalista e poeta Hélio Alcântara nos cutuca para uma análise profunda do nosso ser humano, enquanto ser que deve buscar o amor na dimensão da grande escola que nos foi deixada pelo professor Milton Santos, "quem ensina não tem ódio". Como professora de sociologia, uso muito do material publicado na *Caros Amigos* para levar aos meus alunos uma realidade sem maquiagem, lúcida, crítica e atual.

Célia Maria Souza Fonseca, Itabuna, BA

Serviço de atendimento ao assinante

Informações sobre

mudança de endereço;
recebimento da revista; vigência;
renovação e pagamento;
telefone: (11) 3981-5252

Para falar conosco

Redação
redacao@carosamigos.com.br
arte@carosamigos.com.br
webmaster@carosamigos.com.br
Livros
casamarlivros@uol.com.br
Circulação
circulacao@carosamigos.com.br
Publicidade
publicidade@carosamigos.com.br
telefone: 3819-0130
fax (24 horas): 3819-5710
rua Fidalga, 162, CEP 05432 000
São Paulo, SP

Para assinar a revista e solicitar números atrasados

Grande São Paulo (11) 6846-4630
Outras localidades:
LIGUE GRÁTIS 0800-707-1116
(esse telefone não aceita ligações de celulares e da Grande São Paulo)
fax (24 horas): 6846-4653
assinaturas@carosamigos.com.br

ANEXO 14

Chávez, semelhante ao de Cuba, iria levar a Venezuela ao desastre econômico, mas não disse nada sobre o índice de desenvolvimento humano e cultural extremamente alto, sobre a inexistência de analfabetismo e alcoolismo. O que interessa é o dinheiro e não as pessoas, não é? E de quem é a culpa do desastre econômico deste país? Dos EUA, é lógico.

Marcello A.B. Leite, cubaaqui@yahoo.com.br

JÚLIO MEDAGLIA

Maestro, o fato de "abraçarmos" a linguagem musical do ritmo & poesia não quer dizer que vamos abandonar nossas raízes africanas. Como réper brasileiro, tenho o maior orgulho de ter Pixinguinha, Cartola, Moacir Santos, Geraldo Pereira, Candeia, Clementina de Jesus e outros como influência para o trabalho que desenvolvo, cantando e rimando a minha realidade de afro-brasileiro. Por que não posso usar um conceito musical estrangeiro, que já é universal, introduzi-lo na minha cultura e transformá-lo? Não sou americanizado, apenas tenho respeito e admiração pela cultura afro-americana. Viva Villa-Lobos, Luís Gonzaga e Mano Brown!

Gustavo Gëiser Nobio, Niterói, RJ

Foi excelente a entrevista com o maestro Júlio Medaglia, principalmente pelo conhecimento que ele tem sobre a nossa música e a reflexão que faz sobre a mediocridade que hoje reina. Infelizmente, vivemos em um país em que a indústria cultural impõe uma música pobre, descartável. Gostaria apenas de lembrar às gravadoras incompetentes que, apesar da má qualidade de nossa educação, somos seres que se recusam a não pensar.

Pedro Juarez Pinheiro, Araci, BA

Tenho 23 anos e sou estudante de geografia da USP. Ao ler a entrevista do maestro Júlio Medaglia, achei impossível concordar com algumas opiniões expressas por ele. Por exemplo, isso de que o rock acaba com a resistência regional, é "a Aids da música". O rock mudou a vida de várias gerações e influenciou comportamentos. Foi através do rock que o mundo ocidental começou a discutir o sexo e as drogas com menos hipocrisia. O rock também foi motor de ação dos movimentos culturais pela paz como o Woodstock e, com o surgimento do punk, passou a contestar a própria dominação da mídia e a ditadura das rádios. E o que dizer de grandes poetas do rock como John Lennon, Bob Dylan, Jello Biafra? E o rock brasileiro com Raul Seixas, Cazuza, Renato Russo, Lobão? E o que dizer do hip-hop, a cultura da periferia, que o maestro chama de arte colonizada, mas é a expressão da favela?

Rodrigo H. Bentivenha, Osasco, SP

MPB

Paulinho Freire diz em seu texto sobre o festival de música brasileira da Globo que a MPB ainda tem grandes valores musicais e classifica de "saudosistas" quem acha o contrário. Finaliza recomendando o último trabalho de Ná Ozetti. Gostaria de concordar, mas tudo o que vejo na atual MPB é uma grande falta de criatividade, que de "popular" não tem nada. Ou alguém se atreve a comparar a insossa Ná Ozetti com uma Gal Costa ou Maria Bethânia? E a turma do Jairzinho, é melhor que a "turma" do Jair Rodrigues?

Rafael Vita, rafaelvita@bol.com.br

WASHINGTON NOVAES

Li a entrevista com Washington Novaes e a matéria "A Santa Fé do Latifúndio", e fico a me perguntar que país é esse que queremos e podemos construir juntos. Para falar de soluções: o Brasil reúne milhares de experiências bem-sucedidas de agricultura sustentável que mostram como enfrentar e não baixar a cabeça ao capitalismo selvagem na área de agricultura. Acho que a *Caros Amigos* poderia abordar essa forma de resistência e sabedoria brasileira e sul-americana.

Paulo Henrique Radaik, Aracruz, ES

AINDA AS COTAS

Perdoe-me o leitor Paulo Roberto, mas dizer "a classe branca dominante... comece a pagar...". Concordo que a história do negro no Brasil é repugnante, contudo, justiça social significa equidade sem privilégio para ninguém. Como ficam caras como eu, que tenho a pele branca, nasci no interior, estudei em escola pública, fiz um curso profissionalizante noturno, trabalho desde os 11 anos e hoje acordo às 5 manhã, ando mais trinta minutos a pé para economizar grana, chego meia-noite, ralando para entrar na faculdade? Também quero privilégios por ter nascido pobre! Somente a igualdade pode reverter este quadro de caos.

Geraldo B. Costa, quimerabrasil@aol.com

Sou negro, formado em administração pública por uma universidade federal, com mestrado em ciência política. Sei o que sofri para chegar até aqui. Portanto, sei muito bem que somente através de uma política de ação afirmativa poderemos diminuir a brutal diferença entre brancos e negros (pretos e pardos) que existe neste país. Diversas pesquisas, inclusive da Unesco, colocam que a diferença de renda não pode ser explicada apenas pela diferença de escolaridade: mesmo com níveis de escolaridade iguais, os brancos ganham mais que os negros.

Carlos Augusto Sant'Anna Guimarães, eppaula@uol.com.br

CARO FERRÉZ

Emocionante e ao mesmo tempo revoltante teu artigo de outubro. O triste é saber que resolver esse tipo de problema seria fácil, bastaria submeter ao sistema carcerário comum os policiais bandidos, e que todos eles fossem julgados também pela Justiça comum. Presídio e Justiça Militar só se o camarada cometesse crimes militares. O pior é saber que eu, na condição de branco e rico, jamais saberia que esse tipo de coisa acontece, pois nos lugares que freqüente eles são todos muito educados, medem suas palavras com precisão geométrica. Sabem muito bem com quem podem e com quem não podem se meter. Nas boates que freqüente, os traficantes são todos *play-boys*, muitos filhos de delegados, juizes, promotores e empresários, que vendem uma pílula de *ecstasy* a 80 reais! Nenhum deles jamais, nem sequer em sonho, teve problemas com a polícia.

Chet Wozniak, São Paulo, SP

ANA MIRANDA

Estou maravilhada com Ana Miranda, emocionei-me com suas promessas a Gabriel. Caríssima Ana, são minhas suas promessas e seu texto tornou-se profissão de fé cotidiana e respeito pela beleza da vida. Concluindo com Caetano, aconteceu de eu ser gente e ser gente é uma alegria!

Maria Socorro de Deus, Goiânia, GO

PROTESTO

Amigo Leo Gilson Ribeiro, sua seção Janelas Abertas nos traz um grande enriquecimento cultural. Criticar eticamente é mesmo para poucos. Aqui em Goiânia, meu camarada, as coisas andam mesmo meio ensebadas quando se trata de livros. Primeiro, porque os livros novos são muito caros; segundo, que nossos sebos insistem em vender livros usados como se fossem "virgens". Chego a comprar livros em sebos fora de Goiânia pela metade do preço ou ainda menos. Muitas outras pessoas reclamam do mesmo fato: podemos ter muitos sebos em Goiânia, mas que explorem, explorem. E aqui vai um segredinho: já vi vendedor de um sebo ligar para o dono de outro sebo e brigar porque o outro estava vendendo determinado livro 3 reais mais barato. Isso é cartel, não? Ah, como esses sebastas são amigos dos leitores!

Roberto Wagner, Goiânia, GO

AMIGOS SUL-AMERICANOS

Somos um grupo argentino que trabalha pela integração sul-americana. Gostaríamos de fazer amigos para falar de projetos, confraternizar, trocar idéias.

Néstor, Mercedes, Fernando, Luciana e Carolina, america-delsur2002@yahoo.com.ar

Serviço de atendimento ao assinante

Informações sobre

mudança de endereço;

recebimento da revista; vigência;

renovação e pagamento;

telefone: (11) 3981-5252

Para falar conosco

Redação

redacao@carosamigos.com.br

arte@carosamigos.com.br

webmaster@carosamigos.com.br

Livros

casamarlivros@uol.com.br

Circulação

circulacao@carosamigos.com.br

Publicidade

publicidade@carosamigos.com.br

telefone: 3819-0130

fax (24 horas): 3819-5710

rua Fidalga, 162, CEP 05432 000

São Paulo, SP

Para assinar a revista e solicitar números atrasados

Grande São Paulo: (11) 3981-5130

Outras localidades:

LIGUE GRÁTIS 0800-707-1116

(esse telefone não aceita ligações de celulares e da Grande São Paulo)

fax (24 horas): 3981-5152

assinaturas@carosamigos.com.br